

ANNA LÚCIA MARQUES TURRIANI SIQUEIRA

**Rede para escutas marginais:
uma guerrilha armada de escuta**

Versão Corrigida

São Paulo
2024

ANNA LÚCIA MARQUES TURRIANI SIQUEIRA

**Rede para escutas marginais:
uma guerrilha armada de escuta**

Versão Corrigida

Tese apresentada ao programa Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Doutora em Ciências.

Orientadora: Profa. Dra. Sandra Regina Nunes Chaves

São Paulo
Março de 2024



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Anuência do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): Anna Lúcia Marques Turriani Siqueira

Data da defesa: 08/11/2023

Nome do Prof. (a) orientador (a): Sandra Regina Nunes Chaves

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento ao Sistema Janus e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 08/03/2024

(Assinatura do (a) orientador (a))

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

T961r Turriani Siqueira, Anna Lúcia Marques
Rede para escutas marginais: uma guerrilha armada de escuta / Anna Lúcia Marques Turriani Siqueira; orientadora Sandra Regina Nunes Chaves - São Paulo, 2024.
277 f.

Tese (Doutorado)- Programa de Pós-Graduação Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades da Universidade de São Paulo. Área de concentração: Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades.

1. memória coletiva. 2. psicanálise. 3. políticas públicas. 4. formação. 5. interdisciplinar. I. Chaves, Sandra Regina Nunes, orient. II. Título.

Nome: TURRIANI SIQUEIRA, Anna Lúcia Marques

Título: **Rede para escutas marginais: uma guerrilha armada de escuta.**

Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutora em Ciências

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dra.

Andréa Máris Campos Guerra

Instituição:

Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

Julgamento:

Prof. Dr.

Gastão Wagner de Sousa Campos

Instituição:

Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP

Julgamento:

Prof. Dr.

David Pavón-Cuéllar

Instituição:

Universidad Michoacana de San Nicolás de Hidalgo - UMSNH

Julgamento

Ao mestre Soró, José de Souza Queiroz, *in memoriam*,
cujo olhar e confiança foram reconhecimento que possibilitou
travessia e fôlego para seguir quando o céu começou a desabar.

À toda a minha rede, sobretudo de mulheres, cujo afeto, escuta e coragem
oferecem cuidado e ferramentas para transformar a colonialidade, dentro e fora.

A toda criança Theo e a todos os eres.

Agradecimentos

Às pessoas que topam bancar sonhos coletivos. Agradeço a elas em primeiro lugar pela confiança, pela aposta, por arriscarem o corpo e comprometerem a palavra mesmo quando ainda não se sabe ao certo o que fazer ou aonde chegar.

Também a todas as pessoas que têm a coragem de criticar sem se desimplicar: analisar falhas, furos e repetições que nos alertam das contradições que precisam de deslocamentos coletivos ou inevitavelmente ficaremos aprisionados nas reproduções da colonialidade.

Às mais velhas e aos mais velhos que pavimentaram nosso caminho até aqui. Às mestras e mestres, cuja experiência, afeto e conhecimento resgatam-nos da insanidade.

Às minhas mães, que além de me protegerem como podem, me ensinam a ler o mundo, os livros e o corpo para ter as melhores armas para lutar.

Às montanhas, vales e lagos, às cachoeiras, rios e mares. Às abelhas, beija-flores, besouros e formigas, exemplo diário de organização, luta, doçura e beleza.

Às entidades que sempre me acompanharam, protegeram-me e apontaram-me caminhos e luz quando tudo parecia escuridão e desamparo.

Não queria ser o mar
Me bastava a fonte
Muito menos ser a rosa
Simplesmente o espinho
Não queria ser caminho
Porém o atalho
Muito menos ser a chuva
Apenas o orvalho
Não queria ser o dia
Só a alvorada
Muito menos ser o campo
Me bastava o grão
Não queria ser a vida
Porém o momento
Muito menos ser concerto
Apenas a canção
O Ouro afunda no mar
Madeira fica por cima
Ostra nasce do lodo
Gerando pérolas finas

Ederaldo Gentil, 1975

RESUMO

TURRIANI SIQUEIRA, A. L. M. **Rede para escutas marginais: uma guerrilha armada de escuta.** 2024. 277 f. Tese (Doutorado em Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024.

A presente tese teceu-se a partir da sistematização de um conjunto de atividades formativas, de viés clínico-político, realizadas entre 2021 e 2023, oferecidas a trabalhadores do SUS e SUAS, jovens moradores de territórios periféricos, graduados em psicologia ou outras áreas afins ao campo da saúde mental, movimentos sociais e psicanalistas. Ela se compôs nos interstícios da memória coletiva com diversas áreas do saber que nos emprestam conceitos para elaborar e sustentar o compromisso com um horizonte ético político revolucionário. Esta tese assentou-se na práxis. É uma tese assentamento, que ocupa algumas terras improdutivas da ciência moderna, da universidade e das políticas públicas, monta seus barracos e cultiva em solo fértil ideias rebeldes e nutritivas. Isso para dizer que o trabalho aqui sistematizado aconteceu em mutirão e, portando, esta tese ocupou-se pouco em reproduzir a lógica acadêmica, de pesquisa conceitual, recortes determinados de tal temática ou campo, à luz de qual ou tal autor ou teoria, ou mesmo no delineamento de objetos. O que temos aqui é a sistematização de uma construção coletiva, a partir de meu testemunho como cocoordenadora em uma experiência formativa que estava em construção. Na coluna vertebral desta experiência formativa esteve a práxis e em suas bases, nas articulações de suas pernas, a psicanálise, o marxismo, a psicologia social comunitária, a saúde coletiva, a cartografia social, o feminismo comunitário e negro, as teorias *queers*, os pressupostos ético-políticos das teorias anticoloniais e descoloniais, a educação popular e outras práticas libertadoras. Seus braços foram a ação junto ao território. Já sua cabeça, de onde parte o sistema nervoso central, o organizador de todo seu funcionamento, foram a escuta e a práxis clínica orientada pela memória coletiva. A metodologia que aqui pôde ser sistematizada deve ser entendida desde uma espiral. Uma espiral metodológica cujo fio condutor buscou ser a escuta deslocando-se entre fortalecimento das lutas populares/necessidades do território; sistematização/levantamento de indicadores; grupo de discussão a partir das próprias experiências profissionais; recursos críticos para o pensamento (aulas, lives, mesas, jornadas); articulação territorial; revisão metodológica; supervisão; validação comunitária; construção de caso; entrevistas; grupo de estudos; grupos de trabalho; sínteses reflexivas; metodologias comunitárias; ação no território/fortalecimento das lutas populares. A espiral aqui apresentada variou, em sua circulação e velocidade, respeitando uma organicidade em relação aos seus processos internos, afetada sobremaneira por necessidades e anseios manifestados durante os 30 meses que duraram as atividades formativas. Duraram, pois elas não tiveram continuidade. A escrita da tese também foi espiralar, entre a memória, a experiência e a teoria, buscando não apenas pensar essa experiência à luz da teoria como também devolver perguntas a essas teorias desde a experiência coletiva testemunhada. Visou dar a conhecer os métodos que compuseram este conjunto de atividades formativas, assim como pensar a importância do método nas lutas anticoloniais. O objetivo principal foi sistematizar um modelo de formação clínico política que demonstrou apoio aos trabalhadores das políticas públicas de saúde e assistência social, desde os movimentos populares e para os movimentos populares. Como fortalecer o público sem fortalecer o Estado foi uma das perguntas que orientou.

Palavras-chave: memória coletiva, psicanálise, políticas públicas, formação, interdisciplinar.

RESUMEN

TURRIANI SIQUEIRA, A. L. M. **Red para escuchas marginales: una guerrilla armada de escucha.** 2024. 277 f. Tese (Doutorado em Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024.

Esta tesis se teje desde la sistematización de un conjunto de actividades formativas, de orientación clínico-político, realizadas entre 2021 y 2023, ofrecidas a trabajadores del SUS y SUAS, jóvenes residentes en territorios periféricos graduados en psicología u otras áreas relacionadas con el campo de la salud mental, movimientos sociales y psicoanalistas. Se compone en los intersticios de la memoria colectiva con diferentes áreas del conocimiento que nos prestan conceptos para elaborar y sostener el compromiso con un horizonte ético político revolucionario. Esta tesis se asienta en la praxis. Es una tesis asentamiento, que ocupa algunas tierras improductivas de la ciencia moderna, las universidades y las políticas públicas, instala sus chozas y cultiva ideas rebeldes y nutritivas en suelo fértil. Es decir, el trabajo aquí sistematizado viene desde el esfuerzo colectivo y, por eso, no hace esfuerzo para reproducir la lógica académica, de investigaciones conceptuales, o secciones dedicadas a ese o aquel tema, campo, concepto, a la luz de cuál o tal autor o teoría, menos aún en delimitar un objeto. Qué tenemos aquí es la sistematización de una construcción colectiva, a partir de mi testimonio como coordinadora en una experiencia formativa que estaba en construcción. En la columna vertebral de esta experiencia formativa estebe la praxis y en sus bases, en las articulaciones de sus piernas, el psicoanálisis, el marxismo, la psicología social comunitaria, la salud colectiva, la cartografía social, el feminismo comunitario y negro, las teorías queer, los supuestos ético-políticos de las teorías anticoloniales y decoloniales, la educación popular y otras prácticas liberadoras. Sus brazos fueron la acción caminando a lo largo y a la par del territorio. Su cabeza, de donde se originó el sistema nervioso central, organizador de todo su funcionamiento, fueron la escucha y la praxis clínica guiada por la memoria colectiva. La metodología que aquí pudo ser sistematizada debe ser entendida desde una espiral. Una espiral metodológica cuyo hilo conductor es la escucha, desplazándose entre el fortalecimiento de las luchas populares/necesidades del territorio; sistematización/reconocimiento de indicadores; grupo de discusión basado en las propias experiencias profesionales; recursos críticos para el pensamiento (clases, *lives*, mesas, seminarios); articulación territorial; revisión metodológica; supervisión; validación comunitaria; construcción de casos; entrevistas; grupo de estudios; grupos de trabajo; síntesis reflexivas; metodologías comunitarias; acción en el territorio/fortalecimiento de las luchas populares. La espiral aquí presentada fue variable, en su circulación y velocidad, respetando una organicidad en relación a sus procesos internos, afectada sobremanera por necesidades y deseos manifestados durante los 30 meses que duraron las actividades formativas. Duraran, pues ellas no tuvieron continuidad. La redacción de la tesis también fue espiralar, entre la memoria, la experiencia y la teoría, buscando no solamente pensar esa experiencia a la luz de la teoría como también devolver preguntas a estas teorías desde la experiencia colectiva testimoniada. Tuvo como objetivo dar a conocer los métodos que integraran este conjunto de actividades formativas, así como pensar la importancia del método en las luchas anticoloniales. El objetivo principal fue sistematizar un modelo de formación clínico política que se demostró apoyo para trabajadores de las políticas públicas de salud y asistencia social, desde movimientos populares y para movimientos populares. Cómo fortalecer la cosa pública sin fortalecer al Estado es una de las preguntas orientadoras.

Palavras-chave: memoria colectiva, psicoanálisis, políticas públicas, formación, interdisciplinar.

ABSTRACT

TURRIANI SIQUEIRA, A. L. M. **Mesh for marginal listeners: an armed listening guerilla**. 2024. 277 f. Tese (Doutorado em Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024.

This thesis is based on the systemization of clinical-political training activities, carried out between 2021 and 2023, offered to workers from the national healthcare systems SUS and SUAS, young people living in marginalized communities with degrees in psychology or other areas related to the field of health and social movements, and professional psychoanalysts. The training activities are composed of dialogue between collective memory and several areas of knowledge aimed at elaborating and sustaining commitment to a revolutionary political and ethical ethos. This thesis is based on praxis. It is a settlement thesis, which occupies some unproductive lands of modern science, the university and public policies, sets up its shacks and cultivates rebellious and nutritious ideas in fertile soil. This is to say that the work comes in a collective effort and is little concerned with reproducing the academic logic of conceptual research or a specific cut of such a theme or field, in the light of this or that author or theory. What we have here is the systematization of a collective construction, based on my testimony as co-coordinator in a training experience that was under construction. Its backbone is praxis and its bases, in the articulations of its legs, are psychoanalysis, Marxism, community social psychology, collective health, social cartography, black feminism, queer theories, ethical-political assumptions of anticolonial and decolonial theories, popular education and other liberating practices. Your arms are the action next to the territory. Its head, from which the central nervous system, the organizer of all its functioning, departs, is listening and clinical practice guided by collective memory. The methodology that could be systematized here must be understood from a spiral. A methodological spiral whose common thread is listening, shifting between the strengthening of popular struggles/territory needs; systematization/ indicators survey; discussion groups based on their own professional experiences; critical resources for thinking (classes, lives, tables, conferences); territorial articulation; methodological review; supervision; community validation; case construction; interviews; study group; working groups; reflective syntheses; community methodologies; research lab; action in the territory/strengthening of popular struggles. The spiral varies in its circulation and velocity, respecting an organicity in relation to its internal processes, greatly affected by needs and desires expressed during the 30 months that the training activities lasted. They lasted, because they had no continuity. Writing the thesis is also spiraling, between memory, experience and theory, seeking not only to think about this experience in the light of theory but also to return questions to these theories from the collective experience witnessed. It aimed to make known the methods that made up this set of training activities, as well as think about the importance of the method in anti-colonial struggles. The main objective was to systematize a political clinical training model that demonstrated support for workers in public health and social assistance policies, from popular movements to popular movements. How to strengthen the public without strengthening the State is one of the guiding questions.

Keywords: collective memory, psychoanalysis, public policies, training, interdisciplinary

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Fluxograma das atividades formativas	146
Figura 2	Esquema metodológico em espiral	147
Figura 3	Espiral Metodológica de Liliana Parra-Valencia	176
Figura 4	Interdisciplinaridade como ir e vir entre diferentes disciplinas	176
Figura 5	Interdisciplinaridade como ruptura da perspectiva disciplinar	176
Figura 6	Ir e vir mecânico - início dos ciclos formativos	181
Figura 7	Compreensão da reflexividade de modo orgânico – meio do percurso	183
Figura 8	Reflexividade incorporada pelo processo	184
Figura 9	Corpo-átomo da materialidade subjetiva do processo	185
Figura 10	Espiral em gira metodológica	186

LISTA DE SIGLAS

APSP Associação Paulista de Saúde Pública
CA-MJ Comissão de Anistia do Ministério da Justiça
CAPS Centro de Atenção Psicossocial
CELACC-ECA-USP Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo.
CEH Comisión para el Esclarecimiento Histórico
CERP Centro de Estudos em Reparação Psíquica da Clínica do Testemunho nas Margens
CFAC Centro de Formação em Artes e Comunicação da UFSB
CIA Central Intelligence Agency
CNV Comissão da Verdade do Brasil
CPR Comunidad de población en resistencia
CRAS Centro de Referência de Assistência Social
CRAVI Centro de Referência e Apoio à Vítima
CREAS Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CT Clínicas do Testemunho
CTM Clínica do Testemunho nas Margens
IPA Associação Internacional de Psicanálise
IPUSP Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo
MSE Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto
NEP Núcleo de Estudos em Psicanálise
NIGS Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades
NPV Núcleo de Proteção à Violência
NUPLIC - PUC/SP Núcleo de Pesquisa em Lógicas Institucionais e Coletivas
OMS Organização Mundial da Saúde
PPGHDL Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades
FFLCH Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
PNSIPN Política Nacional de Saúde Integral da População Negra
PPGS-UFSCar Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos
PSOPOL Laboratório Psicanálise Sociedade e Política
PUC-SP Pontifícia Universidade Católica – SP
RBMC Rede Brasileira de Mulheres Cientistas
REHMI Proyecto Interdiocesano de Recuperación de la Memoria Histórica
SUAS Sistema Único de Assistência Social
SUS Sistema Único de Saúde
UBS Unidades Básicas de Saúde
UERJ Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFABC Universidade Federal do ABC
UFF Universidade Federal Fluminense
UFRGS Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSB Universidade Federal do Sul da Bahia
UFSC Universidade Federal de Santa Catarina
UNIFESP Universidade Federal de São Paulo
URSI Unidade de Referência à Saúde do Idoso
UNAS União de Núcleos, Associações dos Moradores de Heliópolis e Região
UnB Universidade de Brasília
USP Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
Ato em rede	15
Ensaio em rede	21
Tese em rede	36
1. ARCOS DE MEMÓRIA	43
1.1 ARCO I – NINGUÉM EXISTE FORA DO PRÓPRIO TEMPO/FORA DA HISTÓRIA	44
1.2 ARCO II – O TRAUMA, WALTER BENJAMIN E O CONCEITO DE EXPERIÊNCIA	49
1.3 ARCO III – A GUATEMALA E A VIOLÊNCIA POLÍTICA	51
1.4 ARCO IV – MEMÓRIA COLETIVA OU RESISTÊNCIA DOS POVOS	62
1.5 ARCO V – HABITAR A MEMÓRIA COLETIVA	66
1.6 ARCO VI – A CLÍNICA E O TESTEMUNHO	75
1.7 ARCO VII – UMA GUERRILHA ARMADA DE ESCUTA	81
2. ARCOS METODOLÓGICOS E ORGANIZACIONAIS	93
2.1 ARCO VIII – PROTO-ORGANIZAÇÃO	101
2.2 ARCO IX – REFLEXÕES SOBRE A ORGANIZAÇÃO EM EIXOS	104
2.3 ARCO X – SOCIOGÊNESE E RACIOCÍNIO DIAGNÓSTICO	111
2.4 ARCO XI – PESQUISA, CUIDADO, MOBILIZAÇÃO E COOPERATIVA	119
2.5 ARCO XII – DO ESTÁGIO AO APRIMORAMENTO	132
2.6 ARCO XIII – PROTO-INSTITUIÇÃO	136
3. CIÊNCIA E MÉTODO PARA TERAPÊUTICAS-UTÓPICAS	148
3.1 ARCO XIV – A CIÊNCIA E A CLÍNICA ALÉM DA MODERNIDADE	154
3.2 ARCO XV – EPISTEMOLOGIAS E TERRITÓRIOS PARA TERAPÊUTICAS UTÓPICAS	165
3.3 ARCO XVI - EXERCÍCIOS SOBRE O MÉTODO	175
3.4 ARCO XVII – GIRA METODOLÓGICA ENTRE MARXISMO, PSICANÁLISE E LETRAMENTO	187

4. ENGENDRAR SONHOS	203
4.1 ARCO XVIII – DESLOCAMENTOS	205
4.2 ARCO XIX – DDs: <i>QUANDO TEM ESCUTA E TROCA, TEM RESULTADO</i>	211
4.3 ARCO XX – RECURSOS CRÍTICOS PARA O PENSAMENTO	217
4.4 ARCO XXI – RECURSOS CRÍTICOS E AFETIVOS PARA OS SENTIMENTOS	223
4.5 ARCO XXII – O CORPO, UNIDADE QUE NUNCA VEIO	229
4.6 ARCO XXIII – QUER CAUSAR COM A GENTE?	232
5. IMPASSES, ANGÚSTIAS E CONCLUSÕES	238
5.1 ARCO XXIV – BRANQUITUDE, CADEIAS SIGNIFICANTES E AMOR CANÔNICO	245
5.2 ARCO XXV – DA COGESTÃO A CONGESTÃO	253
5.3 ARCO XXVI – CONDIÇÕES MATERIAIS DE EXISTÊNCIA	258
REFERÊNCIAS	263

INTRODUÇÃO

A ideia de que o mundo está acabado é uma ótima desculpa para a gente não fazer nada, e é mais fácil a gente acreditar que o mundo em que nós vivemos pode acabar, do que que nós sejamos capazes de introduzir mudanças nesse mundo. O que é duma cretinice escandalosa. Além da preguiça, além da falta de coragem, ele denuncia também um cretinismo, que seria um empobrecimento do espírito. Nós temos que ter capacidade de mudar o mundo que nós estamos habitando, principalmente quando nós sabemos o dano que nós estamos causando com nossa maneira de estar aqui. Não é por estarmos aqui. Essa casa comum, ela é um lugar maravilhoso para a gente coabitar com todos os outros seres que existem. Nós somos bem-vindos aqui, a questão é que quem não é bem-vindo aqui é nosso modo de estar aqui. Nós estamos do jeito errado aqui na terra.

Ailton Krenak, **Selvagem**, 2018

Ato em rede

Era dia de supervisão, espaço destinado para que as pessoas profissionais do SUS e SUAS pudessem trazer questões sobre casos que atendem. Estávamos vindo de uma sequência de encontros em que fizemos breves exercícios sobre raciocínio clínico¹. O que se apresenta como sintoma? Que informações temos para pensar sobre as causas? E a partir dessa correlação, entre causa e sintoma, quais terapêuticas possíveis? Um exercício interdisciplinar, de emprestar o raciocínio clínico para “fora da clínica”, como modo de ampliar a capacidade analítica dos profissionais das redes de Saúde e Assistência Social.

Quem trouxe o caso foi Laudelina², educadora, que está há mais de 7 anos naquele serviço: um serviço de contraturno escolar parte do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) de uma cidade no interior do Estado de São Paulo. O serviço está num território periférico e vulnerabilizado, construído por ocupações e alvo do mercado imobiliário. Laudelina tem personalidade forte, palavra firme e compromisso ético-político admirável. Não se submete às lógicas de hierarquização profissional que os serviços impõem, que determinam via salário e profissão quem tem mais direito de opinar ou dar veredictos. Assim, em escala, médicos e juízes,

¹ O que compreendemos como raciocínio clínico e o modo como orientamos o trabalho a partir dele, será apresentado ao longo dos capítulos.

² Nome fictício escolhido em homenagem a Laudelina de Campos Melo (1904-1991), ativista negra, sindical, militante do partido comunista, pioneira na luta por direitos das trabalhadoras domésticas no Brasil, fundadora do sindicato da categoria.

psicólogos, assistentes sociais, enfermeiros, educadores, formam a pirâmide do saber dentro das redes de saúde e assistência social, na qual o pessoal da limpeza passa longe de ser entendido como parte das equipes. No SUAS as coisas ficam ainda mais graves quando impera a hierarquia entre serviços. Nesses casos, as conclusões de um serviço de média complexidade³, mesmo que baseadas em coisa nenhuma, são veredicto sobre a pessoa atendida na atenção básica.

Desde o primeiro encontro das atividades formativas, Laudelina e seu companheiro de trabalho, Tito⁴, escutavam com a mesma implicação com que falavam e demonstravam aguda lucidez sobre o funcionamento das políticas públicas naquilo que elas operam da violência. Inclusive, relatou Laudelina em um encontro em que fazíamos um exercício reflexivo a partir das perguntas “quando um sofreu algum tipo de discriminação?” e “quando eu discriminei alguém?”, que ao chegar em uma instituição para fazer a entrevista de emprego e perguntar ao segurança da entrada onde era o lugar, foi encaminhada para a ala ambulatorial, como se tratasse de uma internação voluntária. Apenas quando chamada pelo psicólogo depois de algum tempo esperando, e ele lhe perguntar onde estavam seus pertences pessoais, que ela pôde dar sentido à suspeita de que estava no lugar errado e, com sorte, pôde esclarecer o mal-entendido antes de ser internada na ala psiquiátrica. Laudelina se autodeclara uma mulher parda.

Ao longo das atividades formativas – em que toda a equipe do serviço de Laudelina e Tito também usufruíram de um espaço específico mensal de supervisão no último ano e meio – escutamos sobre um trabalho permanente de luta e resistência voltado ao cuidado das crianças do território. Não bastasse os problemas vividos cotidianamente pelas famílias e crianças, ainda precisam lidar com uma rede de assistência social ensurdecida, que age à revelia dos interesses da população e que “destrói em 1 hora de conversa com a família o que demoramos 3 anos para construir”, desabafa a equipe em uma supervisão contratada pela instituição. Certa feita,

³ De modo resumido, há uma divisão entre os serviços referentes às situações de vulnerabilidade e risco. Assim, a atenção básica oferece atendimento às famílias e indivíduos que não tiveram direitos violados e cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos. Os de média complexidade são aqueles cujos direitos foram violados, mas os vínculos não foram rompidos, e o contrário. Os de alta complexidade são aqueles cujos direitos foram violados e vínculos foram rompidos. É comum que um serviço de média complexidade considere uma situação de perda de vínculos ou de perda de direitos de um usuário, sem antes conversar com o trabalho que vem sendo realizado pela atenção básica no sentido da sustentação de vínculos e garantia de direitos, passando por cima e deslegitimando trabalhos longos realizados por equipes inteiras.

⁴ Nome fictício escolhido em homenagem a mestre Tito, Tito de Camargo Andrade (1818-1882), importante curandeiro conhecedor do poder medicinal das plantas. Liderança importante da irmandade de São Benedito.

questionada por uma psicóloga que evocou o conselho de ética de psicologia para silenciar Laudelina, esta contestou: “- eu sou educadora, e não preciso de conselho para ter ética”.

Foi com esse espírito que escutamos o primeiro caso trazido por eles para supervisão. Decidiram por trazer aquele caso pois já tinha algumas semanas que tentavam exercitar o raciocínio clínico junto com outros colegas do serviço para pensar o manejo daquela criança, considerada pela equipe “o caos” do serviço

Theo Macumba. Um garoto de aproximadamente 10 anos, que frequentava o serviço há bastante tempo junto de seus irmãos. Nos contam que ele tem o poder de desorganizar qualquer atividade da qual participe. Do nada sai brigando com outra criança, tanto por competição como também, às vezes, para proteger outra pessoa. Não respeita ninguém da equipe e xinga com tudo que é tipo de coisa feia. Nesse momento, pedimos para Laudelina não se acanhar em dizer as palavras que ele falava quando xingava, lembrando que os significantes importam. Em sua maioria, eram palavras que remetiam a questões sexuais que ofendiam mulheres.

Laudelina contou que todos da equipe perdiam a paciência com ele, que ele a tirava do sério. Mas que observava que ele era cuidadoso com os outros colegas e com o irmão - quando não estavam se batendo. Se alguém dava uma bala para ele, rapidamente dizia, “tem mais uma pra eu dar pro meu colega também?”. O garoto pedia colo com frequência e afirmava que ninguém gostava dele. Quando ia até a casa da avó escutava dizerem “- lá vem a macumba do Theo”.

Há umas semanas Theo chegou com um corte no pé e disse que sua mãe o mandou ir até o serviço para que fizessem o curativo. A equipe ficou incomodada, “aquilo não era uma enfermaria”, e começaram a dizer que “como que é possível que mãe não cuide nem do corte no pé do filho”. A partir dos recursos para o pensamento que vinha aprendendo nas atividades formativas, Laudelina começou a se perguntar por que aquilo estava incomodando tanto, sendo que vira e mexe vinha uma criança pedir curativo por se machucar no campinho de futebol em frente ao serviço.

Se dedicou a escutar, e percebeu a presença da mãe na cena como o grande elemento desorganizador da capacidade da equipe lidar com um simples curativo. Junto com Tito e outro companheiro, começam a escutar como o “ideal de mãe” que o serviço tinha, afetava os modos de manejo dos problemas. Esse foi o primeiro passo para que se reposicionassem, se interessando pela mãe de outro modo, interessados em escutá-la. Foi um giro!

Ao invés de focar na mãe que “não comparece”, que “não cumpre as obrigações de mãe”, Laudelina decidiu falar com ela por telefone, com disposição para escutar. Por que ele era o

Theo Macumba? Que apelido era aquele que determinava um garoto impossível? Logo no início da ligação já escutou a briga dentro de casa entre os irmãos, que eram 7. Pudemos pensar juntas nessa supervisão o que era ser uma mulher, com 7 filhos, se relacionando com um homem que não é o pai? Como se daria a narrativa sobre essa mulher dentro da família, na comunidade? Será que os xingamentos que Theo proferia sem censo não teriam relação com coisas que ouvia dentro de casa? A respeito da mãe?

Nas conversas com a mãe Laudelina escutou sobre o Theo macumba, transtorno, caos. E de ser escutada a mãe disse: “- ele é parecido comigo”. Com Laudelina, a mãe conseguiu falar tanto de Theo, como dela. Então aparece o menino que não é só desbocado, que xinga, como também o menino que divide o doce que tem, que dá suas roupas para outras crianças que tem menos que ele, e que se preocupa com o próximo.

Conversamos então sobre a possibilidade de subverter a leitura de “negligência” da mãe trazida pela equipe para pensar que o serviço pode operar como um lugar de referência, para Theo e para sua mãe, que não podem contar com outras estruturas de apoio, como o pai dos filhos, por exemplo, uma vez que o esposo não participa na criação dos filhos dela. A mãe e os filhos, são, antes, negligenciados pelo pai, do qual não se tem notícias. Desloca-se a mãe do lugar de negligente, para o lugar de quem busca apoio para uma tarefa que não é possível de se fazer sozinha. Ela precisa poder contar com os serviços da atenção básica e com toda rede de apoio, e Theo, uma criança, não apenas precisa poder contar como depende muito mais que ela das políticas de educação e assistência para se desenvolver. Naquele serviço, um serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, Theo encontraria a possibilidade de estabelecer laços seguros, inclusive para o conflito.

Laudelina contou, então, de outra cena, em que entram os dois em uma das salas do serviço e Theo começou a jogar todos os papéis para o alto, até Laudelina dizer que teriam que chamar a moça da limpeza. Quando Theo percebeu que aquela ação não se voltaria contra ela, e sim contra um terceiro, recolheu imediatamente todos os papéis. As hipóteses de Laudelina sobre a preocupação dele com o próximo se confirmavam e apontavam um ótimo prognóstico.

“- O problema agora, e porque trazemos o caso para supervisão, é que Theo quer vir todos os dias no serviço, e não dá, ele só pode vir um, por conta da rotatividade que precisamos fazer em cumprimento das diretrizes da pandemia. Conversei com a direção para ele vir dois, a coordenação autorizou, mas isso é justo com as outras crianças? O que fazemos?”

Pudemos elucubrar juntos sobre a figura do pai, a função paterna, a relação da lei na constituição da criança e como aquele espaço parecia operar como a borda para sustentar o corpo de Theo na relação com os outros. O serviço seria o espaço de explorar os limites? E se

fosse assim, como se posicionar? Como lei rígida, do não pode, ou por outras perspectivas de lei, enquanto laço, marcada mais pela solidariedade e menos pelo autoritarismo. Theo chegou ao serviço refletindo a anomia que vivem muitas pessoas do seu território, altamente vulnerabilizado, desamparado pelo Estado e sem políticas públicas verdadeiramente voltadas para a transformação da realidade local. Theo, assim como seu território, construído por ocupações e em permanente disputa com o grande capital empresarial da região, é sem contorno e sem bordas. Chegou atuando o mal-estar, como tantas crianças “desbordadas” fazem. Mal-estar que pertence a todos, inclusive à equipe que se questionava sobre os próprios limites dentro da rede e do território e se incomodava com as burocracias. Queriam, como Theo, arremessar protocolos para cima, denunciando o cinismo, o que não funciona, o que está feito para não funcionar. E a importância de, ao invés de obrigar a obedecer, dar bordas. “- Theo é um parceiro”, pudemos dizer. Nos espaços das atividades formativas trabalhamos desde a perspectiva que o serviço deveria estar para os usuários, nesse caso, as crianças, e não contra elas. Apontamos para Laudelina o quanto os conflitos que ela nos narrava desde sua chegada até nós, passavam por sua ética de trabalhar para e com as crianças, e não para o Estado: “-Theo é seu companheiro”.

Pudemos pensar também se as demandas anteriores da mãe não seriam relacionadas a colocar o serviço no lugar do pai, lugar de quem provê. Não avançamos muito pelas contribuições que a metapsicologia psicanalítica poderia dar pois há que respeitar os tempos de elaboração de cada pessoa, e cuidar sempre para não cair em interpretações selvagens. Como cada participante das formações querará se vincular com a psicanálise e com um estudo mais aprofundado de sua metapsicologia, fica a critério de cada um. O que buscamos garantir enquanto equipe, é uma estrutura de pensamento mínima para que as ideias e afetos possam circular a serviço da escuta dos usuários e da superação das formas de relação impostas pelo capitalismo.

Considerando o serviço-borda e o Theo-parceiro, pensamos na possibilidade de uma brincadeira em que ele fosse convidado a “integrar a equipe como um membro”. Assim, nos outros três dias ele ajudaria no acolhimento ao invés de ser acolhido, ocupando um papel que já era seu na dinâmica entre os colegas – um papel de cuidador. “- Façam macumba juntos”, disse eu, convocando o significativo para ressignificação da palavra. Um outro coordenador recorreu as epistemologias de terreiro e disse: “- Erê⁵ acolhe. Dá consulta. Erê é um exu-mirim, uma linha de fuga, pulsão de vida que precisa de contorno, de colo. Exu é o dono das encruzilhadas. E toda

⁵ Erê – do iorubá, brincar.

entidade precisa de uma *ekedí*⁶. A *ekedi* é quem cuida do orixá enquanto ele está incorporado, que toma conta, que dirige tudo. Theo é erê e é *ekedi*. Precisa de contorno e dá contorno”. Propomos à própria equipe, junto com Theo, recuperar e ressignificar “macumba”, fora dos preconceitos impostos pelo cristianismo, estudando outras epistemologias e cosmovisões.

A partir das tarefas que poderiam auxiliar nas demandas do serviço, pensamos juntos: “Theo também é alguém que escuta. Pode-se então, a partir disso, organizar tarefas que se relacionem com o que ele está escutando. Ele escuta que as pessoas têm fome, então pode-se propor fazer uma horta, por exemplo, produzir alimentos que servirão na merenda do serviço, e ele ficar responsável pelo plantio, regas, colheitas. Ele ser o guardião da horta e ela ser de sua responsabilidade. Desse modo ele poderá fortalecer o vínculo, mas sem ser exatamente um lugar de privilégio em relação às outras crianças, uma vez que será também um lugar de responsabilidade”.

Um mês depois dessa supervisão, Laudelina e Tito pediram para falar de Theo novamente. Seguiram fazendo as supervisões entre eles da equipe e pensando as estratégias de manejo. Contaram, então, que Theo encontrou recursos para pedir bordas através de dizer “- você vai me levar na sala lá de cima?”. Aquilo que poderia ser escutado como medo de tomar bronca, passou a ser entendido como desejo de ser levado para aquele lugar em que estará só ele, sendo escutado, podendo fazer distinção de si e outras crianças, e entre si e os irmãos.

A “sala de cima”, lugar para onde os educadores levam algumas crianças para conversar quando é necessário retirá-las do meio da confusão, também tem servido de borda para outras crianças. Uma delas, ao entrar com Tito na sala, sentou-se na cadeira, pediu para ele dois minutos, fechou os olhos com as mãos unidas e depois de algum tempo abriu os olhos dizendo “- pronto, já alinhei os chakras”, e voltou para o pátio para participar da atividade que antes não conseguia se vincular. Tito não precisou fazer nada além de acompanhá-la em sua travessia.

O laço entre Theo e Laudelina se estreitou. Na biblioteca ele escolheu o livro “Pererê”. Laudelina leu para ele sobre as características do Saci, contando de suas artimanhas e “redemoinhos”. Theo, que ainda não lia nem escrevia, perguntou como se escrevia e então desenharam juntos as letras no chão. Ainda, escreveram pelas mãos de Laudelina uma carta para o Saci, que foi pendurada em uma árvore e respondida por outro educador, a pedido de Laudelina. “As pessoas dizem que o saci não existe”, disse Theo a Laudelina, que o respondeu: “Eu vi o saci. E você, viu o saci?”. “Eu vi também. Mas dizem que ele é mau”. Na supervisão pudemos falar da importância de cenas como essa para desnaturalizarmos o racismo e outras

⁶ Ekedi – do iorubá, a zeladora do orixá.

formas de discriminação. Explicar na linguagem da criança sobre as associações entre ser mau e ser negro na sociedade brasileira. Ele perguntou: “- Por que não sou preto nem branco? Tira uma foto minha para a gente ficar olhando a minha cor”. Theo pediu para escrever saci no chão, Theo pediu para inscrever sua cor no mundo.

Laudelina e Tito contaram emocionados sobre os desdobramentos. Encantados com a própria possibilidade de trabalho. Riram, contaram causos das peripécias do Theo Macumba, do Theo Saci. Laudelina suspirou: “Não daríamos conta de dois Theos”. Tito exclamou: “Não existem dois Theos, mas tem o Marcinho, o Vitinho etc.”. Todos riram, e então pudemos falar sobre esses movimentos dos serviços de assistência social e educação de transformar crianças em uma coisa só, uma amalgama, uma máfia, impedindo que existam enquanto sujeitos, singulares.

Passadas outras semanas, Laudelina contou que Theo pediu para aprender a escrever. Buscou se vincular à escola novamente. Pediu para Laudelina que lhe arranjasse um caderno e que decorassem a capa pois ele queria fazer “aquela coisa que as pessoas escrevem da vida delas”.

- Ah, você quer fazer um diário?

- Isso!

- Mas você ainda nem sabe escrever, como vai fazer?

- Eu peço ajuda para outras pessoas, para elas escreverem para mim enquanto eu ainda estou aprendendo. Eu conto o que eu quero escrever e elas escrevem. Você me ajuda, também tem a vizinha.

Theo não apenas caminhou em seu letramento, como convidou o mundo para se letrar junto com ele. É um articulador da comunidade. Antes, dizia sobre seu futuro que queria catar latinha. Agora, diz que quer ser educador que nem Laudelina. Identificações necessárias para dar passagem ao desejo.

Ensaio em rede

São muitas as linhas que compõe o conjunto de atividades formativas que será apresentado, em um exercício cotidiano de confiar, fiar com, tecer junto. Tecer rede! Envolve diferentes espaços de troca, produção de pensamento, exercício analítico e estratégias de mobilização. Também de conflitos. Fios que se enlaçam para fazer resistência, para dar força e mobilidade ao tecido social em que estamos enodados. Estamos, nós, todas as pessoas que se consideram fios dessa rede. Como é rede, é um tecido não-todo, um tecido cheio de espaços

vazios, de furos. Um tecido que dá contorno e sustentação sem fazer fronteira entre o dentro e o fora; que nos permite ir e vir, habitar o entre.

Esta tese também é não-toda. Em tese, ela é um ensaio. É árduo o exercício de decantar, das tantas linhas que compuseram essas experiências formativas, de tantas histórias como a de Theo, Laudelina, Tito, o serviço e o território, as linhas que podem caber em uma tese, cujo objetivo é sistematizar uma série de experiência metodológica que sirvam à formação continuada de trabalhadores das políticas públicas de saúde e assistência social. Uma das ourelas escolhidas para dar passagem ao que deve ser dito aqui é o que localiza uma tese dentro do campo da pesquisa acadêmica e o que destas experiências metodológicas importa para a Universidade, o que faz deste ensaio, enquanto tese, um tecido de malha necessariamente menos aberta.

Não teria como estar de fora aquilo que foram as experiências clínico políticas de uma década de trabalho junto ao Coletivo Margens Clínicas, uma vez que, deste conjunto de relações, em coletivo, surgiu a própria trama que buscou dar orientação horizontal, sustentação e mobilidade para que o que se pode tecer como conjunto de atividades formativas; borda coletiva que sustentou a práxis, que acompanhou meus fluxos e meus transbordamentos, que foram anos de trabalho às voltas com a escuta dos efeitos psicossociais de pessoas violentadas pelo Estado.

O urdume não poderia ser outra coisa que o acúmulo de meus próprios pensamentos, afetos, experiências e elaborações, em um percurso formativo que envolve a dança, o meio ambiente, o teatro e a música, a história e a geografia, o marxismo e a teologia da libertação, a matemática e a psicanálise, as políticas públicas, as abelhas e as conversas ao redor do fogo; anos de percurso formativo que é também combativo, que é luta junto à psicologia crítica, aos territórios vulnerabilizados e às questões urgentes de tempo histórico que habito.

Por fim, o viés, as atividades formativas em si. O que atravessou diagonalmente minha experiência, da trama ao urdume, de uma ourela a outra. Ela dá maior elasticidade ao tecido, e, portanto, contém sua maior resistência. Curiosamente, no corte e costura, esse é o fio que guia a confecção de vestimentas com caimentos mais suaves e delicados. A força também está na sutileza.

O tema central desta tese é a sistematização dos métodos e estratégias de trabalho que foram sendo permanentemente desenvolvidos e melhorados para a realização das atividades formativas. Alguns deles desenvolvidos na última década por mim e pelo coletivo Margens Clínicas; outros deles desenvolvidos por parceiros de jornada e por mais velhos e mais velhas que generosamente partilham conhecimento e método desde a ética da memória coletiva;

outros tantos trazidos por professores e pessoas coordenadoras envolvidas; também aquela porção que se criou nos encontros dentro das atividades formativas.

Esta tese se propôs à sistematização dos métodos e estratégias de trabalho e à partilha dos alcances e impasses encontrados nisto que foi a tentativa de consolidar uma cooperativa de costurar utopias revolucionárias que servissem à formação continuada de trabalhadores, fossem eles das áreas de saúde, assistência social, educação, movimentos sociais e mobilizações populares; qualquer pessoa interessada na escuta como ferramenta revolucionária. Estas atividades formativas foram, elas mesmas, contribuições para pensarmos a ciência e o método dentro das humanidades; trabalho de escuta dos efeitos psicossociais de pessoas violentadas pelo Estado; alimento cotidiano para pensamentos, afetos, experiências e elaborações conjunta; formação e luta!

Apesar de buscar uma ourela para a tese e tentar reconhecer o sentido das linhas a partir da minha experiência, são muitos os fios, e inevitavelmente as histórias se confundem, os tempos se sobrepõem, as narrativas se misturam. Em alguns instantes nos deparamos com o testemunho de uma trabalhadora da rede e tudo respeitosamente se silencia para dar passagem a inscrição daquela história. Há momentos em que tudo se confunde e parece um devaneio coletivo. Bastante condizente com o nome que levou: Rede para Escutas Marginais - REM! O sonho também se fez necessário para elaborar os efeitos da violência escutados e vividos nesta jornada testemunhada que foi a REM, o Margens Clínicas, a minha trajetória, as pesquisas de tantos outros pensadores e pensadoras implicados com as dimensões do sofrimento. Sonho e testemunho, as atividades formativas foram. Sonho e testemunho esta tese é. O meu testemunho sobre este sonho coletivo. Sonho e testemunho, categorias caras à psicanálise.

Há quem diga que as atividades formativas propostas operaram como uma formação em psicanálise, mas antes, uma formação popular. O que ela se propôs a ser, como se definiu publicamente enquanto REM: “um conjunto de atividades formativas, de enfoque teórico-prático, com vistas ao enfrentamento dos efeitos psicossociais da violência estrutural do Estado”. Durante cada ciclo formativo, com duração de 18 meses, mobilizou-se uma série de saberes para compreender essa violência desde suas raízes capitalista-colonial-patriarcal-escravocrata, estruturantes da modernidade, e para investigar como ela produz efeitos traumáticos específicos “que aleijam os sujeitos da sensibilidade, da criatividade, da capacidade de expressão e autonomia”. Além da violência direta dos corpos de segurança pública contra os cidadãos, atentamos para outros dispositivos que performam e aglutinam discursos e práticas de assujeitamento, silenciamento, objetificação e exploração dos corpos.

Os objetivos publicizados da REM foram:

Com base nos conhecimentos mobilizados pelas teorias anticolonialistas de raça, gênero e classe em diálogo com a psicanálise, a psicologia social crítica e o marxismo, oferecer atividades formativas permanentes para pessoas vinculadas às redes de cuidado, acolhimento e enfrentamento, sejam elas lideranças comunitárias, agentes do território, artistas, educadores, assistentes sociais, psicólogues, psicanalistas, médiques, vinculadas ou não a serviços do SUS e SUAS. Apostamos que o desenvolvimento de uma prática clínica eticamente orientada para a escuta do sofrimento, de abordagem comunitária e pública, pode contribuir para a reconstituição subjetiva de pessoas afetadas pela violência, transformando capacidades criativas, formas de engajamento, articulação e produção de cultura no território. (REM, 2022)

O que se decanta nas linhas da tese é um exercício de ensaio desde uma experiência assentada na coletividade, com fins de buscar outras performances que evitem a “queda do céu”, inspirados por Kopenawa (2015), ou um ensaio de “ideias para adiar o fim do mundo”, junto com Krenak (2020). Ideias práxis! Há que habitar certo surrealismo nisso de lidar com a barbárie civilizatória. Não à toa o realismo fantástico latino-americano foi escola para os surrealistas europeus. O que é surreal, desde a perspectiva do cânone, para nós, “ladinoamefricanos”⁷, é estratégia cotidiana de sobrevivência.

Muitas pessoas teceram estas atividades formativas e eu teci esta tese. Ao longo dos capítulos a escrita se alternará entre 1ª pessoa do singular e 1ª pessoa do plural, uma vez que o que se encontra na tese é um testemunho, é minha perspectiva e expectativa sobre o processo, e também um exercício para sistematizar o conjunto das atividades formativas a partir de sua construção coletiva, e disso não seria possível falar sem a pluralidade de vozes e experiências que também deram seu testemunho neste percurso e contribuíram diretamente para tecermos rede e aprimorarmos métodos. Ainda assim, esse nós não é uníssono e há versões diferentes e conflitantes, que busquei deixar apontado nos momentos pertinentes. Que o que se escreve aqui possa ser entendido como meu testemunho, empenhado em organizar um texto de múltiplas vozes, o que sempre incorre no risco de me colocar no lugar de porta voz da memória, lugar do qual qualquer pessoa precisa ser deslocada. Não há uma história única nesse processo, menos ainda consensos. Ela se escreve a partir dos consensos possíveis, entre narrativas contraditórias e narrativas sobre relações contraditórias.

O conjunto das atividades formativas e a tese são tecidas:

⁷ Cf. “A categoria político-cultural de amefricanidade” (GONZALES, 2020, pp. 127-138).

- frente às mazelas⁸ oriundas do processo colonial-escravocrata, que culminaram em diversos “complexos psicoexistenciais” (FANON, 1952, p. 26) que emergem permanentemente em nossos laços e formas de vínculo, adoecendo-nos e contaminando diversas tentativas de organização coletiva, sejam institucionais ou não. Dadas as montagens coloniais que se reproduzem desde a estrutura, os conflitos transbordam dentro dos movimentos sociais e populares muitas vezes minando suas forças, levando à oposição entre “lutas por igualdade e justiça social” e “lutas por representatividade e reparação narrativa” (CARNEIRO, BARROS, 2023, p. 4). Ao invés de compreendermos o movimento dialético entre luta de classes e lutas identitárias e reconhecer que uma luta não deve existir sem a outra, observamos nas últimas décadas uma série de rupturas entre grupos e movimentos sociais e populares pela dificuldade de um diálogo que sustente o conflito gerado por reproduções estruturais machistas, racistas e classistas, que eclodem cotidianamente em nosso tecido social uma vez que ninguém escapa de suas reproduções e efeitos. Como mulher branca ocupando um lugar de coordenação geral e comprometida com a pesquisa acadêmica, pude experienciar este ponto de diversos modos, tanto como observadora de outras relações, como enquanto protagonista em situações que o racismo estrutural me favorecia em posições de saber-poder, o que demorei a perceber também por que exausta da sobrecarga de trabalho (voltaremos a este ponto);

- frente aos dilemas do que é disputar a ciência no âmbito da anticolonialidade e da valorização de saberes exteriores a ciência positivista, que não podem ser medidos ou validados a partir dos critérios internos dessa ciência, e ao mesmo tempo, da necessidade de encontrar caminhos dentro da ciência para que esses saberes possam ser reconhecidos;

- frente aos impasses de lutar por políticas públicas quando reconhecemos que políticas públicas dentro do Estado capitalista reproduzem as formas sociais⁹ do capitalismo e operam o braço não armado da violência de Estado;

⁸ O termo mazelas tem sido frequentemente empregado por Sueli Carneiro para referir-se aos efeitos deletérios que o racismo e outras formas de opressão produzem no Brasil. Cf. CARNEIRO, Sueli. Dispositivo de racialidade: a construção do Outro como não ser e como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Editora ZAHAR, 2023.

⁹ Conforme o filósofo e jurista Alysson Mascaro (2021), apesar dos sujeitos terem arbítrio, suas ações se dão “num contexto de formas sociais já existentes que os constituem e os constroem”. Essas formas sociais são “moldes ou constrições das relações sociais”, “bloqueios e repressões aos indivíduos”; “fôrmas constitutivas das possibilidades dos sujeitos. Operam tanto para impedir relações sociais que viessem a ser originais, abertas e indistinguíveis quanto, ainda, para estruturar relações sociais preferenciais, tornadas inexoráveis, desejadas”. Desse modo, são formas sociais “apropriação privada dos meios de produção, exploração assalariada do trabalho, acumulação, família, Estado, direito, racismo ou patriarcalismo, que são formas que se erigiram historicamente, mediante contradições, antagonismos, lutas. Formas sociais são constrições da sociabilidade que se mantêm porque impõem estruturas de reprodução social. A sociedade, ao dinamizar relações baseadas em tais formas constituintes e repressivas, não o faz porque assim o seja melhor, mas porque assim está estruturada, mantendo-se, daí, mediante a reprodução da exploração e das dominações já dadas” (MASCARO, 2021).

- frente às contradições de defender a importância da psicanálise como método de cura quando parcelas significativas de psicanalistas reproduzem a montagem colonial, estão presos às formas sociais do capitalismo e afastados do compromisso de transformações social tão caro à psicanálise.

Se há resistências à psicanálise estar como método de tratamento dentro dos sistemas públicos de saúde e assistência social (ou que ela esteja meio às escondidas junto a posição resiliente de muitos trabalhadores), podemos afirmar com certo acúmulo de pesquisas que não é por sua ausência de cientificidade ou a não comprovação das eficácias desse tratamento. Tal resistência responde aos interesses políticos atrelados à construção das políticas públicas; modelos que respondem a pactos; pactos que respondem às formas de operar dentro do capitalismo.

Não é apenas a psicanálise dentre os métodos eficazes que fica de fora. O que nos leva a perguntar: por que fica de fora aquilo que realmente serve à emancipação do sujeito, como a educação popular fora das políticas públicas de educação, a agroecologia e a permacultura fora das políticas públicas ambientais. Por que as creches e parques públicos não são, por exemplo, construídas a partir de abordagens montessorianas ou emmipiklerianas?¹⁰ Alguns ainda insistem em dizer que é porque são caras, que é porque são para poucos, que é porque demora muito, e as políticas públicas precisam ser eficazes no tempo e alcançar maior número de pessoas.

Além da pediatra Emmi Pikler (1902-1984) ter construído sua abordagem na escassez de recursos pós Segunda Guerra e com grande quantidade de crianças órfãs, utilizou-se basicamente de diálogo e ambientes seguros com objetos cotidianos diversos para as crianças desenvolverem autonomia, como bolas, caixas e potes (PIKLER, 1984; PIKLER-LÓCZY, 1999).

De contexto atual desvela-se a equivocada resposta – é para poucos, demora muito, são caras – no aumento significativo de residenciais terapêuticos como política dentro das RAPs (Rede de Atenção Psicossocial). Um modelo para poucos, demorado e caro, o que prova que não são exatamente esses os critérios que determinam a adesão a determinados métodos de cuidado dentro das políticas públicas, e menos ainda sua comprovação científica. Não precisamos de uma planilha de Excel para calcular que é mais barato manter os usuários de

¹⁰ Na cidade de São Paulo algumas creches têm avançado nessa disputa e já estão conseguindo orçamento e autorização para trabalhar desde essas abordagens pedagógicas. Sobre este tema, ver Kunsch, Graziela. “Uma sala de museu tornada creche”. Texto preparado para a revista Infâncias e Territórios, da Divisão de Educação Infantil da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo. Publicação prevista para julho de 2023

álcool e outras substâncias em um processo analítico de longo prazo¹¹, mesmo que com encontros diários de 1(uma) hora dentro dos CAPs (Centro de Atenção Psicossocial), do que manter alguns poucos “residentes” dentro de uma casa, com equipe 24h. Um novo modelo manicomial cujo isolamento, a narrativa religiosa, a “laborterapia”, a abstinência como método, contraria as evidências científicas produzidas pelo campo da redução de danos, retrocede no processo de reforma psiquiátrica iniciado na década de 70, e passa por cima da Luta Antimanicomial, que:

como nos lembra Passos e Pereira (2017), é acima de tudo um movimento social e coletivo que se dedica, com inúmeras bandeiras, à desconstrução do manicômio em suas diferentes formas (subjetiva, física, prática e de saber/poder) e combate a perniciosa relação entre loucura, sofrimento psíquico e uso de drogas à periculosidade e doença, lógica lesiva aos direitos humanos que promove manicomialização, medicalização e encarceramento em massa. (DAVID, 2022, p. 19)

É evidente e incontestável, sobretudo após tudo que vivemos durante a gestão federal de 2019-2022, que muitas das escolhas que gerem as políticas públicas passam longe do bem comum, da eficácia e da comprovação científica. Respondem, isso sim, ao racismo incrustado pela colonialidade brasileira, que resulta em um permanente sistema *manicolonial* de domínio e controle dos corpos, como diz Emiliano Camargo de David (2022). Sobretudo corpos pauperizados, não brancos e dissidentes de gênero:

Desde o golpe parlamentar de 2016 e da eleição de grupos de extrema direita aos poderes, a manicomialização se faz cultura e exercício, não apenas devido ao perfil da caquistocracia desse (des)governo, mas acima de tudo a um plano ético-político manicomial e genocida. A manicomialização retorna com força. Como exemplo, destacamos a revogação (por meio da Portaria n. 596, de 22 de março de 2022) do Programa de Desinstitucionalização para reinserção social de pessoas com problemas de saúde mental e usuárias de álcool e outras drogas, que estão (ou estiveram) internadas em hospitais psiquiátricos há mais de um ano, além dos diversos incentivos financeiros e políticos aos grupos donos de hospitais psiquiátricos/manicômios. (DAVID, 2022, p. 10)

¹¹ Vale questionar se a psicanálise não entra de vez no SUS – Sistema Único de Saúde, pela porta da frente como método de tratamento, porque a maioria dos psicanalistas não querem sair de seus pedestais, que são, antes de qualquer coisa, garantia de altos valores pagos por sessão. Obviamente que não seria possível sustentar análises dentro do SUS a partir da tabela de valores da IPA. Assim, a inserção do psicanalista como profissional remunerado pelo Estado tocava em questões delicadas do que se convencionou como prática do analista, para não dizer, que abalaria as bases de sua estruturação como campo formativo e de saber.

Como o anjo da melancolia que olha perplexo para o passado e vê os escombros da civilização, alegoria importante para o pensamento de Walter Benjamim, é necessário não sucumbir ao desânimo diante de tanta barbárie, e sustentar a certeza de que não podemos nos eximir desta tarefa de pesquisar “à contrapelo”. Não basta apenas que os métodos sejam eficazes, “a validação de um método não está em suas propriedades supostamente intrínsecas, mas em sua capacidade heurística, em sua contribuição para ‘desvendar’ o problema que demandou sua aplicação” (WALLERSTEIN, 1999). Recordemos, e isso é importante para pensar políticas públicas, que os métodos podem ser divididos em dois grandes modelos: os exatos e os heurísticos. Os exatos visam soluções ótimas do problema, considerando como ótimo não apenas os resultados, mas a melhor eficiência, o menor emprego de recursos. Já métodos heurísticos visam uma solução suficientemente adequada para o problema, mas não necessariamente ou comprovadamente a melhor do ponto de vista dos recursos.

Construir políticas públicas requer balancear aquilo que precisa de métodos exatos, como, por exemplo, vacinação como método ótimo no combate a determinadas doenças, independente de crenças religiosas e narrativas pessoais (salvo caso de alergias a componentes da vacina), e métodos heurísticos, como a atenção à saúde mental, que requer um Plano Individual de Atendimento (PIA), que considere as especificidades da pessoa atendida. O que se busca defender desde a psicologia e psiquiatria críticas é que não é possível tratar da saúde mental a partir de métodos exatos, como o diagnóstico por computadores ou o emprego de tratamentos medicamentosos padrões, para dar um exemplo. A singularização do tratamento, às vezes, traz impasses do ponto de vista da gestão pública, pois ela também precisa pensar o emprego adequado dos recursos. Há que seguir se debruçando em pensar metodologias de trabalho que equilibrem dinamicamente essa balança, principalmente quando falamos das violências estruturais, o que requer, necessariamente um trabalho ético-político *antimanicolonial* (DAVID, 2022).

Voltemos com uma dose de ironia ao caso dos residenciais terapêuticos e na sua capacidade “heurística” para “desvendar” o problema que demandou sua aplicação a partir de uma perspectiva de saúde *manicolonial*. Se o problema é a presença e circulação pela cidade de corpos desobedientes à ordem e ao progresso, desajustados ao sistema capitalista, então podemos inferir que o residencial terapêutico fez aproximações heurísticas pertinentes e emprega métodos válidos: uma solução suficientemente adequada, ainda que comprovadamente não a melhor, para o problema da necessidade de “higienização” das cidades, alienação e domesticação dos corpos. Ou ainda, a melhor do ponto de vista dos

paradigmas de segurança pública dominantes no Brasil, o que desvela o par presídio-manicômio como formas de controlar corpos dissidentes da branco-hétero-cisnorma.

A Luta Antimanicomial é, poderíamos dizer, um movimento de restituir ao campo da saúde o que está encarcerado no campo da segurança e do direito penal, ainda que disfarçado de interesse pelo cuidado em saúde mental. Os “métodos” do residencial terapêutico, e tantos outros nas políticas públicas de saúde, assistência e educação, respondem às demandas “civilizatórias” racistas e classistas de “limpeza e controle social”, a serviço da força de trabalho e produção de capital. Não à toa, serviços como o CAPs, a reforma psiquiátrica brasileira e a luta antimanicomial, tem influência de pensadores afetados pelo marxismo, como Foucault e Basaglia. O que está em jogo não é apenas que as políticas públicas usem os métodos mais eficientes. Sim, expulsar as políticas públicas para fora das formas capitalistas classistas, racistas e patriarcais, em direção a outros horizontes ético-políticos.

São pelos serviços do SUS e SUAS que chegam os problemas sociais enunciados na forma de seus sintomas: ansiedade, depressão, sonolência, dores corporais, insônia, agressividade, apatia, solidão, fragilidade, alcoolismo, desamparo. As correlações causais desses problemas, quando não passam despercebidas pelos profissionais, entram como explicações genéricas denunciando estigmas e preconceitos: desemprego, família desestruturada, abandono parental, mãe usuária, promiscuidade, ociosidade, descuido, entre outros, entram como causa, sem que sejam antes escutadas como efeito de um estado de vulnerabilidade anterior. Tal ensurdecimento se dá principalmente em profissionais da classe média, brancos e não racializados. O que buscaremos demonstrar é que isso não é por acaso e precisa ser cuidado com urgência. Primeiro porque não acolhe realmente o sofrimento dando o devido tratamento às causas; segundo, porque a maioria dos trabalhadores das políticas públicas não tem conseguido ir além de apagar incêndio, enxugar gelo e administrar a miséria, o que também produz enorme sofrimento; terceiro, porque esses trabalhadores são o povo, e quando unidos ao povo, às comunidades e territórios, fortalecem a luta popular contra o Estado capitalista, ao mesmo tempo que podem lutar por dentro das instituições melhorando a qualidade das políticas públicas e oferecendo atendimento digno às pessoas.

A partir de uma perspectiva freudomarxista, podemos pensar esses “sintomas” das relações sociais como efeitos das formas sociais do capitalismo:

As relações sociais são constituídas mediante formas sociais: as interações entre os sujeitos não são totalmente abertas e originais, mas moldadas por constructos sociais cuja coerção é imperativa. A dinâmica das relações sociais é, no limite, sempre determinada pelo modo de produção. Neste sentido,

estabelecem-se, no capitalismo, formas sociais inexoráveis para a sociabilidade presente: forma-mercadoria, forma-valor, forma-dinheiro, extração de mais-valor do trabalho assalariado, propriedade privada, Estado, direito.
[...]

Formas sociais surgem, interagem entre si e perecem. Pensar a dinâmica das formas sociais é compreender como as variadas relações sociais tomam forma, moldando inexoravelmente os vínculos que daí se estabelecem. Também é pensar como variadas formas sociais se articulam. E, ainda, como elas são transformadas, reconfiguradas ou, mesmo, superadas. (MASCARO, 2021)

Conforme Alysson Mascaro bem resume em “Formas sociais, derivação e conformação” (2019), “sociedades sob o modo de produção capitalista são determinadas pela mercadoria, num processo voltado à acumulação e regido pela forma-valor” (p. 9). No entanto, “é no nível produtivo que se articula a determinação social: o capitalismo, separando os trabalhadores dos meios de produção, enseja a extração de mais-valor da força de trabalho assalariada pelos capitalistas, erigindo um circuito de acumulação que se reproduz” (p. 9). Ou seja, não mais interessam “virtudes intrínsecas do produto” nem “qualidades do trabalho do trabalhador”. “Tal trabalho, que se torna indiferenciado, abstrato, permite uma equivalência entre as mercadorias que resultam de tal forma de produção” (p. 9). Dito de outro modo, o valor já não está mais em si mesmo, coisa ou trabalhador, mas apenas no “tempo de trabalho socialmente necessário para sua produção”. O intercâmbio entre mercadorias é, portanto, uma troca entre equivalentes de tempo de trabalho, resultando em um movimento geral de abstração do trabalho na produção de mercadorias e suas trocas uma forma geral do valor, que deságua na forma dinheiro”(p. 9). Esta última, por sua vez, “adquire um monopólio social de ser o intermédio geral das trocas mercantis, ganhando ainda uma condição específica monetária” (p. 9). Aqui, temos uma explicação sucinta da análise marxista sobre a redução do trabalho à forma mercadoria.

Mascaro, no entanto, propõe que pensemos como a forma mercadoria deriva em outras formas sociais - forma-valor, forma-dinheiro, extração de mais-valor do trabalho assalariado, propriedade privada, Estado, direito -, e como essas formas derivadas conformam umas às outras: “a determinação pela mercadoria impõe a equivalência geral como modelo de circulação e troca. Disso redonda uma sociabilidade de equivalência, que exatamente na igualdade e na liberdade opera a desigualdade e a constrição” (p. 10). Ou seja, “é pela autonomia da vontade de sujeitos tidos por iguais que se permite a exploração do trabalho e a extração do mais valor. Assim, a forma mercadoria e a forma valor de concretizam pelos sujeitos que as trocam” (p. 10). Desse modo, é através da “forma de sujeitos livres e iguais”, agindo no modo de produção e consumo do capitalismo, que “a cadeia das formas sociais da mercadoria, da dinâmica do valor e da acumulação” se consumam (p. 10).

A valorização do valor, a exploração do trabalho, a circulação mercantil e a apropriação dos meios de produção “só podem existir erigindo uma forma política estatal”. O que Mascaro tem conseguido elucidar cirurgicamente no campo da esquerda progressista é que o Estado é a instância de poder distinta do poder econômico, mas que de forma alguma tem condições de fazer frente a ele, uma vez que surge “constituindo o campo de possibilidades de ação do capital e, ainda, arbitrando a concorrência entre burgueses e entre estes e os trabalhadores” (p. 10). E nesse sentido, “o socialismo não é possível a partir da forma política resultante do capitalismo, inexistindo proveitos miraculosos de autonomia política deste” (p. 13).

Para compreendermos este ponto, e porque ele é importante neste trabalho, vamos a noção de conformação entre as formas sociais. Se dizemos que o Estado é burguês, não é apenas pelo controle da hegemonia burguesa, e sim por sua forma. Tudo reduzido à forma mercadoria resulta em todo valor reduzido a condição de propriedade de alguém, que pode ser comprado ou vendido:

Aqui está a determinação de todas as relações de apropriação: a circulação só pode se fazer mediante vínculos jurídicos, contratuais. Para tanto, um poder político terceiro em relação a todos os agentes da produção, o Estado, garantirá as propriedades dos proprietários. Esse conjunto funda a materialidade mais profunda das relações sociais. Os que não têm capital não logram sobreviver na sociedade a não ser vendendo sua força de trabalho também de modo mercantil – o assalariado. (MASCARO, 2021)

A regulação contratual para a compra e venda das mercadorias/propriedades privadas, portanto, erige a forma jurídica como derivação da forma mercadoria. Ainda, “trabalhadores e capitalistas se vinculam de modo igual e livre por contratos, transacionando a força de trabalho”.

Capitalistas e trabalhadores convertem-se em sujeitos de direito, numa equivalência para o vínculo que forja a desigualdade real, a exploração, a extração de mais-valor e o lucro. Tal forma de subjetividade jurídica impõe-se às individualidades, que, a partir daí, ou vinculam seus atos obrigatoriamente – vontade recíproca – ou se põe sob crime. Num modo de produção de separação entre trabalhadores e meios de produção, a subjetividade jurídica é a maneira pela qual o sujeito de direito tanto se afirma como portador de liberdade e igualdade na circulação quanto, ao mesmo tempo, se submete ao sistema de propriedade privada de alguns e às ordens de repressão e normatização social. Assim, o sujeito de direito é, em especial, sujeito pelo direito. Tal forma social de subjetividade jurídica é derivada da própria forma mercantil, de tal modo que o sujeito de direito, cidadão, portador de direitos, é uma interpelação especificamente capitalista ao indivíduo. Seu assujeitamento e sua sujeição, nos termos de Althusser e da psicanálise, encontram no direito um elemento-chave de sua formalização social e sua determinação. (MASCARO, 2019, p. 13-14)

Assim, há uma forma política estatal e uma forma subjetividade jurídica que impinge a sociedade as dinâmicas da forma mercadoria. Onde isso quer chegar? Primeiro, o Estado não apenas serve como braço armado e não armado da violência colonial no sentido de manter corpos subalternizados (e nisso dispõe do aparato jurídico para legitimar suas ações determinando às vítimas do Estado como sujeitos “que perderam o direito”), como ainda funciona de forma a fomentar a reprodução das formas sociais de exploração que reduz tudo a coisa nenhuma. Segundo, a subjetividade jurídica estabelece uma ficção do “como se fossemos iguais”, velando desigualdades estruturais e sobretudo, a violência mesma da forma trabalho em nossa sociedade.

Chegam aos serviços usuários que o Estado reduz a coisa nenhuma, seja pela violência institucional dos aparatos de repressão, seja pelo trabalho reduzido à força de trabalho produtora de mercadorias, seja pela perda de dignidade por servir ao capital apenas como exército de reserva e passar a maioria do ano desempregado ou com bicos e trabalhos informais. Os problemas sociais enunciados na forma de seus sintomas são lidos pela maioria dos trabalhadores do SUS e SUAS, não como problemas sociais decorrentes de uma sociabilidade marcada por desigualdade e constrição, sim por uma sociabilidade de equivalência na qual todos são “sujeitos de direitos” ao acesso dos serviços desde que cumprindo suas obrigações como “sujeitos de direitos”, cidadãos, respondendo às formas sociais do trabalho, da família, do consumo, da propriedade privada. Assim, quando falamos de políticas públicas, ao menos no modo como elas tem operado, estamos falando de um tipo de trabalho sobredeterminado pela forma política estatal e pela subjetividade jurídica. Tudo isso para dizer que, pensar em como contribuir para a construção de políticas públicas passa por um exercício complexo de não recair nas formas sociais do capitalismo, e estar atento aos modos como essas formas conformam-se umas às outras, é dizer, como a forma política estatal alimenta a subjetividade jurídica, e vice-versa, como ambas alimentam a lógica da propriedade privada, da família de bem, do trabalhador como cidadão digno de direito.

Escolher pela construção do público, do coletivo, do comum, do comum que não é o mesmo que igual, “de mesmo valor”, intercambiável, do comum que considera qualidades singulares, que tem espaço para as diferenças, não é uma escolha óbvia e nem fácil. Ainda mais quando público se confunde com Estado, e este, é o Estado capitalista. Forjado pela lógica da propriedade privada, do individualismo e da compreensão de trabalho como força de trabalho em detrimento da produção de riqueza social, este Estado participa da máquina de moer gente, ora sendo o óleo lubrificante, ora sendo as próprias engrenagens. Pois bem, como lutar pelo

público sem fortalecer o Estado? Como lutar contra o Estado capitalista e ficarmos atentos para não terminar reproduzindo as formas sociais do capitalismo? Essas perguntas foram orientadoras na elaboração e desenvolvimento das atividades formativas propostas.

O que será evidenciado através dos arcos narrados no capítulo I, é que ao Estado não interessam políticas públicas efetivas do ponto de vista da libertação dos corpos, é dizer, políticas públicas com potencial de romper com as formas sociais do capitalismo. Formas sociais determinadas pelos modos de produção de mercadorias, que culminam na redução do trabalho e do trabalhador à forma mercadoria ela mesma, determinada apenas por seu valor de troca. Não, ao Estado não interessa pensar:

[u]m conceito ampliado de trabalho que superasse a concepção restrita de trabalho produtivo, e que considerasse como digno de ser remunerado todo o esforço humano voltado para a produção de valores socialmente construídos. O trabalho sendo toda e qualquer atividade humana voltada para o atendimento de necessidades sociais. Um conceito de trabalho que transcenda o de postos de emprego oferecidos pelo mercado, o que implica na criação ativa de espaços de trabalho que considerem tanto o desejo e interesse do agente produtor, quanto às necessidades sociais. Tudo isto sustentado por meio de políticas públicas que objetivem tanto o bem-estar do público, quanto a expansão das possibilidades de trabalho. O trabalho como um dos caminhos necessários à própria constituição do Sujeito. (CAMPOS, 2002/2013, p. 46)

Já podemos afirmar com certo acúmulo¹² que as formas sociais do liberalismo e do neoliberalismo (modelos econômicos dentro do capitalismo) são produtoras de elevados graus de adoecimento e responsáveis pela manutenção de diferentes problemas sociais, incluindo aqui o racismo e as violências de gênero. É dizer, o mal-estar não é da civilização, é das formas sociais impostas na civilização determinada pelo capitalismo, da qual o Estado é partícipe. Ou ainda, mal-estar como resultado da imposição de um ideal de civilização que para se consagrar determina a colonialidade do ser, do saber, do poder e do gênero. A forma Estado que conhecemos, responde a essa determinação:

o mal-estar decorrente de suas violações [do Estado] alimenta a máquina capitalista que mantém em curso o projeto civilizatório, que por sua vez, sustenta a existência deste mesmo Estado e dos grupos hegemônicos que o controlam. Seria na forma Estado que a racionalidade moderna ocidental, intrinsecamente colonial, patriarcal e racista, teria encontrado o modelo de governança mais bem acabada - sobretudo em seus modelos capitalistas liberais

¹² Ver, por exemplo, os trabalhos realizados Priscilla Santos de Souza, Andrea Guerra, Érico Andrade, Miriam Debieux, Clarice Paulon, Pedro Ambra, Ian Parker, David Pavón Cuéllar, Vladimir Safatle, Nelson da Silva Junior, Christian Dunker, isso para citar alguns. Em 2021 o livro “Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico” (SAFATLE et al.), assentou em uma publicação grande parte do debate na atualidade.

- para o controle, submissão e exploração dos corpos. A violência da colonialidade, portanto, seria estrutural e estruturante do Estado moderno. (TURRIANI, 2021, p. 122)

Portanto, partimos da compreensão que as democracias ocidentais operam a violência política (TURRIANI, 2015; 2018a; 2021) e a Necropolítica (MBEMBE, 2018), um governo para a morte, uma estrutura de governo a serviço da reprodução das formas sociais do capitalismo, da colonialidade, da manutenção dos privilégios das classes hegemônicas, garantindo controle sofisticado e perverso dos corpos colonizados e subalternizados. O que tenho buscado defender desde o mestrado é que tal controle não conseguiria operar sem um perverso manejo da memória. O que me conduz a trabalhos voltados para atividades formativas como estas é a compreensão de que as políticas públicas de saúde, assistência social e educação, justamente por estarem reféns da política estatal, jogam papel decisivo nesse processo. Conforme argumenta Mascaro:

...as análises que derivam a política do capital são incontornáveis para uma compreensão científica da reprodução social presente. Nem o Estado é distinto da economia de mercado ou empecilho ao seu desenvolvimento, como faz pensar o neoliberalismo, nem a crise se resolve com regulações estatais salvadoras, dado que a forma **política estatal** tem a mesma sorte da **forma mercadoria e da forma valor**, da qual é derivada. A crise do capitalismo só pode se resolver com a superação ou com o colapso de tal modo de produção. (2019, p. 7, grifo nosso)

Isso posto, segue sendo urgente a tarefa coletiva de dar fim aos processos genocidas em curso nas Américas desde que o primeiro europeu aqui pisou e que se manifesta diariamente no assassinato dos povos indígenas, da população negra, pobre, no feminicídio, e nos crimes de homo e transfobia, seja pela violência direta do corpo de segurança do Estado (a polícia e o exército), do corpo de segurança-moral paraestatal, seja pelo “deixar morrer” da ausência de políticas públicas de saúde, assistência, saneamento e segurança, ou ainda, da ideologia capitalista que termina por ditar tanto os critérios de acesso e direitos às políticas públicas, como o funcionamento de tais políticas¹³.

¹³ Duas formas simples de compreender a força que opera as formas sociais do capitalismo sobre as políticas públicas e lutas populares são a saúde reduzida à mercadoria, como bem se evidenciou na pandemia, e o uso de pautas identitárias para criação de novas mercadorias, sem, contudo, alterar em nada os modos e meios de produção. Se alastram os *black Money* e *pink Money*, assim como mercados de terapias e cuidado com saúde que reproduzem modelos de empreendedorismo incapazes de escapar às formas valor, dinheiro e mercadoria impostas pelo capitalismo. A crítica não parte de uma perspectiva idealista como se houvesse meios de destruir o capitalismo fora do capitalismo. E sim, convoca para análise permanente das contradições, para que não reproduzamos opressão

o Estado não determina apenas quem deve morrer e quem deve viver, mas também “os que devem ter saúde mental, e os que podem viver atormentados em seu sofrimento produzido pelas condições sociais” e acrescenta que “é o Estado racista também que determina sob quais condições tratamos da saúde mental da população brasileira, que tipo de investimento, com quais psicologias e quais abordagens”. Alinhamo-nos assim à pergunta “o sofrimento mental da população negra não se deve às condições sociais [sociopolíticas e subjetivas] que a diáspora nos coloca?”. (SANTOS, 2018 apud DAVID, 2022, p. 22-23)

Considerando que civilização e barbárie (a ideologia construída para legitimar o racismo) não são pontos contrários em uma linha sobre a qual temos que caminhar, saindo da barbárie rumo à civilização (argumento que apoiou políticas eugenistas e de branqueamento, que, por sua vez, autorizou a violência sexual de milhares de mulheres negras e indígenas), e sim, o mesmo ponto na linha da história do ocidente; ou seja, considerando, que a civilização é a barbárie, ou como disse Walter Benjamin, que “nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie” (1940/1987, tese VII), portanto, que violência de Estado, capitalismo e civilização são marcos do ocidente, sustentados pelo colonialismo, racismo e patriarcado; ainda, que a ciência dessa civilização se beneficiou de apropriação e epistemicídios diversos, e que, mesmo nas disputas ideológicas no campo das ciências sociais e humanidades das últimas décadas as matrizes de pensamento fora da tradição moderna, civilizada, dificilmente são elevadas ao grau de conhecimento válido; tudo posto, que papel joga a ciência na construção de métodos partícipes da luta antirracista, anticlassista, antipatriarcal, anticapitalista?

Apenas nestas páginas já trago uma densidade de temas que foram abordados no percurso formativo aqui sistematizado e sobre os quais essa tese poderia se debruçar, e que talvez aqui pareçam assuntos “meio jogados”. Proponho pensarmos que são enlaçamentos que compõe a rede, e nesse momento, o interesse maior é compreender seu funcionamento. Somos muitas as pessoas na atualidade pesquisando com profundidade cada um desses pontos nodais. Tranquilizo-me ao não “dar conta” de aprofundar tantos temas sempre que tropeço em um texto em que fizeram o que eu me sentia no dever de fazer. Que bonito é perceber que tantas outras pessoas se inquietam com questões parecidas e se empenham na busca de caminhos. Que bom é poder caminhar ao lado. Aí está uma ética que inverte a lógica acadêmica de autoria, originalidade, corrida atrás de títulos, forma constituída e constitutiva do capitalismo.

quando estamos achando que produzimos libertação. Tampouco, achar que a superação das contradições se dará de modo espontâneo. O movimento, além de “sexy”, é dialético, é de luta orientada por um horizonte ético-político cujo mínimo esperado, é o fim desse sistema que há 500 anos deixa rastro de sangue por onde passa.

Os temas/conceitos sobre os quais me debruçarei, são aqueles que se apresentaram como necessários para seguir caminhando. As perguntas sem resposta são, por ora, garrafas lançadas ao mar buscando encontrar quem as esteja respondendo. Quem sabe não será este leitor de agora? O diálogo interdisciplinar convoca a habitarmos as lacunas, contradições, até mesmo os paradoxos. É um lugar de trincheira. Se me debruço em algumas perguntas e conceitos, é porque o pensamento não poderia seguir sem buscar algumas respostas. E se opto por um caminho mais político – ainda que tudo seja político – é por escutar de meu tempo histórico a carência da práxis. “Adornizados” demais, a produção crítica de conhecimento defende a produção teórica como práxis, mas se afasta da luta popular. Como ir à luta popular sem recusar o legado crítico que a apoia e que lhe dá recursos para sustentar e superar contradições? Questões deste tempo!

Tese em rede

Esta tese se assenta na práxis, na ação concreta. Essa ação concreta foi uma proposta formativa para que trabalhadores implicados com as lutas de transformação social ampliassem sua rede, seu repertório crítico e sua capacidade analítica frente à situação de violência patógena que vivemos, sejam eles profissionais da saúde, da assistência social, da educação, de movimentos populares e sociais, lideranças comunitárias, jovens recém-formados e/ou psicanalistas.

Uma tese assentamento, que ocupa algumas terras improdutivas da ciência moderna, da universidade e das políticas públicas, monta seus barracos com a utopia de outras formas de relação e produção, e cultiva em solo fértil ideias rebeldes e nutritivas. Isso para dizer que o trabalho aqui sistematizado aconteceu em mutirão e, portando, está tese ocupou-se pouco em reproduzir a lógica acadêmica de pesquisa conceitual, recortes determinados de tal temática ou campo, a luz de qual ou tal autor ou teoria, ou mesmo no delineamento de objetos. É uma sistematização a partir de meu testemunho como cocoordenadora em uma experiência formativa que estava ainda em construção.

Considerando como um dos principais entraves para a consolidação de uma sociedade plenamente democrática o passado colonial patriarcal escravocrata e suas feridas não tratadas, tais atividades formativas foram pensadas desde a compreensão que:

- O estabelecimento da modernidade como sistema-mundo¹⁴ global foi possível dada a determinação reflexiva (FAUSTINO, 2020) entre capitalismo, colonialismo, racismo e patriarcado, impostos tanto através da violência física contra os corpos não europeus, como da violência simbólica de assujeitamento que instrumentaliza memórias, domina narrativas históricas, apropria-se de culturas com fins de constituir o outro não europeu como não sujeito (TURRIANI, 2015; 2018);
- Esse sistema-mundo capitalista contou com a submissão-escravidão para exploração do trabalho, violência sexual, empobrecimento e vulnerabilização dos territórios colonizados para se consagrar¹⁵;
- Essa violência, capitalista-colonial-patriarcal-escravocrata, produz efeitos traumáticos específicos que aleijam os sujeitos da sensibilidade, da criatividade, da capacidade de expressão e autonomia¹⁶.

A partir desta compreensão histórica, política, sociológica e psicológica, propõe-se a escuta como elemento central, buscando pensar coletivamente desde perspectivas inter e transdisciplinares as possíveis formas de cuidado, tratamento e enfrentamento a tais efeitos psicossociais. O objetivo geral buscado nesse processo formativo era que as pessoas participantes ampliassem seu ferramental de ação e teórico-conceitual para atuar soluções radicalmente efetivas aos principais problemas que vivenciam.

Já o objetivo da tese foi sistematizar os antecedentes do que veio a ser proposto como conjunto de atividades formativas e os 30 meses de experiência ao redor dessa construção coletiva, de modo a podermos avaliar sua organização metodológica e os alcances e impasses encontrados. **O objetivo principal foi apresentar um modelo de formação clínico política que pudesse apoiar as pessoas trabalhadoras enredadas com a construção do comum, seja via políticas públicas ou movimentos sociais, naquilo que elas mesmas podem participar, fomentar e compor nos movimentos de luta popular contra o capitalismo, o racismo, o patriarcado e o colonialismo.** Como fortalecer o público sem fortalecer o Estado é uma das perguntas orientadoras.

Se a coluna vertebral destas atividades formativas foi a práxis, estiveram em suas bases, nas articulações de suas pernas, a psicanálise, o marxismo, a psicologia social comunitária, a

¹⁴ Conforme Wallerstein (1999), voltaremos a isso no capítulo 3.

¹⁵ Cf. por exemplo, RODNEY, Walter (1972) Como a Europa subdesenvolveu a África. São Paulo: Ubu, 2020. FEDERICI, Silvia. (2004) Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Ed. Elefante, 2019

¹⁶ Cf. por exemplo, DEBIEUX ROSA, Miriam. A clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento. São Paulo: Escuta, 2018.

saúde coletiva, a cartografia social, o feminismo negro, as teorias *queers*, os pressupostos ético-políticos das teorias anticoloniais e descoloniais, a educação popular e outras práticas libertadoras. Seus braços foram a ação junto ao território. Já sua cabeça, de onde partiu o sistema nervoso central, o organizador de todo seu funcionamento, esteve a escuta e a práxis clínica orientada pela memória coletiva.

De modo resumido, a estrutura de funcionamento destas atividades foi composta de 150h de aulas teóricas, 60 horas de grupos de discussão, 60 horas de supervisão, grupos de estudo, diálogos deliberativos, atividades práticas nos territórios.

Os objetivos específicos que orientam a organização destas atividades foram:

- Compreender os efeitos da quadrangulação capitalismo-racismo-patriarcado-colonialismo na estruturação e determinação das formas sociais de exploração na sociedade brasileira;
- Compreender conceitual e praticamente conceitos-chaves das teorias sociais anticoloniais, do marxismo, da psicanálise e psicologia social comunitária, da saúde coletiva e de outras teorias que auxiliem na luta popular por transformação das formas sociais vigentes;
- Ampliar a capacidade de escuta do sofrimento de pessoas em condições de vulnerabilidade social, bem como dos efeitos desse sofrimento no laço social;
- Compreender o papel do SUS e do SUAS na luta por democratização política no Brasil pós-ditadura, sobretudo a importância da luta antimanicomial, e os impasses para uma efetiva democracia, considerando-se o Estado capitalista;
- Favorecer a identificação das dinâmicas sociais, das relações de poder, conflito, exploração, exclusão, desigualdade e violência assim como de diálogo, mobilização social, lutas e resistência existentes nos territórios, em articulação com as redes socioassistenciais e de saúde;
- Possibilitar a construção de conhecimento coletivo sobre o território desde uma perspectiva comunitária que favoreça o reconhecimento de si como pessoas protagonistas e agentes de escuta;
- Reconhecer a conformação do tecido social de sua comunidade e as redes populares de enfrentamento à violência e às formas sociais do capitalismo;
- Fomentar o compromisso social e a participação das pessoas no enfrentamento à violência e às formas sociais do capitalismo nos territórios de atuação;
- Construir planos de ação e enfrentamento nos territórios junto às redes socioassistenciais, de saúde, de cultura e movimentos populares;

- Aprimorar as metodologias clínicas comunitárias de enfrentamento à violência que possam auxiliar a construção coletiva de políticas públicas a favor das comunidades.

Pode-se reconhecer que as metodologias empregadas se constituíram em espiral. Uma espiral metodológica cujo fio condutor foi a escuta deslocando-se entre fortalecimento das lutas populares/necessidades do território; sistematização/levantamento de indicadores; grupo de discussão a partir das próprias experiências profissionais; recursos críticos para o pensamento (aulas, *lives*, mesas, jornadas); articulação territorial; revisão metodológica; supervisão; tessituras teóricas; validação comunitária; construção de caso; entrevistas; grupo de estudos; sínteses reflexivas; metodologias comunitárias; laboratório de pesquisa; ação no território/fortalecimento das lutas populares. Pode-se observar que a espiral variou, em sua circulação e velocidade, respeitando uma organicidade em relação aos seus processos internos, afetada sobremaneira por necessidades e anseios manifestados durante os 30 meses de atividades formativas aqui sistematizadas.

A escrita da tese também foi espiralar, buscando registrar diferentes momentos da experiência, casos partilhados que emergiram espontânea e contingencialmente da prática dos profissionais afetados pelos conteúdos oferecidos na formação, e que dão notícias dos efeitos do trabalho formativo realizado, assim como pensar essas experiências a luz da teoria e devolver perguntas a essas teorias desde a experiência coletiva.

Os objetivos específicos da tese eram a princípio:

- a. Sistematizar a experiência vivida no conjunto das atividades formativas;
- b. Colocar em diálogo os estudos interdisciplinares de diferentes pesquisadores e intelectuais comprometidos com os problemas de seu tempo e que servem de recursos críticos para o pensamento dentro das metodologias de trabalho desenvolvidas;
- c. Pensar as táticas, estratégias e terapêuticas de ação junto com os saberes transdisciplinares trazidos pelas experiências vividas por cada participante e junto às lutas populares, os usuários, os pacientes, para enfrentamento dos conflitos que chegam diariamente ao SUS, SUAS, consultórios particulares, movimentos sociais etc.;
- d. Analisar as dificuldades enfrentadas de modo a trazer novas perguntas que permitam a rede seguir crescendo e se fortalecendo, sem se transformar em uma rede de arraste que trata a todos como cardume.

Na escrita final da tese e a partir do que a experiência das atividades formativas nos possibilitou pensar, compreendeu-se que ela operou como um quádruplo método e foi possível sistematizar e analisar ainda outros quatro aspectos:

I. A “eficácia¹⁷” das atividades formativas enquanto método de pesquisa - método de investigação inter e transdisciplinar sobre os processos psicossociais que nos levam ao adoecimento, que serão dificilmente acessíveis (ou incorrerão no risco de recair em diagnósticos ainda mais alienadores) se não forem investigados de modo coletivo, desde as experiências vividas por cada pessoa participante mas também em diálogo com outras epistemologias e com estudos de diferentes pesquisadores e intelectuais comprometidos com os problemas de nosso tempo, considerando-se as causas históricas, políticas, econômicas, sociológicas e psicológicas que determinam os modos de sofrimento;

II. A “eficácia” das atividades formativas enquanto método de cuidado - método coletivo para o tratamento dos “complexos psicoexistenciais” (FANON, 1952, p. 26) decorrentes do capitalismo colonial, que são resultantes tanto da violência traumática como das formas sociais que nos expropriam a dignidade e nos destituem de outras formas de valoração que não a mercadoria, empobrecendo por diversas vias nossa experiência no mundo;

III. A “eficácia” das atividades formativas enquanto método de mobilização política - método coletivo de enfrentamento, que a partir dos outros dois, acumula ferramental para estratégias de pesquisa/cuidado/mobilização junto aos serviços de saúde, assistência social, educação, cultura, e a quem mais da luta popular que considere poder se servir deles;

IV. A “eficácia” das atividades formativas enquanto método cooperativo. Considerando-se o poder de captura das formas sociais do capitalismo, também se propôs um método híbrido de cogestão e autogestão para o trabalho de construção de políticas públicas em rede, incluído em rede o território e a população, e em público menos a dimensão Estado e mais a dimensão comunitária. Já adiantando o que se apresenta no capítulo 5, esse ponto é o que apresentou mais desafios, e ainda que o prognóstico tenha sido favorável por parte da equipe de coordenação, na medida em que nesses dois anos de existência ela mesma tenha ofertado condições de criticá-la e avaliá-la permanentemente, conflitos decorrentes de deslizamentos e

¹⁷ A noção de eficácia em psicanálise é debatida desde Freud. Em consonância com o que se desenvolveu sobre o tema, principalmente pela caneta de Lacan (1958/1998), aqui a ideia de eficácia não se pretende uma cura ou resultados esperados de um tratamento. O emprego de eficácia aponta para o advento de sujeitos de desejo, que, vinculados por uma causa, mobilizam-se na direção de um tratamento/de uma estratégia/de uma ação, na busca pela transformação daquilo que passam a compreender como causa. Para um debate ampliado do tema ver, por exemplo: BRODSKY, Graciela. La eficacia del Psicanálisis. Bitácora Lacaniana – El psicoanálisis hoy, n.1, mayo de 2006; PEREZ, Daniel O. (Org.). A eficácia da cura em psicanálise: Freud – Winnicott – Lacan. Curitiba: CRV, 2009; DUNKER, Christian I.L. Estrutura e Constituição da Clínica Psicanalítica: Uma Arqueologia das Práticas de Cura, Psicoterapia e Tratamento. São Paulo: Annablume, 2011.

reproduções da colonialidade, levaram a que se decidisse pela não abertura de um novo ciclo formativo.

Quanto à estrutura da tese:

- No capítulo 1 tratarei do histórico que culminou no conjunto de atividades formativas que este trabalho se dedicou a sistematizar. Seu urdume e trama, desde minha compreensão – como já dito, ainda que faça uso de materiais concretos e dados fáticos, esse histórico é meu testemunho de uma história coletiva, de múltiplas vozes. Apresentarei elementos importantes de meu percurso que desembocaram em escolhas e caminhos que sem eles, esse conjunto de atividades formativas não seria possível. Passaremos brevemente pela contribuição que tiveram em meu percurso Michel Foucault, Walter Benjamin, Louis Althusser, Ignacio Martin-Baró, Frantz Fanon, Guayatri C. Spivak, Giorgio Agamben, Marcelo Viñar¹⁸ e as teorias descoloniais, autores que guiaram meu pensamento e formação em direção aos conceitos de violência política, memória coletiva e testemunho, e como esses conceitos foram organizadores de meu trabalho junto ao Coletivo Margens Clínicas.

- No capítulo 2 me debruçarei nos caminhos organizacionais, as relações entre atividades formativas e os pensamentos metodológicos. Como as discussões sobre método e pesquisa guiaram a construção dos pilares de sustentação do trabalho buscando uma estrutura mínima, e como o trabalho nos trouxe consciência sobre os métodos, que a princípio nem tínhamos condições de perceber ou nomear. Contarei como se deram os modos de funcionamento, analisando também aquilo que pode ser melhorado no decorrer da realização de dois ciclos formativos e os conflitos e problemas que impediram sua continuidade.

- No capítulo 3 buscarei trazer elucidações para a profanação da psicanálise e do método científico disciplinar, convocando a superação das dualidades constitutivas da ciência moderna e constituintes dos binarismos que têm nos separado de nós mesmos e uns dos outros. Proponho pensarmos a partir das determinações de reflexão como construir métodos para superarmos as separações colonialistas e nos autorizar à práxis frente ao saber-poder científico.

- No capítulo 4 trarei alguns dos achados resultantes das atividades formativas, que foram permeadas por encontros conflituosos, afetuosos, acolhedores, incomodativos e perturbadores. Em diálogo e retroalimentação, trarei algumas ferramentas usadas no manejo dos grupos que produziram encontros muito ricos e transformadores, trechos de casos trabalhados nas supervisões, e encaminhamentos possíveis para quem está na linha de frente,

¹⁸ Importante notar a presença massiva de autores homens e brancos no início de minha formação intelectual.

assim como algumas colheitas dos Diálogos Deliberativos (DD) a partir de comentários das pessoas participantes que dão notícias dos efeitos do trabalho

- O capítulo 5 apresenta os impasses, angústias e conclusões a partir de três aspectos: os efeitos da branquitude e do amor canônico dentro do processo; a relação entre gestão e produção de sujeitos para pensar como formas heterogestionárias advindas de certa “gerência científica” que impediram ou atrapalharam alguns processos; e aspectos práticos que dimensionam o tanto de trabalho que foi realizado para fazer este conjunto de atividades formativas acontecer, de modo a se poder concluir também desde as condições materiais de existência sobre suas viabilidades e contribuições.

1. ARCOS DE MEMÓRIA

Esta tese, assim como meu percurso como pesquisadora, tem um compromisso com a memória coletiva enquanto resistência às formas sociais de exploração. Melhor dito, com a recuperação da memória. Com as estratégias para o “desrecalcamento” daquilo que fica esquecido pela mais-repressão¹⁹ (MARCUSE, 1966/1975) imposta pelos paradigmas do mundo capitalista, e que, por esquecido, recalcado, é sempre recordado na repetição, seja da máquina, seja do sintoma, impedindo outras relações sociais e o sujeito de habitar diversas possibilidades de si próprio, inclusive habitar fora de si²⁰. Um compromisso com a memória que, quando coletiva, é resistência dos povos (CODPI, 2013; TURRIANI SIQUEIRA²¹, 2015; TURRIANI, 2023). A memória que, ainda que esquecida, persiste e sobrevive ao manejo seletivo da história, ao apagamento de outras formas de cultura e identidades, a tentativa de destruição dos marcos espaciais, temporais e de linguagem que servem de referência e reconhecimento a determinados grupos.

Ampliados os nossos sentidos e expandidas nossa circulação pelo mundo além do que obriga a máquina, podemos perceber essa memória latente em cada fresta do asfalto que brota flor. O pixo, o grafite, as roupas, as gírias e tantas formas de arte e socialização que se “inventam” no ir e vir do cotidiano, dão notícias da memória latente que transborda em falhas, lapsos, hiatos, alegorias (BENJAMIN, 1940/1987). A imanente resistência dos povos. Como construir, então, metodologias de trabalho que deem passagem a esse conteúdo latente da memória solapada pelo processo colonial e que possam servir a narrativas coletivas, com fins de habitarmos o comum da diferença²²?

¹⁹ Em “Eros e Civilização”, Marcuse explora duas ideias importantes do pensamento freud-marxista: o conceito de “mais-repressão”, que consistiria no controle a mais, acima do indispensável à inserção do ser humano no laço, repressão específica da sociedade humana civilizada requerida pela dominação social, e o conceito “princípio de desempenho”, que seria a forma histórica predominante do princípio de realidade, historicizando o que a psicanálise trazia até então como constituinte da natureza humana.

²⁰ Aqui, aludo à metafísica do presente, de Walter Benjamin, à dessubjetivação enquanto reinvenção de si, de Michel Foucault, e às concepções mesoamericanas de subjetividade, como nos apresenta David Pavón-Cuellar no livro “Além da psicologia indígena” (2022). Em todos os autores ao longo de suas obras, parte-se da crítica ao modelo de subjetividade na sociedade capitalista, àquilo que se subjetiva no ser humano nessa sociedade, e da necessidade de libertar-se dessa subjetividade.

²¹ Turriani Siqueira é a referência utilizada por mim para referir-me a dissertação de mestrado e a tese de doutorado, uma vez que a Universidade de São Paulo obriga que eu assine com nome completo e não apenas como Anna Turriani, nome e sobrenome com o qual me reconheço.

²² Cf. Mbembe, 2013/2018.

Esta tese é a tentativa de sistematização de uma experiência que se orienta por essa pergunta. Essa experiência é a culminância do encontro de muitas vidas, memórias, teorias e de tecer mundo. O que se inscreve aqui não é meu. É memória coletiva. É resistência dos povos.

1.1 ARCO I – NINGUÉM EXISTE FORA DO PRÓPRIO TEMPO/ FORA DA HISTÓRIA

Cresci em uma pequena cidade do interior de São Paulo cujo coronelismo ainda operava a política e as modulações do laço social. Mesmo nos anos 90, os currais eleitorais determinavam a vida econômica de quais famílias teriam parentes empregados a cada quatro anos nos cargos de confiança dentro da municipalidade²³. A maioria dos votos, portanto, não se relacionava às propostas políticas apresentados (planos econômicos, projetos de urbanização, educação, saúde ou moradia). A angústia frente ao próprio desemprego e ao desemprego dos familiares caso um ou outro candidato fosse eleito, determinava o voto e, sobretudo, as formas de relação e agrupamento – a circulação dos valores econômicos e sociais.

Além dos empregos na municipalidade, a vida econômica girava ao redor dos professores e demais funcionários das escolas e creches, alguns pequenos comércios, grande quantidade de cabelereiros, mecânicos e bares; muitas costureiras que trabalhavam em suas próprias casas, com suas máquinas, participando de uma das etapas fordistas de produção de calças jeans, e, também, os batedores de caixinha, serviço ocupado por grande parte de jovens ou idosos pertencentes a famílias de baixa renda que consistia em montar caixas de madeira de pinus que são usadas nas feiras para organizar frutas. Na época, pagava-se 3 centavos por caixa montada. Se o jovem não quisesse “bater caixinha” podia trabalhar como empacotador em um dos 3 supermercados, cujos nomes eram três dos oito sobrenomes que dividiam o curral eleitoral da cidade entre os dois candidatos políticos.

Havia também as pessoas moradoras das zonas rurais, em sua maioria produtoras dos alimentos que abasteciam a cidade, cuja aderência ao candidato estava mais atrelada às promessas de asfalto, água encanada e energia elétrica. Até porque, seria pouca vantagem um cargo de confiança na cidade: muito gasto com combustível e tempo para ir e voltar em estrada de terra, e menos trabalho familiar para cuidar da plantação. Neste cenário, em que o carro do

²³ Cargos de confiança, no caso, se opõem aos funcionários públicos concursados que não podem ser demitidos. Enquanto esses últimos foram aprovados para exercer determinadas funções por demonstração de capacidade mediante concurso, os cargos de confiança em cidades tomadas pelo coronelismo são ocupados por pessoas que não estão ali, em sua maioria, pela capacidade comprovada de realizar a tarefa, nem mesmo por formação ou experiência. Sim, ocupam um cargo para o qual muitas vezes não se está capacitado, apenas pela lealdade ao prefeito, ou subserviência.

leite²⁴ era meio de ir e vir entre a zona rural e a cidade, as reformas educacionais da década de 90 produziram muito impacto, sobretudo com o fechamento das escolas nos bairros rurais. Vários produtores viveram problemas na produção, pois seus filhos, que antes ajudavam na lida, agora passavam muitas horas longe de casa, entre sair 4h30 da manhã para chegar na escola da cidade, e retornar depois das 15h, já cansados. Sem contar os problemas gerados pelo choque cultural que a ideologia da cidade e do progresso impôs a essas famílias²⁵.

Do lado de cá, na sala de aula, eu via o contraste que os mundos urbano e rural impingiam nas relações entre os jovens. Desde cedo pude observar como ter ou não TV a cabo, *videogame*, brinquedos, viagens de férias, acesso a lazer “comprável” determinava as narrativas dos grupos e critérios de inclusão ou exclusão: “como assim, você não conhece isso?”; “não viu o *clip* na MTV?”; “gente, ela nunca foi em São Paulo”; “ele não conhece a praia”; “nunca comeu no Mc Donalds”, etc. Frase ditas e repetidas que marcavam as diferenças entre quem conhecia e tinha acesso a um suposto mundo, e quem não tinha. Esse ter acesso se traduzia na centralização do protagonismo de alguns poucos que tinham experiências e o que contar aos demais.

Pude compreender, ainda na adolescência, como a riqueza do mundo de um jovem criado na roça entra em processo de desvalorização e resulta na negação de si, impedindo formas particulares de experienciar o mundo, que culminam em desrespeito pela natureza, desprezo pelas formas agrícolas de trabalho e adesão ao “ter dinheiro” e “poder comprar” como critérios de valoração social e pertencimento.

Entre a política coronelista, a exploração do trabalho e as transformações que o mundo da mercadoria operou, modulando valores e formas de socialização, aprendi muito cedo a não subestimar o capitalismo. Agradeço à minha mãe, que introduziu em minha educação a paixão

²⁴ O carro do leite era o caminhão que recolhia pela manhã os galões de leite, nas porteiras dos sítios, e que eram levados para o processamento nos laticínios.

²⁵ “A reforma das condições de vida do homem brasileiro do campo não deve ser baseada apenas em enunciados políticos, ou em investigações especializadas economicamente e agrônomicas; mas também no estudo da sua cultura e da sua sociabilidade” (CÂNDIDO, 1964, p.13). Os efeitos deletérios do capitalismo e do desenvolvimentismo na vida do caipira desde a década de 50, são analisados por Antônio Cândido em “Os parceiros do Rio Bonito”, publicado em 1964: “a expansão do mercado capitalista não apenas força o caipira a multiplicar o esforço físico, mas tende a atrofiar as formas coletivas de organização do trabalho (mormente ajuda mútua), cortando as possibilidades de uma sociabilidade mais viva e de uma cultura harmônica. Entregue cada vez mais a si mesmo, o trabalhador é projetado do âmbito comunitário para a esfera de influência da economia regional, individualizando-se”. (1964, p. 186). Não se reconhece os efeitos do capitalismo e subjetiva-se a hierarquização das formas de vida e trabalho através de frases como “trabalhei para que meu filho pudesse ser doutor e não precisasse viver na roça”, estando o trabalhador rural atrelado ao precário, primitivo, e o trabalhador da cidade associado ao civilizado, evoluído, avançado. Isso resulta no êxodo cada vez maior de jovens do interior para a capital, na ruptura com o universo do caipira e suas formas de socialização, e, por fim, a substituição da agricultura familiar pela monocultura de larga escala. As famílias perdem capacidade de soberania alimentar e ficam reféns de terem de vender a mão de obra no mercado de trabalho explorado para comprar comida, que antes eram capazes de plantar e ainda vender o excedente.

pela história crítica, que por princípios e poucos recursos comprava apenas coisas sem marca: “você não vai pagar mais caro e ainda fazer propaganda de graça”; e que me ensinou a respeitar pedras, cachoeiras, árvores, montanhas, animais. A pedir licença para entrar, e agradecer por ter podido sair. Principalmente, por me ensinar a respeitar qualquer trabalhador, me ensinar o que é trabalho como produção de riqueza social, e entender a importância das políticas públicas voltadas para o comum.

Todo este contexto e a inquietação frente a alienação de meus colegas de escola levaram-me a uma práxis política precoce. Olhando para o passado, poderia dizer que desde a adolescência já andava às voltas com “metodologias” que auxiliassem na recuperação de valores locais fora das relações sociais impostas e restituição de vínculos comunitários²⁶. Fosse pelo meio ambiente, pelo teatro, pelas atividades escolares, ou na participação direta em assembleias da câmara dos vereadores, entendi cedo que a transformação das nossas condições de existência dependia de nossa luta.

Mas a anomia e a “pobreza da experiência” produziam muito incômodo e inquietação. Em uma enquete que fizemos pelo grêmio da escola buscando mapear os desejos dos alunos com fins de pautar a prefeitura para a construção de políticas para a infância e a juventude, ao perguntarmos em todas as salas de 7ª série ao 3º colegial o que eles faziam fora da escola, o que gostariam de fazer e como pensavam que a prefeitura podia contribuir, recebemos a maioria de respostas que poderiam ser resumidas assim: - não faço nada e está bom do jeito que está. Que tristeza senti. Nós estávamos ali enquanto estudantes organizados para escutar o que os outros queriam, nos mobilizar e lutar para transformar nossa realidade e o que encontrávamos era indiferença e falta de desejo²⁷.

Somava-se, ainda, o desconhecimento que meus colegas tinham a respeito da recém acabada ditadura, o que também ocorria entre vários adultos. Sentia como se a história e vida da cidade não estivessem atreladas à história do país. E, ainda, o silêncio frente às inúmeras violências de gênero, que chagou a casos de espancamento severo e até assassinato.

Se trago minhas memórias pré-universitárias, é porque elas determinaram meu compromisso ético político desde antes da graduação. Também, porque somos frutos de nosso tempo histórico: ter nascido em 1984; cantado “lu-la-lá brilha uma estrela” em 89; ter lido sobre

²⁶ Montamos grupo de teatro e escrevemos uma peça que buscava conscientizar as crianças sobre questões ambientais. Participei da fundação do grêmio estudantil e fui presidente por dois anos; frequentei reuniões na câmara de vereadores para falar de políticas para juventude; participei dos movimentos ambientais da cidade.

²⁷ O resultado da enquete foi apresentado por mim à câmara dos vereadores, marcando a situação generalizada de falta de interesse como problema social importante para o qual a prefeitura e os adultos da cidade deveriam olhar. Eu tinha 17 anos.

o “Estatuto da Criança e do Adolescente” em uma revistinha da Turma da Mônica²⁸ em 93, porém, nos anos seguintes, experienciar junto a meus colegas “sitiantes” que o trabalho infantil junto a agricultura familiar não é necessariamente trabalho explorado, e sim partilha de valores e modos de existência; ter vivido o plano real e as reformas da educação, enquanto via os efeitos de alienação que o discurso desenvolvimentista e civilizador produzia nos valores sociais locais; ter ganho a copa contra a Itália em 94, e ter perdido a copa “para a Nike” em 98; e tudo isso, todo esse progresso e democratização, enquanto a cidade seguia regendo suas políticas na base do coronelismo e meus colegas se afundando em desinteresse e apatia.

O que busquei demonstrar com esse recorrido, é que habitei desde cedo as contradições, e tive que aprender a pensar desde ali, sem negá-las ou escolher por sínteses fáceis. As divisões de classe e os consequentes privilégios (nesse momento pensava apenas pela chave da classe) deixavam claro os relativismos da democracia, enquanto a história recente demonstrava que sem essa pseudodemocracia estávamos muito piores. Optei pela psicologia conhecendo diversas das críticas feitas à profissão, sabendo de sua elitização, e alertada que o psicólogo poderia facilmente tornar-se o profissional responsável em devolver ao mundo capitalista o sujeito que tenta se salvar desse mesmo mundo. Ao ingressar no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, os contrastes de classe e a desimplicação de grande parte dos estudantes com os problemas sociais de nosso tempo e com a luta em defesa da universidade pública, confirmaram o que me haviam dito. Assim, desde o princípio da vida acadêmica iniciada em 2004, caminhei pelas picadas abertas pela psicologia crítica, embrenhando-me ora pela psicologia social, ora pela psicanálise, tendo a teoria crítica como bússola.

1.2 ARCO II – O TRAUMA, WALTER BENJAMIM E O CONCEITO DE EXPERIÊNCIA

Quando comecei a estudar sobre o trauma no primeiro ano da faculdade, com os estudos de Freud, as inquietações que trazia sobre a anomia e a alienação foram encontrando terreno fértil. O trauma de um acontecimento que não se lembra, mas que ao mesmo tempo é impossível de esquecer! Os soldados que voltavam da guerra impossibilitados de narrar, “mais pobre em experiências comunicáveis, e não mais ricos” (BENJAMIN, 1933). Foi longo esse percurso e não cabe nesta tese os caminhos que trilhei. Recomendo, fundamentalmente, o livro de Sandra Berta, “Escrever o Trauma, de Freud a Lacan” (2015), os trabalhos de Miriam Debieux

²⁸ Edição especial Turma da Mônica em: o estatuto da criança e do adolescente. Reimpressa em 2020. Disponível em https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/turma_da_monica/monica_estatuto.pdf

Rosa ao redor da clínica do traumático, especialmente “A clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento” (2016) e os diversos escritos de Sándor Ferenczi.

Para esta introdução, o que importa dizer é que a relação entre trauma e narrativa ocuparam minhas ideias. Inicialmente pensando o trauma apenas pela via de um acontecimento cuja carga pulsional é excessiva, impossível de ser elaborado e representado pelo psiquismo, passei a pensar a experiência traumática também como acúmulo de experiências de desorganização pulsional, de dessubjetivação, se pensadas com Foucault (2010)²⁹ no sentido da dilaceração do eu, da dissolução de um eu que pudesse fazer resistência às opressões. Com Foucault (1969; 1971; 1978), também pude pensar como as relações entre saber, poder e discurso determinavam as experiências no mundo e os modos de circulação ou aprisionamento dos corpos. Mas foi em Walter Benjamin e seus escritos sobre experiência e narrativa que minhas inquietações encontraram passagem. Sua forma de transmissão, suas elaborações sobre o binômio civilização-barbárie e o modo como retornava às memórias de infância produziram um siricutico em meu pensamento³⁰.

Seu desconsolo com a modernidade, suas críticas às sociedades administradas, à ideia de progresso e historiografia linear, seus questionamentos ao discurso da ciência, auxiliaram-me no entendimento das contradições e incongruências dos ideais progressistas de meu tempo, e desde suas proposições sobre a perda da experiência em uma sociedade administrada pude vincular marxismo, psicanálise e memória coletiva.

Benjamin buscou demonstrar através das imagens dialéticas os limites e falhas das formas sociais, da razão e da verdade essencializada. Nas “Teses sobre o conceito de História” (1940) criticou as concepções de história linear, como se houvesse uma continuidade entre passado e presente. O presente não seria transição entre o antes e o depois, mas uma série de “agoras” que condensam as múltiplas origens históricas: “A história é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de ‘agoras’” (BENJAMIN, 1940/1987, p. 229). O passado estaria, ainda que não totalmente, implicitamente presente nos discursos e nas diversas manifestações da linguagem.

²⁹ A dessubjetivação, no caso, apontado para o processo que “[...] tem por função arrancar o sujeito de si próprio, de fazer com que não seja mais ele próprio ou que seja levado a seu aniquilamento ou à sua dissolução” (Foucault, 2010, p. 291). Como apresentando na nota 2 o conceito de dessubjetivação também pode ser lido pela perspectiva da desidentificação produtiva, como reinvenção de si, mas nesse caso, e naquele momento, pensava a pessoa cuja subjetividade ia sendo dilacerada.

³⁰ Posteriormente, os trabalhos de Giorgio Agamben deram sentido ao diálogo de Foucault e Benjamin na minha cabeça, pensadores que alguns professores da graduação insistiam em contrapor.

Benjamin elucubra sobre o que permanece através do tempo na linguagem que vai além das intenções e do domínio da razão: “a linguagem comunica a essência linguística das coisas” e não é apenas um meio de comunicação determinado pela palavra, cujo objeto é a coisa e seu destinatário é o homem (1916), como equivocadamente fez crer a ideologia burguesa. Com o advento da modernidade, dos processos industriais, dos modos capitalistas de produção, das formas sociais e das guerras totais, Benjamin constatou a decadência das diversas formas de narrativas e tradições que comunicam as experiências no mundo e com o mundo, responsáveis por transmitir valores coletivos organizadores dos laços sociais.

Alertou que o empobrecimento da capacidade de experienciar no mundo moderno levaria cada vez mais a escassez das narrativas sem fins comercializáveis, o que culminaria num ciclo de atrofiamento das faculdades de intercambiar experiências através do contato humano, que é a fonte das narrativas. O “empobrecimento da experiência” não seria resultado sequencial do advento da modernidade, um erro de cálculo da razão; seria sim, uma com-sequência, algo que segue em conjunto, ao mesmo tempo, como parte da própria razão. O empobrecimento da experiência na modernidade adviria de um pensamento filosófico que deixara a experiência de fora das formas de conhecimento e que reduzira a realidade à razão.

Considerando a experiência como “a multiplicidade contínua e unitária do conhecimento” (1917/2019), Benjamin propõe uma abordagem dialética do conhecimento, onde a integridade tanto do sujeito como do objeto são postas em cheque, abalando a certeza das análises lógicas e racionais, e dando ao conhecimento um caráter múltiplo, resultado do entrelaçamento de experiências individuais e coletivas transmitidas através das narrativas orais: sem narrativas orais as experiências se empobreceram; o empobrecimento das experiências resultou em formas de comunicação igualmente empobrecidas, e na perda dos laços comunitários, conferindo lugar ao homem moderno, isolado e solitário.

Parte fundamental do conhecimento sobre o mundo estaria justamente naquilo que escapa à razão e que pode ser apreendido pela experiência, pode ser significado individual ou coletivamente, nos “agoras” que condensam as experiências e as múltiplas origens históricas, incluindo também o que escapou ao longo do tempo, as lacunas da história. Para combater a perda de experiência seria necessário voltar-se para formas de conhecimento que não se dão sob o julgo da razão, cujo valor de verdade estaria em uma prática libertária em relação ao passado, que, ao escovar a história a contrapelo, romperia com a pretensa linearidade da razão, deparando-se com as falhas e os hiatos. Benjamin chamou essa nova forma de conhecimento de “o pensar rememorante” (BENJAMIN, Tese VI, 1940/1987): uma espécie de intenção política do conhecimento que considera os acontecimentos que constituem os hiatos da história e a

reflexão a respeito dos mitos que foram construídos e instalados para imobilizar as lembranças coletivas; somente considerando o que fica de fora da história, essa poderia ser validada em detrimento do historicismo, linear, baseado em grandes acontecimentos, ordenador único da memória coletiva na modernidade.

Influenciado pelos estudos de Freud e pelas proposições sobre o inconsciente, Benjamin propõe que as imagens dialéticas, sobretudo a alegoria, representem esses hiatos da história, por conterem em sua imagem algo que é diferente daquilo que buscam representar, algo que resiste do passado, escapa às intenções de quem comunica e amplia a possibilidade de interpretação daquele que vê ou ouve: “cada pessoa, cada coisa, cada relação podia significar qualquer outra” (BENJAMIN, 1933/1993, p. 152). Nas imagens dialéticas, portanto, estariam contidos esses ecos intermináveis e perturbadores que nos levam mais além do entendimento, ao qual Benjamin deu o nome de memória.

Benjamin enfatizará a diversidade das experiências humanas, sua condição “histórica e mutante”, e o conjunto de representações do passado que escapam ao ato consciente de lembrar. Buscando combater as perspectivas filosóficas que reduziam a experiência ao conhecimento da razão, diferenciou dois tipos de experiência: *Erlebnis* e *Erfahrung* (1933/1993). O empobrecimento da experiência falaria assim da impossibilidade de *Erfahrung* nas sociedades modernas, onde a *Erlebnis* seria o tipo de experiência predominante em um mundo de sujeitos isolados, relegados à lógica da mercadoria, com escassos laços comunitários mais além do modelo burguês de família; uma experiência que não pode ser comunicada, nem transmitida, somente reproduzida, vazia de sentido.

O conceito de *Erfahrung* me emprestou elementos para pensar os limites da clínica e do fazer *psí*, e me perguntar como “recuperar” estas histórias não narradas, soterradas pelos escombros da civilização. As imagens alegóricas do “*Angelus Novus*” de Paul Klee (1920) e do “Anjo da Melancolia” de Albert Dürer (Melancolia, 1514), oporiam a história tal como vista pelos vencedores, história dos grandes triunfos que olha para frente em busca do progresso, e a história dos vencidos, cujo olhar triste para trás observa os escombros acumulados. Em suma, a memória em uma sociedade que tem seu olhar para o progresso, ignorando ou invisibilizando a destruição que deixa para trás, não será capaz de associar experiências, incorporar histórias e trazer conhecimento; tudo o que puder ser construído sobre o passado não passará de fantasmagorias.

Benjamin (1940) propõe, assim, que se construa uma espécie de “verdadeira” imagem do passado, distante tanto do determinismo da ideologia de progresso como da pretensão historicista de descrever uma história universal; uma imagem do passado que permita outro tipo

de relação entre os tempos históricos, em que a memória, além de conceito filosófico, passa a ser conceito político e instrumento de crítica, evidenciando cotidianamente as injustiças esquecidas ou justificadas engendradas em nossas narrativas e em nossos costumes.

Com Benjamin pude indagar as teorias da memória que eram estudadas na psicologia, que não levavam em conta seu caráter crítico e político, tanto as que consideram diferentes respostas como resultado de um único mecanismo de memória, como aqueles que concebiam a tradição de modo conformista e utilitário, cujo resultado seria uma memória mitológica, fetichizada, ideológica, fantasmagórica. Uma memória instrumental.

Pude compreender que havia memórias impedidas, mesmo em um processo analítico, pois “marginalizadas” pela racionalidade moderna, ou aprisionadas pelas formas sociais capitalistas. Também, que essa “verdadeira” imagem do passado resultaria de um permanente exercício dialético, construído em comunidade, através das memórias e narrativas locais. Um pensar rememorante, em coletivo, nas e das contradições, capaz de produzir conhecimento e reconhecimento, e, portanto, capaz de recuperar a capacidade de experienciar dos sujeitos enquanto *erfahrung*.

1.3 ARCO III – A GUATEMALA E A VIOLÊNCIA POLÍTICA

Busquei nos países latino-americanos outras perspectivas para pensar a psicologia. Cada vez me incomodavam mais as incoerências entre discurso e ação, entre a teoria e a prática dentro da universidade e da classe média intelectual que por ali circulava. A camiseta vermelha do Che Guevara com orelha de Mickey Mouse condensa os problemas de um contingente de jovens brancos progressistas circulando pelos corredores declamando frases, autores, nomes de livros e volumes de seminários. Era 2006 e a polícia executara 425 pessoas no mês de maio, em sua maioria jovens negros.

Para não largar a faculdade, decidi buscar um intercâmbio na Guatemala. O porquê da Guatemala e detalhes dessa experiência estão explicados em meu mestrado, defendido em 2015: “Os processos de recuperação e reconstrução de memória histórica na Guatemala: um recorte a partir das memórias das resistências” (TURRIANI SIQUEIRA, 2015). Trago essa parte da história porque ela alterou minha forma de compreensão do mundo e me trouxe contribuições para seguir construindo um caminho cuja utopia e a revolução são práxis cotidiana.

A Guatemala foi o primeiro país da América Latina a viver a onda de revoluções iniciada na década de 40 (GRANDIN, 2004), movimento que ganhou força pelo continente e foi seguido pelo retrocesso democrático e a instauração de ditaduras em diversos países nos anos

subsequentes (SALAZAR, 2006; BETHEL, 2009a). A bandeira da segurança nacional intensificou o racismo e autorizou o alastramento da violência colonial:

A legitimação da violência, por diversos setores da sociedade guatemalteca e da comunidade internacional, é traço fundamental neste processo de derrocamento da revolução, e a compreensão dela como marca da racionalidade colonial, fundada no racismo, na construção de um outro que não é, que pode ser cortado e vendido, mostra-se de fundamental importância para que se possa aproximar do entendimento da situação de violência patógena que se instaurou nas seguintes décadas, e que segue até os dias de hoje, em diferentes regiões da América Latina. (TURRIANI SIQUEIRA, 2015, p. 93)

O que pude experienciar naqueles anos na Guatemala, e que me ajudou a pensar o Brasil, levou-me a compreender que as narrativas do nacional-populismo estavam a serviço da racionalidade desenvolvimentista, reforçando relações de racismo e opressão. Busquei entender como se dava o entrelaçamento entre história oficial, produção de memória e subalternização dos corpos:

o discurso nacionalista não é exclusivo desse regime, e suas marcas estão presentes no racismo e na violência política dirigida à grande parcela da população latino-americana como resultado da criação de múltiplos quadros sociais da memória que foram sendo construídos ao longo dos dois últimos séculos, e que procuraram sobremaneira fortalecer a identificação étnico-nacionalista e inculcar o ideal de civilização como fim último de toda sociedade. (TURRIANI SIQUEIRA, 2015, p. 55)

Era evidente na história da Guatemala como os processos de independência foram acompanhados pela construção de narrativas que favoreciam os descendentes de espanhóis, e como as decisões econômicas foram tomadas de modo a consolidar uma hegemonia que enriqueceria às custas da manutenção das relações de opressão e exploração iniciadas no século XVI, sustentadas pelo racismo contra o indígena. O tecido social estava debilitado, portanto, não apenas pelas recentes ditaduras, e não seria recomposto se não houvesse uma mudança real de racionalidade, que fosse além dos ideais nacionalistas de desenvolvimento econômico e social.

Observava-se como dignidade nacional, luta patriótica, mobilização social em prol da revolução, foram jargões muitas vezes usados para manter as relações hierárquicas de submissão e obrigação, marcando inclusive as relações dentro de alguns grupos guerrilheiros nas décadas seguintes (TURRIANI SIQUEIRA, 2015, p. 89).

Em 2006, o país se encontrava em franco movimento de transição democrática, com informes de esclarecimento histórico já publicados oficialmente e as políticas do Programa Nacional de Ressarcimento em curso:

Durante 36 anos a população camponesa da Guatemala resistiu com suor e sangue à privatização do país, à espoliação de suas terras e ao aumento da desigualdade. Para muitas comunidades, os acordos de paz assinados em 1996 não foram uma vitória da resistência. Foram uma ardilosa estratégia que permitiu a privatização de quase todo o país em menos de um ano e o alastramento sem igual do racismo e da pobreza (CODPI, 2013). Hoje se sabe que muitas das organizações internacionais, que chegaram para fazer serviços comunitários nos confins dos países latino-americanos, tinham e têm relações íntimas com multinacionais e seu des-serviço termina por desmobilizar a comunidade, abrindo o caminho para a entrada da exploração dos recursos naturais da região.

Até hoje a população indígena-camponesa da Guatemala segue em uma série de conflitos contra multinacionais de extração mineira e de monocultivos, que têm invadido territórios indígenas, desalojado comunidades, violentado pessoas, legitimadas pelo discurso progressista do governo de desenvolver o país, o mesmo discurso em voga nas décadas anteriores e legitimados pelas diretrizes econômicas mundiais. Ainda que o informe oficial da comissão da verdade Guatemala: Memórias del Silencio (CEH, 1999) tenha sido publicado há mais de uma década – e entre as pautas dos acordos de paz assinados em 1996 conste, não somente, o fim do conflito, mas o comprometimento do governo de enfrentar as causas sociais, econômicas e culturais que levaram ao conflito, através de ressarcimento, esclarecimento histórico e justiça – o conflito de interesses entre os diferentes grupos de poder (empresários, militares, fazendeiros e esquerda organizada) permitiu que pouco se avançasse na construção de uma história oficial outra, que de fato tenha alcance suficiente para a transformação das relações sociais de forma estrutural, combatendo efetivamente o racismo e a desigualdade social. (TURRIANI SIQUEIRA, 2015, p. 59)

Qualquer semelhança não é coincidência. Na América Latina:

séculos de colonização, racismo e opressão conformaram uma história que não consegue ser facilmente desmentida, conformaram uma espécie de memória em que o negro é ladrão, o índio é sujo, o latino é preguiçoso e mais recentemente, o mulçumano é terrorista. Digo espécie de memória porque de algum modo, através de histórias reais ou não, recorda-se que é assim, que sempre foi assim, e, portanto, sempre será assim. Uma falsa memória, instrumental, implantada através de um longo processo de construções de imaginários e ideologias, alcançada através do manejo seletivo da história. (TURRIANI SIQUEIRA, 2015, p. 35)

A experiência guatemalteca permitiu-me pensar não apenas a impossibilidade de uma efetiva transição democrática no Brasil considerando-se os pactos sociais que culminaram na Lei de Anistia de 1979, como a intrincada relação desses pactos com o processo colonial, a

escravização de pessoas sequestradas da África, o genocídio indígena e a violência de Estado na estruturação de nossa sociedade.

A teoria crítica e o marxismo latino-americano acompanhados de Louis Althusser, Ignacio Martin-Baró, Guayatri C. Spivak, para citar alguns, foram teorias e autores importantíssimos para dar passagem às elaborações da época. Frantz Fanon foi quem organizou a paisagem. Posteriormente, autores descoloniais como Boaventura Sousa Santos, Ramon Grosfóguet, Anibal Quijano, se incorporaram principalmente para dar argumentação ao giro epistêmico dentro da academia (TURRIANI SIQUEIRA, 2015, cap. 1). Em consequência da pesquisa de mestrado pude sistematizar dois conceitos que são centrais no desenvolvimento dos trabalhos vindouros: violência política (TURRIANI, 2018a) e memória coletiva (TURRIANI, 2023).

Marcelo Viñar, psicanalista uruguaio preso durante o regime ditatorial em seu país, nomeou de violência política:

[...] todo dispositivo intencional — quaisquer sejam os métodos utilizados — com a finalidade de destruir as crenças e convicções da vítima, para despojá-la da constelação identificatória que a constitui como sujeito. Seus autores são agentes de um poder violento e está destinada à submissão e à paralisia da sociedade governada. Enfatizar e privilegiar este enfoque parece essencial para dimensionar a tortura como problema de saúde pública e para entender sua incidência na história presente e futura de nosso continente. Porque a tortura toca esse ponto de interseção que é fundamento do humano: o corpo e a palavra. Usar o martírio físico — a dor impensável — para quebrar a palavra é precisamente a maneira como se constitui o paradigma do horror [...] Sobre tudo estão afetados níveis de relação que tocam o íntimo e o sagrado: relação pai-filho, relação educativa docente-aluno, relação entre pares, a memória das gerações. (VIÑAR, 1989, pp. 128-129, tradução nossa)³¹

Compreendido que a violência de Estado nos períodos nomeados de exceção é legitimada por diversas ideologias do período colonial-escravocrata, que elas permanecem nas transições democráticas latino-americanas e autorizam a violência policial e paramilitar nos territórios periféricos, a invasão e espólio de terras indígenas, tomei a explicação de Viñar para pensar como há um tipo de violência que, “além de visar controlar o que deve ser contado,

³¹ *todo dispositivo intencional – cualesquiera sean los métodos utilizados – con la finalidad de destruir las creencias y convicciones de la víctima, para despojarlo de la constelación identificatoria que lo constituye como sujeto. Sus autores son agentes de un poder violento y está destinada a la sumisión y parálisis de la sociedad gobernada. Enfatizar e privilegiar este enfoque parece esencial para dimensionar a tortura como problema de saúde pública e para entender sua incidência na história presente e futura de nosso continente. Porque a tortura toca esse ponto de interseção que é fundamento do humano: o corpo e a palavra. Usar o martírio físico — a dor impensável — para quebrar a palavra é precisamente a maneira como se constitui o paradigma do horror [...] Sobre todo están afectados niveles de relación que tocan lo íntimo y lo sagrado: relación padres-hijos, relación educativa docente-alumno, relación entre pares, la memoria de las generaciones (Viñar, 1989, p. 127-128)*

pensado, escrito, lembrado, extrapola os limites do direito à vida, à autonomia, à dignidade”. Em interlocução com Frantz Fanon em “Pele Negra, Máscaras Brancas” (1952/2020) e os “Condenados da Terra” (1961/2022), Louis Althusser em “Aparatos Ideológicos de Estado” (1970/2022), com as leituras sobre espaço e território em Milton Santos (1996/2017), e com os conceitos de *homo sacer* (1995/2007) e dispositivo (2005) em Giorgio Agambem, afirmei como importante a distinção entre o uso de violência política, ao invés de violência de Estado, pois tal violência “delimita as zonas do ser e do não ser, negando mesmo o direito de viver, a qualquer um que não se transmute, que não torne sua própria face uma ‘máscara branca’. Por fim, ela sai do campo da política para aniquilar a existência de sujeitos políticos” (TURRIANI, 2018a, p. 35):

Como posto por Viñar, este poder violento, sutil ou não, está destinado à submissão e à paralisia da sociedade governada. Ao estabelecimento dos espaços em que há autorização para viver e para morrer, e dos que há autorização para matar e ser morto. A violência política delimita os espaços de investimento do Estado, e os espaços relegados a ‘Deus’, em que o sujeito empobrecido, sem condições de estudo, acredita no credo e paga o dízimo, tentando obter alguma garantia de que a próxima bala perdida não será encontrada em seu corpo.

[...]

A violência política é, portanto, a ação violenta perpetrada pelos representantes do Estado, assim **como a violência institucional direta ou simbólica que impõe formas de existência e criminaliza formas de resistência**. Parte fundamental de sua perversidade está em que, a capacidade de impor relações absolutamente desumanizantes de existência, opera de modo a que dos mesmos grupos condenados a zona do não-ser³², sejam escolhidos aqueles que representarão o braço armado do Estado, atuando a **violência ‘legítima’** em suas próprias quebradas, muitas vezes contra seus próprios amigos e parentes. Os grupos hegemônicos interessados em manter as relações de opressão não necessitam fazer muito mais que assinar papéis, discar o telefone e dar algumas ordens. (TURRIANI, 2018a, pp. 40-41, grifo nosso)

As formulações ao redor do conceito de violência política acompanharam o percurso na Guatemala desde 2007, ajudando a pensar outras formas de manifestação da violência operada pelo Estado. Considerando ainda que este, em uma sociedade capitalista, organiza institucionalmente as formas de produção, exploração e o controle dos corpos a serviço do lucro e do capital: “a violência institucional direta ou simbólica que impõe formas de existência e

³² A noção de zonas do não ser em Fanon tem servido de apoio para várias elaborações contemporâneas. Algumas, partem da ideia de não ser como ontologia negativa e outras buscam pensar as fronteiras do mundo colonial. Em minha trajetória me apoiou mais no segundo caso: “uma região extraordinariamente estéril e árida”, propícia a racismos, sexísmos e violências de todos os tipos, na medida em que o outro deixaria de ser reconhecido como sujeito (FANON, 1961/2008, p. 26). Sem embargo, compartilho da leitura sobre o não ser como ontologia negativa em Fanon, e penso que ambos os usos não são contraditórios ou concorrentes, pelo contrário, se retroalimentam. Para se aprofundar nas disputas em torno de Fanon, ver Faustino, 2020.

criminaliza formas de resistência”. Enquanto a violência nomeadamente de Estado, a violência dos agentes de segurança pública contra a população, violência legitimada, busca manter o ordenamento pela via da força, a violência política mantém o ordenamento garantindo que só haja reconhecimento dentro desse ordenamento.

No artigo “Violência política e o que resta da ditadura” (TURRIANI, 2018a) busquei explicar como a violência colonial foi ganhando graus de complexidade ao longo da história. Apesar de todo processo colonial conter alta carga de “violência social, apropriação cultural, de negação ou submissão da diferença”, a perversidade da violência política está na entramada estrutura de poder que consolida um jogo em que o sujeito oprimido nem sabe que está jogando, o que lhe impede de reconhecer as regras e se posicionar na luta.

Conforme o Ocidente foi ganhando status de modelo de sociedade a ser alcançado, os modos de colonização foram ficando mais sutis, mais implícitos dentro de uma racionalidade que se impõe como modo correto de ser, pensar e governar a partir de modelos de escrita, arte, educação, saúde, religião, sexualidade, economia, propaganda. A partir da dicotomia bárbaros e civilizados o Ocidente foi se desenvolvendo negando dignidade a tudo aquilo diferente de sua imagem, e estabelecendo declarações e constituições ditas universais, mas que estavam embasadas em discussões circunscritas a uma parcela pequena da população mundial. (TURRIANI, 2018a, p. 35)

Compreender as especificidades da violência de Estado na América Latina é importante pois, os estados de exceção à “democracia” vividos em sociedades cujo racismo, patriarcado e colonialismo são estruturantes das relações sociais afetam, sobretudo, parcelas da população cujos corpos vivem violências brutais de modos nada excepcionais, seja nas ruas, seja nas instituições, quando não, dentro de suas próprias casas. E, contradição inerente ao enriquecimento desse sistema, são esses corpos os que mais dependem dos “aparatos do Estado”. Como argumento no artigo “Civilização e Violência de Estado como Agentes do Mal-estar na Cultura” (TURRIANI, 2021), a violência política opera silenciosamente nos modelos educacionais, modelos de saúde e assistência social, propaganda, religião e ciência. Em uma sociedade colonial, eles funcionam como dispositivos que contribuem para a sustentação de discursos ideológicos que garantem a construção de subjetividades - ou a destruição de - adequadas à condição de subalternidade, ao mesmo tempo que garantem e legitimam as micro e macro violências perpetradas diariamente:

Reconhece-se que nas democracias ocidentais há um governo para a morte, uma Necropolítica (MBEMBE, 2018), e uma estrutura de governo que está a serviço unicamente da manutenção dos privilégios das classes hegemônicas, garantindo a estas um controle sofisticado e perverso dos corpos

subalternizados, mantidos sob condições mínimas de direitos, de modo a garantir que sua força de trabalho possa ser explorada e empregada para a manutenção da maquinaria, das divisões de classe, raça, gênero, e também empregada diretamente para a oferta de prazer às classes hegemônicas, seja pelo serviço doméstico diário ou modos convencionais de entretenimento, seja pela exploração sexual ou exploração da força bruta através de jogos violentos. (TURRIANI, 2021, p. 122)

Em suma, convergindo conceitualmente contribuições de Fanon, Viñar, Foucault, Benjamin, Agamben, e teorias descoloniais, compreendo a violência política como um modo específico de operação do capitalismo através do controle do Estado nas sociedades colonizadas, composto pela multiplicidade de dispositivos e métodos de que se vale o poder hegemônico, com o propósito de apagar e instrumentalizar memórias, destruir crenças, romper os laços de confiança e abalar convicções, despojando as pessoas afetadas de todas as constelações identificadoras que as constituem como sujeitos.

Entendido que o capitalismo não poderia ser pensado sem o racismo, o patriarcado e o colonialismo, apoiada na ideia de violência política para pensar a sociogênese (FANON, 1952/2020) do sofrimento psíquico de pessoas impedidas de narrar, ou ainda, fixadas na cena traumática impedidas de circular os afetos, busquei na história de luta das comunidades *mayas* da Guatemala recursos para pensar outras formas sociais e modos de reparação, conceito tão polêmico na psicanálise. Não entrarei aqui no debate clínico-conceitual, para não dizer metapsicológico. Deixo como indicação as publicações sobre o tema da reparação psíquica decorrentes dos trabalhos desenvolvidos pelas equipes que realizaram os projetos Clínicas do Testemunho nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, de 2012 a 2017³³. Como pode-se concluir no projeto Clínica do Testemunho nas Margens (2016-17),

³³ Foram diversos os núcleos implementadores do Clínicas do Testemunho, contemplando os Estados do Rio de Janeiro, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo. Cada um dos núcleos publicou material bibliográfico com o histórico de seu projeto, análise da execução, resultados, apontamentos:

Turriani, A. (Org.) Clínica do Testemunho nas Margens. São Paulo: ISER, 2017.

<https://margensclnicas.org/images/publicacoes/clinicas-do-testemunho-nas-margens.pdf>;

Clínicas do Testemunho RS e SC. Por que uma clínica do testemunho? Porto Alegre: Instituto APPOA, 2018. http://www.apboa.com.br/uploads/arquivos/1437_livro_2.pdf;

Françoso, O. M. (2018) Clínica Política: A Experiência Do Centro De Estudos Em Reparação Psíquica Lá Em Acari. Iser: Rio de Janeiro.

http://www.iser.org.br/site/wp-content/uploads/2013/11/CL%C3%8DNICAPOL%C3%8DTICA_livro_20set.pdf;

Ocariz, M. C. (2015) Violência de Estado na ditadura civil-militar brasileira (1964-1985): Efeitos psíquicos e Testemunhos clínicos. São Paulo: Escuta. <http://www.justica.gov.br/central-de-conteudo/anistia/violencia-de-estado-sedes-1.pdf/view>;

compreendamos que sim, é possível recuperar laços comunitários de solidariedade e construção do comum a partir do “voltar a ver”, do “reparar na ação”:

A implicação com o lugar de escuta inscrito na proposta desse projeto, torna patente a necessidade de escapar constantemente dessa lógica dicotomizante, e ir ao encontro dessas pessoas buscando nessa escuta não apenas os aspectos vitimizantes, mas principalmente, aqueles que fazem emergir os caminhos de resistência dos moradores de Heliópolis. Assim, a reparação mais do que algo que o Estado pode promover enquanto objeto ou um pacote de ações que ele deposita no território para lavar as mãos, busca se configurar enquanto ação crítica que se volta para a própria reestruturação do Estado. O reconhecimento de suas violações deve ir no sentido de legitimar, e respaldar as ações geridas pelo próprio território em sua resiliência, entendendo aqueles que vivem ali como sujeitos potentes de transformação da vida. Assim, reparar menos “o outro”, e reparar “no outro”, **tornar a ação de perceber o que está oculto um desencadeador para nos reposicionarmos** também em nossos lugares de enunciação, e assim fortalecer um sentido que repare as estruturas sociais que naturalizam historicamente o sofrimento da população pobre, preta, indígena e periférica. (VAZ, 2017, p. 35, grifo nosso)

Reparar na ação, dar tempo para ver/escutar/narrar o que está oculto, como em Benjamin. Melhor que um conceito metapsicológico, compreendamos reparação psíquica aqui como um conceito político: se análise reparável ou irreparável, como disse Rafael Alves Lima (2017), interessa à luta que o conceito psicanalítico de reparação esteja na agenda da transição brasileira.

Foi o “como” estar na agenda que me levou até as comunidades *mayas* na Guatemala. Apesar de dois trabalhos oficiais de escuta das vítimas do conflito armado no país (os informes da *Comisión para el Esclarecimiento Histórico* – CEH, e o *Proyecto Interdiocesano de Recuperación de la Memoria Histórica* – REHMI), as “memórias do silêncio” e o “nunca mais” não deixavam de se repetir (TURRIANI SIQUEIRA, 2015, pp. 134-147). Assim, as *Comunidades de población en resistencia* (CPRs)³⁴ decidiram tocar seus próprios processos de memória e reparação. O

SILVA JR., M. R. (2015) Travessia do silêncio, testemunho e reparação. Ministério da Justiça, Comissão de Anistia. São Paulo: Instituto Projetos Terapêuticos. <http://www.justica.gov.br/news/livro-reune-experiencias-do-projeto-clinicas-do-testemunho-da-comissao-de-anistia/travessia-do-silencio-testemunho-e-reparacao.pdf/view>
 Vera Vital Brasil [et.al]. (Org.). Uma perspectiva clínico-política na reparação simbólica: Clínica do Testemunho do Rio de Janeiro. 1ed.Brasília: Ministério da Justiça, 2015.

³⁴ “Estas nuevas comunidades de refugio fueron un ejemplo de resistencia y de autonomía pues por más que se les acosara de tener vínculos con las guerrillas está documentado que este proceso fue independiente de ellas, si las comunidades se organizaron fue por la necesidad de sobrevivir a las condiciones inhumanas en que se encontraban, algunas organizaciones guerrilleras les brindaron el apoyo para ciertos procesos pero no las determinaban. En 1990 estas comunidades salieron a la luz pública bajo el nombre de Comunidades de Población en Resistencia (CPR) exigiendo que se les reconociera como población civil desarmada que había sido despojada de sus tierras de origen y orillada a vivir en la montaña para preservar su vida”. (AVENDAÑO, 2014, p. 109)

encontro com os moradores do território *Ixil* está documentado no capítulo 3 da dissertação de mestrado, no tópico “Das memórias do silêncio às memórias das resistências” (pp. 147-158), e o trabalho realizado pela *Coordinación por los Derechos de los Pueblos Indígenas* está publicado em “El camino de las Palabras de los Pueblos” (CODPI, 2013):

Que seja um livro coletivo. Que contenha as palavras e os entendimentos de todas e todos. Que não apague a memória falada das comunidades, e sim que ajude a fundamentá-las e aprofundá-las. Que recolha a história da resistência histórica dos povos em nosso tempo, como nosso calendário, que onde começa termina e onde termina começa de novo. Porque a resistência não terminou nem terminará. Que todo o desenvolvimento do trabalho deste livro seja participativo. (CODPI, 2012, p. 3)³⁵

Após 8 anos das assinaturas dos acordos de paz ficou claro para as CPRs que o conflito armado havia sido motivado por razões econômicas diretamente relacionados com a expropriação das terras indígenas e a exploração dos recursos minerais. Do mesmo modo, as diretrizes tomadas pelos governos depois de findado o conflito armado. Contou-me um morador: “- Quando o presidente Óscar Berger veio inaugurar a hidroelétrica de Chajul, disse ‘Graças a Deus cumpriu-se o primeiro projeto que foi atrasado mais de 30 anos pela guerra. Isso sim é um desenvolvimento verdadeiro’” (TURRIANI SIQUEIRA, 2015, p. 150). A comunidade então entendeu que era isso que buscavam os governos anteriores e por isso desencadeada a destruição nas comunidades.

Compreenderam que “reparar”, “curar” as feridas deixadas pela guerra, precisaria vir acompanhado não apenas de “contar sobre as cenas traumáticas”, mas conhecer os detalhes da história e as razões por traz dos acontecimentos, para que eles não mais se repetissem:

Permitindo à memória seguir seu fluxo, seguir o caminho das palavras dos povos, os participantes foram desde as memórias das agressões e violações que sofreram, até as que sofrem nos dias de hoje, buscando em cada um dos encontros entender as razões de ditas agressões, de modo a poder se defender cada vez melhor. Inicialmente, perguntas como, “por que foram perseguidos, violentados, assassinados”, caíam em vazios de sentido que só podiam ser explicados por algo da ordem “porque assim tinha que ser”. O trauma da guerra não conseguia ser significado de nenhum outro modo. No exercício coletivo de recordar, essas perguntas começaram a ganhar outras respostas, que abriram possibilidades para novos significados, e consecutivamente, novas memórias. As razões da violência do passado foram conectadas com a violência no presente,

³⁵ Que sea un libro colectivo. Que contenga las palabras y los entendimientos de todas y todos. Que no borre la memoria hablada de los pueblos, sino que ayude a fundamentarla y profundizarla. Que recoja la historia de la resistencia histórica de los pueblos en nuestro tiempo, como nuestro calendario, que en donde comienza termina y donde termina comienza otra vez. Porque la resistencia no ha terminado, ni terminará. Que todo el desarrollo del trabajo de este libro sea participativo (CODPI, 2012, p. 3).

o que agregou novos sentidos também ao contexto atual das comunidades, que sofrem um brutal processo de espólio frente à entrada do capital estrangeiro na região para a exploração de recursos naturais. Ao identificarem que o conflito armado se deu, entre outras coisas, pelo interesse nas terras da região, decidiram entender qual era a riqueza que estava sendo disputada. Procuraram se informar sobre os usos dos metais pesados que estavam sendo extraídos, sobre os mega projetos de hidroelétrica, de mineração, de extração de petróleo, entre outros, remotivando as resistências para preservar os recursos naturais, sem os quais, para eles, o povo não existe. (TURRIANI SIQUEIRA, 2015, p. 156)

Corroborando as proposições benjaminianas, disse-me um senhor: “- Enquanto existe comunidade, há mortos que vivem dentro dela” (p. 235). Foram desses hiatos do passado encontrados para lutar e resistir e da partilha de narrativas, que essa comunidade conseguiu levar a juízo o ditador Efraim Rios Montt. Em 2013 ele foi condenado por genocídio a 50 anos de prisão e a outros 30 anos por crimes de guerra, sendo considerado o responsável pela morte de 1771 *mayas ixiles* assassinados pelo Exército nos anos de 1982 e 1983 e pela violação sistemática de mulheres e crianças, além de inúmeras políticas de terra arrasada. Apesar de sua sentença ter sido anulada - dando notícias dos pactos que dão liga à argamassa do edifício colonial e da casa grande - e as organizações de direitos humanos terem entrado em preocupação e desânimo, questionando-se “como vamos pedir que venham [as pessoas ixiles] dar seus testemunhos outra vez?”, uma senhora de Nebaj disse: “- ué, se tem que ir, vamos. Essa luta é de todos. Se conseguimos uma vez, conseguiremos outra. Isso foi o que aconteceu e já está provado”. No mestrado, ressalto o contraste entre as duas posições, entre o nós da senhora ixil de Nebaj, que inclui a todos, os ixiles e as organizações, e o eles dito por uma trabalhadora de uma das organizações, como se o processo fosse das organizações que representam as pessoas indígenas, e não uma luta de todos: “um traço fundamental e constante que diferencia as práticas comunitárias de memória” (TURRIANI SIQUEIRA, 2015, p. 148).

Hoje sabemos que a violência atroz vivida principalmente por mulheres nos territórios *mayas* ocupados pelas CPRs foi em decorrência do Relatório NSM 200 da CIA – *Central Intelligence Agency*³⁶, entre outros, que determinou o desenvolvimento de políticas Internacionais de controle populacional no terceiro mundo, incumbindo o governo norte-americano de financiar projetos de extermínio de mulheres³⁷. Na Guatemala, isso culminou no

³⁶ CIA – Central Intelligence Agency ou Agência Central de Inteligência (EUA)

³⁷ “Outro documento ao qual também tivemos acesso, um pouco mais antigo, dos anos 70, é o Relatório NSM 200 da CIA, naquela época, presidida por Henry Kissinger. Esse documento que deixou de ser classificado como secreto, por isso tivemos acesso a ele, apontava que havia um perigo para hegemonia anglo-saxônica e norte-americana no mundo, dado o crescimento da população nos países do terceiro mundo ser maior do que nos países do primeiro mundo. E apontava que não só o problema era complicado em termos geopolíticos, pois um país muito populoso

assassinato de mulheres grávidas e a exposição pública de fetos retirados a machadadas dos ventres de suas mães, em franco sinal de genocídio. Também, no sequestro de diversas mulheres *mayas*, colocadas em confinamento, violadas sexualmente e obrigadas a criar filhos de homens não-indígenas, no caso, os próprios violadores. Não é possível pensar capitalismo sem pensar o patriarcado e o machismo.

Foi impossível retornar da Guatemala sem um compromisso radical com outro horizonte ético-político. A experiência junto às comunidades me colocou entre a cosmovisão dos povos mesoamericanos (os saberes *mayas* da região), a psicologia social (atuação junto às comunidades), o testemunho (experiência narrativa), a psicanálise (método de cura e de investigação sobre o sofrimento psíquico) e o marxismo (método materialista-dialético para compreensão das formas sociais do capitalismo e sua superação através da revolução). Uma encruzilhada, como conceitua David e outros pensadores negro-brasileiros:

Encruzilhada entendida aqui não apenas como lugar de impasse, mas como lugar de possibilidades, de tensão criativa que pode suportar a contradição e a alteridade, um lugar que permite o surgimento do inesperado, do inacabado e, nessa medida, se opõem à universalidade e à totalidade que marca o domínio colonial. (DAVID e ASSUAR, 2021, p. 19)

É dessa encruzilhada que começaram a ser pavimentados os caminhos que me levam ao coletivo Margens Clínicas e que culminaram no conjunto de atividades formativas aqui sistematizadas. Antes de seguirmos por essa estrada, passemos mais uma volta, pelos campos da memória coletiva.

seria um risco – o Brasil e a Índia eram citados como exemplo – como também os países do terceiro mundo que mais estavam crescendo em termos populacionais eram detentores das reservas energéticas de biomassa, florestas tropicais. E tendo em vista que havia a possibilidade real do esgotamento das fontes energéticas e de recursos não renováveis (como o petróleo), a fonte energética mais palpável seria a da biomassa, que vem das florestas tropicais. O fato das florestas tropicais estarem em países como o Brasil, com a população crescendo, havia o risco dessa população apropriar-se desses recursos e, portanto, era necessário desenvolver políticas internacionais de controle populacional desses povos. E o NSM 200 defende que o governo norte-americano financie projeto de exterminação de mulheres nos países do terceiro mundo. A BEMFAM, que é uma ONG internacional, foi uma das principais protagonistas nessa ação. O que conteve um pouco essa ação mais intensa da política norte-americana foi a direita religiosa norte-americana que era contra esse tipo de intervenção. De qualquer forma, o movimento de mulheres negras fez essa denúncia. Naquele momento tínhamos dados bastante preocupantes de uma exterminação discriminada de mulheres negras pobres e indígenas no Brasil. Em alguns estados (Maranhão, Goiás), o extermínio, que era o principal método contraceptivo utilizado, chegou a 70% de mulheres em idade fértil. (OLIVEIRA, 2014)

1.4 ARCO IV – MEMÓRIA COLETIVA OU RESISTÊNCIA DOS POVOS³⁸

Memória coletiva é um conceito em disputa. Entendida inicialmente como conceito historiográfico, algo misturada com a ideia de memória histórica, se deslocou para o campo das lutas populares e passou a ser entendida também como uma práxis de resistência à colonialidade, na qual, através da sustentação de narrativas plurais, internas ao grupo e da compreensão da memória como movimento, contestam-se as verdades hegemônicas impostas às comunidades subalternizadas, violadas e expropriadas.

As narrativas orais são ferramentas fundamentais para a construção e manutenção dos laços sociais e da cultura, assim como para a transmissão dos hábitos, costumes e tradições. Através do monopólio da cultura, da história e da memória social, as narrativas podem ser modeladas por grupos dominantes, aniquilando simbolicamente outros grupos, e possibilitando, assim, sua coisificação, exploração, violação e extermínio.

Como fenômeno construído a partir de relações sociais e constituidor dessas mesmas relações, a memória é um valor disputado como meio de determinar o que deve e o que não deve ser recordado, possibilitando o reconhecimento ou o apagamento de identidades. E essa disputa se dá não apenas ao redor das narrativas, mas também ao redor daquilo que se concebe como memória.

Quando falamos de memória coletiva, o que está em jogo não é o aspecto biológico, orgânico e cognitivo da memória individual. Desde o campo das ciências humanas, há certo consenso de que memória coletiva pode ser entendida como o conjunto de elementos simbólicos que compõe as narrativas e discursos de uma comunidade e que regulam suas formas de interação social. No entanto, nas últimas décadas, reivindica-se a noção de memória coletiva como uma práxis comunitária anticolonialista de produção partilhada de conhecimento. Nesta última, a ação de rememorar coletivamente tem papel central, permitindo:

- reconhecimento das narrativas e discursos hegemônicos que reforçam as estruturas de poder e tentam se impor como síntese histórica única;

³⁸ Os argumentos apresentados nesse tópico são resultado do percurso iniciado em 2006 o todo das referências que o compõe encontram-se na dissertação de mestrado (TURRIANI, 2015), mas não poderia deixar de dizer que a compreensão de Memória Coletiva não seria possível sem as contribuições teóricas de Maurice Halbwachs, 1925; 1968; Michel Pollak, 1989;1992;1989; Félix Vásquez, 2001; Elizabeth Jelin, 2003; Beatriz Sarlo, 2005; Ignacio Dobles, 2009; Gabriela Soto (2010), Miryan Sepúlveda dos Santos (2012), e as conversas com todas as pessoas nas comunidades de Nebaj, Guatemala, além dos trabalhadores de tantas organizações no país que se empenham em reparar os danos produzidos pela violência colonial. Também, a todos os companheiros dos projetos Clínicas do Testemunho com quem pude construir memória coletiva ao longo de tantos anos.

- validação coletiva das multiplicidades de narrativas que compõe um tecido muitas vezes contraditório, no qual coexistem as diversas formas de pensar, falar e perceber o mundo;
- elaboração coletiva de traumas, sobretudo os resultantes das violências do capitalismo, racismo, patriarcado e colonialismo;
- ressignificação dos acontecimentos históricos;
- reposicionamento da comunidade frente à omissão, o silenciamento e o espólio, recuperando e reconstruindo outros universos simbólicos, libertadores, e deslocando-se da perspectiva vitimizadora reforçada pela história hegemônica;
- afirmação da participação ativa das comunidades nas lutas de resistência, se posicionando como sujeitos de sua história.

A violência atroz, através da tortura, do desaparecimento forçado, dos massacres, procura destruir as crenças e convicções de um povo, para retirar-lhes toda capacidade de identificação e reconhecimento que os constitui como sujeitos. A memória coletiva como práxis, constitui-se como campo de resistência a essas violências. Assim, memória coletiva é sinônimo de resistência dos povos.

Desde essa perspectiva, considera-se a importância dos quadros sociais da memória (Halbwachs, 1925/1994) na construção de uma memória partilhada que permite aos sujeitos identificarem-se entre si como tais, reposicionando a dignidade e desestigmatizando as falsas identidades consolidadas na instrumentalização das memórias. Escapando dos paradigmas hegemônicos de ciência, a memória coletiva habita o campo da inter e da transdisciplinariedade, incluindo em sua práxis tanto os estudos antropológicos, historiográficos, sociológicos e psicológicos, como as cosmovisões locais, as narrativas populares, permeadas de referências míticas de animais, plantas e outros elementos da natureza; uma construção ao mesmo tempo científica e alegórica, cujo valor de verdade está menos na fidedignidade de datas, lugares e atores, e mais na práxis do recordar em conjunto, constituindo e transmitido a complexidade da memória coletiva de um grupo para além de cada fato histórico. Como dizem os *mayas ixiles*, a memória coletiva se dá na escuta dos caminhos das palavras trilhados por uma comunidade. Com suas dores e resiliências, é da partilha de desejos comuns, ou melhor dito, de desejo pela partilha do comum, que a memória coletiva se faz como um exercício contínuo de comunidade.

Essa concepção põe em questão a categoria de verdade como valor, estabelecendo uma outra proposta ética discursiva que incluam o desvelamento das estruturas de poder que resultam em disputas pela memória, possibilitando assim uma análise crítica das responsabilidades e implicações da construção social da memória e dos efeitos sociais e culturais resultantes das elaborações das diversas versões sobre o passado.

As concepções de memória coletiva vindas da tradição do pensamento ocidental, como as do sociólogo Maurice Halbwachs (1877-1945) – quem cunhou o termo e dedicou suas pesquisas a pensar as diferenças entre memória histórica e memória coletiva (1968/1990) e desenvolveu a noção de “Quadros Sociais da Memória” (1925/1994) –, interessam na medida que nos permitem analisar os determinismos forjados e encobertos pelos tais quadros sociais – da linguagem, do espaço e do tempo – para a manutenção de discursos opressores e histórias únicas, e desde esta compreensão, criar estratégias de disputas destes quadros sociais, visando a recuperação de outros quadros e a reconstrução de narrativas. Do mesmo modo, os trabalhos do psicólogo Frederic Charles Bartlett (1886-1969), tiveram o mérito de desenvolver uma teoria da memória que vincula operações subjetivas a processos sociais, interações entre indivíduo e meio, em uma época de escasso diálogo e numerosas disputa entre as ciências sociais e as psicológicas (BARTLET, 1932). Mas ambos ignoraram que a memória social pode ser refém de sentidos alterados, manipulados e impostos a partir dos mecanismos de sujeição controlados pelos grupos dominantes da sociedade.

A memória coletiva como práxis tem seu compromisso primeiro com o gesto de dar lugar aos fatores sociais que operam sobre alguém que recorre ao próprio passado. Sua ênfase se volta para as condições sociais de produção de lembranças. Em um contexto histórico em que a reconstrução da memória coletiva está em voga, suas construções teóricas devem ser lidas desde as geografias onde foram forjadas. Com Frantz Fanon, aprendemos a suspeitar e interpelar teorias desenvolvidas nas metrópoles, nas legitimadas zonas do ser e, com Boaventura de Sousa Santos, desconsideram a validade dos saberes nomeados “verdades” e legitimados por um auditório cujos interesses não germinem do e pelo comum. Durante todo século XX, inúmeros pensadores – Walter Benjamin, Herbert Marcuse, Jacques Derrida, Michel Foucault etc. – denunciaram o caráter ideológico de tal passado sem materialidade, dos particularismos autorreferentes, das tradições discursivamente rearranjadas.

Memória coletiva é memória compartilhada desde a materialidade, organizadora das identidades, mas também amparo para deslocamentos da subjetividade; criadora, mantenedora e transformadora de laços sociais, anunciada a partir da própria língua, presente nos cultos e em todos os elementos da cosmogonia. Sendo o conhecimento resultado contínuo do entrelaçamento de experiências individuais e coletivas, a memória coletiva é uma das muitas maneiras de construir, manter ou apagar os saberes de uma comunidade. Ela é a encruzilhada entre sujeito e sociedade, presente, passado e futuro, sobreposições de agora de múltiplas realidades psíquicas frente a realidade fática; processo necessariamente dialético.

Dentro do contexto colonial latino-americano, propor-se a reconstruir a verdade dos acontecimentos, dizer qual memória é mais ou menos verdadeira, ou determinar o que é e o que não é memória, incorre no risco de retroalimentar o horror vivido. Tais processos, muitas vezes, encobriram interesses específicos de grupos hegemônicos, deixando de lado as necessidades e interesses de movimentos sociais e comunidades. Em outros, suspeitaram da veracidade dos testemunhos, pela aparente incoerência entre fatos das narrativas que se pautam em princípio de não identidade, como aquelas das populações indígenas, que se referem a pessoas de uma mesma comunidade como irmão, irmã, ainda que sem laço consanguíneo, ou mesmo à natureza como parte do “nós” (TURRIANI SIQUEIRA, 2015, pp. 46-47).

As verdades tornadas oficiais marcam as memórias, transformando-as, reforçando-as, instrumentalizando-as ou mesmo apagando-as, e estas dão elementos para a construção de novas verdades. Os processos de reconstrução de verdades históricas são processos dialéticos que, ao mesmo tempo, refazem verdades, memórias e histórias. Desse modo, não é indiferente nos diversos processos de reconstrução de memórias qual a concepção de verdade, memória e história que determinado auditório legitima, menos ainda, a concepção de sujeito, sobretudo quando são concepções importadas dos mesmos países que financiam o horror que tais processos tentam reparar. A busca pela verdade histórica de um acontecimento, quando aponta para uma reconstrução de sentido único, e não para a pluralidade das narrativas dos atores que participaram em tal acontecimento, ameaça determinar novamente um destino desigual e injusto.

Deparando os slogans “verdade, memória e justiça” com a memória coletiva entendida como práxis, somos convocados a refletir sobre que verdades, que memórias e que justiça têm ganhado a cena, mesmo entre os discursos e lutas mais progressistas. Sobretudo, somos convocados a ouvir os grupos e comunidades mais prejudicados pelas violências do capitalismo, do racismo, do patriarcado, para compreendermos e nos implicarmos com os modos de operação do colonialismo interno (CASANOVA, 2006; CUSICANQUI, 2010).

É a partir das mesmas comunidades, na exigência que se respeitem suas especificidades, que os profissionais da memória são convocados a se olharem desde outros espelhos, nos quais possam identificar problemas mais genuínos e encontrar soluções radicais, não parciais e distorcidas, como as refletidas pelo espelho eurocêntrico. Desde nossas searas “técnicas”, a memória coletiva se apresenta como práxis para fortalecer as lutas populares e produzir reflexões que possam orientar para caminhos além da reprodução do ideal de mundo ocidental e das formas sociais do capitalismo, favorecendo a construção de lugares de enunciação que apontem para um pacto dessubalternizante, anticolonialista e anticapitalista.

Desde a psicologia crítica e política podemos compreender a memória coletiva como uma práxis inter e transdisciplinar, que recorre a diferentes campos do saber, como a educação popular, a geografia crítica, o materialismo histórico, a etnografia, a psicologia social comunitária e a psicanálise, se pensada em sua vertente clínico-política. Urge colocar as expertises do campo *psi* a serviço das comunidades e se dedicar à construção de metodologias que auxiliem no trabalho de escuta em coletividade, de reconstrução de laços e de fortalecimento comunitário. Um espaço em que as pessoas possam se reconhecer e desconhecer em dores e alegrias; um espaço de enunciação, em que cada qual possa recorrer a si para juntos, darem sentido a seu sofrimento, não na busca de determinações impositivas, mas sim, de determinações espaço-temporalizadas, transitórias, que se podem abrir para novas indeterminações e questionamentos. Um lugar de memória, em que aquilo que parece ter sido esquecido, mas que não deixa de retornar em sonhos ou na repetição das violências, possa ser recuperado e ressignificado, possibilitando assim a sustentação de uma dialética de desconhecimento e reconhecimento, determinação e indeterminação (DUNKER, 2015; OBLIZINER, 2018).

1.5 ARCO V – HABITAR A MEMÓRIA COLETIVA

Se o conjunto de atividades formativas aqui sistematizadas pôde ser construído, foi por ser a culminância da memória coletiva de uma década de trabalho do coletivo Margens Clínicas ao redor do tema dos efeitos psicossociais da violência de Estado e das condições de possibilidade para a reparação psíquica dos sujeitos afetados.

Em 2012, no Brasil, os trabalhos da Comissão da Verdade (CNV) eram impulsionados e a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça (CA-MJ) começava seu primeiro programa de reparação psíquica, chamado Clínicas do Testemunho (CT)³⁹. A esquerda brasileira preparava-se para os 50 anos do golpe de 1964 e a periferia seguia sangrando, evidenciando quão restrita aos

³⁹ Os primeiros núcleos a realizarem o projeto Clínicas do Testemunho e suas respectivas publicações foram: Sigmund Freud Associação Psicanalítica [Org.] Clínicas do testemunho: reparação psíquica e construção de memórias. Porto Alegre: Criação Humana, 2014. Disponível em:

https://www.gov.br/mj/pt-br/central-de-conteudo_legado1/anistia/anexos/livro-clinicas-do-testemunho.pdf; Silva Junior, M. R., & Mercadante, I. F. S. (Coords.) (2015). Travessia do silêncio, testemunho e reparação. São Paulo: Instituto Projetos Terapêuticos. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/livro-reune-experiencias-do-projeto-clinicas-do-testemunho-da-comissao-de-anistia/travessia-do-silencio-testemunho-e-reparacao-3.pdf/view>;

Ocariz, M. C. (Org.) (2015). Violência de Estado na ditadura civil-militar brasileira (1964-1985): Efeitos psíquicos e testemunhos clínicos. São Paulo: Escuta. Disponível em: https://sedes.org.br/projetos/Clinica_testemunho/LIVRO_violencia_estado_ditadura.pdf.

centros das grandes capitais essa discussão estava. Os índices calamitosos de letalidade policial e de tortura contra as populações negras e periféricas denunciavam a continuidade da doutrina de segurança nacional do período ditatorial e a manutenção da racionalidade colonial escravocrata, em oposição aos compromissos assumidos para uma transição democrática.

O Movimento Mães de Maio exigia que o Estado reconhecesse os crimes contra seus filhos assassinados em 2006⁴⁰ e que os movimentos sociais em favor das políticas de reparação da ditadura se implicassem com o problema atual do genocídio nas periferias⁴¹. Era necessário ampliar a compreensão sobre o que seria um estado de exceção e as intenções e efeitos da violência dos órgãos de segurança pública⁴². Urgia que se pensasse em como desenvolver políticas de reparação temporalmente transversais, que fossem além dos jargões “cultura de paz, perdão e reconciliação”⁴³ herdadas dos pactos de anistia.

Como construir processos de recuperação e ressignificação das experiências traumáticas decorrentes da violência política “tanto para a construção de uma memória coletiva que não se feche, como também para a construção de uma memória histórica⁴⁴, que enquanto tal, carrega a legitimação institucionalizada de eventos históricos que marcaram a sociedade” (TURRIANI, 2015, p. 160)? É nesse contexto que se dá a conformação do Coletivo Margens Clínicas.

O nosso⁴⁵ foco era analisar como os crimes da ditadura não haviam cessado em 1985, mas se estendiam até o tempo presente através da violência nas periferias das grandes cidades brasileiras, exterminada cotidianamente pelas forças militares e paramilitares. Se naquele ano de 2012 o Estado finalmente reconhecia a necessidade de reparar psiquicamente as vítimas da ditadura, inaugurando pela Comissão de Anistia o projeto piloto Clínicas do Testemunho, entendíamos que era hora dele também se responsabilizar por oferecer reparação às vítimas da violência do Estado do presente. (TURRIANI, 2019, p. 345-346)

⁴⁰ Cf. Movimento Mães de Maio, *Mães de Maio: Do Luto à Luta*. São Paulo: Giramundo Artes Gráficas, 2011.

⁴¹ Cf. <https://ponte.org/pela-verdade-dos-crimes-da-democracia/>

⁴² Cf. Margens Clínicas. 2013. Marcas psíquicas da violência policial precisam ser cuidadas. Viomundo. Disponível em: <https://www.viomundo.com.br/voce-escreve/violencia-policial.html>.

⁴³ Ver a problematização contundente de Amélia Valcárcel ao tema do perdão e sua relação com a memória e a justiça: VALCÁRCEL, Amélia. *A memória, a justiça e o perdão*. São Paulo: Ed. SESC, 2013.

⁴⁴ A oposição entre memória histórica e memória coletiva foi tratada na dissertação de mestrado (TURRIANI, 2015), e em resumo, opõe a história legitimada como oficial através de trabalhos de memória, sejam pesquisas em história oral, comissões da verdade, etc., que consolidam o que se nomeia memória histórica em comparação a história arquivística, e a memória viva, em ato, que se dá como *continuum* entre grupos e comunidades, como apresentada no arco anterior.

⁴⁵ Nesse tópico a 1ª pessoa do plural fará referência ao coletivo Margens Clínicas.

A partir da convocatória feita pelo Movimento Mães de Maio⁴⁶, decidimos juntar nosso incômodo enquanto jovens *psis* com a incoerência do governo brasileiro de lançar projetos de reparação à violência militar dos “anos de chumbo” ao mesmo tempo que seguia autorizando e homenageando⁴⁷ a tortura, a bala e o extermínio nas periferias:

Atualmente, grupos e movimentos sociais – atentos à triste realidade das violações sistemáticas de direitos humanos promovidas ainda hoje pelas forças de segurança do Estado – têm chamado a atenção para a necessidade de constituição de políticas públicas de reparação psicológica a vítimas de violência policial. Aqui, destaca-se a militância incansável do Movimento Mães de Maio, formado por familiares de jovens mortos pela Polícia Militar de São Paulo, e o trabalho pioneiro do grupo Margens Clínicas, coletivo de jovens psicanalistas que oferece atendimento psicológico a vítimas de violência do Estado e militam pela instituição de políticas públicas de reparação às vítimas do período pós-ditatorial (1985-). (ABRÃO, 2014, p. 19)

Decidimos nos organizar e fazer rede com diferentes movimentos sociais, para pensar, na prática, a produção de sofrimento decorrente da violência de Estado, sobretudo na forma violência policial, que resulta na morte de centenas de jovens não brancos e no não reconhecimento do Estado do crime cometido:

quando não encontram na sociedade este tipo de reconhecimento, que assegura e legitima a memória da vítima, os familiares de mortos pelo aparato repressor do Estado sentem-se obrigados a carregar o fardo de um luto que nunca se encerra. (...) Isso porque a manutenção deste sofrimento aparece-lhes como uma tentativa desesperada de evitar uma segunda morte: o assassinato simbólico daquele que, já sem direito à vida, teve, em seguida, o direito à memória solapado por uma sociedade autoritária. Como se coubesse a quem fica a triste missão de fazer de si a pena de um crime sem culpados e a lápide de um homicídio sem cadáver. (MARGENS CLÍNICAS, 2013)

Da escuta clínica dos familiares afetados⁴⁸, somado à sustentação de um giro etiológico no qual, além das causas orgânicas e inconscientes, as causas sociais também são consideradas

⁴⁶ Cf. <https://peticaopublica.com.br/?pi=maesmaio> (Fev/2012); <http://maesdemaio.blogspot.com/2013/10/por-que-e-necessaria-urgentemente-uma.html> (2013); MÃES. Realização: Clara Ianni. Colaboração: Mães de Maio; Margens Clínicas. Edição: Clara Ianni; Nina Senra. Mixagem: Caio Gonçalves. Cor: Marcos Yoshi. São Paulo: 2013. Vídeo (23 min). Disponível em: <http://claraianni.com/>; APELO. Realização: Clara Ianni e Débora Maria da Silva. Produção: Massa real. São Paulo, 2014. Vídeo (13 min). Disponível em: <http://claraianni.com/>.

⁴⁷ Cf. <https://www.viomundo.com.br/denuncias/grupo-condena-proposta-de-homenagear-a-rota-ditadura-continuada.html>.

⁴⁸ Cf. LAGATTA, Pedro. Uma experiência de escuta de familiares vítimas da letalidade policial na cidade de São Paulo. 2017. Dissertação de Mestrado - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. doi:10.11606/D.47.2017.tde-01092017-104250. Acesso em: 2023-05-27.

no processo de adoecimento⁴⁹, e do diálogo direto com os movimentos sociais e as políticas públicas de transição democrática⁵⁰, buscamos elaborar insumos para o enfrentamento da violência de Estado:

Nosso propósito não era o de oferecer grande número de atendimentos aos afetados pelas chacinas nas periferias, uma vez que entendemos que a reparação à violência do Estado só pode ser efetivada se o Estado participar ativamente desse processo. A luta pela responsabilização do Estado em reparar psiquicamente – além de simbólica e pecuniariamente – os afetados pela ditadura, se sustenta no reconhecimento dos limites de uma análise individual frente a este tipo de violação. [...] somente o reconhecimento coletivo dessas violações pode favorecer a reparação psíquica que afeta diretamente todo tecido social, assim como somente o pedido de perdão vindo do perpetrador, nesse caso o Estado, pode dar alguma garantia, ainda que frágil – como bem estamos vivenciando na atual escalada do fascismo – de que tal crime não irá se repetir. (TURRIANI, 2019, 346)

Atendimento clínico individual e gratuito, grupos terapêuticos para mães e familiares, participação junto a movimentos sociais, comitês populares, desenvolvimento de metodologias para trabalhar diretamente nas comunidades inspirados pela justiça restaurativa (VIEIRA, 2018; VIEIRA, OBLIZINER e VAZ, 2021), pelas conversas públicas do Clínicas do Testemunho (OBLIZINER, 2017) e pela cartografia social da geografia crítica (VAZ et al, 2015; TURRIANI, 2018a), somado às diversas críticas feitas pelos movimentos sociais ao trabalho e também à discussões diretas junto ao poder público, compuseram os caminhos trilhados pelo Coletivo Margens Clínicas (MARGENS CLÍNICAS, 2017; 2018). Desta partilha coletiva, algumas elaborações ganharam força para auxiliar a pensar às “direções do tratamento”⁵¹:

- não seria possível qualquer trabalho efetivo de reparação sem a participação dos territórios e de alguma instância de reconhecimento público, fosse esse público a própria comunidade;
- transversalizar a noção de memória coletiva para o desenvolvimento de uma prática clínica coletiva e comunitária, mesmo quando ocorre no um a um;
- o trabalho clínico ganha outras possibilidades quando acompanhado de trabalho político – há que acolher a dor, mas há que se organizar para lutar e transformar o que produz a dor, quando isso é uma demanda do território.

⁴⁹ Cf. SAFATLE, V.; SILVA Jr. N.; DUNKER, C. [Org.] *Patologias do Social: Arqueologias do Sofrimento Psíquico*. São Paulo: Autêntica, 2018.

⁵⁰ Cf. ABRÃO, Paulo; GENRO, Tarso. *Os direitos da transição e a democracia no Brasil*. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

⁵¹ Cf. *Questões subjacentes às margens da clínica e da transmissão psicanalítica em territórios vulnerabilizados pela violência política*. (TURRIANI, 2019).

Sobre este último ponto, o que causa mais polêmicas entre os “psicanalistas de escola”, podemos abordá-lo ao menos de dois modos. Ao mesmo tempo em que se desenvolve o trabalho clínico, seja em grupo, seja individualmente, é possível participar da organização popular para a luta e reivindicação de direitos⁵². O trabalho em coletivo auxilia esse pareamento uma vez que diferentes pessoas podem ficar responsáveis por diferentes funções, caso o que se busque seja preservar a transferência do espaço analítico. Desse modo, os analistas responsáveis pelo atendimento das pessoas não são os mesmos que compõe os espaços de articulação e organização popular.

O outro modo, costumeiramente questionado e até negado por alguns psicanalistas, diz do que pode operar a escuta dentro dos espaços de articulação e organização popular. A dimensão do sujeito e a posição desejante não estão presentes apenas no encontro analítico um a um, assim como escutar “sintomas” e elaborar possíveis “causas”, o olhar clínico, não está restrito ao clínico. Enquanto a luta se organiza é possível realizar um trabalho preliminar de reconhecimento de certas semiologias e etiologias com fins a um diagnóstico que considera a sociogênese, como propõe Fanon (1952/2020) e que nos auxilia na construção das metodologias clínicas coletivas de trabalho, ou de estratégias coletivas de ação, o que não é o mesmo, mas pode se justapor (voltaremos a isso no capítulo 2).

Obviamente que não se trata de uma posição exterior, de observador fora do campo, e menos ainda da realização de um trabalho analítico onde ele não foi solicitado. Sim, da participação ativa dos profissionais da saúde mental junto aos movimentos sociais, implicados transferencialmente, mas informados por uma série de elementos metodológicos que a clínica nos empresta e que sim, podem participar da construção tática e estratégica do grupo, sempre e quando este seja o interesse do grupo. Além, é claro, do empréstimo de legitimidade que o “saber” acadêmico e profissional pode dar às lutas populares. De certo modo, é colocar em diálogo a psicologia social comunitária e a clínica psicanalítica.

Certa vez, em uma reunião organizativa da 2a. Comissão da Verdade na Democracia⁵³ (2015), que se realizaria no cemitério São Luiz, no Jardim Ângela, as pessoas presentes na reunião, moradoras de lá, estavam às voltas com a tarefa de organizar o evento. Eu estava sentada quieta, observando eles levantarem nomes de pessoas que pudessem vir partilhar seu

⁵² Cf. <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/171-noticias-2013/525465-carcere-nao-e-lugar-de-gente>; <https://memoria.ebc.com.br/cidadania/2013/08/movimento-passe-livre-e-outras-entidades-movem-acao-coletiva-contr-governo-de-sp>

⁵³ Cf. <https://periferiaemmovimento.com.br/de-volta-ao-cemiterio-sao-luiz-contr-o-genocidio-nas-periferias/>; Comissão da Verdade dos Crimes da Democracia será instalada nesta sexta. Feira, <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=361802>

testemunho sobre a violência da polícia, pensando na força de suas histórias e trajetórias. Pessoas que eles já haviam ouvido, que conheciam a história atravessada pela tragédia da perda de um filho, um marido, um parente. Os nomes eram todos de pessoas de outros territórios e aquilo me produzia uma ordem de estranhamento que me levou a interpelar “mas nenhum de vocês perdeu alguém para a polícia?”. Imediatamente as vozes foram se aquietando, as costas encostando na cadeira, o corpo escorregando no assento. A reunião mudou. A pergunta posicionou-lhes em suas próprias histórias. Deixou de ser uma conversa pragmática sobre a realização de algo e passou a ser um espaço de testemunhos, de partilha de experiências de dor, pensadas desde uma perspectiva resiliente, que pudesse compor o campo da luta ali realizada. Eis um pequeno exemplo do como uma escuta acostuada a escutar o que não se escuta pode participar da luta por libertação e apoiar os movimentos populares⁵⁴.

A pergunta “o que pode, e como pode” o vínculo entre psicanálise e política, e também, entre psicanálise e marxismo, psicanálise e psicologia social comunitária, psicanálise e história, psicanálise e outras áreas do saber, melhor que tenha muitas respostas, e que o debate possa seguir. Sobretudo, que as muitas respostas possam se assentar em uma infinidade de práxis revolucionárias.

Não pretendo com este recorrido esgotar nenhuma questão, e esta tese apresentará apenas alguns caminhos trilhados coletiva e individualmente. Caminhos trilhados por um nós, mas escritos a partir de minhas memórias, inevitavelmente parciais.

Dos caminhos trilhados, em 2016 pudemos ser responsáveis por um dos núcleos de implementação do 2º Edital Clínicas do Testemunho (2016-1017) da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça (CA-MJ). Não trataremos aqui dos problemas dessa política, apenas dizer que a execução dela deixou ainda mais evidente os incômodos que trazíamos de nossas origens. A CA-MJ custava em compreender as especificidades de nosso trabalho realizados em dois bairros periféricos de São Paulo (Perus e Heliópolis), diretamente afetados pela ditadura, mas cuja violência daquele período permaneceu depois da transição, e cuja violência sofrida pela população é entendida como uma violência “comum”. Como reparar um território cuja terra foi rasgada e nele centenas de mortos lançados como se fosse um conto de realismo fantástico

⁵⁴A partir dessa escuta-articulação com o território da zona Sul de São Paulo, foi possível desenvolver a metodologia “Cartografias da Memória” (VAZ et al. 2015; TURRIANI, 2018b). Além de atividades junto a serviços de medida sócio-educativa (MSEs) e espaços culturais como o Sacolão das Artes, em 2014-15 fomos contemplados pelo edital Juventude Viva da Coordenação de Juventude da Prefeitura de São Paulo para realizarmos um ciclo de atividades com jovens adolescentes no território do Jardim Ângela, Capão Redondo e Campo Limpo, que culminou com o caderno interativo Cartografias da Memória (VAZ et al., 2016), disponível em: <https://www.margensclinicas.org/images/publicacoes/cartografias-da-memoria.pdf>

(VIEIRA, 2017), para falar de Perus? O Estado brasileiro ainda está longe de compreender as dimensões de suas veias abertas, retomando Eduardo Galeano. A CA-MJ não apenas não conseguia pensar conosco os problemas apresentados, como, ainda, não reconhecia parte de nosso trabalho dentro do escopo permitido pelo projeto. As dificuldades e impasses, as histórias dos territórios, assim como os achados e celebrações, podem ser encontrados na produção coletiva “Clínicas do Testemunho nas Margens” (MARGENS CLÍNICAS, 2017).

Vale lembrar que em abril de 2016 o Brasil sofreu um grande golpe político, e a CA-MJ entrou em franco processo de sucateamento. Que isso pouco tenha sido noticiado e passado longe da maioria das pessoas, dá notícias da circunscrição do trabalho, da ausência de debates e narrativas sobre a ditadura entre a maioria da população e desconhecimento sobre os processos de transição democrática que ainda vivemos. Fato é que, fora os “diretamente” afetados pela perseguição, tortura e/ou assassinato e seus familiares, pouco se compreende ou se fala fora desses grupos sobre os efeitos dos períodos de ditadura, e menos ainda sobre o tema do genocídio preto, pobre e periférico como extensão das políticas de morte vindas desde o período colonial, sistematizadas e autorizadas no período ditatorial e legitimadas até os dias de hoje.

Quando, em 2015, propomos o projeto Clínicas do Testemunho nas Margens, entendíamos, portanto, que a reparação em territórios profundamente violentados e vulnerabilizados, precisaria extrapolar o âmbito psíquico. Precisariamos não só escutá-los, mas apoiar suas lutas populares:

Através da escuta sobretudo dos afetados pela violência policial, nosso foco era nos unirmos às lutas populares de modo a fornecer insumos técnicos para a construção de políticas públicas de reparação que atendessem também as populações afetadas no presente [...] e auxiliassem não somente ao cuidado psíquico destes afetados e seus familiares, mas também à diminuição dessa violência, ao entendermos que através da escuta clínica, podemos ampliar a compreensão do entramado histórico social, que nos constitui enquanto sujeitos psíquicos, e podermos desse modo sustentar espaços comunitários de resolução de conflito e transformação social. (TURRIANI, 2019, p. 346)

Além das pessoas escutadas e das redes de luta fortalecidas⁵⁵, ao final do projeto sustentamos em nosso relatório, a partir do que escutamos, que, reparatório, seria o Estado

⁵⁵ Como parte do projeto foram realizadas: conversas públicas nos territórios paulistanos de Perus e Heliópolis que buscavam desdobrar a pergunta “o que resta da ditadura?”; grupos terapêuticos; atendimentos individuais; oficina “Bonecos da Memória”; formação de agentes locais (jovens que foram remunerados pelos projetos para acompanhar as atividades e realizar articulação territorial); cartografias da memória; escuta territorial e a capacitação de profissionais atuantes das redes SUS e SUAS.

passar as escrituras das casas dos moradores de Heliópolis (VAZ, 2017) – território constituído por ocupação popular nas décadas de 1970 e 1980 – e, além do memorial da vala de Perus, entregar o prédio da Fábrica de Cimento Portland⁵⁶ ao bairro, como patrimônio material e imaterial, para que eles pudessem ali construir um centro de cultura que servisse à comunidade (OBLIZINER, 2017; VIEIRA, 2017b). Desejos enunciados e construídos coletivamente.

Que escutássemos diretamente territórios vulnerabilizados, vítimas da violência de Estado em período presente, construindo pontes com o passado, que inclusive extrapolava o período de 1964-85, foi fundamental para fortalecer os alicerces de nossos propósitos. Junto a isso, a realização do projeto Centros de Estudos em Reparação Psíquica da Clínica do Testemunho nas Margens (CERP Margens Clínicas)⁵⁷, contribuiu para que nos aproximássemos do objetivo de oferecer insumos para a construção de políticas públicas de reparação e enfrentamento a violência de Estado em período democrático.

Pelo CERP Margens Clínicas passaram ao redor de 200 pessoas trabalhadoras das políticas públicas de saúde e assistência social de 2016 a 2018, atuantes sobretudo nos territórios de Heliópolis, M'Mboi e Campo Limpo da cidade de São Paulo e de outros territórios periféricos da cidade de São Bernardo do Campo. Espaço de construção coletiva, foi uma aposta tanto como metodologia clínica para o reconhecimento e ressignificação da violência do Estado, como para a formação de profissionais visando uma escuta orientada pela ética da psicanálise, atenta à reprodução das lógicas de opressão e dominação, naturalizada pelas condições existenciais dos usuários do SUS e SUAS.

O CERP Margens Clínicas foi uma proposta formativa conformada por espaços permanentes de supervisão, aulas teóricas seguidas de discussão de caso, assim como vivências e aplicação das metodologias clínicas coletivas. Nesse espaço, partilhado com tantos profissionais atuantes na ponta, foi possível desvelar como a estrutura dos serviços impede os profissionais de pensar o usuário desde a perspectiva da saúde integral, o que resulta em um sentimento de fracasso e auto responsabilização em frente ao “sofrimento irreparável” dos

⁵⁶ Além da Vala de Perus, durante a ditadura houve nesse território a maior greve da que se tem notícias na história. Foram 7 anos de luta, o que levou o bairro a se dividir entre pelegos (os fura-greve) e os queixadas, aqueles que se mantiveram em “firmeza permanente” durante todo o período. Na época, a prefeitura de São Paulo emprestou ao dono da fábrica a guarda civil e militar, de modo a participar ativamente da repressão dos queixadas. No final da greve, a prefeitura ainda indenizou o dono da fábrica pelos prejuízos causados pelos grevistas, dando claros sinais do pacto social entre poder público e capital privado. Detalhes podem ser lidos na publicação coletiva “Clínicas do Testemunho nas Margens” (MARGENS CLÍNICAS, 2017).

⁵⁷ Os CERPs foram resultado de parceria realizada pela CA-MJ com o Fundo Newton do Conselho Britânico e ocorrem em paralelo, como um projeto casado ao Clínicas do Testemunho, mas que tinha como objetivo implementar projetos destinados a capacitar profissionais da rede SUS e SUAS para a atenção aos afetados pela violência de Estado em período democrático (SILVA et al., 2018; FRANÇOZO, 2018, LOPEDOTE et al., 2019; TURRIANI e LANARI, 2018).

usuários. Não lhes são dadas as condições objetivas e subjetivas para compreenderem o emaranhado complexo de interseccionalizações de violências, resultando em uma ação que “administra a miséria”, como disse uma trabalhadora do CREAS, mas não intervém para a transformação dos condicionantes históricos e sociais que mantêm populações em situação de empobrecimento e vulnerabilidade.

Conforme relatou uma das participantes: “- eles nos dão uma meta absurda para cumprir, se não alcançamos a meta eles cortam verba do serviço justificando que o trabalho não está sendo feito e, portanto, não há necessidades do recurso, reduzindo a equipe e dificultando ainda mais o trabalho” (CERP Margens Clínicas, 2018).

Durante o CERP, a ruptura com lógicas de silenciamento internas aos serviços e à compreensão dos problemas como um comum enfrentado por eles, possibilitou que os profissionais pudessem sair do processo de sacrifício e culpabilização de si e do outro, passando a pensar coletivamente em estratégias alternativas àquelas que lhes eram inicialmente apresentadas como parte dos protocolos de trabalho, buscando fortalecer e estruturar a rede de cuidados da qual faziam parte (MARGENS CLÍNICAS, 2018, p. 29, 82-83). Dentro da formação, buscamos auxiliar o desenvolvimento de uma escuta orientada pela ética da psicanálise, lançando mão também de princípios da memória coletiva, justiça restaurativa e cartografia social, metodologias interdisciplinares de trabalho, às quais acrescentávamos a experiência da clínica.

Junto aos profissionais desenvolvemos e aprimoramos as metodologias clínicas que pudessem ser úteis aos serviços da rede interessados em atuar no campo do enfrentamento à violência política⁵⁸. Participaram desse processo psicólogos, assistentes sociais, enfermeiros, fonoaudiólogos, agentes comunitários e educadores; hospitais, Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), Unidades Básicas de Saúde (UBS), Centro de Referência e Apoio à Vítima (CRAVI), Núcleo de Proteção à Violência (NPV), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto (MSE); além de estudantes da graduação e pós-graduação. As formações foram oferecidas em parceria com o Instituto de Psicologia e a Faculdade de Saúde Pública da USP, a União de Núcleos, Associações dos Moradores de

⁵⁸ Importante marcar que o conceito de violência política não é empregado de forma unânime pelo coletivo. Ainda que se concorde com o desenvolvimento conceitual proposto e que, portanto, ele possa expressar uma ideia comum a todos, nem todas as pessoas do coletivo fazem uso desse conceito, preferindo por oscilar entre violência de Estado, violência institucional, violências estruturais, violência colonial, e mais recentemente, necropolítica.

Heliópolis e Região (UNAS), a Clínica Pública de Psicanálise da Vila Itororó e o CREAS de São Bernardo do Campo.

O trabalho realizado junto aos profissionais permitiu alcançar os seguintes objetivos:

- reconhecimento de situações de violência a partir de uma perspectiva crítica, que considera o histórico de interseccionalidades de violências na vida do usuário;
- inventividade dentro dos serviços para atender casos complexos;
- busca de auxílio na rede;
- mudança de posição da escuta em frente do sofrimento trazido pelos usuários;
- mudanças de âmbito subjetivo importantes tais como desinibição, criatividade e ampliação do repertório de linguagens dos profissionais.

Os achados do processo podem ser lidos na publicação coletiva “Margens Clínicas: dispositivos de escuta e desformação” (MARGENS CLÍNICAS, 2018). Foi um espaço permanente de construção conjunta que nos permitiu seguir apostando na potência dos efeitos reparadores do testemunho frente à violência política - mesmo com o crescente aumento dessa violência a partir de 2016 - assim como aprimorar metodologias coletivas de trabalho tanto no âmbito da formação como do cuidado e da clínica. Os CERPs acabaram cumprindo certo efeito de reparação para além daqueles almejados pela comissão de Anistia e do Estado brasileiro (MARGENS CLÍNICAS, 2018; SILVA et al. 2018; FRANÇOZO, 2018; LOPEDOTE et al., 2019), uma vez que deslocaram a questão da violência de Estado para o presente e para a atuação dos profissionais diante dos efeitos dessa violência. Foi o tiro que saiu pela culatra!

1.6 ARCO VI – A CLÍNICA E O TESTEMUNHO

O interesse pelo testemunho, conceito disputado entre literatura, direito, história e psicanálise, levou-me à América Latina, ao mestrado, ao coletivo Margens Clínicas, às Clínicas do Testemunho, ao CERP, e disso tudo, ao desejo de sistematizar atividades formativas voltadas a esse emaranhado de temas. Se a perda da experiência inicial me produzia incômodo e inquietação, sobretudo por aquilo que impede narrar, como diz Benjamin, o testemunho aparecia como elemento ora reorganizador do laço, ora reparador, ora como ferramenta de recuperação histórica, ora como reencontro com a capacidade narrativa. E muitas vezes tudo isso junto, mas não necessariamente. Sigo reafirmando que, de tudo que estudei sobre o tema, não há consenso quanto ao seu significado, uso, sentidos. Costumo dizer que o testemunho é daquelas coisas que ninguém sabe direito o que é, e todos sabem quando estão diante de um. E a clínica é um lugar privilegiado para o testemunho.

No entanto, o que pude apreender é que mesmo na clínica, o testemunho está ali onde não está a clínica, e vice-versa. E sem serem opostos. Que quero dizer com isso? A clínica é o exercício de, junto ao paciente, “investigar” as relações entre sintoma e causa, é uma experiência de interpretação e busca de sentidos. O testemunho não. Ele é apenas o que ele é. Não é passível de interpretação. O testemunho pode ser pensado como a narrativa que insere o sujeito como sujeito da História. Sua importância está em que um testemunho faz testemunhas.

Se sempre retorno a lembrança de meus 23 anos, no território de Villa Nueva, Cidade da Guatemala, em que uma jovem de mesma idade que eu contava-me em tom monotônico e desafetado, pela primeira vez, sobre a continuidade de violências sofridas desde os 3 anos quando teve casa destruída, aldeia arrasada, pai assassinado, família desterrada, e depois aos 13 anos, já morando na capital, sucessivamente estuprada pelos 3 filhos da patroa, grávida dessa violência, despedida, sem pensão, e aos 19, viúva com mais 3 filhos de um companheiro que a tira da amargura mas que é levado em um acidente de caminhão; e olha-me e pergunta, “-o que Deus está tentando me ensinar que ainda não entendi”, se retorno a essa lembrança, é porque ali, nasci testemunha:

Com o corpo quase paralisado, a boca seca, coração acelerado, mãos soando, eu escutava aquela moça, de minha mesma idade, narrar tais acontecimentos como se lê uma notícia distante. Demorou alguns meses de encontros aos sábados de manhã em sua casa, para que ela se aproximasse de sua história, para que ela testemunhasse o horror das violências que havia vivido, e a partir daí pudesse se libertar de memórias que até então não podiam ser esquecidas. Importante ressaltar, que também a partir daí, pode testemunhar as belezas de sua história, recuperar memórias que não podiam existir, de alegrias e prazeres, que antes, estavam impedidas de serem sentidas pelos “desígnios de Deus”, que lhe afirmavam os caminhos de uma existência dura, de provações e miséria. (TURRIANI, 2017)

Testemunha de tantas histórias não escritas e não inscritas. Sejam histórias traumáticas, sejam histórias de festas, lutas e resistências. Histórias cujas narrativas, até se deparar com alguém que pudesse escutar, ficaram reféns da repetição de um lugar social sobredeterminado pelo Estado. Histórias impossibilitadas de compor a História. Inúmeras experiências no/com/sobre o mundo que são expulsas da construção do conhecimento partilhado sobre o mundo. Na psicanálise *callejera*/arruaceira, como costumo nomear quando perguntam minha linha teórica, o clinicar muitas vezes sai de cena para que possa advir apenas o testemunhar. O analista opera como testemunha para o testemunho da pessoa que se inscreve como sujeito da História.

para a psicanálise o humano não tem como não ser histórico, depositário de uma história, razão pela qual todo analisando acaba num determinado momento de seu percurso, obrigado a testemunhar da relação que sua história individual mantém com a grande História, o que por sua vez exige a escuta de um analista capaz de relacionar a escuta da história que ouve com a História do mundo, caso contrário, em vez de ajudar seu analisando a construir sua singularidade, criará nele o sentimento ilusório e tóxico de estar abandonado a uma solidão de exceção, e ser o único a ter vivido um determinado horror. (Koltai, 2016)

Com Koltai, eu diria ainda que, em uma clínica de borda, periférica, não cêntrica, esse “determinado momento” marca justamente o início do percurso, e própria busca pelo “direito de ser escutado”. A clínica contemporânea precisa se esvaziar um bocado da coisa clínica, e habitar um tanto mais a experiência testemunhal. O testemunho, mais que recurso metodológico, é condição de possibilidade para se escutar todos àqueles “que não podem contar uma história de exceção, porque a exceção é a regra” (TURRIANI, 2017). Insisto na importância do testemunho como restituidor da condição de sujeito da História, condição negada a todos aqueles que não vistam a máscara branca.

Assim como há que cuidar das políticas de Estado que substituem os desígnios de Deus pelos desígnios do Estado, há também que cuidar da prática clínica que habita a onisciência e a onipotência. Ainda que seja condição de entrada o não-saber para a prática psicanalítica, sabemos que é de praxe vasculhar o caso a partir da metapsicologia de cabeceira. Ali onde há um testemunho, não há um caso. Há um sujeito da História. O caso é outra coisa.

A “psicanálise de escola” tem seu próprio outro, e consequentemente o seu outro do outro. E parodiando Chimamanda Adichie (2009): o problema da metapsicologia não é que ela seja mentira, mas que seja incompleta. Está constituída pelas parcialidades sobre a qual o ocidente de consolidou. O testemunho resgata o analista dos riscos de uma pseudo completude. Ainda que alguns saibam que a verdade tem estrutura de ficção, que o não-saber é a posição ética do psicanalista, o sujeito hegeliano é excessivamente autodeterminado (FERREIRA DA SILVA, 2019), e a sociedade capitalista excessivamente sobredeterminada. O psicanalista não escapa a ser sujeito histórico, e portando, enlaçado por essas determinações. Que ele possa ter recursos através de sua análise pessoal e dos estudos teóricos para escapar dessa excessiva determinação, não garante que ele escape a ela, ainda mais se não assume sua ignorância e se deixe afetar frente ao outro, e frente ao outro do outro. Se não compreende que, sem este outro do outro, sua imagem no espelho será apenas “parcial e distorcida” (QUIJANO, 2000), será apenas Quimera monstruosa⁵⁹ performando ser Narciso. O que podemos

⁵⁹ Quimera, do grego (sec.VII a.C), é uma figura mítica, caracterizada pela aparência híbrida de dois ou mais animais, com a capacidade de lançar fogo pelas narinas. Um monstro. QUIMERA. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2023. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Quimera&oldid=65858630>. Acesso em: 12 mai. 2023.

testemunhar é que, alguns psicanalistas, e não poucos, em nome da psicanálise, têm participado do horror civilizatório (ALVES LIMA, 2021) assim como tantos o fizeram em nome de Cristo.

Não penso que é momento de atacar a psicanálise quando psicologias eugenistas e filiadas ao capitalismo ganham terreno nas Universidades e políticas públicas. Se ela participa do horror, ela também participa do ferramental crítico que temos para enfrentar o horror. É, melhor, um convite para um passinho ao lado. Uma outra posição. Do clínico, à testemunha da travessia de tantos sujeitos excluídos em direção a História; testemunha de seu tempo histórico. Para estar à frente de seu tempo, antes é preciso reconhecê-lo. Um passinho ao lado, e de passo a passo, uma nova dança. Entre a clínica e o testemunho. Escrever e inscrever.

Um passo ao lado também pode ser em direção à política pública dentro do SUS e do SUAS. O que pode a psicanálise, o psicanalista, frente as diversas pessoas que chegam aos serviços públicos buscando dar passagem às suas narrativas? Sejam narrativas de horror, sejam de amor. Assim como as políticas de memória e reparação, muitas vezes os profissionais nos serviços visam interpretar as narrativas, colocá-las em dúvida, compará-las com materiais concretos, sejam do passado, do prontuário, da equipe, do território, visando estabelecer o que realmente aconteceu em detrimento do que está sendo relatado como aquilo que aconteceu, participando assim “da ilusão de que é possível chegar a uma verdade dos fatos” e invalidando “como história outras formas culturais de narrar e de dar sentido aos acontecimentos” (GÓMEZ VALENCIA, 2000, p. 188, apud DOBLES, 2009, p. 118, tradução nossa)⁶⁰. Ainda, o profissional escreve versões em relatórios e prontuários. Contribui para que se determine qual será a narrativa do Estado sobre a pessoa usuária. Pensar o lugar testemunhal da porta de entrada dos serviços e a participação que os profissionais podem ter na inscrição ou expulsão desse sujeito-usuário dentro da História, me parece tarefa urgente para a psicanálise e para os espaços formativos.

O trabalhador da saúde e da assistência social, contaminado pelo cientificismo do Estado, se ensurdece e passa longe de reconhecer um testemunho, fixando-se na veracidade da fala, na coerência, naquilo que pode ser confirmado sobre as informações dadas. No entanto, diante do horror de atos violentos, muitas vezes o pensamento fica impedido e apenas através de imagens absurdas se consegue narrar o trauma (TURRIANI, 2017). Com Benjamin e os hiatos da história, penso aqui no testemunho como uma imagem dialética, uma alegoria cujo sentido está para além do acontecimento. Uma narrativa-imagem confusa e cheia de elementos aparentemente incongruentes para a linearidade e ordem da racionalidade ocidental. Como relembra ZIZEK, “se a vítima fosse capaz de descrever sua dolorosa e humilhante experiência de maneira clara, com todos os dados situados em uma ordem consistente, sua clareza nos faria

⁶⁰ GÓMEZ Valência, Jose H. Lugares y Sentidos de la Memoria Indígena Páez. **Convergência**. N.21. pp.167-202. 2000.

suspeitar de sua veracidade” (2009, p. 12). Há algo do como se, da ficção, que opera para que um testemunho seja possível: “assim como os romances e as novelas, [que] mentem, ficcionalizam, e é a partir dessa mentira que podem contar uma verdade de outro modo inenarrável”:

É através do excesso surreal de Guimarães Rosa, de Luis Carlos Borges, de Miguel Angel Asturias, de um Cem Anos de Solidão de Gabriel Garcia Marques, que conseguimos nos aproximar das centenas de histórias latino-americanas de espólio, guerra e sofrimento; do “como se” Macondo fosse o Jardim Ângela e seus corpos jogados ao chão no raiar do dia de um trabalhador na década de 90; o Heliópolis e suas casas recém construídas demolidas pela prefeitura durante a madrugada na década de 80; Perus e as ossadas da vala clandestina das últimas 5 décadas; a Guatemala e as 600 aldeias destruídas pelos paramilitares; Colômbia, El Salvador, Honduras, México, Chile, Peru, Bolívia, Uruguay, Argentina, Paraguay... centenas de Macondos, sobre às quais impera uma verdade história de poucos, às custas de muitos. (TURRIANI, 2017)

Como lidar com esse excesso de surreal na clínica e nas políticas públicas? Certa vez, em um evento público em que partilhávamos a mesa com uma integrante do movimento Mães de Maio, fomos interpelados pela pergunta: “estariam ‘os margens clínicas’ à altura de escutar o sofrimento de mães que perdem seus filhos para o Estado”. Diferente de muitos psicanalistas que naquele momento interpretaram a fala dela como um desmerecimento a nosso trabalho, buscamos escutar a radicalidade do que estava sendo perguntado e estender a pergunta a todos os psicanalistas. Tal pergunta deve ser encarada por todos os profissionais da saúde, cujos cânones da profissão impedem de escutar o que é impossível de se dizer.

É através do como se, da metáfora, da ficção, que o traumático – lugar do inenarrável – pode tomar alguma forma enunciável no testemunho. Mas como posto por Agamben, é justamente onde a linguagem falha que está o valor do testemunho; é naquilo que falta, nas entrelinhas do narrado, que podemos testemunhar o trauma. E assim, é na medida em que outro pode testemunhar o traumático de um testemunho que este tem sua eficácia. (TURRIANI, 2017)

Um outro ponto importante que a “ética do testemunho” nos empresta para questionar é a crença de que as políticas de memória, os trabalhos ao redor de narrativas traumáticas, serviriam para que soubéssemos o que ocorreu. No entanto, como afirma Márcio Seligmann-Silva “eu não contei algo do meu passado para que vocês o conheçam, mas sim para que vocês saibam que vocês nunca o conhecerão” (2000, p. 79). Ou seja, não é pela dimensão de verdade que um testemunho tem sua importância. Ajuda a pensar, e já argumentei em 2017, no texto “O testemunho e a clínica”, que há diferenças entre a narrativa, o depoimento e o testemunho. Enquanto nos dois primeiros estaria em questão a congruência e a formalização de um saber sobre si, que se simboliza e se compartilha sobre si, no testemunho está a experiência radical

do nós, da condição “*nosotrica*”⁶¹. O testemunho, assim, lançaria quem narra e quem escuta a condição de ser social, ser não integrado se não em uma coletividade. A fragilidade, a não integridade com a qual nos deparamos na cena traumática, denuncia a impossibilidade de autodeterminação de si: “O encontro com o traumático faz frisar mais que a memória do instante de um trauma passado, mas o reviver desse instante, e de certo modo a inauguração, ou reatualização deste instante, no qual, agora, me reconheço como constitutivamente não-integrado”(TURRIANI, 2017, p. 21).

O testemunho expulsa o sujeito de seu depoimento em primeira pessoa sobre sua vida, e o joga numa história muito maior, na qual sua existência está intimamente ligada à existência dos outros. Não há integridade sem o coletivo. E aí está a força reparadora do testemunho. Ele possibilita que histórias sejam enlaçadas, e a recuperação da integridade se dá por possibilitar uma integração do corpo social. [...]

No testemunho, há algo no corpo de quem escuta que é afetado de modo diferente pelas palavras pronunciadas. Ou ainda, que é afetado justamente por aquilo que falta às palavras, pelos espaços entre, as pausas. Testemunhar um testemunho é único, a cada vez. O que transborda do inenarrável da experiência traumática parece submergir o corpo do ouvinte em um transe cujo corpo compartilha molecularmente as experiências vividas. [...]

Ao contrário do que se costuma pensar – corroborado pela noção de testemunho do Direito – de que há uma posição de vítima que é reforçada [ou ainda a ideia de protagonista, porta-voz], o testemunho, tal qual descrito aqui, liberta o sujeito dessa posição ao inscrevê-lo nessa espécie de corpo social. Agora todos somos testemunhas dessa experiência e, portanto, todos somos responsáveis pela história.

Certa vez, ao solicitar a um senhor maia Ixil que assinasse o termo de autorização para as entrevistas que eu havia feito, tive como resposta: “- Bom menina, para isso teriam de vir todas as pessoas assinar, e as pessoas que nem vivas estão. Pois isso do que falamos não é meu, é de todos nós. E não pertence a ninguém. Está na comunidade. Você esteve aqui, viu, ouviu, sentiu, compartilhou. Contou-nos de teu país, das coisas que acontecem conosco e também com vocês. Agora nossas memórias também são suas, e as suas, nossas. Isso é a memória coletiva. Não há nenhuma folha ou assinatura que mude isso”. Talvez para pessoas como nós, marcadas pela racionalidade ocidental, extremamente individualista, cuja lógica de história linear, de progresso, de sucesso, é um destino necessário, essa perspectiva de memória coletiva passe bem distante de qualquer compreensão possível. (TURRIANI, 2017, pp. 21-22)

Foi com os *mayas ixiles* que aprendi sobre o princípio de não identidade no testemunho. E nesse princípio de não identidade, mais que o testemunho vir para afirmar uma versão, ele vem para convocar quem testemunha o testemunho a ser “um parceiro na criação, do novo, do

⁶¹ Nosótrica (esp.)- um conceito descrito por Carlos Lenkersdorf em seu livro: *Filosofar en clave tojolabal*. É uma ideia do “nós” própria de algumas comunidades indígenas, onde cada indivíduo é parte essencial do grupo e a comunidade, parte essencial da individualidade. Decide-se e atua em conjunto porque o bem do outro constrói o próprio bem e vice versa. Por isso, a ação “nosótrica” é autocrítica, analisa o que funciona e o que não funciona para reconstruir-se.

conhecimento. O testemunho do trauma inclui, portanto, seu ouvinte, que é, por assim dizer, a tela branca na qual o evento vem para ser inscrito pela primeira vez (NESTROVSKI E SELIGMANN-SILVA, 2000, p. 210).

O ouvinte, enquanto tela branca, é transformado a cada traço, a cada letra. E ao final, a quem pertence aquela história? Dizem que um psicanalista nunca escreve o caso sobre o paciente; escreve o caso sobre si próprio. Escreve sobre o que pôde testemunhar do testemunho de seu paciente; sobre aquilo que inscreveu na tela branca e leu em voz alta para que seu paciente pudesse escutar a si próprio. Surpreso sobre si, o paciente sai da sessão satisfeito, ainda que atordoado, sem saber o quanto o analista também escutara a si próprio nos reflexos de suas palavras. As memórias, ali compartilhadas, são de ambos, e são nossas também. Isso é memória coletiva. E não há autoria, folha ou assinatura que mude isso!

[...]

O testemunho diz de um inenarrável, de um incompreensível, que nos convoca a escutar outras línguas, outras vozes, e ver o que dali se inaugura, e o que dali se repete. Ainda mais os testemunhos das margens, do além das margens; estes transformam a geografia. Fazem furo no centro, invertem os mapas. E nessa inovação, mostram também aquilo que mesmo às avessas, seguirá sempre igual, repetindo e repetindo. (TURRIANI, 2017, pp. 26-27)

1.7 ARCO VII – UMA GUERRILHA ARMADA DE ESCUTA

Em 2019 se esboçava este conjunto de atividades formativas junto com um grande mestre, o mestre Soró, a quem dedico esta tese. José de Souza Queiroz (1964-2019) era sociólogo, morador do bairro de Perus, “queixada” de firmeza permanente e um dos pilares do Movimento Cultural Quilombaque. Antes de nossa amizade, em 2016, fez certa resistência à aproximação do coletivo Margens Clínicas e à realização do projeto Clínicas do Testemunho em Perus. Além das desconfianças necessárias frente a pessoas que chegam de fora do território para realizar um projeto ali, ele se preocupava com isso de “cutucar feridas” e depois deixá-las abertas. “Eu tinha um certo receio de que fuçar nisso [memórias da ditadura] poderia trazer memórias muito doloridas que alguns poderiam não dar conta, memórias que estavam reprimidas e guardadas. Mas quando o processo é cuidadoso, as feridas podem dar passagem a coisas potentes”, disse Soró em Porto Alegre, no último dia do Seminário Final de Integração entre os projetos Clínicas do Testemunho e Centros de Estudos em Reparação Psíquica⁶².

⁶² Seminário Final de Integração entre os projetos Clínicas do Testemunho e Centros de Estudos em Reparação Psíquica em Porto Alegre, realizado de 15 a 17 de março, de 2018, organizado pelo Instituto APPOA. https://www.youtube.com/watch?v=O8_72ykuX1o

Nesse mesmo dia, 17 de março de 2018, Soró também disse: “- Mas andando com o pessoal do Margens Clínicas eu fui aprendendo a confiar que isso, se bem cuidado, poderia se transformar em potência, e de fato fazer justiça a esse silêncio tão... [silêncio]”. Depois de 2 anos caminhando ao lado, ele disse finalmente entender isso de “um ambiente onde a palavra é um dispositivo de resignificação”: “- Hoje eu fui batizado disso, como vocês se chamam? Ouvinte do testemunho? Aprendi a ter a disciplina de não cortar a escuta. Aprendi a delicadeza e a importância disso, de mexer em coisas tão delicadas assim”.

Em algumas de nossas conversas Soró reclamava que a gente precisava dar muitas voltas para chegar num lugar que se podia ir direto, mas nesse processo de caminhar ao lado reconheceu que “tem coisa que só vai acontecer se a gente tiver tempo pra ouvir”. Em 2019 falávamos de construir “uma guerrilha armada de escuta”. Soró me disse em mensagem privada: “- Temos que afirmar a não violência como nosso marco e tratar da violência dos nossos companheiros. Senão será como diz o George Orwell na Revolução dos Bichos, os porcos assumem o lugar dos fazendeiros”. No dia antes de falecer, Soró me escreveu: “- A escuta é a nossa maior ferramenta de enfrentamento aos maiores problemas contemporâneos e urbanos que é a solidão e sentimento de fragilidade e abandono”⁶³. Ele faleceu numa tarde de outubro de uma mesma manhã em que tínhamos um encontro com ele, que acabou sendo desmarcado. Iriamos nos encontrar para falar do esqueleto do projeto que, anos depois, serviu de esboço para as atividades formativas que sistematizo nessa tese.

E esse esqueleto, também é resultado do que pode ser colhido pelas Clínicas do Testemunho, e desse encontro em março de 2018, cuja execução de Marielle Franco um dia antes de começarmos os trabalhos, teve atravessamentos fundamentais para que ninguém mais ousasse negar a conexão existente entre os crimes da ditadura e a violência de Estado no presente. Neste encontro, que marcava o encerramento das Clínicas do Testemunho, uma vez que a Comissão de Anistia já nem se manifestava e não havia notícias da continuidade do trabalho, foram tirados alguns encaminhamentos pelos cinco núcleos que compunham o projeto. Partilho aqui aqueles que foram orientadores da construção destas atividades formativas:

- O projeto Clínicas do Testemunho estaria encerrado naquele momento, visto ele ser um projeto de Estado, que deveria ser uma política de Estado. “O Estado deve se comprometer com a reparação dos seus crimes, promovendo políticas públicas constantes, insistentes e persistentes de reparação psíquica aos afetados pela violência que produz”;

⁶³ A maioria dessas falas são de meu arquivo pessoal, em conversas de *Whatsapp*, *Messenger* ou *e-mail*.

- O compromisso de todos em fortalecer a rede formada em torno dos projetos Clínicas do Testemunho e Centro de Estudos em Reparação Psíquica, buscando continuar aprofundando as questões e os estudos vinculadas ao tema da reparação psíquica e ao enfrentamento da violência do Estado e estados de exceção;
- O compromisso com espaços de clínica e formação construídos em parceria com a militância;
- O fortalecimento de estratégias de enfrentamento à violência de Estado nas redes SUS e SUAS;
- Aprofundamento sobre os dispositivos clínicos desenvolvidos em cada um dos núcleos;
- Diálogos com as universidades, pós-graduação e extensão;
- Captação de recursos para a sustentação dos encaminhamentos, fosse via financiamento coletivo, apoio das universidades, das embaixadas, projetos governamentais e fundos internacionais de direitos humanos:

firmamos publicamente o nosso compromisso com a sistematização e irradiação desse trabalho, compreendendo conjuntamente a formação não enquanto transmissão de conhecimento mas como trabalho de base e construção coletiva dessas pautas, fortalecendo espaços de fala e escuta para que se possa dar a palavra ao testemunho. (Rede Clínicas do Testemunho, 17/03/2018)⁶⁴

A entrada no doutorado, em julho de 2018, era resultado desse compromisso. Levar os achados metodológicos de todo aquele tempo e trabalho coletivo para dentro da Universidade pública, de modo a encontrar formas de construir políticas públicas dentro da rede SUS e SUAS que apoiassem o enfrentamento à violência de Estado. A pesquisa teria como foco principal uma proposta de ação: a sustentação de uma rede de escuta, junto aos profissionais dos serviços de saúde e assistência social e movimentos sociais, que auxiliasse na livre circulação da palavra indo além dos seus fins de comunicação: “a fala como lugar de ressignificação”, o testemunho, as metodologias que haviam sido criadas, eram todos elementos que davam sustentação à proposta inicial.

Em paralelo ao Clínicas do Testemunho e aos Centros de Estudos em Reparação Psíquica, também nos inspiravam as experiências de “clínicas públicas” na Europa (DANTO, 2019), que tiveram seu impulso com as provocações de Freud em 1919, e as experiências acumuladas de “clínicas públicas” no Brasil, que se proliferavam nos últimos anos. Não era novidade que jovens recém-formados em psicologia e outras pessoas interessadas em psicanálise iniciassem

⁶⁴ Áudio aos 2h39'44" em Seminário Final de Integração. https://www.youtube.com/watch?v=O8_72ykuX1o.

movimentos de formação autônoma, respeitando o tripé “análise, supervisão e formação teórica”, sem aderir ao *status quo* das associações psicanalíticas. Tampouco era novidade que psicanalistas participassem diretamente no SUS e SUAS e na construção de políticas públicas.

No Brasil, o ensino da psicanálise nas Universidades, assim como a vinculação com pós-graduações em psicologia clínica ou psicanálise favoreceu a “autorização” de um pensamento psicanalítico fora das escolas de formação, assim como a postura compromissada e generosa de alguns professores implicados com a dimensão pública da psicanálise nas universidades, seja em sua prática ou em sua transmissão. Mas, assim como o Clínicas do Testemunho trouxeram a possibilidade uma outra política pública, os coletivos trouxeram outro capítulo na história da formação em psicanálise.

A proliferação do ensino da psicanálise nas Universidades somada às políticas de cotas, produziu condições específicas para o surgimento desse outro modelo de formação⁶⁵ e atuação. As condições materiais de existência, ou melhor, a ausência de condições materiais, que não permite a muitos jovens recém-formados vislumbrarem pagar o “preço” cobrado por análise, supervisão, formação, além do mercado de aluguel de salas, para poder exercer a profissão, impôs um movimento de ruptura radical com as perspectivas de escola que culminou em novos modos de organização e transmissão⁶⁶.

Partilha de horas ociosas de salas, problematizar valores de sessão condizentes com o salário-mínimo brasileiro, manter espaços de supervisão horizontal - “intervisão”, estudar através de grupos de estudo, ocupar espaços culturais ou públicos como parques, praças e até rodoviárias para “reinventar o *setting*”, compõe um cenário particular de construção coletiva. O movimento foi se autonomizando como possibilidade de atuação profissional e cada vez mais jovens foram juntando-se em coletivos ou organizações autogestionadas para pensar, cada um a seu modo, uma prática psicanalítica territorializada, acessível às camadas empobrecidas e vulnerabilizadas, e em alguns casos, junto à luta popular: Coletivo Margens Clínicas (2012);

⁶⁵ No momento de escrita desta tese há ao menos três pesquisas de pós graduação que se dedicam a pensar os coletivos como espaço de formação em psicanálise: a pesquisa de Paula Camarão, na USP, a de Linnikar Castro, na UFMG e a pesquisa de doutorado de Augusto Coaracy que já passou pela qualificação, intitulada temporariamente “Psicanálise nos coletivos, nas ruas e nas bordas: sobre a experiência das clínicas públicas brasileiras”.

⁶⁶ Apesar da implicação e rigor ético da maioria, é importante dizer que há também quem se vincule a esse tipo de organização por fetiche, limpeza de consciência, filantropia, mas, sobretudo, acumulação de capital simbólico. Repetições caricatas do burguês que “lucra” com a exploração do trabalho alheio. Como disse um companheiro do coletivo Margens Clínicas, foram inúmeros os tapinhas nas costas acompanhados da frase “que bonito isso que vocês fazem” ou “que bom que vocês existem, todo meu apoio”, como uma espécie de ato que isenta a responsabilidade coletiva das sociedades psicanalíticas de se haver com o que vem sendo denunciado e criticado quanto ao caráter burguês e elitizado dos espaços de formação e de atendimento em psicanálise, além da reprodução de violências estruturais em algumas proposições metapsicológicas.

Clínica Pública de Psicanálise, Roda Terapêutica das Pretas (2016); Clínica Aberta da Casa do Povo, Psicanálise na praça Roosevelt, DIVAM (2017); Perifanálise, Clínica Periférica de Psicanálise, Mutabis (2018); Casa de Marias; Clínica da Cidade (2020). Isso para falar de alguns grupos da cidade de São Paulo⁶⁷, onde o movimento ganhou grande força. Existem diferentes iniciativas em praças e lugares públicos pelo Brasil⁶⁸.

Ressignificação do dinheiro como mediador do valor de uma análise, culminando inclusive na luta pela “psicanálise será gratuita”, como Freud afirmou; a abertura para um novo campo nas relações de transferência quando a clínica vincula-se tão diretamente com a política; a dimensão territorial como transversal na escuta; o diálogo com outras epistemologias ampliando a inter e transdisciplinaridade na formação; outras metodologias para “circular a palavra”, como cadeiras em praças e centros culturais, sentar em roda e trançar cabelos sustentando a associação livre e a transferência com o grupo; reunir-se em um espaço importante para a comunidade para fazer mapas individuais e coletivos, do bairro, da casa, do corpo e livre associar a partir do próprio desenho e dos desenhos dos outros; uma roda de cadeiras onde qualquer pessoa pode entrar para compor uma conversa a partir de um tema disparador; estas são algumas estratégias de trabalho que os coletivos apresentaram ao longo desses anos.

Mas isso é psicanálise? Não seria psicologia social? Olhar para a questão com seriedade requer que respondamos: diga-nos por que não seria psicanálise sem reproduzir regras dogmáticas ou colonialistas que então a conversa pode ganhar algum sentido. Não que qualquer coisa que seja escuta possa ser chamada de psicanálise ou que cada uma dessas práticas não deva ser pensada e avaliada; precisamente, elas são - em nossas análises pessoais, em espaços de supervisão, em nossos estudos, inclusive em pós-graduações, e, sobretudo, na relação transferencial que se estabelecem e nas resistências que emergem entre quem escuta e as pessoas que passam a ser ouvidas a partir da posição analítica. É da nossa clínica que tiramos as certezas e as incertezas para seguir em frente.

⁶⁷ Sem dúvidas há ainda outros coletivos e iniciativas que desconheço. Há também uma diversidade de organizações no campo da psicologia, do movimento negro, do movimento LGBTQIAPN+. Optei por colocar somente aquelas das quais tive maior conhecimento sobre o trabalho.

⁶⁸ A pandemia alterou muitos coletivos e rumos, assim como fez surgir outros. Há dois dossiês publicados que agrupam contribuições de algumas dessas experiências: “La experiencia brasileña de psicoanálisis en la calle”. *Teoría y Crítica de la Psicología*, Vol. 12(2019). Disponível em: <http://teocripsi.com/ojs/index.php/TCP/issue/view/15> e “Movimentos sociais, sofrimento e conflito: por uma escuta que potencialize a luta”. *Revista Desenvolvimento Social*. v. 26, n. 2(2020). Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/rds/issue/view/269>. E atualmente está em curso o projeto Clínicas de Bordas ([instagram.com/clinicasdeborda/](https://www.instagram.com/clinicasdeborda/)), que busca inscrever na história, através da publicação de zines, as histórias destes coletivos contemporâneos comprometidos com diferentes dimensões das clínicas públicas.

Defender a vocação pública da psicanálise é defender que é um direito de todos e não um privilégio de classe; que diz respeito a todos, porque o mal-estar é decorrente da cultura, que determina a todos. É defender a dimensão de memória coletiva de uma análise, mesmo que se dê no um a um. O drama pessoal não é um drama privado. Cada história compõe o todo, e o todo é mais do que a soma das partes. É outra instância a que se inaugura do conjunto das partes. Por isso que todas as histórias importam. Como construir políticas públicas de saúde mental e atenção básica, de caráter universal, respeitando as singularidades? Essa é uma das perguntas que aponta para o que chamamos de vocação pública. E que nos leva ao compromisso necessário com a formação.

Todo paciente que entra em uma análise é potencialmente um analista. Essa é uma premissa básica, mas que não se sustenta quando falamos em “clínica social” ou “clínica escola”. O paciente com poucos recursos materiais, que consegue iniciar uma análise pois encontra um analista comprometido com tudo o que foi dito, ainda assim, dificilmente pode contar com essa premissa, pois é pouco possível arcar com os preços de uma formação. O desejo de se tornar analista colide com fatores socioeconômicos. Os coletivos têm entendido esse impasse e sustentado espaços para que estes pacientes possam sustentar seu desejo. Vários grupos oferecem grupos de leitura abertos e supervisão.

Desde o CERP, o Margens Clínicas empenhou seus esforços na criação de atividades formativas permanentes, como seminários, práticas com as metodologias comunitárias, grupos de pesquisa e formações focadas em políticas públicas de saúde e assistência social⁶⁹.

Mais que transmitir o que temos consolidado como um “saber” ou ensinar nossos dispositivos, objetivamos que as formações possam sustentar um espaço onde os profissionais participantes possam reconhecer o saber que já têm sobre suas práticas, assim como para que possam trocar entre si e conosco diversas metodologias de trabalho desenvolvidas nos territórios, de modo a que juntos possamos aprimorar os dispositivos clínicos “alternativos” ao setting clínico tradicional, que as emergências do território fazem surgir da necessidade de escutar. (MARGENS CLÍNICAS, 2018, p. 23)

Compreendendo desde a história da psicanálise que ela se constituiu como um território em permanente disputa, entendemos que a formação cumpriu papel decisivo nos rumos colonialistas que se sobrepuseram aos caminhos emancipadores e revolucionários, senso assim

⁶⁹ Além de seguir realizando supervisões juntos aos serviços da rede SUS e SUAS, realizam-se atividades no SESC desde 2018, como a Desformação Marginal, que foi pela primeira vez oferecida na Vila Itororó em 2017, já como um aprimoramento das atividades do CERP. Atualmente, há o Aquilombamento nas Margens (<https://www.youtube.com/@MargensClinicas/videos>), realizado desde 2020.

a formação um espaço imprescindível dentro desta disputa. Sem ela não avançaremos na descolonização da psicanálise, que só se dará quanto mais pessoas de diversos marcadores sociais e realidades culturais “deitam no divã” e se debruçarem a pensar seus pressupostos e métodos.

A construção dessas perspectivas visa dar abertura para a expansão da potência de vida, dando passagem para a diferença que nos constitui. Tomando o potencial dos métodos clínicos para “profanar os dispositivos” (AGAMBEN, 2005) que nos assujeitam, aposta-se na escuta clínica para o reconhecimento das singularidades no encontro com o comum, possibilitando que o sujeito marginalizado - ingovernável, porque fora da lei, excluído da lei -, reposicione-se diante de sua condição de sofrimento psíquico, implicando-se naquilo que o faz padecer, de modo a construir protagonismo em sua história individual e na de sua comunidade. Assim, amplia-se o entendimento de clínica para além do consultório particular e se atenta ao deslocamento de posicionamento subjetivo compromissado com uma mudança de perspectiva, na qual “clínica” torna-se um campo transdisciplinar, calcado sobretudo na possibilidade de escuta e de livre falar, que produz novas subjetivações:

toda clínica é social e toda política diz respeito à vida subjetiva de cada indivíduo. A singularidade [...] só pode surgir e ser experimentada no campo das relações com os demais sujeitos, no campo de suas relações sociais. Estas, por sua vez, só ganham significação, só se reproduzem ou se modificam pela apreensão que os sujeitos fazem delas. (BEZERRA, 1999)

Para que a psicanálise, a escuta clínica, possa se colocar a serviço da memória coletiva enquanto “resistência de *los pueblos*”, de quilombos, é tarefa construir intersecções entre o consultório e as ruas, o privado e o público, o urbano e o rural. É tarefa revolucionar seus espaços de formação. Ela nasceu do diálogo, da abertura à escuta de um saber que nem se sabe que se sabe. De um saber que só se sabe em relação, na transferência. Ela nasceu da aposta de outras formas sociais. A soma desse compromisso ético político com a acessibilização da psicanálise e da necessidade de reparar na ação, na memória coletiva, enfrentando radicalmente os efeitos nefastos da violência de Estado capitalista-colonial-escravocrata-patriarcal se faz urgente na medida em que:

A riqueza ideológica e a pluralidade interpretativa de uma sociedade dependerão de sua capacidade de criar um espaço público, livre e aberto, em que se possa ter mais de uma fonte geradora de filtro através dos quais configurar a memória de uma coletividade. Não em vão, a pluralidade de memórias considera-se essencial para o bom funcionamento de qualquer sistema político que queira garantir um elevado regime de liberdades, pois, para a sua manutenção, é necessária ‘a construção de uma memória que permita uma

representação equitativa dos sujeitos envolvidos (no passado) [...] e que facilite algum acesso à democracia’. (ZAPATERO, 2010, p. 26, tradução nossa)⁷⁰

Quais políticas de reparação são possíveis de serem construídas, a favor das comunidades e contra o Estado, sem recairmos em políticas reformistas que apenas amenizam sequelas, mas não revolucionam estruturas? E que papel os(as) psicanalistas podem ter nessa construção? Como este método de análise do inconsciente, que permite acessar lembranças tão apagadas, tão recalçadas, pode auxiliar na recuperação das memórias instrumentalizadas cotidianamente por meio dos dispositivos da violência política que fortalecem o Estado e a civilização ocidental?

Naquele 2019, junto com Soró, o projeto que lapidávamos no Margens Clínicas tinha o objetivo de pleitear um financiamento via FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), em parceria com o Fundo Newton do Conselho Britânico; ou seja, apoio e financiamento de Universidades e fundos internacionais. Infelizmente não fomos contemplados, mas a qualidade e rigor do projeto inscrito deu estrutura para seguirmos buscando recursos. Recursos que chegaram apenas em 2021, com o convite para o Coletivo Margens Clínicas integrar a chamada “Territórios Clínicos”⁷¹, da Fundação Tide Setubal, da qual receberia o apoio financeiro por dois anos consecutivos.

Quando nos juntamos para finalmente tirar do papel essa “guerrilha armada de escuta”, queríamos homenagear Soró de algum modo. Pensamos em chamar de Centro José Soro; pensamos em fazer o desenho de seu chapéu, tão marca sua, para ser o logo; ou ainda, em usarmos o conceito de Sevirologia no nome, palavra que ele usava para contar da ciência de se virar que a periferia tem. Um amigo que vinha conformar a equipe de trabalho junto a alguns companheiros do coletivo, se atenta aos significantes e propõe Rede para Escutas Marginais. Três palavras fundamentais para o Soró e que dizem um bocado das coisas escritas até aqui. Rede, Escuta, Marginal. A Rede que escuta o sujeito marginalizado; a rede marginal que escuta; a escuta que cria redes marginais; a rede que nos acolhe para escutar, também para falar, chorar. A rede marginal, que ao mesmo tempo que traça caminhos periféricos para escapar das

⁷⁰ La riqueza ideológica y la pluralidad interpretativa de una sociedad dependerán, por tanto, de su capacidad de crear un espacio público libre y abierto en el que pueda haber más de una fuente generadora de filtro a través de los que configurar la memoria de una colectividad. No en vano, la pluralidad de memorias se considera esencial para el buen funcionamiento de cualquier sistema político que quiera garantizar un elevado régimen de libertades, pues para su mantenimiento se necesita ‘la construcción de una política de memoria que permita una representación equitativa de los sujetos involucrados [en el pasado] [...] y que facilite algún acceso a la democracia’. (Zapatero, 2010, p. 26)

⁷¹ Cf. <https://fundacaotidesetubal.org.br/seminario-territorios-clinicos-apresenta-dimensoes-diversas-sobre-democratizar-o-acesso-a-saude-mental/>

opressões do capital, do Estado e dos grupos hegemônicos, também nos dá borda, contorno, continente. Nos embala em seu balanço de redes tecidas de histórias de luta e afetos. Mas sobretudo, suas siglas formam REM. E REM é sonho, e nada poderia ser mais preciso para homenagear o mestre Soró naquele momento. O sonho de que era possível uma guerrilha armada de afetos, de escuta, de cuidado com o outro e com o meio ambiente, de transformação dos modos de produção, uma “psicanálise permacultural ou uma permacultura psicanalítica”, como ele brincava.

É sobre essa rede, cheia de laços, nós, furos, fissuras, que dedicaremos os próximos capítulos. Uma rede de pessoas que se esforçam com o pouco que tem para tirar água de pedra, fazer brotar água no sertão, cultivar vida onde tudo ao redor anuncia morte. É essa rede que nos une aqui! Uma rede de esperançados, utopistas, sonhadores.

Uma rede que nos faz acreditar, nos devolve o sonho e a práxis para que a revolução seja possível, seja cotidiana. “Eles combinaram de nos matar, mas a gente ‘combinamos’ de não morrer”, nos lembra Conceição Evaristo. Para que nossos esforços possam ter resultados, é necessário, primeiro, fazer frente ao individualismo e às formas sociais que o capitalismo insiste em nos lançar. Pensar junto, falar junto, escutar. Escutar, não porque qualquer coisa que seja dita vale, mas porque só através da escuta podemos reconhecer aquilo desse sistema que se inculcou dentro de nós e que nos leva a tropeços e deslizos, mesmo quando vamos com a melhor das intenções. Escutar é compreender potências, mas também perceber as correntes que arrastamos. Correntes discursivas de cadeias significantes que antecipam sentidos para as existências de milhares de pessoas fora do cânone. Voltaremos a isso!

Sonho coletivo de que há um mundo possível em que absolutamente nenhuma vida vale mais que outra. Em que possamos olhar para os restos que não conseguem ser elaborados de nosso passado colonial, tratar dos conflitos e contradições de uma sociedade capturada pelo modo de funcionamento pequeno burguês, o que está inclusive institucionalizado na maioria das escolas de psicanálise, e que não deixa de assombrar os coletivos, também passíveis de reproduzirem violências colonialistas que germinam em qualquer processo grupal.

Quam não quer se haver com o próprio horror, usará de muitos recursos narcísicos para se proteger. Em relação às instituições de psicanálise, é através do “isso não é psicanálise”, “essa coisa aí que vocês fazem”, “psicanálise não pode ter militância”, que elas se protegem. Já os coletivos têm se apresentado como saídas importantes nessa última década, frente aos impasses da colonialidade e seus efeitos na política institucional. Seu modo de organização tende a favorecer o tensionamento das contradições e não o encobrimento destas. Ainda que não escape de algumas reproduções.

Voltando às atividades formativas, ao longo de 30 meses diversas pessoas se encontraram para falar, estudar, pensar junto. Para pegar emprestado as teorias que temos à mão, e as experiências cotidianas, arriscando os efeitos da escuta, da associação livre, do manejo da transferência, da ética do desejo, do *holding*, da atenção aos deslocamentos, às condensações, não ditos. Também entra a poesia, a música, o rap, o *slam*⁷², o realismo fantástico, e tantas formas de arte que apoiam metodologias do “colocar a palavra em movimento” como terapêuticas necessárias aos adoecimentos de nosso tempo. Ousar profanar o raciocínio clínico, podendo pensar com Fanon como a sociogênese incide na relação etiologia-semiologia-terapêutica. Reconhecer o que é que nos ajuda nas lutas de libertação e o que serve para a manutenção dos lugares de opressão. Arriscando o corpo e comprometendo a palavra.

E ela não teria sido possível sem as equipes de coordenadores que arriscaram corpo, palavra e escuta para tirar o projeto do papel, nessa aposta que teve um tanto de “trocar a roda com o carro andando”; que confiaram que havia um horizonte ético a ser perseguido pelo trabalho ainda quando dele não se tivesse muita coisa organizada ou estruturada⁷³.

Por questões de agenda, outros compromissos e incertezas em relação ao projeto, apenas algumas pessoas do coletivo Margens Clínicas participaram do “pegar no tranco” deste conjunto de atividades formativas. Como uma primeira estratégia de integrar todo o coletivo ao projeto, os espaços de supervisão institucional ocorriam com todos os integrantes da coordenação do projeto e os integrantes do coletivo. Formato que não deu certo e que também foi gerador de conflitos que serão apresentados no último capítulo.

⁷² Slam – gênero literário de resistência é caracterizado pela declamação de versos em espaços públicos, inspirado pelo rap. Uma competição de poesia falada que traz questões atuais para debate. A palavra surgiu em Chicago em 1984. (“Slam” é a voz de identidade e resistência dos poetas contemporâneos, <https://jornal.usp.br/?p=131085>)

⁷³ Em razão dos dissensos e conflitos que culminaram com o encerramento da Rede para Escutas Marginais e da compreensão do teor clínico de cada encontro, na versão corrigida da tese considerou-se cuidadoso manter em sigilo o nome de todas as pessoas que participaram da realização do projeto, sejam elas coordenadores, supervisores, participantes ou aprimorandos. Não há qualquer pretensão de autoria única nessa escrita, uma vez que ela se dá na interlocução com centenas de vozes. Chegará o tempo em que teses de doutorado poderão ser atribuídas a múltiplos autores. Enquanto isso, me fio no aprendizado de que caberia a todas as pessoas assinar esta tese, incluindo nesse todas as pessoas usuárias das quais ouvimos casos, todos os trabalhadores dos serviços, nossas famílias que nos acompanharam acolhendo choros e alegrias, e muitas pessoas que nem vivas estão: “Pois isso do que falamos não é meu, é de todos nós. E não pertence a ninguém. Está na comunidade”. Estivemos todos habitando um mesmo espaço virtual, vimos, ouvimos, sentimos, compartilhamos. Contamos sobre nossas vidas, trabalhos, falamos das coisas que acontecem conosco. E as memórias aqui impressas agora serão do mundo; memória coletiva. Cada uma das pessoas que passaram pela REM tem autonomia para falar de seu processo e experiências, dar seu testemunho, criticar, apontar erros, sempre e quando se respeitem os acordos de sigilo estabelecidos, considerando que mesmo reuniões de coordenação foram espaços de elaborações e exposição de fragilidades e complexos que puderam emergir no decorrer do trabalho.

A contribuição de todas as pessoas que participaram na coordenação foi fundamental e possibilitou: desenhar os caminhos teóricos da formação; estruturar os funcionamentos de grupão e supervisão; entender o papel que as pessoas estagiárias/aprimorandas cumpririam; experienciar metodologias de trabalho dentro dos grupões; perceber a função que cada uma das atividades formativas realiza no todo do projeto; criticar, analisar e aprimorar a estrutura geral; e fundamentalmente, enfrentar com a cara e cuidar com a coragem as fissuras que se abriram durante os dois ciclos, que pelo tamanho do projeto, inúmeros espaços que o compõe, formatos diversos e inventividade, requereu um esforço muitas vezes hercúleo, que também nos maltratou e ensurdeceu para algumas sutilezas e violências dos processos. Vivemos muitas vezes experiências cogestionárias e não cogestionárias. Que apenas algumas pessoas que participaram da coordenação do Ciclo I tenham topado seguir na coordenação do Ciclo II é um analisador importante dos problemas e impasses enfrentados. O segundo ciclo formativo, iniciado em Agosto de 2022, carregou o acúmulo de um ano de experiências do primeiro ciclo e deu um passo ousado, de incluir dentro da coordenação pessoas que estavam participando do Ciclo I como estagiárias/aprimorandas.

Durante ambos Ciclos pessoas saíram do projeto e da coordenação, deixando alertas e contribuições importantes: o lugar da mestria e do valor da academia como um operador que se sobrepunha a outros saberes, ainda que se buscasse fazer o contrário, reproduzindo modos de silenciamento; impasses da montagem Margens Clínicas – REM, que resultava em uma reprodução heterogestionária nas relações de coordenação, na qual o “saber” do coletivo retornava ao espaço de coordenação redesenhando o trabalho a partir da “expertise”, o que atrapalhou um bocado que se caminhasse para práticas efetivamente cogestionárias; a realização de uma pesquisa de doutorado também favorecia a cristalização de um lugar saber-poder que tanto reforçava o lugar da mestria e de um exacerbado valor dos saberes acadêmicos, como também a reprodução heterogestionária de um “experto” cujo saber tem mais legitimidade; os modos como o machismo, o racismo e o classismo alteravam o funcionamento da engrenagem da REM, levando a que muitas vezes não escapássemos de montagens coloniais; em síntese, na reprodução de vínculos estabelecidos através de lógicas de poder. Ao papel da mestria silenciadora, da heterogestão, da branquitude e outros problemas enfrentados, retornaremos nos capítulos seguintes.

A correria do fazer acontecer (e os narcisismos e as resistências) não nos permitiu compreender cada um dos problemas apresentados a seu tempo, nem mesmo nos espaços de supervisão. Ainda que tardiamente, cada vez que se compreendeu a raiz do problema e a complexidade do que havia sido criticado, houve implicação e trabalho para a transformação.

Se frente a cada compreensão do problema a escolha das pessoas que permaneciam na coordenação era pela continuidade das atividades, isso se dava pelo entendimento que os espaços formativos permitiam que se trabalhasse com e desde as contradições, buscando efetivas soluções aos problemas que as próprias atividades produziam, apontando horizontes possíveis de transformação, fosse para o projeto em si, fosse para as pessoas participantes, que também viviam e enfrentavam problemas da mesma ordem em seus espaços de trabalho, lazer, formação, convívio familiar, etc.

Esta tese sem dúvidas não está à altura da tarefa de sistematizar em sua totalidade o que foram esses 30 meses de atividades formativas e essa nunca foi sua pretensão. Objetivou acompanhar o conjunto de atividades formativas, buscando apresentar reflexões sobre método que acompanharam a construção das atividades, decantar os caminhos metodológicos escolhidos e avaliar a capacidade de alcançar os objetivos que se propôs. Sua intenção, desde o princípio, era trazer elementos críticos e analíticos que apoiassem estratégias formativas voltadas ao enfrentamento das violências de Estado dentro dos serviços do SUS e SUAS, em articulação com território e movimentos sociais.

Afirmo, novamente, que houve opiniões contrárias sobre os processos, críticas duras e severas, conflitos e problemas graves que surgiram e não conseguiram ser superados. Eles se deram, em sua maioria, quando a escrita da tese já estava se encerrando e busquei trazer para o texto o que foi possível, respeitando sigilo, tempos e espaços individuais e coletivos de elaboração, sem abandonar o compromisso com o desenvolvimento de recursos críticos que permitam inclusive criticar a si própria – as atividades formativas, a tese, a coordenadora-autora. Após a defesa da tese fez-se necessário incluir passagens referentes ao 2o semestre de 2023, uma vez que o projeto foi encerrado.

Dediquei-me, principalmente, às experiências de trabalho-luta-cuidado que enredaram tantas pessoas desde 2021 em um diálogo ora profícuo e solidário, ora conflituoso, incômodo e silenciador, entre pessoas de dentro e de fora da academia, que apostam que a ciência pode ser ferramenta de luta na revolução, mas que sabem que “só será” se radicalizada a compreensão sobre raça, gênero e classe, e se tomados pelo povo os meios de produção do conhecimento.

2. ARCOS METODOLÓGICOS E ORGANIZACIONAIS

Não será possível recuperar todos os referenciais e pessoas que compõem o que se sistematiza nessa tese. O percurso de quase 20 anos entre a psicologia social comunitária, a psicanálise, o marxismo latino-americano, a teoria crítica, a educação popular, a cartografia social, a educação somática, a ecologia, a dança, o teatro, o pensamento descolonial, o pensamento ameríndio, o feminismo comunitário e negro, a saúde coletiva e, principalmente, a presença no território, a cultura popular, as trocas e interpelações feitas em coletivos, por pacientes e comunidades, pelos coordenadores e participantes das atividades formativas, compõem um campo metodológico híbrido.

Além da trajetória individual e coletiva que costuram o trabalho, este conjunto de atividades formativas está constituída por diversos campos de saberes em desenvolvimento em nosso tempo histórico. Se pode-se falar de retrocessos atrozes nos anos de 2016 a 2022, é porque reconhece-se que o Brasil vinha avançando; aos tropeços, com equívocos lastimáveis (como a hidroelétrica de Belo Monte), longe de caminhar para fora do capitalismo, mas caminhando. As ações afirmativas, como as políticas de cotas que começaram a ser implementadas em 2002 nas Universidades Estaduais do Rio de Janeiro (UERJ) e do Norte Fluminense (UENF) e em 2003 na Universidade de Brasília (UnB), e que se consolidaram na “Lei de Cotas” (Lei nº 12.711/2012⁷⁴), culminaram em um processo de transformação sem volta na produção de conhecimento acadêmico, inclusive naquilo em que as universidades têm sido obrigadas a reconhecer a vasta e secular produção teórica de pensadores negro-brasileiros, pensadores “ladinoamefricanos”, como bem nomeia Lélia Gonzales⁷⁵.

A entrada de grande número de pessoas não-brancas, indígenas e quilombolas nas universidades, obrigou que se reconhecesse a distância entre saber acadêmico e comunidades locais, e apoiou a reivindicação da participação de mestras e mestres⁷⁶ “detentores de

⁷⁴ Determina que metade das vagas devam ser destinadas a candidatos que estudaram os três anos do ensino médio na rede pública.

⁷⁵ Em Lélia, encontro suportes teóricos para ideias que precisei dar muitas voltas para sustentar dentro da academia, quando retornei da Guatemala em 2008. Não pude me dedicar a eles nesta tese, mas em seus textos pude resignificar minha história, habitar a dúvida e reafirmar as certezas.

⁷⁶ “Entre os mestres e mestras dos saberes tradicionais, estão xamãs, artesãos, arquitetos tradicionais, músicos populares, especialistas em plantas de poder, especialistas em métodos indígenas de reflorestamento, artistas, entre outros, convidados a ministrar cursos regulares na universidade em parceria com professores de distintas áreas do conhecimento – saúde, meio ambiente, arquitetura, música, teatro, entre outras. Previamente ao curso, acontece um momento de intercâmbio entre os acadêmicos e os sabedores tradicionais no qual os últimos acompanham aos primeiros em suas aulas e familiarizam-se com as dinâmicas pedagógicas universitárias, havendo, neste espaço, as trocas direcionadas à preparação das aulas que ocorrerão dentro do projeto.

conhecimentos tradicionais dentro da docência universitária, ministrando módulos de uma disciplina reconhecida pela instituição” (JARDIM, 2018, p. 248), culminando no projeto Encontro de Saberes⁷⁷. Além da demanda vinda de dentro da academia, a participação de mestres e mestras nas universidades “foi colocada e reificada em dois importantes eventos de cultura popular: o I Encontro Nacional de Políticas Públicas para as Culturas Populares, em 2005, e o I Encontro Sul-americano de Culturas Populares, em 2006” (p. 248).

Há diversos movimentos populares que nos precedem e pelos quais somos nutridos indiretamente. As ações afirmativas não seriam possíveis sem a luta secular do movimento negro, do movimento de mulheres e a permanente resistência dos povos indígenas. Movimentos que ganham força a partir da década de 70 (GONZALES, 2020, pp. 101-111; pp. 112-126; pp. 158-164) e cujo alcance das lutas estamos colhendo substancialmente nas últimas duas décadas. Todo um quilombo de pensadoras e pensadores alimentados por Clóvis Moura, Maria Carolina de Jesus, Abdias Nascimento, Beatriz Nascimento, Milton Santos, Lélia Gonzales, Neuza Santos Souza, Maria Lucia da Silva, Paulo Freire, Mestre Soró, Marielle Franco, Isildinha Batista, Cida Bento, Sueli Carneiro, Jussara Dias, Conceição Evaristo, Débora da Silva, Denise Ferreira da Silva, Davi Kopenawa, Ailton Krenak, Antônio Bispo dos Santos, Makota Celinha Gonçalves, Pai Agenor Miranda, Makota Cassia Kidoialê, Mãe Menininha de Gantois, Makota Valdina, Mãe Stella de Oxóssi, e tantas e tantos “mais velhas e mais velhos”⁷⁸.

Ao afirmar “nossos passos vêm de longe”, afirma-se o respeito a todas as pessoas que vieram antes, ainda que haja a impossibilidade de recuperar e reconhecer a totalidade de pessoas, entidades e lutas que alicerçaram as bases do que podemos construir. Agradecer a uma entidade, entre outras coisas, é um modo de agradecer a todas e todos que trabalharam apoiados por uma mesma força, e cuja trabalho fortaleceu a entidade que hoje também nos acompanha.

Uma guerrilha cheia de contradições, mas principalmente, cheia de escuta, afeto, ética, cuidado, rigor teórico e conceitual, resgate histórico, práxis política, que acompanha o fazer diário e cuja contribuição é impossível de ser delimitada. Diálogos de corredor e cafezinho, sambas e mesas de bar; angústias-pensamentos partilhadas em mensagens de áudios, em manifestações na rua, em apurações eleitorais; brigas, consultas, conselhos, análises, leituras,

⁷⁷ Para saber mais, alguns exemplos: <https://www.inctinclusao.com.br/encontro-de-saberes/encontro-de-saberes/>; <https://www.saberestradicionais.org/>; <https://www.encontrodesaberes.ufop.br/>; <https://www.ufrgs.br/encontrodesaberes/>; <https://encontrodesaberes.uff.br/apresentacao/>, entre outros.

⁷⁸ Há uma infinidade de pessoas a serem celebradas! Tanto as de fora do cânone, como aquelas que desde dentro dos marcadores privilegiados procuraram subverter a ordem do sistema, habitar as frestas, as brechas; que foram de trincheira em trincheira abrindo passagem para que hoje possamos estar aqui. Todo meu agradecimento!

supervisões, orientações, bancas, lives - um caudal de pensamentos cuja imaginação política assentada na materialidade histórica nos abre para horizontes de revoluções possíveis; possíveis porque interseccionadas; possíveis porque alicerçadas no comum da diferença.

A criação do Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra (GTI), em 1995; a publicação da Política Nacional de Saúde da População Negra – Uma questão de equidade, em 2001; a criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), em 2003; a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN), em 2009; são apenas alguns⁷⁹ dos acontecimentos que afetaram o que pode ser pensado no campo da saúde mental hoje, para dar um exemplo. Acontecimentos repletos de pessoas enredadas entre si, cujos efeitos chegaram às universidades brasileiras, aos conselhos de psicologia, às bases e diretrizes de políticas públicas de saúde, assistência social e educação etc., mesmo que em alguns casos, tenham chegado “invisivelmente”. Refiro-me, por exemplo, à série de textos Humaniza SUS, que ao menos na edição “Gestão Participativa e Cogestão” (BRASIL, 2009) e “Cadernos HumanizaSUS - Volume 1 - Formação e intervenção” (BRASIL, 2010), não faz qualquer referência à raça, racismo, movimento negro, pessoas negras, ainda que a história nos mostre que não houve política de saúde que não tenha ao menos sido interpelada, sobretudo, por mulheres negras, e a necessidade de “humanização” das práticas de cuidado e saúde refere-se fundamentalmente ao tratamento dado a pessoas não-brancas, a partir de inúmeras denúncias feitas por distintos setores populares e do movimento negro.

A transformação na saúde a partir da presença de mulheres negras nos espaços de debate e decisões políticas fica evidente na Conferência Mundial das Nações Unidas de 2001 contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, ocorrida de 31 de agosto a 8 de setembro em Durban, África do Sul. Segundo Faustino (2021), na ocasião foi apresentado pelo movimento de mulheres negras o escopo da Política Nacional de Saúde da População Negra, pois essas mulheres negras feministas tiveram protagonismo na construção da PNSIPN, então tinham uma robusta proposta para apresentar na Conferência. Porém, destaca Faustino (2021), ao retornar ao Brasil e apresentar a proposta da PNSIPN aos governos brasileiros, inicialmente Fernando Henrique Cardoso, posteriormente Luís Inácio Lula da Silva, elas não obtiveram o mesmo sucesso. A aprovação e implementação teve dificuldade e ampla morosidade, sendo aprovada apenas em 2009 (no final da segunda gestão do governo Lula) devido à ampla pressão dos movimentos negros, o que mostra a dificuldade do campo democrático e do campo progressista em aprovar e implementar pautas e projetos negros (quando focais/específicos), em geral com o argumento da defesa da universalidade, acusando os movimentos negros e de mulheres negras de uma espécie de racialização do SUS. (DAVID, 2022, p. 89)

⁷⁹ Cf. “Itinerâncias da saúde/saúde mental da população negra no cenário nacional/ federal”, em David (2022, pp. 91-119).

Na mesma toada, uma década depois, a cartilha “Caminhos em saúde mental” (2021), que objetiva “oferecer um entendimento amplo e complexo a respeito do campo da saúde mental, considerando tanto os consensos produzidos pelos organismos internacionais quanto a própria experiência brasileira” (p. 6), em suas 300 páginas não faz qualquer menção ao protagonismo de pessoas negras e indígenas. Todas as vezes que a palavra raça, negro, negra ou indígena aparecem são para falar das condições de vulnerabilidade e dos efeitos produzidos na saúde mental destas pessoas, e em nenhum momento para referir-se à histórica e centenária⁸⁰ luta por políticas públicas de saúde mental do país.

O racismo não aparece como estruturante dos diversos problemas vividos no campo da saúde mental, e sim como um dos problemas que podem afetar a saúde mental vinculado apenas a pessoas vítimas diretas do racismo. Importante ressaltar que a cartilha foi construída a partir do que é considerado literatura científica, o que lhes permite afirmar que há “uma discussão incipiente na literatura” sobre a relação entre racismo e saúde mental (p. 48). Utilizando os próprios argumentos da cartilha (pp. 48-49) sobre os efeitos do racismo na saúde mental), pergunto: se as literaturas oficiais discriminam sistematicamente de forma indireta, através das posições de poder em uma estrutura social que inferioriza, apaga e associa apenas ao lugar de subalterno, submetendo a repetidas frustrações pensadores negros e negros que têm suas oportunidades limitadas pela estrutura *manicolonial* da ciência (desafios ainda maiores para mulheres negras cuja discriminação de gênero se sobrepõe), como podemos recuperar a totalidade das referências que trabalharam para que hoje estejamos aqui, se isso passa inclusive pelo apagamento e invisibilização produzido por documentos oficiais?

Ressalta-se ainda o fato de que, no Brasil, quando se fala de racismo, é comum que se esqueça que o racismo afeta sobremaneira pessoas indígenas. Não entrarei nessa discussão, porém a friso para marcar a importância do diálogo com outros países da América Latina para compreender as especificidades da reflexividade entre colonialismo, capitalismo e racismo, ampliando assim as compreensões sobre os efeitos deletérios do racismo e dos complexos de colonialidade, assim como conhecer as estratégias de enfrentamento e transformação.

Quando lemos “Gestão Participativa e Cogestão” (BRASIL, SUS, 2009), documento que tive conhecimento recentemente, encontramos diversos parâmetros comuns ao que foi proposto nas atividades formativas. Ainda que não haja referência direta, partilhamos de um comum que está no campo das relações sociais e das lutas em saúde mental; o que está ali e aqui tem lastro histórico. Nossos passos, os nossos e os das pessoas que trabalharam no

⁸⁰ Lembremos aqui do pioneiro trabalho de Juliano Moreira (1873-1933). Ver também Projeto Querino, episódio 7.

HumanizaSUS, vêm de longe! E apesar da estrutura reproduzir apagamento e silenciamento, da branquitude impor inúmeras resistências a que se assumam os efeitos do racismo na estruturação da sociedade brasileira (vide a tardia compreensão que os complexos de colonialidade afetam em mesma proporção pessoas brancas, ainda que de outros modos), já não é possível voltar atrás. Somos resultado de uma série de culminâncias sócio-históricas cujo trabalho de milhares de pessoas contribuiu para que pudéssemos hoje pensar e lutar com as ferramentas que temos. Não se sabe ao certo quem forjou o que, mas gosto de crer que tem dedo de orixá no meio.

Assim que, o que se apresenta a seguir, é o assentamento de múltiplas experiências formativas que compuseram 30 meses do desenvolvimento de um método de trabalho. Essa talvez seja a razão de porque o trabalho realizado foi acompanhado de uma pesquisa de doutorado dentro da Universidade de São Paulo. A universidade entra como elemento legitimador de um método que se dá no diálogo entre “nossos mais velhos”, o território, os movimentos sociais, a produção acadêmica e os profissionais da saúde, assistência social e educação. Antes de tudo, diálogo entre trabalhadores empenhados em superar as viciadas formas de relação, produção e exploração de nossa sociedade – ainda que também explorados e exauridos.

A importância dessa pesquisa e a razão pela qual se insere no campo da ciência, se dá pelo investimento de diversos campos do saber para a construção de metodologias de trabalho que buscam achar soluções para desafios reais de nosso tempo (Grønvad e Johansson, 2021). Desafios cujas soluções envolvem encontrar caminhos coletivos para a superação do capitalismo, do colonialismo, do racismo e do patriarcado. Alguns dirão rindo ironicamente, “só isso?”. Reconhecendo que a universidade pública brasileira, principalmente nos Estados do sul é constituída e constitutiva da branquitude, respondo, “apenas isso”, e não é nada mais do que nossa obrigação.

Freud disse em “Dois verbetes de enciclopédia” que:

PSICANÁLISE é o nome: 1) de um procedimento para a investigação de processos psíquicos que de outro modo são dificilmente acessíveis; 2) de um método de tratamento de distúrbios neuróticos, baseado nessa investigação; 3) de uma série de conhecimentos psicológicos adquiridos dessa forma, que gradualmente passam a constituir uma nova disciplina científica. (1923 [1922])

Inspirados por ele e atravessados por nosso tempo, o processo de 30 meses permitiu reconhecer 4 instâncias de trabalho que considero importantes de serem partilhadas para a

compreensão do método como um todo, que possam apoiar futuras iniciativas similares ou que queiram se orientar nas experiências aqui sistematizadas:

1. pesquisa - método de investigação inter e transdisciplinar sobre os processos psicossociais que nos levam ao adoecimento, que serão dificilmente acessíveis (ou incorrerão no risco de recair em diagnósticos ainda mais alienadores) se não forem investigados de modo coletivo, desde as experiências vividas por cada pessoa participante mas também em diálogo com outras epistemologias e com estudos de diferentes pesquisadores e intelectuais comprometidos com os problemas de nosso tempo, considerando-se as causas históricas, políticas, econômicas, sociológicas e psicológicas que determinam os modos de sofrimento;

2. cuidado - método coletivo para o tratamento dos “complexos psicoexistenciais” (FANON, 1952, p. 26) decorrentes do capitalismo colonial, que são resultantes tanto da violência traumática como das formas sociais que nos expropriam a dignidade e nos destituem de outras formas de valoração que não a mercadoria, empobrecendo por diversas vias nossa experiência no mundo;

3. mobilização política - método coletivo de enfrentamento, que a partir dos outros dois, acumula ferramental para estratégias de pesquisa/cuidado/mobilização junto aos serviços de saúde, assistência social, educação, cultura, e a quem mais da luta popular que considere poder se servir deles.

4. cooperativa - e por fim, considerando-se o poder de captura das formas sociais do capitalismo, também se compreendeu a importância de estruturas de cogestão e autogestão para o trabalho de construção de políticas públicas em rede, incluído em rede, o território e a população, e em público, menos a dimensão Estado e mais a dimensão comunitária. Já adiantando o que se apresenta nos capítulos 4 e 5, esse ponto foi o que apresentou mais desafios para o trabalho e no qual mais falhamos, ainda que a própria práxis desenvolvida tenha ofertado condições de pensar, criticar e avaliar permanentemente os problemas produzidos.

Sem embargo, nessa jornada nada é tão delimitado e linear como se pretende o desenvolvimento de uma ciência moderna. Como diz Fanon “deixamos os métodos aos botânicos e aos matemáticos. Chega um ponto em que os métodos sofrem reabsorção” (1952, p. 22). Indisciplinamos o método e emprestamos metáforas anatômicas e modelos matemáticos, para pensar desde a circularidade e o movimento; pensar imagens que nos auxiliem na compreensão da espaço-temporalidade-espiralar que urge compor as práticas que se pretendam anticoloniais. Na gramática das línguas *mayas* “não se marca se um acontecimento pertence ao passado, ao presente ou ao futuro. Se indica se um evento ou uma situação está completada ou terminada, está em desenvolvimento ou progresso, ou é uma situação potencial

ou possibilidade” (TOLEDO, 2021). Esta experiência coletiva foi composta por um tempo “saturado de agoras”, “repleta de atualidade”, e não pretende responder à organização cartesiana passado, presente e futuro. Foi tempo circular e produziu reflexões não terminadas, para situações em potencial.

De modo resumido, o trabalho se deu tanto através do letramento advindo das aulas teóricas acompanhado de diálogos a partir das experiências vividas pelas pessoas participantes, que por sua vez serviram para alimentar o pensamento clínico nos espaços de supervisão, e que foi conduzido a partir da implicação contratransferencial, em que “a resistência do lado do analista⁸¹” pôde ser percebida e acolhida. Consolidamos um espaço de cuidado e afeto para podermos pensar como se dá a construção dessas resistências e os pactos que levam a coadunarmos com tais violências, mesmo que de modo sutil. Vivemos todos, em diferentes graus, os efeitos psicossociais dessas violências, e seria contraproducente tratarmos o problema por uma perspectiva científica sujeito-objeto.

Na contramão de psicanalistas que opõem de modo leviano trabalho analítico e trabalho pedagógico, muito provavelmente sem nunca terem lido Paulo Freire ou bell hooks, o letramento pode ser compreendido como o exercício ativo de ampliação da capacidade de leitura de mundo. Diferentemente de uma educação bancária, cuja alfabetização consiste em aprender a ler o mundo conforme a letra da Lei (introjetar e reproduzir o sistema), o letramento pensa a educação como prática da liberdade (FREIRE, 1967/2019), busca ensinar a transgredir (hooks, 2017), partindo de referenciais e experiências que são próprias aos “estudantes” de modo a produzir conhecimentos emancipador que lhes torne aptos a compreender e organizar subjetivamente discursos, interpretações e compreensões dos subtextos sociais e a refletir por si só sobre razões/causas/consequências. Conhecimento, como em Benjamin, atrelado à ideia de experiência.

Compôs o horizonte ético-político do trabalho o auxílio na identificação e ressignificação dos efeitos psicossociais da violência, através da realização de uma série de atividades de viés clínico e pedagógico libertário, realizadas em grupo junto a trabalhadores do SUS e SUAS nos espaços dentro da formação, assim como dentro dos serviços, a partir do trabalho dos próprios profissionais, que, junto aos usuários, puderam desenvolver e aprimorar o que nomeamos de metodologias clínicas comunitárias guiadas pela recuperação de memórias e fortalecimento de laços de cuidado e solidariedade, favorecendo a restituição subjetiva de sujeitos afetados pela

⁸¹ Essa máxima entre os lacanianos foi proferida por Lacan em 1958: “não há outra resistência à análise senão a do próprio analista” (1998, p. 601)

violência e a recuperação do protagonismo, assim como a transformação de capacidades criativas, formas de engajamento, articulação e produção de cultura no território.

Foram objetivos específicos das atividades formativas:

1. Compreender os efeitos da quadrangulação capitalismo-racismo-patriarcado-colonialismo na estruturação e determinação das formas sociais de exploração na sociedade brasileira;
2. Compreender conceitual e praticamente conceitos chaves das teorias sociais anticoloniais, do marxismo, da psicanálise e psicologia social comunitária, da saúde coletiva e de outras teorias que auxiliem na luta popular por transformação das formas sociais vigentes;
3. Ampliar a capacidade de escuta do sofrimento de pessoas em condições de vulnerabilidade social, bem como dos efeitos desse sofrimento no laço social;
4. Compreender o papel do SUS e do SUAS na luta por democratização política no Brasil pós-ditadura, sobretudo a importância da luta antimanicomial, e os impasses para uma efetiva democracia, considerando-se o Estado capitalista;
5. Favorecer a identificação das dinâmicas sociais, das relações de poder, conflito, exploração, exclusão, desigualdade e violência assim como de diálogo, mobilização social, lutas e resistência existentes nos territórios, em articulação com as redes socioassistenciais e de saúde;
6. Possibilitar a construção de conhecimento coletivo sobre o território desde uma perspectiva comunitária que favoreça o reconhecimento de si como pessoas protagonistas e agentes de escuta;
7. Reconhecer a conformação do tecido social de sua comunidade e as redes populares de enfrentamento à violência e às formas sociais do capitalismo;
8. Fomentar o compromisso social e a participação das pessoas no enfrentamento à violência e às formas sociais do capitalismo nos territórios de atuação;
9. construir planos de ação e intervenção nos territórios junto às redes socioassistenciais, de saúde e de cultura;
10. aprimorar as metodologias clínicas comunitárias de enfrentamento à violência política que possam auxiliar a construção coletiva de políticas públicas a favor das comunidades.

Para alcançar estes objetivos a estrutura das atividades formativas foi sendo permanentemente pensada, construída, avaliada, em um movimento de produção coletiva que será descrito nas próximas páginas.

2.1 ARCO VIII – PROTO-ORGANIZAÇÃO

Sendo o projeto das atividades formativas criado no ventre de um coletivo autogestionado e um projeto que se empenha em superar as formas sociais dos modos de produção capitalista, sua organização inicial pretendeu-se cogestionária⁸²:

a gestão participativa é um valioso instrumento para a construção de mudanças nos modos de gerir e nas práticas de saúde, contribuindo para tornar o atendimento mais eficaz/efetivo e motivador para as equipes de trabalho. A cogestão é um modo de administrar que inclui o pensar e o fazer coletivo, sendo, portanto, uma diretriz ético-política que visa democratizar as relações no campo da saúde⁸³. (BRASIL, 2009, p. 10)

Uma vez reunidas as pessoas interessadas em “dar partida” no projeto, em março de 2021, detivemo-nos em como alcançar os possíveis inscritos e quais seriam os critérios. Compreendendo a importância que o território tem na constituição de um trabalho em rede, e que o trabalho tinha seu lastro junto a movimentos sociais e serviços, pertencentes, portanto, a regiões específicas, distribuiríamos as vagas a serem preenchidas através de agrupamentos territoriais que denominamos de eixos.

Propondo-se uma formação popular, que pudesse, inclusive, ser ofertada por universidades e gestões públicas, e considerando-se que é direito e necessidade dos trabalhadores do SUS e SUAS formação continuada (que muitas vezes disseram no CERP: “porque a prefeitura não oferece uma formação como essa ao invés daquelas coisas que

⁸² Os debates ao redor de autogestão, cogestão e heterogestão dentro de economias capitalistas e socialistas é amplo, e foge ao escopo deste trabalho. A diferença feita aqui entre autogestão e cogestão diz respeito a graus mínimos de hierarquia no modelo de cogestão, que não existem na autogestão. Está última se dá pela “partilha por igual das responsabilidades e dos direitos sobre os destinos da cooperativa” (SINGER, 2002, p. 68). Nestas atividades formativas a construção coletiva e a participação permanente de seus integrantes foram fundamentais, mas existiu divisão entre as pessoas coordenadoras e as participantes, e divisão dentro da própria coordenação.

⁸³ E o documento segue, trazendo outros elementos que também dialogam com nosso trabalho: “Para a realização dos objetivos da saúde (produzir saúde; garantir a realização profissional e pessoal dos trabalhadores; reproduzir o SUS como política democrática e solidária) é necessário **incluir trabalhadores, gestores e usuários** dos serviços de saúde em um pacto de corresponsabilidade.

“A gestão participativa reconhece que não há combinação ideal prefixada desses três pontos, mas acredita que é no exercício do próprio fazer da cogestão que os contratos e compromissos entre os sujeitos envolvidos com o sistema de saúde vão sendo construídos. O modelo de gestão que a Política Nacional de Humanização propõe é centrado no **trabalho em equipe, na construção coletiva (planeja quem executa) e em espaços coletivos que garantem que o poder seja de fato compartilhado**, por meio de análises, decisões e avaliações construídas coletivamente.” (BRASIL, 2009, p. 10-12). No entanto, em nossas práticas junto a rede, escutamos das pessoas que não há “poder de fato compartilhado” e que a construção custa em ser coletiva. Aqui, a compreensão sobre as formas sociais do capitalismo é fundamental. Voltaremos a isso nos próximos capítulos.

obrigam a gente a ir e que não servem pra nada”), nosso foco inicial foi que ela pudesse ser acessada por uma maioria de trabalhadores da rede, e, para tal, era necessário que fosse gratuita para esse público e preferencialmente em horário de trabalho, de modo a contar como carga horária na jornada diária dos profissionais.

Também que fosse formação gratuita para jovens que tivessem cursado a “graduação com auxílio de programas de cotas e/ou financiamentos estudantis, em consonância com políticas de ações afirmativas. Prioridade para pessoas negras, indígenas e transsexuais”, e que, além da formação, poderiam estagiar com bolsa-auxílio “para realização de ações em rede nos territórios periféricos da cidade de São Paulo e interior do Estado” (Formulário de Inscrição Estagiárias, 2021, arquivo interno REM).

O repasse bianual recebido do projeto “Territórios Clínicos” não era suficiente para arcar com os custos de 18 meses de formação completamente gratuita, portanto, orientados pela economia solidária⁸⁴, 30% das vagas foram destinadas a pessoas pagantes, cuja contribuição mensal complementaria o financiamento do Ciclo I (a realização do Ciclo II dependeria dos resultados do Ciclo I).

Consideramos primeiro abrir a chamada para as pessoas estagiárias, pois o território de pertencimento delas serviria para estabelecer critérios seletivos para as outras pessoas. É dizer, se não houvesse pessoas estagiárias de determinada região inscrita, e houvesse mais profissionais SUS e SUAS inscritos do que vagas, seriam selecionados prioritariamente os que fossem de regiões quanto mais próximas das pessoas estagiárias.

Foram 24 pessoas estagiárias inscritas, 8 selecionadas para bolsa-auxílio e 6 que optaram por participar do estágio mesmo sem a bolsa. Mais 3 pessoas inscritas pela chamada de pagantes foram convidadas a frequentar as atividades de estágio, dado o perfil, e mais 2

⁸⁴ Conforme Paul Singer (2002): “A economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade [...]” (p. 10); “O objetivo máximo dos sócios da empresa solidária é promover a economia solidária tanto para dar trabalho e renda a quem precisa como para difundir no país (ou no mundo) um modo democrático e igualitário de organizar atividades econômicas” (p. 16). Quando se refere à oferta de produtos e serviços, a economia solidária busca equilibrar os preços a partir da equidade – ou seja, pelo mesmo produto/serviço pagam-se valores diferentes conforme as diferenças de renda. Se, a partir do custo X de um produto, reconhecesse que seu valor final ideal para bem remunerar o trabalhador deveria ser 2X, estabelece-se esse valor ideal e a partir dele quem tem dificuldades de arcar com esse valor por pagar 1,5X e quem tem renda acima da média pode pagar 2,5X, 3X, por exemplo. É um processo participativo, que envolve a conscientização sobre processos de produção e os abismos de classe existentes na sociedade. No caso da REM, a aplicação desse princípio de equidade está tanto na oferta de grande número de vagas gratuitas que podem ser sustentadas porque outro tanto opta por contribuir financeiramente, como nos próprios valores cobrados das pessoas pagantes, que também varia entre mínimo, regular e abundante.

peessoas do audiovisual, estudantes de psicanálise que participariam da formação e do estágio em troca de apoio na construção do material pedagógico – 19 ao todo. Isso permitiu que definíssemos os territórios para a chamada destinada a profissionais SUS e SUAS. Foi critério seletivo:

ser profissional SUS ou SUAS de territórios periféricos de São Paulo ou de cidades do interior do Estado localizadas na região dentro do eixo São Paulo - São Carlos - Botucatu - São Paulo; ter disponibilidade semanal de 3h para a realização das atividades formativas; ter disponibilidade para assumir este compromisso até outubro/2022. É desejável que a pessoa tenha articulação com lideranças locais e movimentos de cultura de territórios periféricos, assim como articulação com outros serviços das redes SUS e SUAS. Tendo em vista que um dos focos da REM é fortalecimento de redes locais de enfrentamento à violência estrutural de Estado, o processo de seleção tomará como critério principal o território de atuação, buscando constituir entre os participantes núcleos de ação em territórios próximos. (Formulário de Inscrição Vagas Gratuitas, 2021, arquivo interno REM)

Ainda, se especificava:

As vagas para profissionais SUS e SUAS têm como propósito dar suporte para trabalhadores da ponta que queiram pensar sua prática profissional implicados com as mudanças estruturais que afetam os territórios que assistem, como racismo, violência de gênero, criminalização da juventude etc.

As atividades formativas têm duração de 18 meses, e todos interessados devem ter disponibilidade para participar dela integralmente, dispondo de ao menos 3 horas semanais para a realização das atividades. Reconhecendo que a formação continuada é parte integrante das ações de profissionais SUS/SUAS, pretende-se que as atividades da REM sejam realizadas dentro da carga horária de trabalho dos profissionais, contando com o apoio da equipe de seu serviço e gestão.

[...]

Reforçamos que a proposta destas atividades formativas é o fortalecimento das redes de enfrentamento às violências estruturais do Estado, assim como o desenvolvimento de ações de enfrentamento integradas. Tenha em mente pessoas que trabalham no mesmo serviço, ou serviços parceiros, que também possam se interessar por esse compromisso e atuação, e encaminhe esse formulário para elas. Será dada preferência a participação de pessoas que já tenham atuação em rede. (Formulário de Inscrição Vagas Gratuitas, 2021, arquivo interno REM)

O formulário apresentava também a opção de “inscrição da equipe do serviço”, na qual, em troca da liberação de duas pessoas da equipe para participar das atividades, liberaríamos as aulas teóricas para serem assistidas e trabalhadas conjuntamente pela equipe do serviço, assim como daríamos apoio ao serviço para a realização das metodologias clínicas comunitárias em 2022.

O formulário para pessoas pagantes foi destinado a “estudantes e profissionais de áreas *psis* e afins, interessadas em aprofundar seus conhecimentos acerca da clínica implicada com o sofrimento de pessoas violentadas pelas estruturas da colonialidade e pelas formas sociais de exploração”. Explicou-se que as vagas pagantes teriam como propósito “dar suporte financeiro às atividades de atendimento, supervisão e formação realizadas pela equipe Margens Clínicas, que há mais de oito anos são ofertadas de forma gratuita” (Formulário de Inscrição Vagas Pagantes, 2021, arquivo interno REM). Seguindo a economia solidária, foi apresentada 3 (três) possibilidades de contribuição mensal e pedido que considerassem seu perfil socioeconômico na escolha do valor a ser pago. Foi critério seletivo:

atuar em sua prática profissional para a deselitização da psicanálise, psicologia clínica e outras formas de cuidado e de acesso à cultura; estar implicada com o fortalecimento do SUS e SUAS; ter interesse na articulação e construção em rede; ter disponibilidade para assumir este compromisso até outubro/2022, tanto pela assistência a pelo menos 75% das atividades (3h semanais), como pelo pagamento de todas as parcelas mensais designadas; atuar em São Paulo ou interior do Estado. É desejável que a pessoa tenha articulação com lideranças locais e movimentos de cultura de territórios periféricos, assim como articulação com as redes de Saúde e Assistência Social. (Formulário de Inscrição Vagas Pagantes, 2021, arquivo interno REM)

As discussões e decisões tomadas eram debatidas quinzenalmente, em um espaço composto pelas pessoas coordenadoras. Assim começamos o primeiro ciclo, com 3 (três) eixos, coordenado cada eixo por três pessoas: São Paulo zona sul e leste, com 40 pessoas; São Paulo zona norte, oeste e centro, com 40 pessoas; São Paulo interior do Estado, com 30 pessoas, incluindo profissionais SUS e SUAS, pagantes e estagiários. Dia 03 de Junho de 2021, tivemos a abertura dos trabalhos, com um ciclo de 4 aulas abertas⁸⁵, ao vivo, via *youtube*, ministradas pelos integrantes do coletivo Margens Clínicas. Na semana seguinte, iniciaram-se os grupos e espaços de supervisão.

2.2 ARCO IX – REFLEXÕES SOBRE A ORGANIZAÇÃO EM EIXOS

Tendo como método de trabalho uma prática em saúde mental de orientação freud-marxista, a ferramenta de trabalho das atividades formativas foi a escuta, seu “material” foi a realidade psíquica atrelada às dimensões sócio-históricas, e sua ética foi a do desejo e da práxis revolucionária. No entanto, compreendendo os impasses à revolução apresentados pela

⁸⁵ <https://www.youtube.com/watch?v=ozS-4itK2RM&list=PLERdmvpUCfXGC1h0NBNA4ySxd4-v0WTeW>

história recente (dentre eles a concepção moderna-ocidental de revolução), a que pensar uma atuação que comece na micropolítica, para que, quem sabe, em uma comunhão de coletivos autogestionários, consigamos fazer uma revolução da macroestrutura que não reproduza colonialidade nem as formas sociais capitalistas.

Propor trios de coordenação para cada eixo pretendia garantir a autonomia na realização do trabalho, constituindo um trio de cogestão ele mesmo. Ou seja, apesar de haver uma estrutura comum, aulas teóricas, grupão e supervisão, ficaria a cargo da coordenação de cada eixo organizar a ordem em que as aulas seriam assistidas, o ritmo e modo de trabalhá-las no espaço de grupão, considerando-se fundamentalmente as particularidades da turma. Igualmente, os espaços de supervisão, funcionariam conforme os participantes, o estilo de caso trazido, os conteúdos emergentes nos encontros etc.

Certamente não há um manual pronto de como escapar às formas sociais do capitalismo. Além de requerer exercício constante de reflexão e ação sobre os modos de produção, jogam papel preponderante na manutenção das relações sociais o racismo, o patriarcado e o classismo. De certo modo, desde o freudo-marxismo, ousaria dizer que o processo analítico se pretende uma experiência de superação das formas sociais, na justa medida em que permite ao sujeito reencontrar-se com outras formas de valorar, o mundo e a si mesmo, que não a forma mercadoria⁸⁶. A partir de Benjamin, diria que o “resultado” de uma análise é o retorno à experiência (*erfahrung*), que se dá justamente pela recuperação da capacidade narrativa advinda do processo de “livre associar”, de dizer tudo aquilo que lhe vem à cabeça; é nos atos falhos, nos lapsos, que se apresentam os hiatos da História que nos permitem desalienar das formas sociais historicamente constituídas. Nos atos falhos, lapsos, condensações e deslocamentos, aparecem o racismo, o patriarcado e o classismo subjetivados. Aparece não apenas o empobrecimento da experiência de quem está em análise, mas o empobrecimento dos laços, reduzidos todos à condição de mercadoria, estratificando-se por lógicas de quem vale mais ou menos.

Nesse sentido, concordo quando Freud diz que “a teoria da psicanálise é uma tentativa de explicar dois fatos surpreendentes e inesperados que se observam sempre que se tenta remontar os sintomas de um neurótico a suas fontes do passado: a transferência e a resistência”

⁸⁶ Compreendemos que muitas formas de organização social e de vida afroameríndias (e também de matrizes culturais de outros continentes) não estão capturadas pelas formas sociais do capitalismo e em sua radicalidade contra colonial têm muito para ensinar aos que se pretendem anti e descoloniais. Junto a elas, que nos ensinam que há e sempre houve vida fora do capitalismo, o freudo-marxismo nos auxilia a compreender as correntes às quais estamos amarrados no mundo construído pela égide do ocidentalismo e nos dá ferramentas para nos soltarmos e caminhar em direção a outros horizontes.

(1914/2012, p. 26). É naquilo que da relação permite a um sujeito narrar, permite ao sujeito endereçar uma história a alguém que ele supõe estar interessado – a transferência –, e naquilo que da relação impede ao sujeito narrar, impossibilita que algo seja simbolizado ao se endereçar a outrem – a resistência, que uma análise pode acontecer. E Freud é categórico “Qualquer linha de investigação que reconheça esses dois fatos e os tome como ponto de partida de seu trabalho tem o direito de chamar psicanálise, mesmo que chegue a resultados diferentes dos meus” (1914/2012, p. 26).

Desde a psicanálise e sua história, temos condições de compreender que o fator “resistência” abunda nos espaços formativos que pretendem trabalhar violências estruturais. Há algo da estrutura violenta introjetada que é constrangedor de endereçar no laço social, não seja via piada, chistes ou mesmo reduções psicopatologizantes. Nesse sentido, seria contraproducente propor uma formação com estrutura fechada, com um ferramental específico que devesse ser aplicado de tal modo. Muitas coisas ficariam veladas dos complexos psicoexistenciais que nos constituem. Como em uma análise, interessa encontrar um método “em abertura”, a partir do tempo necessário para se trabalhar transferências e resistências; uma “direção para o tratamento” (LACAN, 1958). E nesse sentido, partilho algumas premissas que apoiaram escolhas dessa direção, ainda que muitas não fossem assim tão conscientes:

- o letramento tem função disparadora para o livre associar coletivo;
- a resistência individual e coletiva precisa ser manejada também naquilo que ela tem potência de transmissão sobre os assuntos tratados;
- os conceitos importam na medida em que apoiam a elaboração das experiências vividas no mundo - “a pesquisa em psicanálise considera o inusitado da experiência, o real e a não adaptabilidade do sujeito aos preceitos científicos” (PENNA, 2022, p. 16);
- o letramento e os conceitos podem auxiliar as pessoas participantes a pensarem seus casos e seus trabalhos, mas é fundamental que os saberes delas também componham o espaço formativo – “na pesquisa psicanalítica, a teoria surge da prática e a prática reinventa e reatualiza a teoria, numa lógica suplementar” (PENNA, 2022, p. 17) ou ainda “[...] o conceito dirige o modo de tratar os pacientes. Inversamente, o modo de tratá-los comanda o conceito” (LACAN, 1964, apud PENNA, 2022, p. 17);
- há que cuidar como, pela própria dinâmica das resistências e das transferências, os diversos saberes podem ocupar lugares de poder e se imporem uns aos outros, constituindo pactos ou disputas que nos afastam da centralidade dos casos trazidos e resultam em especulações perigosas sobre o sofrimento de pessoas usuárias das políticas públicas, de

pacientes de consultórios particulares e mesmo da própria experiência vivida das pessoas participantes de uma formação com tais perspectivas e horizontes ético-políticos.

Desse modo, o manejo da coordenação deveria buscar garantir a circulação da palavra, a livre associação e o cuidado das resistências que emergiam. Tamanha responsabilidade não poderia cair nas costas de apenas uma pessoa, e importante colocar, as pessoas coordenadoras também eram partícipes no processo. Estavam aprendendo com as aulas teóricas, com as experiências partilhadas e com os casos trazidos. Também estavam em transferência e passíveis de resistência. Por essa razão que a coordenação dos eixos foi pensada em trio, que eram três trios, e que também tínhamos supervisão institucional com “um terceiro”. A estrutura do três se repetiu em diversos momentos do trabalho, de modo a evitar alguns casamentos perigosos que o par produz⁸⁷.

Cada eixo realizava suas próprias atividades organizadas, fundamentalmente, no espaço de **grupo**: espaços quinzenais em que todas as pessoas participantes de um determinado eixo se encontravam para trocar reflexões decorrentes das aulas teóricas, que elas assistiam de modo assíncrono, no seu tempo, conforme orientação da coordenação do eixo. Mais que debater teoria, a proposta era pensar o atravessamento que o tema tratado tinha em seu cotidiano, tanto naquilo que poderia ajudar a pensar futuras atuações, como naquilo que permitia revisitar “a contrapelo” sua própria história e atuação. Cada coordenação organizava os encontros conforme as particularidades do grupo, podendo optar por elementos disparadores das atividades, como textos, vídeos curtos, músicas, que culminavam em conversas abertas, ou por dinâmicas mais recortadas de trabalho como a produção de reflexões escritas, a construção de mapas, a sistematização de conceitos. A liberdade para esta organização se deu através da escuta que cada coordenação fazia do grupo que acompanhava, buscando pensar aquele espaço também como um momento de acolhimento coletivo, que

⁸⁷ O elemento terceiro tem potencial de produzir um efeito de lucidez na dinâmica do trabalho, o que também está apoiado pela “função terceira” pensada na psicanálise. No trabalho de Paula Penna, sobre a importância da supervisão nos serviços de assistência social, a autora nos relembra que “A psicanálise se inventa, pois, graças a esse fora, que permite que conte três. A inauguração da psicanálise está ligada a uma relação ternária, haja visto que a aposta clínica do tratamento da histeria pôde ser testemunhado por Breuer e recebido por um terceiro, Freud” (2022, p. 62). Penna argumenta que o lugar do supervisor cumpre essa função terceira entre analista e analisando “É aí que está o lugar da supervisão, ‘como um dar-a-ler os efeitos do ato’ (Safouen, Julien, Hoffman, 1996, p. 54)” (2022, p. 63). E “desta forma, supervisor e supervisionando encontram-se lado a lado como leitores, lendo o mesmo livro, a linguagem cifrada do inconsciente. O importante é que o desejo de saber faça laço social; ‘o saber só se conquista ao contar três. [...] Só uma organização, cuja lei se sustenta sem a relação dual que mantém o discurso do mestre, pode prosseguir o que já foi inaugurado na experiência analítica: contar pelo menos até três’ (Safouen, Julien, Hoffman, 1996, p. 63)” (2022, p. 65). Os conflitos que surgiram nas relações em par vivenciadas ao longo do trabalho reforçam a aposta no “ao menos três”.

permitia um recordar, repetir e elaborar (FREUD, 1914/2010), e um tempo de ver, compreender e concluir (LACAN, 1945/1998) a partir daquilo que se disparava com as atividades propostas.

Intercalado ao grupão, na outra quinzena, aconteciam os espaços de **supervisão**⁸⁸. As pessoas participantes eram convidadas a se posicionarem como *escutadoras*. As supervisões foram espaços circunscritos para a discussão de casos clínicos, entendendo estes desde o estudo aprofundado que considera a complexidade e a interseccionalidade das violências que afetam usuários da rede SUS e SUAS. Desloca-se a ideia de caso clínico da prática comum da psiquiatria e psicologia que busca olhar para o “doente” a partir de seu diagnóstico, para a supervisão psicanalítica que compreende a escuta do caso clínico como possibilidade de reatualização constante da teoria, a partir da verdade do sujeito expressa em sintomas e nomeações do sofrimento: “mais do que seguir um mestre, a prática clínica impõe a reinvenção contínua, uma vez que o saber que se impõe é o saber inconsciente, saber sempre inacabado e incompleto” (PENNA, 2022, p. 24). A supervisão também alcança uma dimensão clínico institucional e auxilia a pensar tanto conflitos internos da equipe e do serviço que impedem o manejo e bom andamento dos casos, como a dimensão contratransferencial, ficando a cargo da pessoa interessada em ocupar esse espaço falar das dificuldades na condução do caso, trazer dúvidas relacionadas a possíveis diagnóstico, direção do tratamento e manejo da transferência, ou ainda, “direcionar ao supervisor questões que o tocam em torno do caso, marcando aí sua posição subjetiva” (PENNA, 2022, pp 21-22). Todos esses elementos puderam ser escutados e pensados juntos, na e da relação com o serviço, na e da relação com os usuários, a partir da transferência que as pessoas participantes estabeleceram com a coordenação:

O sujeito suposto saber é o eixo que sustenta a transferência (Lacan, 1964/2003, p. 253). Quando a verdade se expressa por meio dos sintomas e do sofrimento, o sujeito crê haver em algum lugar um saber sobre essa verdade, ou seja, acredita que o analista o detenha. É a suposição de saber que empurra o sujeito à análise (e também à supervisão). Porém, é em um segundo momento, no curso da análise ou da supervisão que o analisando faz coincidir esse sujeito suposto saber com o seu analista. O analista aceita ocupar esse lugar, mas, por outro lado, não se toma como tal, ele sabe que não o é, ou seja, de saber suposto, nada sabe. (PENNA, 2022, p. 63)

⁸⁸ No Ciclo I da REM, para os eixos Ocidente e Oriente o grupão ocorria quinzenalmente às segundas, das 13h às 15h, e a supervisão ocorria em outro horário, considerando que não era possível para as participantes trabalhadoras do SUS e SUAS se ausentarem semanalmente do serviço por duas horas. Apenas o eixo Interior, que ocorria às quintas, das 18h às 20h, manteve o horário semanal permanente, intercalando grupão e supervisão. No Ciclo II, iniciado em agosto de 2022, optamos por realizar todos os eixos fora do horário comercial e adotar o modelo experienciado no eixo Interior.

Há, assim, dois movimentos a serem escutados. Aquilo que as pessoas participantes das atividades endereçavam aos coordenadores ou a psicanálise, como instituição, como se tivéssemos um saber que permitiria solucionar os problemas do serviço, e nisso, abriam espaço para um manejo que lhes permitisse reconhecer os saberes que lhes era próprio. E o movimento dos usuários que endereçavam aos trabalhadores do serviço uma demanda também transferida por uma relação de saber/poder deles trabalhadores e/ou da instituição/serviço/Estado que poderia/saberia solucionar a situação/conflito social. Nesses dois movimentos está uma contribuição da psicanálise que possibilita fazer da supervisão um espaço que aponta para as possibilidades de escutar o trabalhador e o usuário desde a instância desejante:

A experiência como supervisora traz à tona inúmeros desafios quando a política pública rechaça o sujeito do desejo e busca responder às demandas daqueles que são seu público-alvo, o sujeito do direito. O acolhimento e a escuta da angústia dos trabalhadores diante da tensão entre o que é demandado e o que é oferecido, pode vir a produzir contingencialmente algo novo, algo que extrapola o *script*. É essa a aposta radical da contribuição da psicanálise no contexto social. (PENNA, 2022, p. 14)

Também a supervisão se apresentou como espaço em que foi possível escutar o que se manifesta da resistência, seja das pessoas participantes, das pessoas usuárias dos serviços da rede, seja das pessoas da coordenação. O que dá notícias das violências estruturais e dos complexos de colonialidade em nossas subjetividades, assim como seus efeitos nas possibilidades ou impossibilidades do manejo – seja de um conflito interno à equipe/serviço, seja da situação do usuário, seja das pessoas dentro de um espaço de formação. Que possamos todas as pessoas reunidas trazer as experiências entre nós e junto aos usuários, pacientes e serviços para pensar os ensurdecimentos que compõem cada relação/caso é um trabalho importante a ser feito em espaços formativos como este.

A supervisão permite-nos reconhecer os efeitos e as capturas das formas sociais do capitalismo, seja pelos modos como ela se subjetiva levando-nos a reduzir o outro à condição de coisa, seja naquilo que as dinâmicas do Estado capitalista levam trabalhadores e usuários a estados de profunda alienação, cuja instância do desejo já não participa do ser/estar/fazer no mundo.

Apesar da importância dada às posições subjetivas, há que reconhecer que muitos trabalhadores são reféns das dinâmicas institucionais, que desorientam o manejo dos casos, confundem a direção do tratamento, deixam diversos pontos cegos e surdos, e que isto é resultado da falta de letramento, ao que, seria incoerente pensar um conjunto de atividades

formativas que não tivesse acompanhado de aulas teóricas, conformando assim o tripé da formação. Entendidas como **recursos críticos para o pensamento**, esse espaço teve como objetivo apresentar estudos recentes que interseccionam raça, classe e gênero, de modo a trazer subsídios teóricos para que pudessem pensar suas experiências no mundo. Um letramento que buscava desvelar as formas colonialistas de pesquisar, racionalizar e agir naturalizadas e normalizadas pelo cânone ocidental. Buscou-se que este fosse um espaço que permitisse ampliar o repertório de linguagem, reconhecesse a materialidade histórica de problemas psicossociais, e elevasse a experiência à condição de conhecimento.

Ocorreram tanto com aulas gravadas, assistidas de modo assíncrono, conforme orientação da coordenação de cada eixo, como com aulas ao vivo (online), que também ficavam gravadas para acesso posterior. Essa metodologia foi condizente com o cuidado que buscávamos estabelecer na relação com as pessoas trabalhadoras do SUS e SUAS para quem a formação teórica muitas vezes é de difícil acesso, tanto pelo deslocamento, horas extras, como pelo “academiquês”. As aulas foram construídas em blocos de 15 a 20 minutos, e foi solicitado aos professores explicar de modo didático os conceitos trabalhados e buscar sempre enlaçar os conceitos com suas próprias experiências junto da luta. Essa foi uma característica importante do quadro de professores: a grande maioria não estava vinculado apenas com a academia, sendo também pessoas dedicadas à luta popular.

As aulas foram pensadas visando a interlocução entre os campos do conhecimento que permitem a apreensão da complexidade e multideterminação que produzem diversos modos de sofrimento psicossocial, frisando a dimensão das violências estruturais do racismo, machismo e classismo, e do papel do Estado capitalista como perpetuador dessas violências. Elencamos alguns núcleos temáticos que consideramos importantes como recursos críticos para o pensamento:

- Fundamentos da psicanálise
- Escuta, Racionalidade Diagnóstica e Pesquisa Descolonial
- Colonialidade, racismo e capitalismo;
- Feminismos e gênero;
- Saúde coletiva e luta de classes;
- Território e memória coletiva;
- Sintoma social (guerra às drogas, genocídio preto, feminicídio, psicopatologização);
- Metodologias clínicas comunitárias;
- Clínica e corpo.

Ao longo dos 18 meses que duraram cada ciclo, foram oferecidas vídeoaulas ministradas por diversos pensadores contemporâneos, cujo trabalho teórico e/ou prático consideramos de grande importância para a fundamentação de nosso trabalho e para o desenvolvimento de estratégias efetivas de enfrentamento e transformação social. Contamos também com o apoio do material produzido pelo Aquilombamento nas Margens. As aulas de “Introdução à psicanálise” aconteceram ao vivo e nelas foram trabalhadas desde textos técnicos de Freud até textos metapsicológicos e sociais, passando por conceitos contemporâneos como reparação e testemunho. As aulas foram organizadas em módulos semestrais de 14 aulas em média e os temas foram decididos conforme a demanda e desejo das pessoas participantes, semestre a semestre. Todas as aulas ficaram disponíveis para as pessoas participantes em plataforma EAD, assim como material didático de apoio.

Vinculado aos espaços de supervisão e grupão, os núcleos temáticos contribuíram para refletirmos juntos sobre nossas práticas profissionais e revisitar nossas histórias a contrapelo. Tomemos os recursos críticos para o pensamento como um “tempo de ver”, cujo horizonte de trabalho de seus temas seja um “tempo de compreender”, ou de ver mais ainda, que se dá nos espaços do grupão e da supervisão, a partir dos casos compartilhados em espaços de confiança, operados pela livre associação, em que os afetos possam circular e as palavras emergirem.

2.3 ARCO X – SOCIOGÊNESE E RACIOCÍNIO DIAGNÓSTICO

O raciocínio diagnóstico vindo da clínica emprestou uma base de pensamento comum para alinhar o tripé das atividades formativas. Passemos brevemente pela estrutura da clínica moderna, conforme apresenta Christian Dunker em “Estrutura e constituição da clínica psicanalítica: uma arqueologia das práticas de cura, psicoterapia e tratamento” (2011). Há quatro operações que estruturam a clínica: a etiologia, a semiologia, a terapêutica e a diagnóstica. A semiologia é a primeira operação e engloba “a classificação e organização de signos, índices, sintomas e traços que devem se apresentar como diferenças significativas ao olhar clínico” (p. 403). Ela é a primeira operação pois é pela semiologia, pelos sintomas, que o paciente se encaminha à clínica, aos serviços, ao médico. A diagnóstica, operação realizada pelo clínico, “presume uma organização estável da semiologia, a saber, a nosografia”: a partir da organização e agrupamento dos diversos signos, índices, sintomas e traços, constitui-se o quadro nosográfico de cada doença, e é a partir dessa correlação de sintomas que se estabelece o diagnóstico na clínica moderna. No entanto, a precisão do diagnóstico não está relacionada

apenas com o conjunto de sintomas que compõe o quadro nosográfico. Dependerá, fundamentalmente, da investigação e correlação deste com o campo das causas:

Além da *semiologia* e da *diagnóstica*, a estrutura da clínica moderna supõe também uma **teoria da causalidade**, ou seja, uma concepção **etiológica**. No fundo, esta é a ambição máxima do trabalho diagnóstico: **não apenas descrever e classificar a enfermidade, mas indicar precisamente sua causa.**

[...]

A etiologia fornece subsídios para a organização de uma patologia fundada em princípios causais comuns para um conjunto mais ou menos regular de signos. Ela redobra-se em nosologia regida pelos mesmos princípios causais verificados agora na esfera do funcionamento do corpo em geral. Vemos, assim, que **tal concepção pode tanto modificar elementos semiológicos, quanto estabelecer novas grades nosológicas e, conseqüentemente, diagnósticas.** (DUNKER, 2011, p. 411-413, negrito nosso)

É dizer, a compreensão sobre o campo das causas, determina toda a cadeia do raciocínio diagnóstico. Se modificamos a forma de compreender as causas, isso incidirá na compreensão sobre os sintomas, o que afeta a nosologia (a leitura possível sobre o agrupamento sintomático) e conseqüentemente o diagnóstico. É do diagnóstico que se prescreve o tratamento. Dito de outro modo, os pressupostos e correlações feitas entre sintomas e causas para o estabelecimento de um diagnóstico são fundamentais, pois incidem diretamente sobre a terapêutica, a quarta e última operação da clínica moderna. Assim, a terapêutica está diretamente relacionada com o campo das causas:

Aqui se incluem todas as estratégias que visam **interferir e transformar a rede causal que constitui a etiologia, confirmar a diagnóstica e verificar o valor semiológico dos signos e sintomas.** A ação terapêutica **deve incidir na medida do possível sobre as causas**, e é neste sentido que Freud distinguia a psicanálise como **terapêutica das causas**, frente aos métodos hipnóticos sugestivos, ou seja, **terapêutica dos efeitos.** (DUNKER, 2011, pp. 416-417, negrito nosso)

Junto às pacientes diagnosticadas como histéricas, Freud produziu uma subversão à racionalidade clínica de sua época que incidiu no campo das causas e da terapêutica, produzindo uma ruptura com o saber dominante. Todas as operações da clínica eram controladas apenas pelo saber médico, que observava, agrupava, catalogava, pressupunha causas, determinava diagnóstico e prescrevia terapêuticas à revelia dos pacientes. Freud primeiro reconheceu que havia causas não orgânicas para os sintomas apresentados por suas pacientes; segundo, que para o diagnóstico, era imprescindível a participação das pacientes na análise e avaliação de seus próprios sintomas; terceiro, respeitando os princípios de homogeneidade da racionalidade clínica, em que, se as causas não são orgânicas, tampouco servem terapêuticas de cunho

organicista, se empenhou em desenvolver uma terapêutica que desse conta das causas inconscientes recém descobertas. Já não mais eletroterapia, enemas, estimulação vaginal via toque, injeções intrauterinas, cauterização do clitóris e outras cirurgias ginecológicas de amputações e extirpação, compressão dos ovários, sangramento e ventosas *in situ* para tratar a histeria.

Deslocou seu método de análise **do olhar** das causas orgânicas para **a escuta** das causas inconscientes, o que resultou na ampliação do que se compreendia como sintoma, abrindo um novo campo semiológico. Consequentemente, operando uma mudança radical em todos os componentes do raciocínio clínico. Os sintomas não mais apareciam apenas através de manifestações corporais; chegavam também através das lembranças, dos sonhos, chistes, atos falhos, sempre atravessados pelo que se nomeia, como se nomeia e o que é impossível de nomear.

Ao ser forçado por Anna O. a deslocar o campo analítico para o que é dito "em livre associação" (1895/2016), Freud pode descobrir correlações entre os sintomas e as causas inconscientes por trás destes, desenvolvendo uma nova terapêutica, a terapêutica da "*talking cure*". As verdades sobre a espécie e seu adoecimento – as bases filogenéticas do saber clínico – deram lugar a uma prática clínica cuja história e verdade do sujeito tem papel preponderante – inaugurando um saber clínico de base ontogenética.

Importante observar que o que foi alterado, nesse caso, não foi o diagnóstico de histeria, e tão pouco se abdicou por completo da nosografia correspondente da época. Mas o entendimento da semiologia – dos sintomas que compunham o quadro nosográfico – foi completamente alterado pela mudança etiológica que se deu. Também, se ampliaram as possibilidades de identificação de signos, traços, sintomas, com a descoberta das causas inconscientes. Os efeitos sobre a terapêutica estão há mais de um século sendo observados por todos aqueles que se disponham a escutar. E como uma terapêutica das causas, a "*talking cure*" compõe o método de investigação sobre as causas e sintomas que se pretende tratar.

Dunker traz uma observação fundamental para este tempo histórico:

O diagnóstico é, sobretudo, uma hipótese operativa, uma regra de ação, logo pode e deve estar sujeita **à correção, verificação e reformulação permanentes**. Isso implica certo grau probabilístico e **expõe o diagnóstico ao caráter de uma decisão**. É um ato prescrito pelo dispositivo clínico, logo **supõe a eficácia, e não a certeza como critério de legitimação**. (DUNKER, 2011, p. 409, negrito nosso)

Há tanto uma posição de abertura diante do diagnóstico, ou seja, não deve ser tomado como uma verdade fechada, como o diagnóstico está submetido à eficácia do tratamento. Dito de outro modo, se a partir do diagnóstico estabeleceu-se um tratamento que pode incidir sobre os sintomas (terapêutica dos efeitos) ou sobre as causas (terapêutica das causas), é somente com a melhoria do quadro sintomatológico que poderemos verificar a eficácia do tratamento, e assim, a assertividade do diagnóstico. O que posicionou a psicanálise como um método voltado para a terapêutica das causas (inconscientes) foi a observação de que quando a terapêutica incidia somente sobre os sintomas, como era o tratamento da histeria na época, ainda que o sintoma cessasse, ou seja, fosse verificada a eficácia da terapêutica dos efeitos, logo os sintomas retornavam, ainda que deslocados em outras sintomatologias.

Ao sublinhar o diagnóstico como probabilístico e correlacioná-lo à tomada de uma decisão, Dunker permite-nos perguntar: quais as ideologias por trás de uma decisão diagnóstica? Em “A síndrome norte-africana” (1952/2021), Fanon apresenta uma aguçada descrição do *modus operandis* da medicina francesa, demonstrando como “parte-se, então, de um diagnóstico de probabilidades e se propõe, correlativamente, uma terapia aproximativa. Siga este tratamento durante um mês. Se não melhorar, me procure outra vez” (p. 39). A partir disso, desse ensaio probabilístico frente ao sofrimento de pessoas norte-africanas, a medicina francesa abandona as investigações sobre a doença e diagnostica o sujeito: “A dor do norte-africano, para a qual não encontramos uma base lesional, é considerada inconsistente, irreal. Ora, o norte-africano é aquele que não gosta de trabalhar. Então tudo o que fizer será interpretado a partir dessa premissa” (p. 41).

Para o francês, o norte-africano está na França pois ali lhe são dadas condições de trabalho que em seu país de origem não existem, e ele deveria agradecer por esta oportunidade de dignificar-se e ser feliz. Assim que, ao chegar na clínica com lassidão, astenia, fraqueza, são receitados revigorantes, ele melhora, mas depois retorna com outra doença: “é o coração tremendo lá dentro”; “é a cabeça estourando”. Os médicos, que nunca se dispuseram a compreender o paciente, se perguntam se não estão sendo feitos de idiotas: “A suspeita aparece. De agora em diante, vamos desconfiar dos sintomas descritos” (p. 41). Sem encontrar lesão qualquer de uma doença que se espalha por todo o corpo “a atitude mais fácil, à qual somos conduzidos com certa rapidez, é a negação de qualquer morbidade. No limite, o norte-africano é um simulador, um mentiroso, um preguiçoso, um vadio, um indolente, um ladrão” (p. 42). Termina seu ensaio de modo brilhante, revelando que a simulação é do colonizador:

Há nessa afirmação uma má-fé evidente e abjeta. Se o padrão de vida (?) posto à disposição do norte-africano na França é superior àquele a que estava habituado em sua terra, isso significa que há muito a ser feito em seu país, “essa outra parte da França”.

Que há prédios a construir, escolas a inaugurar, estradas a traçar, casebres a demolir, cidades a erguer da terra, homens e mulheres, crianças e mais crianças a cobrir de sorrisos.

Isso significa que lá há trabalho, trabalho humano, ou seja, trabalho que tem a significação de um lar. Não a de um quarto ou de uma caserna. Isso quer dizer que por todo o território da nação francesa (metrópole e União Francesa) existem lágrimas a secar, atitudes desumanas a combater, preconceitos e incultos a eliminar, homens a humanizar, novas ruas Moncey a abrir à circulação. (1952/2021, p. 53)

Nunca foi sobre trabalho enquanto produção de riqueza social, foi sempre sobre exploração e acumulação. Fanon, como médico psiquiatra, partilhou da estrutura diagnóstica da clínica moderna e dialogou com o método psicanalítico, compreendendo que a terapêutica deve incidir sobre as causas. De sua trajetória entre a colônia martinicana e a metrópole francesa cuja dimensão racial era impossível de escapar, do tratamento oferecido (e da observação do que os médicos brancos ofereciam) a centenas de homens negros afetados pelo colonialismo e da influência de Aimé Césaire, quem lhe ensinou sobre os “milhões de homens, em quem deliberadamente inculcaram o medo, o complexo de inferioridade, o tremor, a prostração, o desespero, o servilismo” (CÉSAIRE, 1950/2020, p. 26), o psiquiatra compreendeu com muita perspicácia a dimensão ideológica do diagnóstico e pode produzir uma nova subversão na racionalidade clínica:

Por mais penosa que possa nos parecer esta constatação, somos obrigados a fazê-la: para o negro, existe apenas um destino. E ele é branco.

Antes de abrir o caso, algumas coisas precisam ser ditas. A análise que realizamos é psicológica. Continua a nos parecer evidente, contudo, que a verdadeira desalienação do negro⁸⁹ requer um reconhecimento imediato das realidades econômicas e sociais. Se há um complexo de inferioridade, ele resulta de um duplo processo:

- econômico, em primeiro lugar;
- em seguida, por interiorização, ou melhor, por epidermização dessa inferioridade.

Em reação à tendência constitucionalizante do final do século XIX, Freud, por meio da psicanálise, exigiu que se levasse em conta o fator individual. Ele substituiu uma tese filogenética pela perspectiva ontogenética. Veremos que a alienação do negro não é uma questão individual. Além da filogenia e da ontogenia, existe a sociogenia. [...] digamos que se trata, neste caso, de um sociodiagnóstico. (1952/2020, pp. 24-25)

⁸⁹ Apesar de Fanon dedicar-se a pensar a condição do negro dentro do processo colonial, os pressupostos de sua análise podem ser estendidos à totalidade das chamadas “colônias de exploração”.

Fanon inclui na análise das causas, e em primeiro lugar, fatores econômicos. O que nomeou de sociogênese. Nesse sentido, uma terapêutica resultante de um sociodiagnóstico deverá considerar tanto fatores psicológicos/mudanças de posições subjetivas, como transformação das condições materiais de existência. Se Freud ampliou a análise clínica inserindo as causas inconscientes na chave de raciocínio e convocando a ontogênese como elemento central para pensarmos uma clínica do sujeito, Fanon nos convida a ampliá-la, inserindo as causas materiais e a sociogênese em nossa escuta analítica. Não apenas a história individual do sujeito, apenas como uma narrativa particular, mas a compreensão do sujeito como determinado socio-historicamente. E assim, também, o analista. Não há sujeito fora da materialidade histórica.

Se podemos perguntar “como falar sem falar a língua do colonizador?” (SOUSA SANTOS, 2000), ou ainda, se “pode o subalterno falar?” (SPIVAK, 1985/2010), para pensarmos as condições necessárias para que a “cura pela fala” possa se dar em territórios calcados na colonialidade, a partir do exposto perguntamos ao revés: sem nos pensar desde a sociogênese, ignorando os efeitos da colonialidade, podemos nós, analistas subalternos do mundo colonizado, escutar? Ou ainda, quais os efeitos da colonialidade na escuta? Como escutar fora das cadeias significantes determinadas pela linguagem do colonizador? É possível escutar fora do cânone colonial?

Como todos os atravessamentos da colonialidade condicionam a escuta do analista? Se para o exercício do poder hegemônico dos grupos dominantes é necessário convencimento, coerção, apagamento, instrumentalização de memórias e narrativas históricas, imposição de aspectos culturais, institucionais e normativos que resultam na subalternização dos corpos, na epidermização da inferioridade, na quebra do vínculo social, é necessário que assumamos que o poder hegemônico afeta a todos. E, obviamente, os analistas não passam ilesos, ainda mais quando brancos, educados pelo cânone e profissionais liberais.

Se ampliarmos nossa escuta para as causas de determinados sintomas em uma etiologia com base na sociogênese, como isso afetará a terapêutica? Na relação paciente não branco - analista branco, ainda é muito comum diante da fala do paciente que narra a sensação de ser observado o tempo todo quando anda na rua ou, ao entrar em uma loja, perceber o guarda do local seguir seus passos, o analista “ler” os sentidos destas falas a partir da premissa de um delírio persecutório, tornando o paciente refém de interpretações de viés edípico, direcionando as questões à vida familiar, aos “traumas” da infância. “Tinha a sensação de que ele não me entendia”, relatam alguns colegas sobre suas análises com analistas brancos alienados no dogmatismo psicanalítico sem diálogo com teorias sociais contemporâneas. Interpelados pelos

pacientes, os analistas se defendem: “não é disso que se trata a análise”; “cada um é responsável pelo que ouve”; “na psicanálise não há lugar para identitarismos”. Além de sofrer discriminação no cotidiano, ao recorrer à análise para encontrar caminhos de ressignificação e cuidado para os efeitos do racismo em sua subjetividade, acaba sendo “responsabilizado” individualmente, desde sua história pessoal, de sua ontologia, pelos “sintomas que fez”.

O antropólogo Kabengele Munanga diz que o racismo, no Brasil, é o crime perfeito. As pessoas reconhecem que há racismo, mas não reconhecem que discriminam:

Ele está no ar... Como você vai combater isso? Muitas vezes o brasileiro chega a dizer ao negro que reage: ‘você que é complexado, o problema está na sua cabeça’. Ele rejeita a culpa e coloca na própria vítima. Já ouviu falar de crime perfeito? Nosso racismo é um crime perfeito, porque a própria vítima é que é responsável pelo seu racismo, quem comentou não tem nenhum problema. (2010)

Os crimes do capitalismo nos territórios colonizados são crimes perfeitos, pois a epidermização da inferioridade volta como argumento do branco contra os não brancos para lhes dizer “complexados” e a agressividade diante das violências que sofrem retorna como argumento para justificar que é necessário conter “o selvagem”. Nunca é responsabilidade do homem branco. Ele só está cumprindo seu dever. E desse modo, desimplicado da própria racialidade, ocupa o lugar de carrasco nesse crime perfeito:

...o carrasco mata sempre duas vezes, a segunda pelo silêncio, e nesse sentido achei o racismo brasileiro um crime perfeito. É como um carrasco que você não vê te matando, está com um capuz; você pergunta pelo racista e você não encontra, ninguém se assume, mas o racismo e a discriminação existem. Esse racismo matava duas vezes, mesmo fisicamente, a exclusão e tudo, e matava a consciência da própria vítima. A consciência de toda a sociedade brasileira em torno da questão, o silêncio, o não dito... Nesse sentido, era um crime perfeito, porque não deixava nem a formação de consciência da própria vítima, nem a do resto da população através do chamado mito da democracia racial. (MUNANGA em DANTAS, FERREIRA e VERAS, 2017, p. 40).

A defesa da liberdade em um trabalho analítico e da instância contingencial da clínica psicanalítica não pode ser confundida com o analista partir de lugar nenhum ou habitar o acaso. Ninguém escuta a partir de lugar nenhum. A interpretação é contingencial na medida em que não há um manual de significados pré-estabelecidos. Ela se dá no acaso da relação. A contingência é transferencial. Tanto o paciente fala “ao acaso”, a partir da transferência com o analista (porém sempre a partir de suas determinações histórico-sociais), como a interpretação do analista é “ao acaso”, mas estará sempre atravessada pelo lugar social ocupado pelo analista,

que maneja desde uma posição cuja materialidade impõe-se à interpretação. Faz toda a diferença de que lugar o analista partirá para escutar e interpretar: se desde uma metapsicologia enrijecida, forjada em um tempo-espaço alheio a quem se escuta, ou desde o diálogo entre diferentes metapsicologias como exercícios diagnósticos que nos auxiliam a interpretar a partir da materialidade do tempo-espaço que partilhamos. A sociogênese convoca a escuta clínica para este permanente exercício:

entendo por escuta clínica: processos de escuta na qual o analista está incluído dentro da rede - de significações, dos emaranhados, implicado no processo, e portanto, constantemente sendo transformado. As noções de transferência e contratransferência convocam o analista para escutar implicado com suas posições de saber e poder, posições que determinam o que se escuta, e o porquê se escuta. É somente a partir deste posicionamento ético, que desloca o analista de uma posição neutra, e desloca a fala do a-político, localizando-a no discurso, que considero possível consolidar uma clínica política. (TURRIANI, 2018b, p. 90)

Assim, a proposta de um letramento junto a atividades formativas voltadas para a escuta clínica, busca convidar ao reconhecimento dos determinantes que se impõem à suposta contingencialidade de cada pessoa, de modo a que, a partir da compreensão da arqueologia e genealogia⁹⁰ dos marcadores sociais de raça, gênero e classe, ela possa deslocar-se de posições de saber e poder para ampliar os limites da própria escuta e ousar escutar além. Trazendo as contribuições da experiência clínica com o raciocínio diagnóstico para o trabalho dentro da rede de saúde e assistência social, propõe-se uma racionalidade clínica crítica com vistas e escutas às semiologias que chegam nos serviços - ou seja, as nomeações feitas pelos usuários sobre seus sintomas - em relação com as etiologias, as causas, históricas e sociais, que multideterminam esses sintomas, auxiliando na construção de um sociodiagnóstico que aponte para terapêuticas que condizem com o tratamento das causas estruturais das formas de sofrimento específicas de cada território. Entre as causas, há que considerar a violência de Estado manifesta, inclusive, no modo de funcionamento dos serviços, que, grosso modo, parecem mais exigir deveres do que garantir direitos. Os espaços de supervisão nos permitiram uma reatualização constante das teorias que fomos desenvolvendo coletivamente.

⁹⁰ Cf. Foucault, M. (1969). *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense, 1987, e Foucault, M. (1971). 'Nietzsche, a Genealogia, a História', in *Ditos e Escritos V-II*, São Paulo: Martins Fontes, 2000.

2.4 ARCO XI – PESQUISA, CUIDADO, MOBILIZAÇÃO E COOPERATIVA

Entendido o conjunto das atividades formativas como sustentação de espaços para imaginação clínico-política em que podemos elucubrar e ousar terapêuticas-utópicas, no grupão e na supervisão apoiamos uns aos outros a ter coragem de reconhecer o óbvio e nomear o insuportável. Ainda que às vezes tenhamos ficado excessivamente capturados pelo saber do ocidente, buscamos ir além da erudição e do conceito, para, a partir da experiência, produzir um saber comum, constituído na transferência com o trabalho, com uma causa que nos enlaça a todos. Inspiradas pela Dodi Leal (2021), pudemos afirmar que o que se propunha era um convite de causamento.

Emergindo como uma pesquisa/cuidado/mobilização/cooperativa, as atividades foram ao mesmo tempo um espaço de organização para o trabalho, compromisso político, campo de pesquisa-ação-participante (de cada trabalhador em relação ao seu próprio serviço) e espaço terapêutico. Em algumas atividades, focou-se nas transformações subjetivas, em outras na relação entre conceitos e teorias, ou ainda na vida prática dos sujeitos envolvidos, na análise de seus territórios, serviços, permitindo mapear e avaliar as transformações objetivas ocorridas nas relações, dinâmicas sociais, laços comunitários. Juntos, caminhamos enredados aprendendo a escutar e a estabelecer outras formas de vínculo e de organização. Houve atividades em que, a partir de aulas teóricas específicas, nos dedicamos a investigar as significações inconscientes de determinados atos, palavras e produções imaginárias, chegando a interpretações coletivas destes conteúdos que, conseqüentemente, produziram novas significações. Em outras, nos deparamos com a angústia do que fazer, como fazer, com quem fazer? Enxugar gelo? Apagar incêndio? Administrar a miséria? Como ocupar outra posição? Ao mesmo tempo em que nos debruçamos na investigação coletiva, operou algo da ordem do psicoterapêutico, uma vez que a partir do investigado e das interpretações foi possível a muitas pessoas implicarem-se nas resistências, transferências e desejos. Afinal, como espaço para desenvolvermos metodologias para se trabalhar a escuta junto da comunidade, a psicanálise nos ensina que o desejo por escutar alguém se dá a partir da experiência de ter sido escutado.

Ao trabalharmos a capacidade/qualidade da escuta, esta passou a se transformar nos espaços de trabalho de cada participante, não apenas na relação com o usuário, mas também na relação com a equipe, com o território, e terminou por afetar grande parte da relação das pessoas com a rede na qual estava inserida. Além de recuperar a compreensão de si como sujeito desejante, passou a olhar com generosidade para a dimensão desejante de seus pares e reconhecer que algo ali estava “impedindo o sujeito de advir”. Seria a burocracia do serviço? O

excesso de trabalho? Violências institucionais? As dificuldades do caso que se apresentam como “impossíveis de resolver”?

Entender as complexidades de um caso, de um sujeito e de um serviço põe à nu o que muitas vezes é vestido de protocolos, rotinas e insuficiências que, não ditas, retornam, nos sapatinhos apertados⁹¹, como inadequação, não aderência ao serviço, reincidência – seja do sujeito, seja do técnico, seja da instituição, seja da política pública. (PENNA, 2022, p. 53)

Propostas formativas que partilhem do horizonte ético político que aqui se descreve, devem ir além do tripé formativo e da prática pontual do trabalhador, uma vez que abrir-se a escutar desde um posicionamento radical, deveria transformar as formas de participar e de se organizar. Deixa de ser possível apenas aceitar posturas colonialistas, ordens hierárquicas desatreladas de processos participativos, assim como já não é possível se conformar em perpetuar esses comportamentos com os usuários. Desse modo, caminha-se em direção à cogestão e ao fortalecimento do sujeito como alicerces do trabalho, conforme argumentado por Gastão Wagner de Souza Campos, em “Um método para análise e cogestão de coletivos: constituição do sujeito, a produção de valor de uso e a democracia em instituições - o método da roda” (2000/2013).

Essa contribuição é fundamental para ir na contracorrente dos processos de sucateamento do SUS, SUAS e educação. Além dos atravessamentos das violências estruturais, o próprio modo de produção do trabalho dentro das políticas públicas costuma ser tragado pelo modo capitalista e o serviço passa a ser concebido como uma propriedade privada, seja do Estado, seja, sobretudo na atualidade, de uma OS. A maioria dos trabalhadores apenas executa as ordens tomadas pela gestão, o que produz um processo paulatino de alienação:

A alienação real dos trabalhadores é, portanto, a separação, concreta e cotidiana, dos produtores da gestão dos meios de produção e do resultado de seu próprio trabalho. A expressão desse fenômeno é a impossibilidade de participar da gestão. Além da destituição do direito à propriedade há que se extrair dos Sujeitos-trabalhadores graus de autonomia, submetendo-os ao controle da cabeça de cada Organização. Mais do que extrair, a alienação real impede ganhos de autonomia, ou seja, dificulta a construção dos Sujeitos como seres com vontade e potência para exercer a cogestão dos processos de trabalho. (CAMPOS, 2000/2013, p. 17)

⁹¹ Para Lacan (1956/1998) os “sapatinhos apertados” são os candidatos em formação psicanalítica dentro da IPA que se acostumam ao incômodo do sapato apertado, “submetem-se de forma servil ao modelo imposto, sem questionamentos e sem indignações” (apud PENNA, 2022, p. 41).

Podemos afirmar com Campos e desde o trabalho realizado, que estruturar espaços cogestionários afeta diretamente a produção de subjetividades e vice-versa. Um movimento de retroalimentação que transforma capacidades criativas, formas de engajamento, articulação e produção de cultura dentro dos serviços, possibilitando a restituição subjetiva de sujeitos afetados pela violência institucional, o fortalecimento de laços de cuidado e solidariedade e a recuperação de protagonismos. Se considerarmos a ação das pessoas participantes da formação em seus serviços, observamos que o que nomeavam nos espaços de diálogo em relação ao que pretendiam que ocorresse junto aos usuários, ocorreu antes com elas mesmas, pessoas trabalhadoras dos serviços. Desalienação e desensurdecimento.

Igualmente, porém ao revés, o fracasso da coordenação de estabelecer efetivamente uma cogestão afetou a produção de subjetividades de modo nocivo, tendo como resultado grande sofrimento para muitas pessoas dentro e fora da coordenação. Este ponto será retomado adiante, mas o adianto aqui para reforçar o compromisso com a cogestão desde as bases e origens de qualquer projeto que tenha como horizonte ético-político a descolonização, emancipação, libertação.

As estratégias de trabalho que apontavam para o que aqui se tentou sistematizar como pesquisa, cuidado, mobilização e cogestão, contavam com um leque de atividades que iam além do tripé formativo apresentado (grupo – supervisão - recursos críticos para o pensamento). A **articulação** é base de qualquer movimento social que se pretenda participativo. Buscamos que as pessoas inscritas se reconhecessem como parte de uma rede e interagissem desde essa compreensão. Também, que percebessem como suas ações nos serviços e territórios poderia fortalecer ou enfraquecer as redes existentes, assim como transformá-las. Muitas pessoas que chegaram para as atividades formativas nunca tinham se pensado como articuladores ou mesmo entendiam a ideia de articulação, principalmente quando nos referíamos a articulação com as pessoas do território, usuárias dos serviços. Em diversas supervisões essa desarticulação aparecia nas dificuldades de manejo do caso apresentando, e era pela intervenção de outra pessoa trabalhadora da rede, esta sim articulada com a rede e/ou com o território, que estratégias de cuidado efetivas despontavam no horizonte, dando um giro ao raciocínio fechado/barrado que os protocolos e procedimentos padrões do serviço impõe.

Além do incentivo a que buscassem formas de se articular em seus próprios territórios e serviços, compreendíamos que cada pessoa chegava acompanhada de sua própria rede, de seu entendimento sobre os fluxos, sobre serviços e equipes, mesmo que inconscientemente. E quando isso vêm a consciência, permite um permanente intercâmbio de informações úteis para os manejos e encaminhamentos dos casos. Das primeiras atividades realizadas no Ciclo II, as

boas-vindas foram acompanhadas da produção de mapas territoriais, mapas dos serviços e mapas de si⁹², permitindo às pessoas se perceberem como parte de um todo muito maior. Lugares da cidade em comum, pessoas, serviços, uma história em comum. Da partilha realizada sobre os espaços, pessoas, narrativas, reconheceram-se outros corpos interessados em causar junto, com os quais poderiam contar para pensar estratégias de luta; identificar os furos da rede, mas também os nós fortes, e trabalhar desde aí.

De modo mais técnico, a Cartografia Social é uma metodologia de intervenção comunitária que possibilita a construção de um conhecimento integral sobre o território, elaborado de modo participativo e horizontal através da investigação-ação-participativa, fazendo uso de instrumentos próprios da construção de mapas e da iconografia (representação visual de símbolos e imagens), mas que tem como foco principal favorecer a reflexão sobre a conjuntura local desde a perspectiva da própria comunidade, levando em consideração desde aspectos macro a aspectos micro, assim como aspectos objetivos e subjetivos do grupo com o qual se trabalha. [...]

A partir das contribuições trazidas pela escuta clínica psicanalítica, procuramos dar outros sentidos a esta metodologia, tomando-a, em primeira instância, como um disparador de fala. Os recursos de representação, a escolha da escala, a simbolização, o mover a memória para a reconstrução do cotidiano e o desenho do bairro, o deparar-se com outras perspectivas e narrativas dos diversos participantes, promove um entrecruzamento espaço-temporal potente para o desencadeamento de relatos pessoais e testemunhos. (TURRIANI, 2018b, p. 86)

Entre as atividades importantes para o trabalho formativo está a **cartografia da memória**. Desde a cartografia social, que faz uso de instrumentos técnicos iconográficos e da construção de mapas para auxiliar na identificação e elaboração de conhecimento sobre o território, propomos uma atividade que inicialmente tem como foco reconhecer objetivamente o território no qual se vive, dando luz às perspectivas da pessoa participante e possibilitando identificar aspectos subjetivos, dinâmicas sociais, relações de poder, conflito, exclusão, desigualdade, violência, mobilização e lutas sociais. Através das contribuições da clínica, opera também como um disparador de fala e escuta, movimentando a memória através da tarefa de desenhar, possibilitando recuperar, ressignificar e reconstruir coletivamente as relações com o espaço, o tempo e a comunidade.

O modo como propomos o dispositivo da cartografia passa por um leque de atividades de composição de mapas, seja do território, mapas mentais, corporais, de organizações, de projetos, passa pela sustentação de espaços de

⁹² No Ciclo I, as atividades de cartografia social foram utilizadas apenas na recepção dos jovens estagiários. Isso produziu vínculos importantes entre eles, ao que avaliamos coletivamente incluir as atividades de cartografia como porta de entrada para todas as pessoas no Ciclo II. A decisão se demonstrou acertada.

fala e de escuta, e pode chegar a ações diretas no território, conforme interesse dos participantes. Como na clínica, o método não é apenas um procedimento técnico, cujas etapas seguem uma linearidade de ações; ele é um alicerce que sustenta, ao mesmo tempo, diferentes ações, posturas e manejos.

Nesse sentido, apesar de ser uma cartografia, a tarefa de produzir mapas não é mais importante do que aquilo que possa se falar a partir dos mapas, ou aquilo que se possa investigar para a construção dos mapas. Em muitos casos, a impossibilidade de desenhar o mapa é o desencadeador da fala, e desse modo, o não-mapa cumpre sua função dentro do dispositivo. Do mesmo modo, a ordem das atividades a serem desenvolvidas não é rigorosa, não sendo necessário passar de um mapa para outro. (TURRIANI, 2018b, p. 91)

Na primeira semana de chegada nas atividades do Ciclo II, realizamos um mapa do território no qual as pessoas participantes estavam inseridas, incluindo bairro de moradia, local de trabalho, deslocamentos para o serviço e outras atividades do dia a dia. O mapa mais amplo é um modo sutil de aproximação: “Inicialmente, a ideia de falar do bairro, do território, auxilia uma posição subjetiva aparentemente distanciada e desimplicada dos problemas, o que favorece um engajamento com a atividade bastante produtivo” (TURRIANI, 2018b, p. 91). Por mais simples que pareça a atividade, ela convida cada pessoa a um exercício novo de introspecção em relação ao seu cotidiano, sua mobilidade e vinculação territorial. A partilha dos mapas em pequenos grupos permite que as pessoas se conheçam fora dos velhos scripts de apresentação nos quais, tão preocupadas no que dirão, terminam por dizer realmente muito pouco sobre si. Um fenômeno curioso que se repetiu nessas atividades passa por uma espécie de espanto da pessoa frente a sua própria apresentação: “nunca havia me pensado desde essa perspectiva”. Alguns participantes apontam para “um clima de café da tarde” que leva as pessoas a contarem coisas íntimas que dificilmente contariam para alguém que acabam de conhecer. Uma partilha generosa na fala e na escuta.

No segundo encontro fomos para a cartografia das origens, cujo foco é pensar no corpo como um território, atravessado por história, marcas, disputas. Através de um exercício de observação do próprio corpo, de como ele chega àquele encontro depois de um dia de trabalho, da rememoração da presença desse corpo no mundo, convidamos para que fizessem um desenho do próprio corpo, buscando registrar nesse desenho as sensações daquele momento. Posteriormente as pessoas foram convidadas a pensar seus traços, de onde eles vieram, por que geografias passaram. Também, pensar em cicatrizes, manchas, calos, marcas que contam da experiência vivida no mundo.

A Cartografia Social nos auxilia a pensar de um modo diferente nossa relação com o espaço e com o tempo. Nos ajuda a compreender que todo espaço

atravessado por relações sociais, culturais, políticas, é um território. Todo espaço dotado de significações é um território. Nesse sentido, o corpo ascende à noção de território e as marcas das disputas de poder e saber podem ser pensadas desde a pele, o pelo, a carne. Nosso corpo não é só uma posição no mapa exterior, mas também a subjetivação desta posição; é o micromapa da micropolítica. Os discursos hegemônicos que legitimam modos de ser, de agir, de pensar, se manifestam nos corpos que podem circular mais ou menos livremente, ter mais ou menos privilégios, mais ou menos vida; nos modos de falar que são mais ou menos adequados.

O território é assim uma soma de espaços significados, condicionados historicamente, que conformam relações de poder, de saber e de ser. A cartografia, tal como exposta aqui, é um dispositivo para que essas relações possam ser mapeadas, no sentido de elucidadas, elencadas, trazidas à experiência e a consciência. Para que as marcas que fazem reconhecimento entre os corpos possam ser vistas. Para que os passos que fazem reconhecimento em uma comunidade possam ser trilhados.

Nesse sentido, ela é de partida uma proposta de ação política, de reconhecimento de sujeitos políticos, que sabem sobre si e que podem falar sobre si, sobre seus territórios. Sujeitos, no entanto, que não estão acostumados a ocupar espaços em que possam falar e ser escutados sem ter de falar uma língua hegemônica. (TURRIANI, 2018b, p. 103)

Divididas em pequenos grupos, as pessoas apresentaram seus mapas corporais às outras pessoas e disso narraram o que quiserem, como quiserem. Foi um momento de partilha muito íntima. Ao escutar sobre o mapa da outra pessoa, recordaram-se de outras histórias, estabeleceram-se outras significações para os desenhos. Observamos um fenômeno como se de algum modo caíssem os semblantes costumeiros dos espaços de formação, pactuados com os saberes hegemônicos. As pessoas coordenadoras também participaram dessa partilha, ainda que estivessem em posição de mediação dos grupos, o que também favoreceu a construção de vínculos mais próximos entre coordenadores e participantes.

Considerando-se os marcadores de classe, raça e gênero, essas atividades permitem que de entrada reconheçam-se as posições sociais que compõe o grupo, mas um conhecimento para além de estereótipos e projeções antecipadas que costumam fomentar desconfiança e dificultar o vínculo. De entrada, reconhecem-se pelos afetos e desde a materialidade da vida, habitando a contradição, uma das matérias primas das atividades formativas propostas.

Os jovens em aprimoramento (estagiários)⁹³, moradores de territórios periféricos, membros de coletivos, lideranças ou participantes de movimentos sociais que se inscrevam para as atividades formativas, constituíam a própria materialidade do território e pretendia que fossem ponto central na tarefa de articulação. Operando como “voz” do território, estariam em condições de escutar desde outra posição sobre a relação dos trabalhadores dos serviços,

⁹³ Ao longo do Ciclo I o nome estágio foi mudado para aprimoramento por reivindicação dos jovens participantes. Falaremos disso adiante.

podendo apontar estereótipos, discriminações ou mesmo protocolizações que afastam os profissionais de uma articulação efetiva com o território de atuação. Também, estariam em condições de flagrar contradições resultantes das condições sociais privilegiadas de alguns psicanalistas/psicólogos clínicos que chegam para participar das atividades formativas como público pagante, ou mesmo contradições vindas da coordenação.

Nos espaços de aprimoramento, realizado com encontros semanais de 2 horas, pudemos conversar sobre a dificuldade que grande parte dos participantes apresentavam em falar do território em que atuavam e de estabelecer articulação com os usuários. Já os problemas com a gestão dos serviços, questões internas ao trabalho e exaustão, foram temas que abundaram⁹⁴. Compreender que se colocar ao lado dos usuários e se articular com o território significaria menos trabalho e não mais trabalho foi um giro difícil de ser feito, mas que quando ocorreu, foi um caminho sem volta de construção de comum.

Essa impossibilidade de se colocar ao lado pode ser lida como efeito da violência colonial que ao fim, faz com que as pessoas trabalhadoras da rede se compreendam como pares uma das outras, mas não vejam os moradores dos territórios como seus pares. São capturadas pela narrativa civilizatória linear e etapista, considerando-se superiores. Reproduzem assim uma dimensão assistencialista, como se a política pública fosse para “os necessitados” e não uma organização mínima e necessária para garantir o bem viver em comunidade. Escutar os participantes dizerem de seus territórios e questionar essa posição “de fora” e desarticulada, permite que a articulação vá além das trocas de nomes e contatos, expandindo os laços da rede para fora da rede oficial/formal, e alcançando toda a rede paralela de lutas e resistências que sempre existiu e sempre existirá.

Dos propósitos de pesquisa, havia a intenção de desenvolver e sistematizar **indicadores** internos ao trabalho que pudessem servir para avaliar o raciocínio sociodiagnóstico proposto: indicadores que nos permitissem correlacionar sintomas e causas para propor terapêuticas. Considerando-se, por exemplo, que condições de miséria, violência, precariedade, privação e abandono aleijam os sujeitos da sensibilidade e da criatividade, visam reduzir o sujeito às funções orgânicas, como esses fatores chegam nomeados aos serviços? Quais as nomeações feitas pelos usuários e como os serviços acabam “diagnosticando” essas situações?

⁹⁴ Entre os psicanalistas, a queixa sobre a reprodução de lógicas colonialistas dentro das escolas de psicanálise foi o que mais apareceu, o que gerou um sentimento confuso para alguns de “não saber direito o que fazer com isso que aprendemos aqui”.

Algo recorrente nesses 30 meses de jornada foi o reconhecimento de um aparato estatal de “sequestro de bebês”⁹⁵ relacionado a nomeação “mãe usuária” empregada pelas equipes dos serviços para referir-se quase que na totalidade a mulheres não-brancas gestantes em condições de vulnerabilidade, moradoras de rua e/ou usuárias de substâncias. O corpo gestante usuário de substâncias que chega ao serviço buscando pré-natal e cuidados mínimos para a gestação, não será escutado e cuidado em sua singularidade. O protocolo é exigir-lhe um sem-fim de obrigações, entre elas parar de usar substâncias, arrumar uma casa e um emprego, apenas isso. Como se toda sua condição fosse mera escolha por um estilo de vida. Caso a pessoa não cumpra o que está sendo exigido, será separada do filho recém parido para que este seja entregue à adoção – a “condições seguras”. Não lhe é dado o direito de amamentar e nem mesmo de saber o paradeiro da criança (SOUZA, 2022).

Que indicadores a repetição dessas situações nos traz? Além do que podemos pensar sobre violência de Estado e criminalização das drogas, essas situações acompanham a estereotipia e fixação do que é ser mãe, como no caso de Theo Macumba. O que a compreensão moral sobre mãe em nossa sociedade produz de violências sobre o corpo com útero que optou por parir? Há uma mulher além de uma mãe? Há outro destino no mundo capitalista para um corpo com útero que ser mãe-mulher a parir corpos-máquinas bem disciplinados para a reserva de mercado? E a depender da cor deste corpo, qual destino tentam lhe pré-determinar e de que modos?

Uma vez compreendidas as fendas ideológicas das políticas públicas e reposicionados os trabalhadores em um novo horizonte ético-político, quais indicadores dão notícias de que as terapêuticas estão aprisionadas a uma lógica diagnóstica a serviço da violência do Estado? E quais terapêuticas propostas estão atuando efetivamente nas causas, compromissadas com outras racionalidades clínicas? De que indicadores podemos nos valer? Recuperação das capacidades de expressão, participação, criação, aumento do repertório de linguagens, desinibição e desenvoltura são fortes indicadores dos efeitos reparadores propostos, tanto dos usuários quanto da posição dos profissionais dentro das atividades formativas. O caso de Theo demonstra bem isso que nomeamos como indicadores de uma terapêutica cuja eficácia pode ser comprovada.

⁹⁵ “Chamamos de sequestro a prática de retirada de bebês, mais especificamente daquelas mulheres em situação de rua e/ou usuárias de drogas, que se consolidou sem que as mães tenham o direito de ver e amamentar seus filhos, ou sequer serem informadas do paradeiro institucional deles” (SOUZA, 2022). Ver também ALMEIDA, T. de; BARROS, A. O caso do sequestro do bebê: a violência do estado e as possibilidades de resistir. *Cadernos Brasileiros de Saúde Mental/Brazilian Journal of Mental Health*, [S. l.], v. 9, n. 24, p. 148–176, 2017. DOI: 10.5007/cbsm.v9i24.69627. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/cbsm/article/view/69627>. Acesso em: 18 jun. 2023

Os meios de verificação dos progressos do trabalho nas redes de saúde e assistência social podem se dar através dos modos de vinculação e participação nas atividades, de atuação no território, assim como através de ações culturais que envolvam os usuários na produção e execução destas. Também, no que concerne aos serviços, podemos pensar em critérios de avaliação para os efeitos “terapêuticos”, como por exemplo, melhoria da articulação entre serviço e comunidade, qualidade do diálogo, formas de engajamento dos profissionais, diminuição de respostas imediatas a determinadas “demandas assistencialistas”. Há que pensar também em quais critérios nos permitem diferenciar essas “melhorias” de uma possível adaptabilidade ao sistema, bem ao estilo *coach*.

Considerando esse conglomerado de acontecimentos que conformariam as atividades formativas, desde o início foi necessário pensar em estratégias de **sistematização** dos conteúdos que emergiriam ao longo das atividades, de modo a alinhar experiência, caso, teoria, articulação, indicadores. Para tal, foi proposto que todos os encontros deveriam ser seguidos de **relatórios reflexivos** feitos pelos jovens em aprimoramento e a sistematização desse material deveria acontecer tanto nas reuniões semanais realizadas entre membros da coordenação e aprimoramento, como nas reuniões quinzenais de coordenação, composta por todas as pessoas coordenadoras. Pudemos avaliar que ambas as ações ocorreram de modo insuficiente para o que se pretendia, tanto pelo desengajamento paulatino com a produção dos relatórios reflexivos, principalmente no Ciclo II, como pela dificuldade da coordenação de envolver-se com estas tarefas. Tal avaliação enlaçada com outros problemas nos permitiu confirmar a importância de que estas tarefas não sejam negligenciadas em um trabalho com tamanha dimensão. Ainda, é importante ressaltar que nestas tarefas era incentivado que fossem partilhadas as impressões particulares de cada aprimorando e coordenador, uma vez que não é apenas sobre o que trazem os profissionais, como também sobre o que circula entre todas as pessoas em transferências de trabalho.

Algumas atividades importantes puderam acontecer graças aos relatórios produzidos. No Ciclo I foi possível realizar um intercâmbio de relatórios em que um “escutou” o relatório do outro, produzindo novas associações e pensamentos-afetos. A criação de **sínteses reflexivas** realizadas semestralmente também era uma das tarefas para às quais os relatórios eram fundamentais. Os jovens pertencentes ao mesmo eixo dedicavam-se a construir um documento em que decantavam as impressões, os achados coletivos, as dificuldades experienciadas pela totalidade das pessoas participantes, assim como os atravessamentos da estrutura no decorrer das atividades.

Como não subestimamos o capitalismo e entendemos que é sempre possível cair em discursos fechados em si mesmos, na estrutura das atividades formativas era imprescindível uma construção coletiva com validação comunitária. Desse modo as sínteses reflexivas eram apresentadas semestralmente nos DD - **Diálogos Deliberativos**, encontros entre todos os eixos de cada ciclo, que, conforme o nome diz, tinha como propósito deliberar os passos a serem trilhados no semestre seguinte. Esse espaço era destinado a avaliar a experiência partilhada até aquele momento e tomar decisões de continuidade; cada eixo poderia se pensar, e pensar as atividades formativas como um todo, chegando a encaminhamentos para o trabalho a partir do desejo coletivo assentado no possível com horizontes impossíveis. Envolveu tanto a inclusão de temas nas aulas assíncronas, mudanças na supervisão, críticas a reprodução de modos coloniais e silenciadores dentro dos grupões, como a deliberação de ações de articulação ou a escolha de territórios para atividades práticas. O DD também operou como espaço de aprendizado sobre funcionamento de fóruns, conselhos, assembleias, sendo em si uma metodologia de cogestão e gestão participativa. Ao todo foram realizados quatro encontros de DD, com aproximadamente seis horas de duração cada um.

A comunidade alcançada diretamente pelas atividades formativas foram as pessoas participantes diretamente das atividades, mas se pretendia que em um futuro pudessem participar pessoas do território, lideranças comunitárias, espaços de cultura etc. interessados no trabalho realizado, consolidando fóruns específicos para pensarmos o papel da escuta e das metodologias clínicas, apontamentos que auxiliassem na construção e fortalecimento de redes sistêmicas de proteção e enfrentamento à violência no território, como também que favorecessem a ocupação dos espaços de tomadas de decisões já existentes como conferências municipais de saúde, assistência social, cultura, etc. O DD também poderia ser uma vivência de construção coletiva, que apoiasse e incentivasse alguns trabalhadores a lutarem para a criação de modelos parecidos que fomentassem a participação social e popular na gestão de seus serviços.

Com o amadurecimento do trabalho e a consolidação das atividades formativas, pretendia-se que, dos diálogos deliberativos e da escolha dos pontos no território em que se realizariam as metodologias comunitárias, os jovens em aprimoramento junto aos trabalhadores da rede pudessem se organizar em **grupos de trabalho**. Essa atividade não chegou a se consolidar. Avaliamos que a própria dificuldade de operar de modo cogestionário produziu em muitos participantes uma relação de dependência com a coordenação e falhou em dar recursos para que alguns participantes desenvolvessem protagonismo e condições de auto-organização. Ainda, apresentaram-se muitas dúvidas e inseguranças sobre como iniciar um

trabalho clínico territorializado, considerando-se que cada território tem suas especificidades. Esta especificidade, que pode ser territorial e, também, temática, pode requerer estudos teóricos prévios que organizem o trabalho do grupo, e disso, se conformariam **grupos de estudos**.

Como estratégia de articulação e de organização do trabalho junto ao território, também foram pensadas a realização de **entrevistas** com os trabalhadores, com as equipes dos serviços, com lideranças, movimentos sociais, espaços de cultura. Diálogos abertos, com foco tanto no levantamento de dados como no fortalecimento de laços. A cartografia social também poderia entrar como parte das “entrevistas iniciais” compondo o reconhecimento prévio do território, das demandas dos serviços, antes de estabelecer-se um plano de trabalho, como poderia ser a própria metodologia clínica comunitária realizada. Os GTs e GEs poderiam ser organizados por quaisquer participantes interessados em passar a ação, e, uma vez organizados, o procedimento e apoio oferecido pela equipe de coordenação seria o mesmo, seguindo as diretrizes tomadas em cada um dos diálogos deliberativos. Eles poderiam se desenvolver a partir das metodologias comunitárias trabalhadas por nós e poderia ser resultado das experiências clínicas particulares trazidas pelas pessoas participantes⁹⁶.

As **conversas públicas** também foram pensadas como uma metodologia que permitiria um trabalho clínico de elaboração social e criação de memória coletiva junto aos territórios. Desenvolvidas pelas equipes do programa Clínicas do Testemunho, constituem-se ao instaurar um espaço de escuta no qual os sujeitos encontram um local seguro para o compartilhamento de testemunhos. Realizadas em geral a partir de uma temática previamente acordada, as atividades começam com algum disparador: o testemunho de alguém, um conto, uma música, uma poesia. O compartilhamento das narrativas, de sofrimento, mas também de alegrias, permite que os participantes notem as semelhanças no mal-estar que lhes atinge, ainda que preservando a possibilidade de diferenças existirem, apresentando assim a dimensão de que nossos modos de sofrer não são individuais e estão intimamente ligados às condições sociais de nossas formas de vida contemporâneas. A mediação da conversa se dá não só pela possibilidade de que narrativas díspares emergjam, como pela sustentação das contradições advindas dessas disparidades. Ao invés de sínteses frágeis e comumente parciais, marcadas por uma história única, considera-se a possibilidade de conviver apesar da contradição, transformando os modos

⁹⁶ Alguns participantes chegaram a se reunir para pensar a produção áudio visual no formato documentário como modo de intervenção e recuperação de memória de população não branca no interior de São Paulo; outros se reuniram para fazer um GT de redução de danos, outros um GT de saúde no campo e outros um GT de educação, cultura e juventude, mas estes GTs não avançaram para além de um ou outro encontro.

de encarar os conflitos e as relações de poder dentro da comunidade. A experiência do Coletivo Margens Clínicas com as conversas públicas, espaço propício para o testemunho, serviu de inspiração para pensarmos o funcionamento do grupo.

Por fim, um projeto desta dimensão, no qual todos vamos nos tornando testemunhas do que é viver implicados com o próprio tempo histórico, deve vir acompanhado mensalmente de **supervisões institucionais** da equipe de coordenação para que seus membros tenham espaço para elaborar os atravessamentos decorrentes desse emaranhado de gentes e experiências. A supervisão foi o *pit stop* desse fazer que teve um tanto de trocar a roda com o carro andando. Ainda, a coordenação de cada eixo buscou reunir-se ao menos a cada quinze dias para trabalhar as reverberações dos encontros e organizar os próximos passos e todas as pessoas coordenadoras reuniram-se quinzenalmente para trocar sobre o trabalho, partilhar achados, dificuldades e sustentar um espaço permanente de **revisão metodológica**. Aqui o respeito às localidades e especificidades territoriais teve papel preponderante. Ainda que a equipe de coordenação de eixo tivesse liberdade para construir cada uma das ações dos encontros, existiam pressupostos metodológicos compartilhados. A revisão metodológica nos auxiliou a verificar constantemente as coerências internas entre cada eixo e o projeto como um todo, assim como compreender falhas, incoerências, reproduções coloniais.

Um dos achados das últimas revisões metodológicas foi que os 18 meses de atividades formativas operavam como porta de entrada para que as pessoas participantes interessadas se vinculassem e se comprometessem com o horizonte ético-político almejado, mas que esse compromisso se consolidaria de fato, com a vinculação delas em atividades autogestionárias ou mesmo contribuindo com a coordenação geral do projeto, uma vez que sua realização demanda muito trabalho e que, sem essa participação em sua gestão, seria inevitável sobrecargas adoecedoras e ensurdecedoras que culminam na reprodução das violências que se está propondo combater.

Os espaços de grupo e supervisão cumpriram para diversas pessoas os objetivos de cuidado e mobilização, como pôde ser verificado em formulários de avaliação parcial, nas conversas de encerramento e avaliação final do Ciclo I, nas trocas dentro dos diálogos deliberativos e grupos. Nesses espaços apareceram contribuições fundamentais desde as experiências pessoais e desde dados concretos sobre a materialidade cotidiana vivida pelos usuários, que poderiam apoiar argumentos para que se consolidassem pesquisas consistentes com potencial de participar das evidências científicas na construção de políticas públicas. Também, pudemos aprender conjuntamente novas formas de organização, menos mediados

pela figura do mestre, pela transferência com um saber exterior, que poderia dar passagem para uma dinâmica realmente cogestionária.

Pudemos perceber que a teoria e a produção de pensamento ainda produzem um encantamento que muitas vezes afasta as pessoas do corpo e dos afetos. Escutamos ao longo dessa jornada de 30 meses sobre uma ação que fica impedida porque o pensamento parece ainda não ter avançado. O desejo existe, mas o 'como' parece suscitar, antes, um processo de pensamento que é paralisador, quando não uma paralisia do próprio pensamento, que impede qualquer ação. Ainda que consigamos racionalizar que não devemos separar mente e corpo, razão e emoção, integrar isto que foi separado por séculos, e segue sendo pelos modos de produção capitalista, custa um bocado e parece requerer de práticas corporais efetivas que possibilitem essa integração. Práticas que ficaram de fora do trabalho e que pudemos entender como necessárias em nossas revisões metodológicas. Espaços para devir-corpo. Corpo clínico, corpo território, corpo pesquisa, corpo cuidado, corpo cooperativa. Um espaço de confiança para podermos nos arriscar e ousar metodologias clínicas sentipensadas. Espaço para dançar com a permacultura, a psicanálise, a psicossomática, a cartografia, o hip hop, o teatro, a literatura, o quilombo, o terreiro, entre tantas tecnologias sociais que nos possibilitariam experimentar/experienciar uma educação popular genuína.

Assim que, dentre as propostas de mudança e ampliação de algumas ações, decidimos no espaço de coordenação que para o ano de 2024 seria necessário a consolidação de um laboratório de pesquisa⁹⁷ e de uma incubadora de metodologias clínicas comunitárias coordenadas pelas pessoas participantes que tivessem finalizado os ciclos e quisessem seguir vinculadas com o trabalho. Junto dos GEs e GTs, esses espaços se dariam de modo autogestionário e apoiariam as atividades formativas oferecidas nos ciclos, retroalimentando os temas, modos de funcionamento, metodologias, formas de organização, gestão e atuação. Seriam a culminância necessária para que o trabalho pudesse causar como desejava.

Nesse sentido, nos últimos meses do Ciclo II foi proposto às pessoas participantes que fizessem um trabalho de inconclusão de curso, no qual poderiam escolher se queriam se dedicar a escrever um ensaio/artigo, uma proposta de ação no serviço/território, ou uma criação/intervenção artística. O trabalho poderia ser feito individualmente ou em grupo e não era obrigatório. Nossa proposta era apoiá-los enquanto coordenação nos desejos que tivessem de encaminhar os aprendizados para algum tipo de ação, fosse ela uma pesquisa teórica/conceitual, fossem ações práticas.

⁹⁷ No primeiro semestre de 2023 houve um primeiro formato, com duração de 4 meses.

Esperávamos que a consolidação destes espaços autogestionários retroalimentassem o trabalho, permitisse superar os problemas gerados, apoiasse a produção de recursos críticos para o pensamento e a formalização de metodologias, tanto na ação junto aos territórios e serviços, como nas formas de coordenação do trabalho, alcançando a médio prazo um modelo autogestionário para a realização de todas as atividades. Ainda, apostamos que as pessoas que entrariam para o espaço de aprimoramento gingham a dança que poderia levar a essa culminância. Se algumas delas que vieram do Ciclo I puderam compor a coordenação e se retirar por não compreenderem que estávamos conseguindo superar formas violentas de vínculo, outras permaneceram até o final, confiando na potência do trabalho e na capacidade de transformação dessas formas de vínculo. Do Ciclo II, as pessoas aprimorandas se retiraram do projeto antes que ele se encerrasse, propondo uma ação autônoma e crítica aos problemas gerados pela coordenação.

2.5 ARCO XII – DO ESTÁGIO AO APRIMORAMENTO

Desde o CERP Margens Clínicas questionou-se uma tal “verdadeira psicanálise” que não reconhece como psicanalíticas as práticas realizadas dentro do SUS e SUAS (seja via efeito da análise institucional, efeito da análise pessoal dos trabalhadores, ou mesmo como método de trabalho diretamente com os usuários, dentro das condições de possibilidade), assim como impossibilita o acesso a espaços de formação a pessoas sem os recursos financeiros estabelecidos por essas instituições formativas. Estabelecidos desde supostos e duvidosos critérios psicanalíticos, como a importância do dinheiro para a transferência com o trabalho.

Tanto pelos custos destas formações como pela localização, reproduzem-se lógicas segregadoras e cria-se um semblante de “expertos” do inconsciente cujo efeito é uma prática elitista, embranquecida, ensurdecida, identificada consigo própria. Afasta-se assim dos próprios pressupostos da psicanálise como método e pouco pode fazer pelo sofrimento da maioria da população, marginalizada, não cêntrica, não branca, não cis.

David Pavón-Cuellar tem sido persistente em sustentar que devemos lutar pelos efeitos reveladores, disruptivos e transformadores que enxergamos na psicanálise, sobretudo em oposição à psicologia moderna dualista que passeia de mãos dadas com o capitalismo. Mas é categórico ao afirmar a psicanálise deve revolucionar a si mesma para chegar a ser tão revolucionária como pode ser (2018). Alerta ainda para certo movimento reformista que suscita somente pequenos reajustes com fins de preservar o marco em que ocorre, não podendo revolucionar praticamente nada, nem no indivíduo e nem na sociedade. E afirma, a psicanálise

“deve, paradoxalmente, se converter em si mesma, no que estava predestinada a ser, no que tinha de ter sido e não foi porque traiu a si mesma”⁹⁸ (2018, tradução nossa).

Aponta ainda que as práticas analíticas e comunistas estão retrocedendo juntamente quando mais necessitamos delas: “Estamos perdendo, efetivamente, as heranças revolucionárias marxiana e analítica freudiana, que cedem lugar a pequenas agitações psicoterapêuticas e contorcionismos micropolíticos” (PAVÓN-CUÉLLAR, 2023). Buscando olhar criticamente para as agitações e contorcionismos, o coletivo Margens Clínicas afirmou, já em 2018 que:

A psicanálise só poderá ser verdadeiramente pública no momento em que seu dispositivo de formação de analistas se tornar verdadeiramente público. Para que aquele sujeito que não tem “condições materiais de pagar uma análise”, como se diz por aí, possa não apenas realizar sua análise pessoal, mas que possa também vir a se tornar psicanalista caso assim o deseje - caso nele seja “despertado” o célebre “desejo do analista”, se quisermos assim chamar. Aquele sujeito, qualquer sujeito, qualquer um: o imigrante, o refugiado, o negro, o pobre, o ribeirinho, o morador da periferia, a pessoa em situação de rua, o operário de Perus, o transexual, o [indígena]... quando somos interpelados “por que tão poucos negros psicanalistas?”, por exemplo, deveríamos refinar a pergunta: “por mais que tenha sido possível ao negro realizar sua análise pessoal, por quais circunstâncias não foi a ele possível vir a se tornar psicanalista e ser reconhecido enquanto tal por seus pares?” (ALVES LIMA, OBLIZINER E TURRIANI, 2019)

Como já argumentei em “Questões subjacentes às margens da clínica e da transmissão psicanalítica em territórios vulnerabilizados pela violência política” (TURRIANI, 2019) “para conseguir revolucionar-se e tornar-se o que estava predestinada a ser, mais que democratizarmos o acesso ao ‘tratamento’, necessitamos transformar radicalmente os modos de transmissão e formação em psicanálise”. Esse foi o compromisso assumido no desenvolvimento destas atividades formativas. Criar condições para que as pessoas que são diariamente privadas pelo capitalismo, racismo, patriarcado e colonialismo, possam desenvolver recursos teóricos e técnicos para elaborar suas próprias versões sobre o sofrimento:

Se a prática clínica visa sustentar espaços que auxiliem os sujeitos a se desidentificar de si mesmos, por que as formações em psicanálise sustentam espaços que produzem tamanha identificação dos psicanalistas consigo próprios? Talvez na busca por respostas possamos compreender por que a psicanálise vem fracassando em seu legado revolucionário e, ao limitar-se

⁹⁸ “debe convertirse paradójicamente en sí mismo, en lo que estaba predestinado a ser, en lo que había de ser y no ha sido porque se ha traicionado a sí mismo” (Pavón-Cuellar, 2018).

apenas a “suscitar pequenos reajustes com os quais possibilita a preservação do marco no qual ocorre”, favorecer a violência política e a consolidação de zonas onde uns tem mais direitos e legitimidades que outros. (TURRIANI, 2019)

Somos todas as pessoas envolvidas neste processo portadoras de um saber sobre si que só pode ser alcançado através do livre falar, frente a uma escuta eticamente orientada. Se o paciente não se implica em seu “tratamento” clínico e não se torna pesquisador de si, pouco se avança em um processo psicoterapêutico. O terapeuta ou analista, só pode alcançar o saber do paciente através do ofício da escuta e da suspensão de um saber anterior ao sujeito que fala, e através do desejo deste que fala de dar a ver sua verdade. Outro modo de produção de trabalho e de conhecimento, que atento às formas sociais do capitalismo, pode agir para que seja possível recuperar as qualidades revolucionária marxiana e analítica freudiana, que tanto podem aportar para a luta por emancipação e contra o capitalismo.

São várias as pessoas que mesmo graduadas em psicologia têm que trabalhar como assistentes, secretárias, no setor de RH de empresas ou vender sua força de trabalho para clínicas de convênio, quando não, trabalharem em áreas diferentes da que se formaram, para conseguirem se sustentar. Se interessam pela psicanálise, mas rapidamente pensam que “isso não é pra elas”. Uma participante contou que desistiu da psicanálise quando um professor disse para ela que se encontrasse um paciente no ônibus ela teria de descer: “eu moro no Grajaú. Se tiver que ficar descendo do busão não vou chegar em casa nunca”, brincou.

Desse modo, o espaço inicialmente nomeado como estágio tinha como propósito oferecer formação continuada a jovens recém-formados por políticas de diversidade, que em geral tem dificultado o acesso aos espaços de pós-graduação em psicologia, sejam estes cursos curtos, aprimoramentos, formações em psicanálise ou mesmo mestrados em universidades públicas. Inicialmente nomeado de estágio, pois no decorrer das atividades previstas para o estágio os jovens ingressos no Ciclo I reivindicaram que o nome fosse alterado para aprimoramento, tanto pela qualidade das atividades, que eram muito mais que um estágio, quanto pelo efeito que a palavra estagiário produzia no espaço do grupão, dando a sensação de que as outras pessoas os percebiam como quem deve cumprir tarefas.

Além do tripé da formação, era oferecido aos jovens apoio financeiro mensal, para facilitar a permanência nas atividades; espaço semanal de aprimoramento, com foco na partilha das sínteses reflexivas, elaboração das experiências formativas em diálogo com outras atividades que realizavam, e também um espaço para trazerem questões, dúvidas, angústias, ou mesmo temas de interesse para estudo; apoio para desenvolvimento de projetos de pesquisa ou de ação territorial; e espaço específico para supervisão de caso clínico.

Apresentou-se como responsabilidade dos jovens em aprimoramento:

- assistir as aulas assíncronas;
- participar dos grupões e supervisões de seu respectivo eixo;
- redigir relatório reflexivo semanal a partir da experiência junto ao eixo;
- participar das reuniões semanais de aprimoramento;
- preparar coletivamente a síntese reflexiva semestral;
- participar do Diálogos Deliberativos.

- realizar um plano de trabalho⁹⁹ sobre o próprio processo de aprimoramento que seria acompanhado semestralmente pela coordenação.

Além do apoio financeiro, buscamos consolidar uma rede de encaminhamento de casos para atendimento individual para aqueles que estivessem aptos e interessados na clínica, incentivando também por essa via o desenvolvimento profissional de quem desejava a prática em consultório.

Pretendia-se que o espaço de aprimoramento pudesse estimular o interesse e a produção de conhecimentos nas áreas de pesquisa, clínica e práticas territorializadas, conforme o desejo de cada participante. Era esperado e incentivado que o trabalho passasse pela: articulação territorial e a construção e fortalecimento de redes sistêmicas de proteção e enfrentamento à violência no território; implementação de metodologias clínicas comunitárias; prática clínica estrito senso; registro do trabalho e sistematização de indicadores, apoiando a pesquisa e o aprimoramento de metodologias clínicas comunitárias; ou mesmo, a sustentação e execução das atividades formativas.

Do Ciclo I, foram 11¹⁰⁰ as pessoas que concluíram os 18 meses de formação. Por questões concernentes à imaturidade do projeto, o apoio principal foi à prática clínica de cada jovem, sendo as atividades formativas entendidas por eles como um “espaço de formação em psicanálise anticolonial”. Vários afirmaram terem podido “se autorizar” a partir dali, ainda que já formados em psicologia. E em alguns casos, mesmo já atendendo, autorizaram suas suspeitas sobre os efeitos do racismo, do patriarcado, do colonialismo e do capitalismo na subjetividade dos pacientes, ousando outros modos de manejo para além daqueles estandardizados pelas narrativas psicanalíticas. Também, 3 pessoas ingressaram na pós-graduação da USP. Ainda,

⁹⁹ O plano de trabalho foi inserido apenas no Ciclo 2 e demonstrou-se necessário para dar contorno ao trabalho. A complexidade da estrutura de funcionamento muitas vezes deixava os jovens desorientados, sem saber como organizar desejo, demanda, necessidade, obrigação.

¹⁰⁰ Duas pessoas que precisaram sair do aprimoramento logo no início do Ciclo I para trabalhar em serviços dentro do SUAS, retornaram no Ciclo II na vaga destinada a trabalhadores SUS e SUAS.

desses 11 jovens, 7 passaram a compor a equipe de coordenação do Ciclo II, dos quais 4 seguiram até o encerramento das atividades.

No Ciclo II, entraram 14 pessoas para o aprimoramento. Por um lado, o espaço pôde amadurecer, com os jovens apropriados de seu papel crítico e analítico, contribuindo de modo singular na escuta do que não consegue ser escutado sobretudo pela coordenação, na percepção sobre reproduções de lugares de saber que enfraquecem e desmobilizam o trabalho, além de reproduções racistas, machistas e cisnormativas. Assim como no reconhecimento do que o trabalho transformava a experiência das pessoas participantes, fosse em suas práticas clínicas, na relação com o serviço, usuários, ou mesmo na forma de vincular-se ao grupo. Como já apontado, pelo fracasso da coordenação de lidar adequadamente com os conflitos que emergiram no Ciclo II, os jovens interromperam sua participação pouco antes que o Ciclo II se encerrasse.

2.6 ARCO XIII – PROTO-INSTITUIÇÃO

Nesses 30 meses encontraram-se um bocado de gente. Vínculos, histórias, conflitos, contradições. Muita dor, algumas possíveis de dizer, outras que impediram pessoas de permanecer, mas também acolhimento, abraço e recursos para enfrentar o que nos paralisa. Algumas pessoas ficaram, outras só olharam de canto e seguiram por outros rumos, outras tantas viveram afetos contraditórios e deram destinos diferentes a eles (partilhar com o grupo e ver no que dá; retirar-se; buscar diálogos dois a dois entre pessoas do próprio ciclo cujo vínculo se fortaleceu). Não foram apenas flores. Teve muito espinho. Espinhos de uma estrutura social violenta da qual ninguém escapa enquanto não forem alteradas drasticamente as bases desse edifício capitalista colonial. Nos esforçamos para encontrar caminhos de mudança, alguns possíveis e outros que se demonstraram ainda mais problemáticos.

Falar de números pode ser sempre perigoso, pois eles trazem uma imediata sensação de sucesso ou fracasso, sem nos permitir ver o entre. Como disse uma das pessoas coordenadoras “não são números, são vínculos”. E não há ciência que dê conta de dizer da imensidão de processos que vivemos a partir de nossas transferências e resistências, da força de mobilização que surge quando estamos vinculados.

Da chamada inicial do Ciclo I tivemos 129 pedidos de inscrição para profissionais SUS e SUAS; 19 pedidos de inscrição para pessoas autônomas pagantes; 24 pedidos de inscrição para estagiários. Foram selecionadas: 100 profissionais SUS e SUAS, 15 pessoas pagantes e 16

estagiários, dos quais 7 receberam bolsa. Total de 131 pessoas. Passados 6 meses havia 83 pessoas vinculadas.

As 131 pessoas selecionadas foram divididas conforme suas regiões de atuação, conformando os eixos:

- 51 pessoas da região sul e leste da cidade de São Paulo
- 52 pessoas da região centro, norte, oeste de São Paulo
- 28 pessoas do interior do Estado de São Paulo distribuídas entre as cidades de Jundiaí, Itupeva, Itatiba, Campinas, Americana, São Carlos, Bebedouro, São José do Rio Preto, Santana do Parnaíba, Bauru e Botucatu.

Dos marcadores sociais da diferença, se autodeclararam:

- Gênero: 102 mulheres cis, 24 homens cis, 1 homem trans. 4 não identificadas
- Orientação sexual: 9 homossexuais, 91 heterossexuais, 24 bissexuais, 5 não declarado, 2 pansexuais;
- Autodeclaração racial: 42 pessoas negras, 61 pessoas brancas, 1 pessoa negra-indígena, 16 pessoas pardas, 5 indígenas, 4 pessoas amarelas, 1 cabocla, 1 mestiça
- Idade: 66 pessoas de 21 a 35 anos, 52 de 36 à 50 anos, 11 pessoas de 51 a 69 anos, 2 não identificadas.

- Renda: 102 mulheres cis, 24 homens cis, 1 homem trans. 4 não identificadas.

Foram 61 psicólogos, 23 assistentes sociais, 6 psicanalistas em formação, 11 educadores, 5 enfermeiros, 5 cientistas sociais, 4 terapeutas ocupacional, 4 médicos, 1 fonoaudiólogo, 1 redutor de danos, 1 acompanhante terapêutico, 2 estudantes de psicologia, 7 outras.

Após 6 meses de atividades, eram 83 participantes:

- 35 pessoas da região sul e leste da cidade de São Paulo, distribuídas nos bairros Campo Limpo, Capão Redondo, Jardim Ângela, Jardim Miriam, Capela do Socorro, Grajaú, Cidade Ademar, Santo Amaro, Parelheiros, Heliópolis, São Mateus, Iguatemi, Penha, Aricanduva, Guaianases, São Miguel, Jd. Lapena, Chácara Belenzinho, Itaim Paulista, Cangaíba, Cidade Lider.
- 31 pessoas da região centro, norte, oeste de São Paulo, distribuídas nas regiões do centro, Santana, Mandaqui, Vila Leonor, Vila Guilherme, Brasilândia, Pirituba, Butantã, Carapicuíba, Osasco, Vila Leopoldina, Vila Romana.
- 17 pessoas no eixo Interior, distribuídas entre as cidades de Campinas, Americana, São Carlos, São José do Rio Preto, Santana do Parnaíba, Bauru e Botucatu.

Chegaram ao final desse ciclo: 8 pessoas no eixo do interior de São Paulo, 16 pessoas no eixo região centro, norte, oeste de São Paulo e 12 no eixo da região sul e leste da cidade de São

Paulo, 36 pessoas no total¹⁰¹. Ainda que os números absolutos de desistências sejam altos, 36 pessoas terem concluído o Ciclo I é bastante animador e condizente com as expectativas deste início de trabalho. Na análise parcial realizada no meio do Ciclo verificou-se menor desistência de pessoas negras, apenas 15%, contrastando com 35% desistências de pessoas brancas e 80% de pessoas autodeclaradas pardas. A alta desistência estava prevista pelas experiências formativas oferecidas anteriormente. Os diversos alcances no Ciclo I (que vão desde transformações nos casos, no fluxo dos serviços, na saúde do trabalhador, da consolidação de uma rede segura para encaminhamento de casos complexos, até apoio profissional para trabalhadores e jovens aprimorandos que culminou na entrada de 3 pessoas na pós-graduação de universidades públicas) permitiram que solicitássemos outro auxílio financeiro para a Fundação Tide Setúbal, o que possibilitou realizar um novo ciclo formativo, mais encorpado e melhor estruturado (ainda que mais atropelado), que se iniciou em Agosto de 2022.

O Ciclo I foi composto apenas de grupão, supervisão e recursos críticos para o pensamento. O recurso para o Ciclo II permitiu que introduzíssemos as aulas de psicanálise síncronas e 2 grupos de estudos, um sobre Frantz Fanon e outro sobre bell hooks. Os participantes do Ciclo I também puderam desfrutar dessas iniciativas, espaços que puderam ser ponto de encontro entre pessoas de diferentes eixos e diferentes ciclos.

Além da inclusão dos módulos semestrais de psicanálise e dos grupos de estudos, foi possível oferecer grupos de supervisão específicos para casos clínicos de consultório particular, que ocorrem quinzenalmente e acolhem aproximadamente 8 pessoas cada grupo; ter uma plataforma EaD própria e uma plataforma para trabalho online; apoiar financeiramente 6 jovens aprimorandos do Ciclo I como coordenadores no Ciclo II; manter a estrutura do aprimoramento no Ciclo II; melhorar consideravelmente as condições de trabalho dos coordenadores. O apoio permitiu, sobretudo, que pudéssemos estabelecer um plano econômico para a execução do Ciclo II, para construir uma estrutura que nos possibilitasse ser autossuficientes

¹⁰¹ O grande número de desistências por parte de trabalhadores SUS e SUAS se deu pelo impedimento de participar das atividades, fosse por excesso de trabalho ou por determinação da gestão; sucateamento generalizado, levando ao fechamento do serviço, como é o caso da equipe de Bauru em que haviam se inscrito 6 pessoas; mudança de emprego com não liberação do horário. Houve poucos casos em que o desligamento foi relatado por não atender as expectativas, uma pessoa considerou a REM desorganizada, e outras afirmaram preferirem participar de outros espaços. Uma pessoa desistiu por “não estar dando conta” de entrar em contato com a densidade dos temas e por isso preferir não seguir. De modo geral, mesmo quem não seguiu, avaliou o trabalho como importante e afirmou que as atividades contribuíram.

financeiramente, sem precisar depender de doações ou apoios institucionais para a realização do trabalho. Mas nem tudo são flores¹⁰².

A ampliação instituiu um ritmo de trabalho com efeitos contraproducentes e nos afastou de uma cogestão orientada para a autogestão. Além do excesso e da exaustão ter nos levado a deslizar para reproduções da colonialidade, o trabalho foi ficando cada vez mais heterogestionário¹⁰³ e tudo isso teve péssimas consequências, que serão apresentadas nos capítulos subsequentes.

Em ritmo de celebração iniciou-se o Ciclo II, contando com um terceiro eixo dedicado a pessoas do Brasil. Com 168 inscritos: 119 pessoas para as vagas gratuitas, 38 para pagantes¹⁰⁴ e 11 para o aprimoramento¹⁰⁵. Iniciamos os trabalhos com 144 pessoas: 62 no eixo SP, 53 no eixo BR e 29 no eixo Interior, das quais 66 contribuíram financeiramente¹⁰⁶. Passado um ano, e com

¹⁰² Importante frisar que entre as pessoas coordenadoras do Ciclo I não houve consenso quanto a continuidade das atividades e realização de um novo ciclo. Algumas consideraram que era necessário terminar o primeiro ciclo antes de iniciar o segundo e outras consideraram que era possível e necessário do ponto de vista financeiro iniciar o Ciclo II em Agosto/22, antes do primeiro terminar, considerando a consolidação de um fluxo de caixa que permitisse a estrutura proposta funcionar sem precisar de apoio externo. O que serviu como critério de decisão foi: a chegada do recurso financeiro para a realização do Ciclo II; a manutenção do apoio financeiro aos jovens aprimorandos somada ao desejo deles de iniciarem um novo ciclo; e a maioria das pessoas coordenadoras reticentes quanto à continuidade imediata indicaram não terem certeza quanto ao desejo de seguirem na coordenação de um novo ciclo caso ele se iniciasse no início de 2023. Há também que se considerar o peso que meu desejo de continuidade operou na tomada da decisão, uma vez que eu ocupava o lugar de coordenação geral e dispunha de recursos técnicos e retóricos para argumentar a favor. Destaco ainda o contexto de pandemia no qual o Ciclo I se iniciou e as necessidades de organização da vida pessoal e profissional que se apresentaram depois, o que afetou desejos e possibilidades.

¹⁰³ Conforme Singer (2002) heterogestão é “a administração hierárquica, formada por níveis sucessivos de autoridade, entre os quais as informações e consultas fluem de baixo para cima e as ordens e instruções de cima para baixo. Os trabalhadores do nível mais baixo sabem muito pouco além do necessário para que cumpram suas tarefas, que tendem a ser repetitivas e rotineiras. À medida que se sobe na hierarquia, o conhecimento sobre a empresa se amplia porque as tarefas são cada vez menos repetitivas e exigem iniciativa e responsabilidade por parte do trabalhador. Nos níveis mais altos, o conhecimento sobre a empresa deveria ser (em tese) total, já que cabe a seus ocupantes tomar decisões estratégicas sobre os seus rumos futuros” (pp. 16-17).

¹⁰⁴ Analisamos o aumento significativo de pessoas inscritas dispostas a contribuir financeiramente a partir de dois critérios: o reconhecimento da qualidade das atividades pelas pessoas que participaram e referendaram o trabalho; e a abertura de um eixo destinado a pessoas de fora do Estado de São Paulo. Diferentemente da cidade de São Paulo cuja oferta de serviços é imensa, em múltiplas áreas e vieses, as pessoas dos outros Estados estão mais limitadas a formações clássicas em psicanálise e desejosas de poderem compor com espaços críticos de formação.

¹⁰⁵ Além do número de inscritos para o aprimoramento ter reduzido, o perfil das pessoas inscritas também foi bastante diverso do Ciclo I, sendo muitas delas já estudantes de pós-graduação em universidades públicas. Avaliou-se o efeito que a nomeação aprimoramento pode ter produzido. Entre diversos fatores a serem avaliados e analisados, este chamou a atenção.

¹⁰⁶ Em termos econômicos dois movimentos importantes foram feitos: primeiro, uma vez feita a primeira conversa com todas as pessoas inscritas e apresentada a proposta das atividades formativas, perguntamos quem das pessoas inscritas para vagas gratuitas poderia contribuir com algum valor mensal, mesmo que fosse R\$30; segundo, passados 4 meses de percurso e já com uma redução de aproximadamente 25% de participantes, abrimos uma chamada para vagas remanescentes, destinada especificamente para pessoas pagantes. O balanço econômico estava sendo promissor e indicava que conseguiríamos iniciar o Ciclo III com a mesma estrutura do Ciclo II, sem a necessidade de apoio externo. Com o fim do projeto não foi possível alcançar uma proposta autossustentável, nem chegar a um modelo efetivamente cogestionário, com participação voluntária na gestão e coordenação, o que evidentemente diminuiria os custos.

uma repescagem (chamada para vagas remanescentes) feita depois de 5 meses de ciclo acontecendo, éramos 40 pessoas eixo SP, 38 eixo BR e 25 eixo Interior (103 ao todo). Como já dito, o alto número de desistências era esperado e por essa razão era aceito um número grande de pessoas no início. Voltaremos a este ponto.

As cidades contempladas foram:

- Estado de São Paulo: São Paulo, Guarulhos, Osasco, ABCDMR (Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano, Diadema, Mauá e Ribeirão Pires), Mogi das Cruzes, São José dos Campos, Joanópolis, Jundiaí, Campinas, Hortolândia, Americana, Piracicaba, São Pedro, São Carlos, Ribeirão Preto, Barueri, Santana do Parnaíba, Sorocaba, Conchas, Bauru, Botucatu, Iaras, Assis, Cananéia, Santos.

- Outros Estados: Rio de Janeiro, Niterói, Rio das Ostras, Teresópolis, Petrópolis, Volta Redonda (RJ); Belo Horizonte, Contagem, Betim, Ijaci, Poços de Calda, Uberlândia, Juiz de Fora (MG); Salvador, Porto Segura (BA); Olinda, Recife (PE); Natal (RN); Fortaleza (CE); Cuiabá (MG); Goiânia (GO); Brasília (DF); Curitiba, Londrina (PR); Florianópolis, Palhoça (SC) e Porto Alegre, Canoas (RS). Uma pessoa residente no México entrou na repescagem.

Trazendo as estatísticas do Ciclo II cujas formas de registros foram aprimoradas e nos permitem esses cálculos, foram 180 pessoas ao todo, autodeclaradas nos seguintes marcadores:

- Gênero: 128 mulheres cis, 42 homens, 1 transgênero, 6 não pessoas não binárias e 3 preferiram não se identificar;
- Orientação sexual: 69 bissexuais, 22 homossexuais, 80 heterossexuais e 9 outras.
- Autodeclaração racial: 36 pessoas pretas; 29 pessoas pardas; 4 amarelas; 110 pessoas brancas e 1 outra. Idade: 10 pessoas de 18 a 24; 67 pessoas de 25 a 29; 63 pessoas de 30 a 39 anos; 31 pessoas de 40 a 49; 6 pessoas de 50 a 59 anos; e 4 acima de 60.
- Renda: 34 pessoas recebem de 1 a 2 salários-mínimos; 102 pessoas recebem de 2 a 5 salários-mínimos; 27 pessoas recebem de 5 a 8 salários-mínimos, 12 pessoas receberam acima de 8 salários-mínimos; 5 preferiram não declarar.

Foi notável o número significativo de pessoas pretas e pardas, se comparado com outros espaços de formação cuja psicanálise é eixo constitutivo, a inscrição de maioria de pessoas jovens, entre 25 e 29 anos, e uma maioria absoluta de participantes fora das chamadas classe B e A, que são as que ocupam majoritariamente espaços de formação em psicanálise no Brasil e a Universidade Pública antes das políticas de cotas. A inscrição de poucas pessoas não binárias e transgênero (para o Ciclo I se inscreveu apenas uma pessoa transgênero) dá notícias de um abismo social a ser superado com urgência, e do qual a psicanálise participou em cavar.

Em relação às pessoas que permaneceram até Julho de 2023 (103 pessoas):

- Gênero: 74 mulheres cis, 22 homens cis, 1 pessoa transgênero, 3 não binárias e 3 prefeririam não se identificar;
- Opção sexual: 45 pessoas bissexuais, 41 heterossexuais, 13 homossexuais, 4 outras;
- Autodeclaração racial: 17 pessoas pretas, 16 pardas, 2 amarelas, 68 brancas;
- Idade: 7 pessoas de 18 a 24; 42 entre 25 e 29 anos; 34 entre 30 e 39; 15 entre 40 e 49; 3 de 55, 5 acima de 55.
- Renda: 20 pessoas de 1 a 2 salários-mínimos; 56 de 2 a 5 salários-mínimos; 14 de 5 a 8 salários-mínimos, 10 acima de 8 salários; e 3 preferiram não declarar.

Quanto a atuação profissional, em Julho de 2023 participavam 16 profissionais do SUAS; 26 do SUS; 20 autônomos vinculados às redes informais de apoio, cuidado e resistência, organizadas em territórios periféricos; 9 autônomos parceiros das redes SUS e/ou SUAS; 2 lideranças comunitárias e 30 pessoas com outros tipos de vínculos.

Os Diálogos Deliberativos ocorridos dias 16 e 17 de Junho de 2023 trouxeram partilhas muito produtivas sobre o trabalho realizado até aquele momento no Ciclo II, também com críticas importantes às reproduções colonialistas. Uma delas retornava indagando a desistência e afastamento de tantas pessoas, incluindo a saída de coordenadores. Pudemos refletir como, ao tomar as desistências como normais, éramos displicentes com as saídas que se davam por incômodo com dinâmicas sentidas como violentas, reprodutoras de lógicas racistas, machistas e classistas, que operavam silenciamento.

Em relação à saída de coordenadores, que, sim, apresentaram argumentos de não se sentirem escutados, de se sentirem silenciados pela “dinâmica impingida” por mim e por reconhecerem reproduções racistas, machistas e classistas na estrutura e execução do trabalho, houve, de todas as pessoas coordenadoras que permaneciam, profunda implicação com escutar, respeitar, entender, elaborar e propor estratégias de transformação das dinâmicas compreendidas como violentas, investindo múltiplos esforços de trabalho e tempo em conversas, avaliações, supervisões, buscando compreender os problemas desde suas complexidades e propor estratégias de mudanças que fossem efetivas. No entanto, como muitas queixas e denúncias não foram feitas diretamente para todos os coordenadores, ou mesmo não foram feitas dentro dos espaços das atividades formativas, de modo a partilhar e problematizar junto com as pessoas participantes, houve um permanente impasse entre tentar tratar dos problemas sem nomear as pessoas que haviam se retirado, uma vez que elas mesmas não haviam proposto aquele canal de diálogo.

Tal cenário culminou na ruptura de muitos laços de confiança que haviam se estabelecido e um sentimento de traição e obscuridade, como se a coordenação tivesse tentado esconder os problemas institucionais, interessada apenas em dar seguimento ao trabalho. No entanto, foram várias as tentativas da coordenação de levar os conflitos e problemas aos espaços partilhados com os participantes, nenhuma delas suficiente ou adequada, gerando em alguns casos discussões importantes sobre racismo, racismo estrutural, machismo, branquitude, cisnormatividade e em outros casos gerando um sentimento angustiante e até persecutório, que fazia parecer que a coordenação estava tentando esconder conflitos, proteger-se ou terceirar responsabilidades.

O fim do Ciclo II foi bastante conturbado, produtor de muito sofrimento, com muitas pessoas afastando-se e rompendo diálogo, o que não nos possibilita e nem faria sentido, trazer qualquer dado ou número buscando provar algum sucesso. A coordenação reconheceu o fracasso e a “dificuldade e incapacidade de gerenciar os conflitos de ordem racial que foram produzidos no Ciclo II” e informamos publicamente o encerramento do trabalho:

Tentamos proceder um trabalho de elaboração dos limites da REM, mas não conseguimos realizar nenhum diálogo coletivo que pudesse dar conta da complexidade do que ocorreu. Temos certeza de que a REM ajudou várias pessoas nos seus territórios de atuação política na mesma proporção que temos ciência de nossa falha em lidar com o racismo estrutural, institucional e com a branquitude enquanto um coletivo de pessoas, muitas de nós negras, engajadas com essa luta. (Informe publicado em dez/2023¹⁰⁷)

É importante ressaltar que nesse processo de rupturas e encerramento, muitos silenciamentos se produziram pelas pessoas participantes da formação em relação às pessoas negras da coordenação que, repetidas vezes, não foram devidamente escutadas, nem mesmo tiveram suas opiniões consideradas. Também, que mesmo diante dos conflitos e rupturas, diversas pessoas, de diferentes marcadores, permaneceram ao lado, interessadas em cuidar e transformar o que havia se produzido de violento e doloroso, inclusive nos coordenadores, implicadas e conscientes dos problemas e interessadas em seguir devido a percepção de que o trabalho tinha alcances importantes, principalmente naquilo que ele apoiava as pessoas trabalhadoras da rede SUS e SUAS.

Apresentadas as falhas e fracassos do trabalho e partilhadas as compreensões possíveis até o momento sobre os motivos que levaram a isso, que como dito, e no entendimento das pessoas que permaneceram na coordenação, passaram principalmente por problemas de

¹⁰⁷ <https://www.instagram.com/p/COuLh74Lq0b/>

ordem institucional, estrutural, pela impossibilidade de uma cogestão efetiva, pela repetição de montagens colonialistas que reproduziram violências de ordem racial, de gênero e de classe, e pela incapacidade de um diálogo radicalmente honesto com os participantes em relação aos problemas que emergiam, ao longo da maior parte dos 30 meses nos foram endereçadas avaliações positivas, mesmo que acompanhadas de críticas. As pessoas participantes que fizeram chegar aos espaços da formação comentários e percepções, apontaram para uma metodologia de trabalho que cumpriu alguns dos objetivos que se propôs.

Frente aos conflitos e ao sofrimento, falar de objetivos alcançados e de continuidades pode ser sentido como desrespeitoso por alguns e dar a sensação de que se está olhando apenas para frente, sem se interessar ou se preocupar com os escombros que ficaram pelo caminho. *Angelus novus* em detrimento do anjo da melancolia. De forma alguma é o caso. Toda decisão de seguir foi feita em função de não paralisar, de mover para transformar, nunca a de ignorar ou não considerar as violências que produziu, os problemas que gerou, e os conflitos para os quais foi arrastado. A violência de Estado e a hegemonia do capitalismo triunfam cotidianamente quando os movimentos sociais e estratégias de luta acabam por não saberem ou não conseguirem lidar com suas falhas, reproduções e contradições. Assim que, apresentar objetivos alcançados é marcar o que foi possível de ser feito, ainda que insuficiente.

No que tange aos objetivos e às revisões metodológicas das atividades formativas, e considerando melhorias necessárias para sua adequada realização, seja o interesse de outros grupos em se pautar no que aqui está sistematizado, seja a implementação de projetos similares de formação nas políticas públicas de saúde e assistência social, organizamos uma tabela correlacionando objetivos, atividades, recursos de que necessitou e melhorias futuras:

Objetivos específicos	Onde acontece	Ouais recursos precisa?	Necessidades futuras
1. Compreender os efeitos da quadrangulação capitalismo-racismo-patriarcado-colonialismo na estruturação e determinação das formas sociais de exploração na sociedade brasileira;	<ul style="list-style-type: none"> - Recursos críticos para o pensamento - Grupão - Supervisão - Raciocínio diagnóstico - Aprimoramento 	<ul style="list-style-type: none"> - Discussão e construção de caso - Dinâmicas de grupo pra pensar o Raciocínio Diagnóstico - Sistematização dos relatórios - Reunião de coordenação - Laboratório de pesquisa 	<ul style="list-style-type: none"> - Banco de casos clínicos
2. Compreender conceitual e praticamente conceitos-chaves das teorias sociais anticoloniais, do marxismo, da psicanálise e psicologia social comunitária, da saúde coletiva e de outras teorias que auxiliem na luta popular por transformação das formas sociais vigentes;	<ul style="list-style-type: none"> - Recursos críticos para o pensamento - Grupos de Estudo - Lives - "Aquilombamento nas Margens" - Grupão - Supervisão - Aprimoramento 	<ul style="list-style-type: none"> - Plataforma EaD - Biblioteca digital - Glossário de conceitos (ainda não foi realizado) - Sínteses reflexivas - Sistematização das sínteses - Laboratório de pesquisa 	<ul style="list-style-type: none"> - Material de apoio na plataforma EaD - Lives bimestrais dedicadas a conceitos-chave: racismo, gênero, colonialidade, luta de classes, política pública etc.

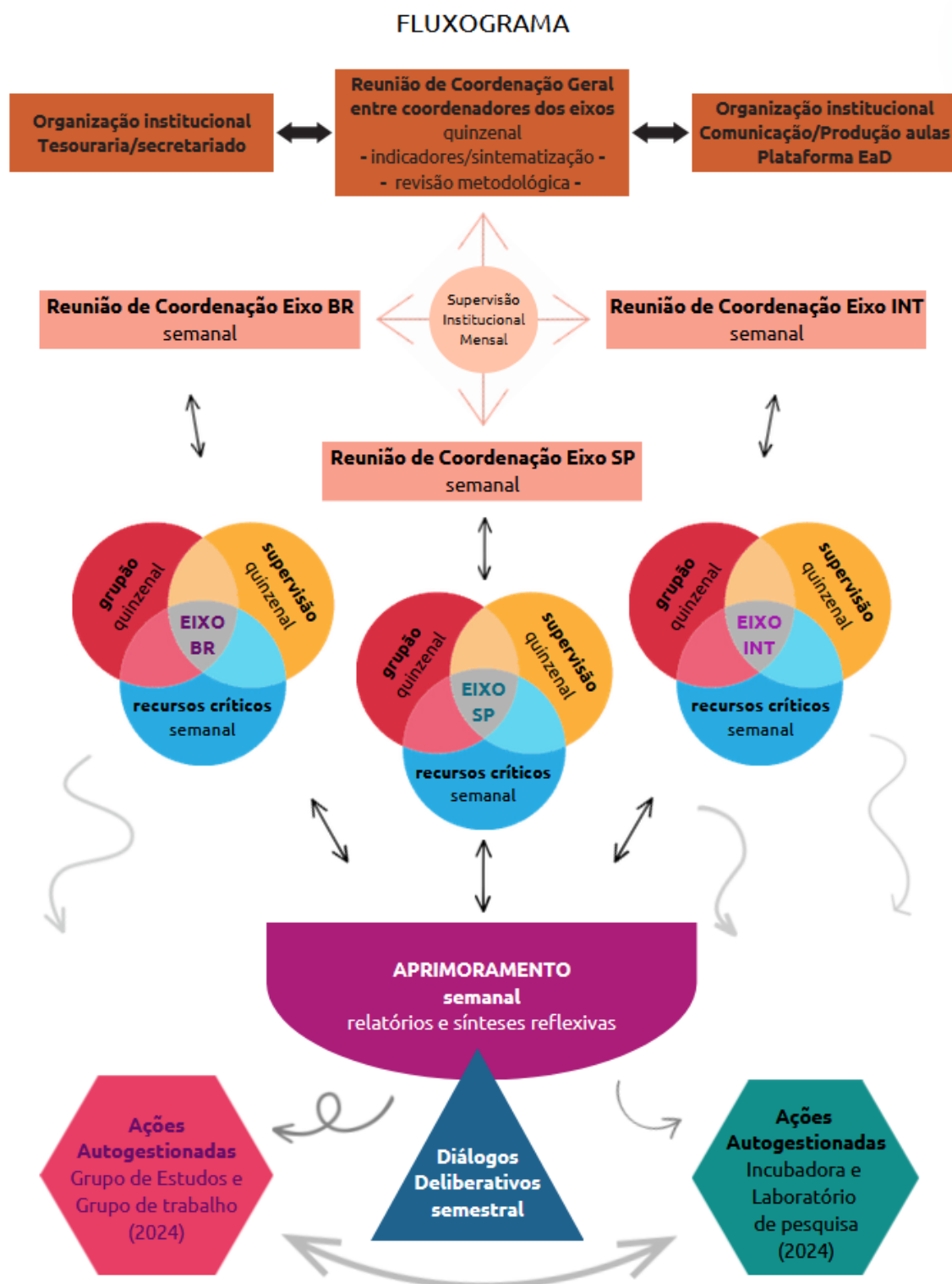
3. Ampliar a capacidade de escuta do sofrimento de pessoas em condições de vulnerabilidade social, bem como dos efeitos desse sofrimento no laço social;	<ul style="list-style-type: none"> - Supervisão - Aulas de introdução à psicanálise - Aulas em geral sobre etiologia/semiologia - Metodologia clínicas 	<ul style="list-style-type: none"> - Discussão de caso - Metodologias clínicas comunitárias outras - Trocas nas aulas de Introdução à psicanálise 	<ul style="list-style-type: none"> - Banco de casos - Espaço na plataforma EaD e presencialmente para trocar artísticas e afetivas entre participantes.
4. Compreender o papel do SUS e do SUAS na luta por democratização política no Brasil pós-ditadura, sobretudo a importância da luta antimanicomial, e os impasses para uma efetiva democracia, considerando-se o Estado capitalista;	<ul style="list-style-type: none"> - Recursos críticos para o pensamento: Unidade Saúde Coletiva e luta de Classes - Grupão - Diálogo Deliberativos - Aprimoramento 	<ul style="list-style-type: none"> - Experiência das pessoas trabalhadoras SUS/SUAS - Pesquisa de artigos e documentos sobre os movimentos sociais que compuseram a luta por saúde e assistência social - Laboratório de pesquisa 	<ul style="list-style-type: none"> - Material de apoio na plataforma EaD - Estratégias populares de luta por políticas públicas - Observatório - Participação ativa nas conferências de saúde e assistência social
5. Favorecer a identificação das dinâmicas sociais, das relações de poder, conflito, exploração, exclusão, desigualdade e violência assim como de diálogo, mobilização social, lutas e resistência existentes nos territórios, em articulação com as redes socioassistenciais e de saúde;	<ul style="list-style-type: none"> - Recursos críticos para o pensamento - Grupão - Supervisão - Aulas do Aquilombamento nas Margens - GE - Diálogos Deliberativos - Aprimoramento 	<ul style="list-style-type: none"> - Sínteses reflexivas - Sistematização das sínteses - Articulação - Relato de experiência - Cartografia social e outras metodologias - Laboratório de pesquisa 	<ul style="list-style-type: none"> - Exercícios de escuta e escrita (metodologias de autorização) - Sistematização de Indicadores - Ida ao território - Encontros bimestrais presenciais - Incubadora
6. Possibilitar a construção de conhecimento coletivo sobre o território desde uma perspectiva comunitária que favoreça o reconhecimento de si como pessoas protagonistas e agentes de escuta;	<ul style="list-style-type: none"> - Recursos críticos para o pensamento: Unidade Território e Memória Coletiva - Grupão - Supervisão 	<ul style="list-style-type: none"> - Sínteses reflexivas - Articulação territorial (recursos de deslocamento) - Cartografia social e outras metodologias - Escuta sobre o trabalho dos coletivos - Laboratório de pesquisa 	<ul style="list-style-type: none"> - Ações territoriais articuladas pelas pessoas participantes - Incubadora
7. Reconhecer a conformação do tecido social de sua comunidade e as redes populares de enfrentamento à violência e às formas sociais do capitalismo;	<ul style="list-style-type: none"> - Recursos críticos para o pensamento: Unidade Território e Memória Coletiva - Grupão - Supervisão - Aprimoramento 	<ul style="list-style-type: none"> - Cartografia Social e outras metodologias 	<ul style="list-style-type: none"> - Conhecer e se articular com conselhos de bairro, conselhos de saúde e assistência social, associação de moradores
8. Fomentar o compromisso social e a participação das pessoas no enfrentamento à violência e às formas sociais do capitalismo nos territórios de atuação;	<ul style="list-style-type: none"> - Diálogos Deliberativos - Grupão - Supervisão 	<ul style="list-style-type: none"> - Sínteses reflexivas - Articulação - Laboratório de pesquisa 	<ul style="list-style-type: none"> - Banco de casos - Incubadora - Encontros territorializado presenciais
9. Construir planos de ação e enfrentamento nos territórios junto aos movimentos populares, redes de cultura, socioassistenciais e de saúde	<ul style="list-style-type: none"> - Aprimoramento - Diálogos Deliberativos - Grupos de trabalho 	Objetivos 6, 7 e 8	<ul style="list-style-type: none"> - Incubadora - Observatório
10. Aprimorar as metodologias clínicas comunitárias de enfrentamento à violência que possam auxiliar a construção coletiva de políticas públicas a favor das comunidades.	<ul style="list-style-type: none"> - Supervisão - Diálogos Deliberativos - Grupos de trabalho 	<ul style="list-style-type: none"> - Cartografia social na dinâmica dos eixos; - Revisão metodológica - Laboratório de pesquisa 	<ul style="list-style-type: none"> - Incubadora - Conversas públicas - Publicação coletiva - Participação em eventos, congressos, simpósios - Outras produções a serem publicizadas

Como já apresentado, nem todos os objetivos puderam ser alcançados. Um trabalho como este requer amadurecimento de todas as partes. Há um tempo analítico junto ao processo, que cruza o individual de cada um e os tempos internos do projeto, e que precisaria ser respeitado e cuidado. A cada ciclo e no decorrer dos meses, coordenadores, aprimorandos e pessoas participantes passaram a compreender melhor de que se tratava o conjunto de atividades formativas. Essa compreensão também se relacionou com desejos individuais que puderam, por exemplo, afetar o trabalho mais para a luta popular e o território, mais para as políticas públicas ou para a clínica psicanalítica. Estávamos juntos aprendendo como fazer comum desde as diferenças.

Os objetivos de um a cinco foram alcançados e, como já dito, a partir da experiência do Ciclo I foi possível aprimorar os espaços e melhorar os recursos para que pudéssemos chegar nestes objetivos de modo mais satisfatório. No Ciclo II foi possível chegar aos objetivos seis, sete e oito, ainda que parcialmente. Foram criados alguns grupos de trabalho para chegarmos aos objetivos nove e dez, porém apenas um deles se desenvolveu e começou a esboçar um plano de ação. Os outros não passaram de um ou dois encontros.

Buscando auxiliar o entendimento da pluralidade de espaços que compuseram o conjunto das atividades formativas e a complexidade de dinâmicas que envolviam o trabalho, desenvolvi um fluxograma aproximado do trabalho (figura 1), a partir da estrutura do Ciclo II, em seu ir e vir e retroalimentações entre os espaços:

Figura 1. Fluxograma das atividades formativas



Criação e Diagramação: Anna Turriani

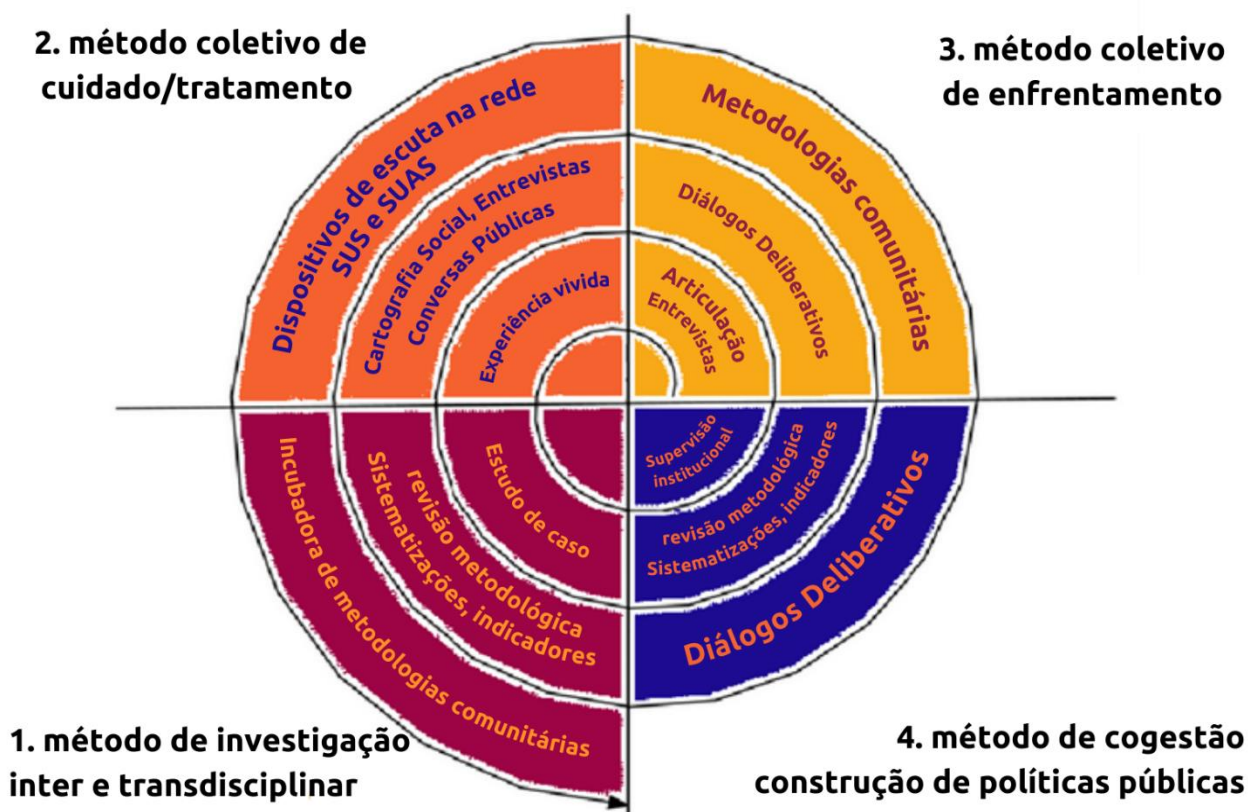
Fonte: elaborado pela própria autora (2023)

O fluxograma não deve ser lido de modo a pensar hierarquias entre os espaços e relações, de cima para baixo. As hierarquias devem ser apenas das funções – uma função depende da outra e, ainda assim, elas são interdependentes. Houve momentos de colagem entre funções e relações, sobretudo no que se refere à performance de mestria dentro dos grupões e supervisões, e a qualidade do método se apresentou inclusive naquilo que deu recursos para que se pudesse flagrar essas colagens, analisá-las e criticá-las.

Os aprimorandos na base representariam o grupo que mais recolheria os achados do trabalho, mas não sem as bases sustentadas pelas decisões coletivas. Justamente por isso, seria deles a responsabilidade de culminar os achados em grupos de trabalho, estudos, pesquisas e terapêuticas-utópicas.

E para encerrar, os ires e vires entre o que pode ser reconhecido e nomeado aqui como métodos de pesquisa, cuidado, mobilização política e cooperativa, e suas relações com as atividades formativas e os objetivos, representados de modo aproximado por um esquema em espiral (figura 2), e que serão trazidos no capítulo seguinte em diálogo com as teorias sociais que nos emprestaram caminhos metodológicos e analíticos:

Figura 1. Esquema metodológico em espiral



Fonte: elaborado pela própria autora, 2023.

3. CIÊNCIA E MÉTODO PARA TERAPÊUTICAS-UTÓPICAS

Não estaria a ideia de "fim de mundo" tentando camuflar os verdadeiros fracassos coloniais? Assinalamos aqui que, o tal de "fim de mundo" refere-se, antes, ao fim de um mundo: o mundo da branquitude, o mundo da cisgeneridade, o mundo adultocêntrico, o mundo capacitista, etc.

Dodi Leal, *Fabulações travestis sobre o fim*, 2021

Vivemos um período em que podemos compreender que, mesmo teóricos críticos à modernidade capitalista, ao cartesianismo, não foram capazes de reconhecer e superar os efeitos que a racionalidade moderna e cartesiana operou sobre suas subjetividades. Caminha-se na crítica, mas não se abdica da própria modernidade. Não se destrói o totem e rompe-se com o pacto fraterno da Lei ocidental. Pactos da branquitude¹⁰⁸, pactos masculinos, pactos de classe. Do mesmo modo que o presidente argentino José Sarmiento, em 1883, afirmou que apesar de injusto exterminar, conquistar e sufocar povos, a “América no lugar de permanecer abandonada aos selvagens, incapazes de progresso, está ocupada hoje pela raça caucásia, a mais perfeita, a mais inteligente, a mais bela, a mais progressiva das que povoam a terra” (apud RETAMAR, 1976, p. 24, tradução nossa¹⁰⁹), Slavoj Žižek disse em 2021¹¹⁰:

É muito fácil distinguir entre os diferentes aspectos, os bons os maus, e que rechaçamos a Europa que deu origem ao colonialismo moderno, ao racismo e a à escravidão, mas apoiamos a Europa dos direitos humanos e da abertura multicultural. [...] Minha tese é que precisamente agora, quando Europa está em declive e os ataques a seu legado são mais fortes, tem que se decidir por Europa. O objetivo predominante destes ataques não é o legado racista de Europa, etc., sim **o potencial emancipador que é exclusivo de Europa: a modernidade secular, a Ilustração, os direitos humanos e as liberdades, a solidariedade social e a justiça, o feminismo...** A razão pela qual devemos

¹⁰⁸ Cf. BENTO, Cida. O pacto da branquitude. São Paulo: Cia das Letras, 2022.

¹⁰⁹ *la América en lugar de permanecer abandonada a los salvajes, incapaces de progreso, está ocupada hoy por la raza caucásica, la más perfecta, la más inteligente, la más bella y la más progresiva de las que pueblan la tierra.* (SARMIENTO, 1883 apud FERNÁNDEZ RETAMAR, 1976, p. 24)

¹¹⁰ “Es demasiado fácil distinguir entre los diferentes aspectos, los buenos y los malos, y que rechazamos la Europa que dio origen al colonialismo moderno, al racismo y a la esclavitud, pero apoyamos la Europa de los derechos humanos y de la apertura multicultural. [...] Mi tesis es que precisamente ahora, cuando Europa está en declive y los ataques a su legado son más fuertes, hay que decidirse por Europa. El objetivo predominante de estos ataques no es el legado racista de Europa, etc., sino el potencial emancipador que es exclusivo de Europa: la modernidad secular, la Ilustración, los derechos humanos y las libertades, la solidaridad social y la justicia, el feminismo... La razón por la que debemos mantener el nombre de “Europa” no es sólo porque los rasgos buenos prevalezcan sobre los malos; la razón principal es que el legado europeo proporciona los mejores instrumentos críticos para analizar lo que salió mal en Europa. ¿Son conscientes los que se oponen al “eurocentrismo” de que los mismos términos que utilizan en su crítica forman parte del legado europeo?” (ŽIZEK, 2021) Cf. <https://intervencionycoyuntura.org/un-manifiesto-europeo/>

manter o nome de “Europa” não é somente porque as características boas prevaleçam sobre às más; a razão principal é que **o legado europeu proporciona os melhores instrumentos críticos para analisar** o que saiu mal na Europa. ¿São conscientes os que se opõe ao “eurocentrismo” de que os mesmos termos que utilizam em sua crítica formam parte do legado europeu? (ZIZEK, 2021)

Um franco exemplo de suposta exclusividade e superioridade do “potencial emancipador” do pensamento europeu. Além de tratar dimensões como racismo como se elas não se tratassem também de epistemicídios, espólio e apropriações culturais que permitiram à Europa se desenvolver econômica, política e intelectualmente, o filósofo trata do assunto “críticas ao eurocentrismo”, como se “‘talvez o maior genocídio da história mundial’ [o genocídio decorrente do processo colonial], fique compensado de sobra porque ‘o pensamento europeu sentou as bases político-ideológicas para que hoje vejamos todo o alcance deste horror’” como apontou David Pavón-Cuellar (2021, tradução nossa). Como se os povos originários não tivessem recursos críticos próprios para ver e analisar os alcances desse horror.

É no mínimo cruel. Sem embargo, uma posição nada incomum. Deivison Faustino nos convoca a pensarmos a determinação reflexiva entre racismo, colonialismo e capitalismo (2018), ao que acrescento o patriarcado, apoiada por Maria Lugones, Silvia Federici e as feministas comunitárias *mayas*, como Lorena Cabnal. Por reflexividade, a compreensão de que se afetaram mutuamente, apoiando-se um no outro para aprimorarem-se e desenvolverem-se. Seria essa reflexividade que sustentaria o projeto mundial global iniciado no século XVI com as invasões coloniais e consagrado com o método cartesiano no século XVII. É justamente o que Fanon percebe: “Sim, a civilização europeia e seus representantes mais qualificados são responsáveis pelo racismo colonial” (FANON, 1952/2020, p. 105) e “essa prática de negação da humanidade não apenas se restringiu aos territórios colonialmente ocupados, mas também se configurou como eixo estruturante da própria modernidade” (FAUSTINO, 2018, p. 153).

Os efeitos dessa reflexividade são tão mais nefastos quanto mais distantes dos “centros produtores e reprodutores” do saber colonial. E a ciência, tanto mais refém do racismo, do colonialismo, do patriarcado e do capitalismo. Aqui na América Latina, como argumentado por Aníbal Quijano, sobra um espelhamento do pior modo das disputas de poder, aplicação de métodos, desenvolvimento científico, sem perceber que somos há séculos transformados num laboratório a céu aberto, e que com isso o que se consegue com a ciência é aprimorar as ferramentas da opressão para que continuem a nos escravizar e nos reduzir a um reflexo mal-acabado, a esta imagem parcial e distorcida diante do espelho eurocêntrico:

Daí que quando olhamos para nosso espelho eurocêntrico, a imagem que vemos seja necessariamente parcial e distorcida. Aqui a tragédia é que todos fomos conduzidos, sabendo ou não, querendo ou não, a ver e aceitar aquela imagem como nossa e como pertencente somente a nós. Dessa maneira seguimos sendo o que não somos. E como resultado não podemos nunca identificar nossos verdadeiros problemas, muito menos resolvê-los, a não ser de uma maneira parcial e distorcida. (QUIJANO, 2000, p.24, tradução nossa¹¹¹)

Reconhecemos de antemão o espelho de narciso nas mãos da ciência moderna; práticas científicas cujo papel desempenhado passa longe dos povos nativos, dos territórios periféricos e marginalizados, e quando chega a esses territórios, é para objetificar, ditar regras, submeter os corpos às suas lógicas; achar feio, bárbaro e primitivo o que não é espelho. Por essa postura, foram variados os pesquisadores que se depararam com o movimento social bastante arredo à entrada “do pessoal da academia”. Se não é o incômodo com pesquisas que silenciam ou objetificam, relata-se estarem cansados dos pesquisadores que vem cheios de boas vontades, envolvem os moradores, levam o que podem de informação e nunca voltam. As pesquisas não retornam como contribuições para aquele território e nem para outro, e tampouco se tem notícias de que retornam para algum que não a própria ascensão do pesquisador dentro dos “territórios” acadêmicos.

A região do Campo Limpo, Jardim Ângela e Capão Redondo, na zona sul de São Paulo, por exemplo, que na década de 90 foi alcunhada de “triângulo da morte” dado seus altíssimos índices de homicídio, foi alvo de inúmeras pesquisas sobre violência urbana, trauma, violência da polícia e grupos paramilitares, pesquisas sobre o tráfico etc. Pesquisadores de diferentes áreas e universidades da cidade de São Paulo chegaram a esses bairros com alguma “pesquisa para ajudar o território”. Durante o tempo que frequentei algumas reuniões do Comitê Juventude e Resistência na região (2014-15), os integrantes do comitê, moradores locais, diziam sentir suas histórias e dores manipuladas e espetacularizadas pelos pesquisadores. Quase nenhuma contribuição, de fato, para melhorar ou transformar algo.

Lembro de uma fala de um dos companheiros frente a proposta de uma atividade que o Margens Clínicas propôs para falar da violência policial e paramilitar. Advertia-nos de como divulgaríamos e como garantir que não viria nenhum P2 (policial à paisana). Aponta que não

¹¹¹ *De ahí que cuando miramos a nuestro espejo eurocéntrico, la imagen que vemos sea necesariamente parcial y distorsionada. Aquí la tragedia es que todos hemos sido conducidos, sabiéndolo o no, queriéndolo o no, a ver y aceptar aquella imagen como nuestra y como perteneciente a nosotros solamente. De esa manera seguimos siendo lo que no somos. Y como resultado no podemos nunca identificar nuestros verdaderos problemas, mucho menos resolverlos, a no ser de una manera parcial y distorsionada.* (QUIJANO, 2000, p. 24)

dava pra achar que dá pra sair falando de qualquer coisa, “- porque depois vocês vão embora e é a gente que fica aqui e tem que se haver com as represálias”. Recordo-me de voltarmos para a casa descendo a ladeira em direção ao metrô do Capão Redondo com um trem na garganta. A fala dele reposicionava-nos em nosso trabalho, auxiliando-nos a compreender a materialidade do que significa não ser do território e condição de privilégio, e como isso não pode ser entendido como coisa pouca ou menor. Importante dizer que nós não estávamos ali como pesquisadores; minha chegada ao território deu-se pela articulação com o comitê e a solicitação de apoio ao Coletivo Margens Clínicas, frente ao sofrimento dos moradores com as chacinas da época.

Durante minha trajetória na Guatemala (2006-08/2013-14) as pessoas também indicaram essa usurpação por parte dos pesquisadores e trabalhadores do governo que “coletavam” informações das comunidades e iam embora sem nunca mais dar notícias, deixando expostas, em muitos casos, feridas que antes estavam guardadas (TURRIANI, 2015). O receio apresentado por Soró quando conheceu o coletivo Margens Clínicas, conforme relatado no ARCO VII, era totalmente legítimo.

Por observar o efeito ensurdecidor das disciplinas, principalmente da psicologia, escolhi seguir minha formação acadêmica desde 2012 na interdisciplinaridade, dentro do programa Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades, no Diversitas/USP. As Humanidades compreendem não apenas o diálogo interdisciplinar, como buscam um rearranjo ético político ao redor da noção de disciplinas das ciências sociais¹¹². Superada a ideologia primitivo-civilizado e compreendida a falácia do cogito cartesiano, mais que mover as fronteiras entre as disciplinas, devemos derrubar muros e cercas e não mais pagar impostos nas aduanas do conhecimento. Desde o final da década de 90 disputa-se se há ou não fronteiras claras entre as ciências sociais. Concordo com sociólogo Immanuel Wallerstein, quando afirma: “Todos os pretensos critérios -

¹¹² “Essas disciplinas são quase sempre enumeradas como antropologia, economia, ciência política e sociologia. Existem, com certeza, potenciais ampliações dessa lista, como, por exemplo, a geografia. Se história é ou não uma ciência social é uma questão um tanto controversa [...]. Há um debate semelhante sobre a psicologia, ou pelo menos sobre a psicologia social” (Wallerstein, 1999, pp. 449-452).

“Nesse movimento, a ideia de sujeito emergiu e se consolidou, forjando diferentes domínios do que se convencionou chamar, em um sentido mais amplo, de Ciências Humanas e Sociais que, junto à Filosofia Ocidental, conceberam diferentes formas de explicar os sujeitos e, conseqüentemente os processos subjetivos, ou seja, como esses sujeitos se apresentam frente ao mundo, atravessados pelo social, cultural e pelo político. A maioria desses esquemas teórico-metodológicos não incorpora a percepção de que, no projeto moderno-colonial (Estado-capital), um conjunto de outros se constituíram enquanto outras/os a partir da linguagem opressiva que faz mais do que performar a violência, mas é a própria violência (Morrison, 2020). A partir dessas inquietações investigativas, é possível perceber que, muitas vezes, as tentativas de explicações de grande parte dos eventos contemporâneos não passam de uma repetição do texto moderno” (Lima, 2020).

nível de análise, objeto, métodos, pressupostos teóricos - ou deixaram de ser verdadeiros na prática ou, se sustentados, constituem antes barreiras para novos conhecimentos do que estímulos para a sua criação” (1999, p. 452).

O rearranjo ético político das humanidades aponta justamente para o estímulo à criação de novos conhecimentos, o papel que joga a experiência vivida nessa criação, o reconhecimento de saberes fora do cânone, e, também, para a necessidade de ultrapassarmos as fronteiras disciplinares que têm sido barreiras para cocriarmos alternativas ao modelo de mundo que vivemos, que cansa de dar provas de sua ineficiência. Não podemos esquecer, sem embargo, que a ciência responde às formas sociais do capitalismo assim como suas categorias formaram-se historicamente dentro desse sistema.

Assim que, em relação à ciência, nas bases da construção metodológica das atividades formativas, estiveram presentes os seguintes compromissos éticos: criticar o moderno sem cair no pós-moderno, o que implica também questionar o estatuto da verdade sem cair em pós verdade; denunciar a racionalidade capitalista, colonial, racista e patriarcal do Ocidente sem renunciar aos recursos críticos que ela nos legou e que nos são úteis inclusive para superá-la; e, por fim, defender a importância da psicanálise como método de tratamento e como método para pensar e enfrentar os conflitos com a modernidade da qual ela mesma forma parte. E defesa que apenas se sustentará se deslocada a psicanálise do campo reformista. Como retirar a psicanálise do aprisionamento civilizatório e restituir sua vocação pública e revolucionária? Não responderemos a essa pergunta de modo metapsicológico. Que seja possível posicioná-la na práxis, junto às lutas de libertação é o que se espera!

Isso para dizer que as atividades formativas não pretendiam ter a psicanálise como um território de disputa, ainda que não pudessem escapar dos efeitos dessa disputa dentro de seus espaços. A psicanálise é um método parceiro que nos empresta modelo de ação e entendimento; mas não é única, nem mesmo ignora-se que ela possa ser superada. Retornamos a Freud pela escuta como eixo central, pelas contribuições técnicas, pela qualidade das análises de seus “textos sociais”, e por aquilo que sua experiência encoraja-nos a transgredir as normas científicas de nosso tempo. Também, importante reconhecermos que a psicanálise tem sido ferramenta para o pensamento de grande leque de intelectuais pós-coloniais, marxistas latino-americanos, antirracistas e/ou feministas (Frantz Fanon, Grada Kilomba e Lélia González, para dar alguns exemplos). Ainda, observando os deslizes e equívocos de Freud e outros psicanalistas, podemos aprender a estar atentos àquilo da estrutura que são ciladas de nosso próprio tempo, e que só poderão ser superadas com muita implicação coletiva, coragem de habitar as próprias cisões, disposição à escuta e compromisso com a ética do cuidado.

Se retorno a Freud, é para perguntar o que a gente necessita tratar em nosso tempo histórico. Queremos continuar tratando as histéricas, no sentido que Freud desvendou um método para tal tratamento e agora aplicamos esse método, na década de 2020, em meio dos feminismos tantos, ou compreendemos que Freud criou um método que possibilitou a cura de algo que era emergente no seu tempo e que nos empresta recursos para pensarmos o emergente em nosso tempo? Lembrando, uma vez mais, que Freud propôs um duplo método. Um método de cura das neuroses que é também um método de investigação sobre as causas das neuroses. Bem, se Freud se inquietou com os dilemas apresentados pelas histéricas, eu me inquieto com o abuso sexual infantojuvenil legitimado pelo patriarcado e com a violência de Estado e os assassinatos nas periferias legitimado pela racionalidade colonial racista escravocrata.

Talvez a aproximação de tais “problemáticas” pareça estranha, e de fato foram costumeiramente tratadas de modo separado pela ciência hegemônica. O sofrimento das histéricas pouco foi entendido como um problema social, apenas psicológico – inclusive, com Freud, descartada a possibilidade de que os pais fossem abusadores (hipótese que os altos índices de violência sexual contra crianças dentro de seus próprios lares, não nos permite descartar). A violência de Estado e a força repressiva de seus aparatos ideológicos, manifestada principalmente na truculência policial, foi tratada como problema sociológico e disputas políticas. Tal cisão, também é resultado dos binarismos e dicotomias das quais a ciência moderna é, ora refém, ora parte preponderante na mesa de negociações.

Pensa-se, assim, desde lugares aparentemente muito diferentes, como se o adoecimento da hística tivesse algo simplesmente de uma ordem individual e do modo como o indivíduo vive a sua pulsão em relação com a moral sexual de seu tempo. É como se o assassinato na periferia de jovens negros fosse algo da ordem do político, do econômico, algo objetivo. E assim, também, as mortes de tantas pessoas na América Latina em decorrência dos períodos ditatoriais. Como se esses crimes não tivessem respaldos nas constituições subjetivas, alimentadas pela moral sexual de uma sociedade colonial e racista. E essa é a pergunta que, em meu retorno a Freud, me inquieta. Essa é a pergunta que leva a me posicionar na minha profissão, enquanto uma profissional da escuta, enquanto uma psicanalista. É a partir dela que alguma inventividade sempre acompanhou meu trabalho clínico, que antes de chegar ao consultório, chegou à comunidade, através da psicologia social.

E então, quando retorno à psicanálise e a Freud, não é mais possível aceitar permanecer em uma determinada lógica de formação, transmissão e cuidado, que se origina também a partir da escuta de grupos específicos (judaicos e de mulheres vienenses), em 1900-1920 e 30, mas

que se institucionaliza e se perde no sistema capitalista, tornando-se um modo hegemônico de fazer psicanálise e de construir saber, que, filiado ao colonialismo ocidental, passa a negar outras formas de saber e fazer psicanálise e outras formas de tratamento e práticas de cuidado.

Quantas foram as formas de cura destruídas durante o processo colonial? Certa feita, conversava com um professor morador de um território de maioria de população indígena, e perguntei se ele trocava com as comunidades sobre a psicanálise. Ele me disse que não o fazia, pois quem disse que aquelas pessoas estavam interessadas na psicanálise? E, que o idioma delas era outro, e como ele não falava a língua delas, havia aí um obstáculo. Curioso que, de antemão, não lhe ocorreu que as pessoas indígenas pudessem pensar a psicanálise, e apenas que a psicanálise pudesse pensá-las. Devolvi, questionando então por que não podemos sustentar a angústia de lidar com nosso não saber frente à língua do outro? E não é bem essa a posição do analista? É por essa ética que alguma conexão à psicanálise persiste em mim.

Considerando todo o silenciamento e efeito de tradução veladora produzido pelo processo colonial, a psicanálise empresta ferramentas para recuperarmos ao menos parte do que foi apagado; também o que foi deslocado, condensado. Mas não me parece possível sustentar essa aposta se ela parte de uma perspectiva individualista, privatista. Não porque ela não possa acontecer no consultório, na relação a dois, mas porque prefiro apostar que toda pessoa carrega em seu sofrimento individual algo que é da ordem do público, do comum, mesmo que seja o comum da diferença. É nesse sentido que a inventividade me levou a pensar, também alimentada pela práxis de psicólogos sociais, a relação entre psicanálise e memória coletiva.

É a partir desse lugar que eu venho pensando a minha práxis. E ela é necessariamente interdisciplinar e transdisciplinar. Pensar com os povos originários, com os quilombolas, feministas negras e feministas comunitárias, pensar com a rua, os usuários do SUS e SUAS, a juventude da quebrada. Pensar também com a teoria crítica tradicional, com o marxismo, e sobretudo, com a nova geração de intelectuais fora dos territórios cêtricos, indígenas, negros e negras, culminância das lutas do movimento negro e de um bem-sucedido, ainda que frágil, sistema de reparação histórica chamado cotas, que tem transformado substancialmente a compreensão sobre saber e ciência na contemporaneidade.

3.1 ARCO XIV – A CIÊNCIA E A CLÍNICA ALÉM DA MODERNIDADE

Conforme trazido na introdução desta tese, em diferentes publicações do coletivo Margens Clínicas, e por diversos autores de nosso tempo (KILOMBA, 2019; FERREIRA DA SILVA,

2019; LIMA, 2020; DAVID, 2022; COSTA e MENDES, 2022, apenas para citar alguns) afirma-se que o passado colonial escravocrata e patriarcal e suas feridas não tratadas consistem em um dos principais entraves para a consolidação de uma sociedade plenamente democrática. Assim que, fez-se necessário construir propostas formativas que buscassem trazer recursos teóricos e práticos para um empenho coletivo de tratamento das escaras abertas. Se o trauma ocorre em um tempo *a posteriori* (BERTA, 2015; DEBIEUX, 2016; KUPERMANN, 2017), e se não é possível mudar o passado traumático, que seja possível incidir no *a posteriori*, sair da posição de desmentido frente ao sofrimento do que é narrado, desimpedindo processos de simbolização.

“Isso não dever ter realmente acontecido”, “não foi bem assim”, “a culpa foi sua”, “você que procurou”, “se você tivesse feito de outro jeito”, “se você tivesse me escutado”, são todas expressões que marcam a posição de desmentido na qual aquele que escuta sobre a experiência violenta impede adequada simbolização por parte de quem vivenciou a experiência violenta. Frente ao desmentido, produz-se ao menos dois movimentos traumatizantes, ou deposita-se a pessoa afetada em um sentimento de desarrazoamento, ou determina-se a pessoa a condição de responsável pela violência vivida e pelo seu próprio sofrimento. Para sair da posição de desmentido frente a violência da colonialidade é necessário que compreendamos a materialidade histórica de nossa condição de desumanização pelo processo colonial.

Podemos compreender o papel que joga a história e as narrativas oficiais no impossível de elaborar da experiência colonial quando compreendemos que o não reconhecimento “da narrativa de sofrimento de um sujeito em condição de vulnerabilidade implica uma ‘desautorização’ da sua experiência (e do seu testemunho) no campo social, sendo esta ‘desautorização’, ela mesma, primordial na constituição do trauma”, como afirma Daniel Kupermann (2015) sobre o conceito de desmentido. Cada vez que se afirma que o Brasil foi descoberto, que os brancos salvaram as Américas, que o pensamento ocidental moderno é o que há de mais importante no pensamento da humanidade, operamos um desmentido que desautoriza a experiência de milhares de pessoas cuja dilaceração da vida simbólica é acompanhada da expropriação material e da redução da qualidade criativa através da transformação do trabalho em força de trabalho que apenas reproduz mercadorias em nome de uma suposta civilização construída com tijolos de corpos e argamassa de sangue.

Não há como sair do desmentido colonial pelo saber de uma única disciplina assim como a reparação não virá apenas da expertise psi, e nem do Estado, ainda que ambos possam contribuir para o processo. A interdisciplinaridade entre processo analítico, circulação geopolítica, participação no fluxo econômico, sustentação de posições políticas, somada à transdisciplinaridade que considera outros modos de saber e radicaliza a experiência como

forma máxima de conhecimento, abre espaços para que o testemunho possa desvelar o desmentido e reelaborar a experiência traumática, dando passagem para as simbolizações antes interditadas.

Nessa interdisciplinaridade busquei ao longo dos anos diversos recursos críticos que me auxiliassem na compreensão de como a modernidade se estabeleceu como modelo universal de mundo, e com o freudo-marxismo somado à obra de Fanon, encontrei nas determinações de reflexão uma ferramenta de pensamento importante para pensar as relações entre violência de Estado, estrutura econômica e produção de subjetividade:

Essência, fenômeno e aparência são, portanto, nesse sentido, determinações de reflexão, já que todos eles expressam essa relação; todo fenômeno é essência que aparece, toda essência aparece em algum modo, nenhuma pode ser existente sem essa relação dinâmica, plena de contradição; cada uma é na medida em que ininterruptamente preserva e abandona sua própria existência, na medida em que entra nessa relação contraditória. As determinações de reflexão corretamente apreendidas destroem, não apenas a rígida dualidade, vinda da teologia, mas ainda hoje operante, de entidades que parecem independentes, mas também, ao mesmo tempo, o igualmente antigo preconceito de que a objetividade, imediatamente fixa, formada segundo a analogia da coisidade, teria de algum modo prioridade ontológica ante as meras condições, relações etc. que as separam e enlaçam, em que se expressam suas interações reais. (LUKÁCS, 1976/2018, p. 534)

Retomando o conceito de violência política e desde a noção de determinações de reflexão compreendemos como a violência perpetrada e/ou legitimada pelo Estado na América Latina é motor e consequência da relação reflexiva entre capitalismo, colonialismo e racismo e patriarcado, e a tradição colonial-escravocrata é expressão máxima de seus efeitos, e ao mesmo tempo elemento constituidor da acumulação primitiva de capital. A exploração (sexual e laboral) dos corpos na colonização, sobretudo das pessoas indígenas de Abya Yala e das pessoas negras sequestradas de África, deu-se igualmente em uma relação de reflexividade entre ser feito mercadoria, propriedade privada e meios de produção (Costa & Mendes, 2022). A exploração da mão de obra nas coloniais enriqueceu a Europa e permitiu o acúmulo de riquezas por diversos meios: espólio e apropriação de matérias primas (madeira e minério, e posteriormente alimento); exploração da força de trabalho de pessoas escravizadas na retirada desses recursos e produção agrícola; no valor gerado ao serem tomados como propriedade privada, ou seja, sinônimo de riqueza material, que inclusive podem produzir mais riqueza na reprodução de filhos; lucro gerado pela venda de recursos roubados; lucro gerado pelo mais valor agregado aos produtos resultantes da exploração de trabalhos; e por fim, lucro gerado pela venda de corpos escravizados. Apesar de precisarmos distinguir as especificidades dos

efeitos da escravidão de pessoas negras, é necessário reconhecer a forma como a igreja enriqueceu às custas de pessoas indígenas, que tiveram a mão de obra explorada justificada pela catequização e eram também “propriedade privada”, enquanto rebanho que permite à igreja receber fundos para seguir cuidando das “pobres almas”. Qualquer semelhança com a laborterapia dos residenciais terapêuticos hoje seria pura coincidência?

Ainda, aquilo que é considerado máxima expressão do pensamento e da produção intelectual, é também resultado de roubo e apropriações de produções filosóficas, matemáticas, médicas, arquitetônicas. Um sem-fim de engenharias e tecnologias humanas instrumentalizadas em função do enriquecimento do sistema-mundo ocidental e ocidentalizante.

O conceito de sistema-mundo foi desenvolvido por Wallerstein em sua crítica ao capitalismo e nos auxilia para pensarmos os entrelaçamentos entre as diferentes economias nacionais, deslocando a ideia de liberdade econômica e social de cada Estado-nação para a compreensão da intrincada dependência entre as economias dos diversos países, que resulta na divisão do mundo entre centros, periferias e semiperiferias. O que buscamos apontar, e que o conceito de sistema-mundo nos auxilia, é que tal dependência também é reflexiva, uma vez que os países “centrais” dependem profundamente da exploração dos países periféricos e semiperiféricos, e da manutenção desses países em condição de subdesenvolvimento e exploração, o que se dá desde os primórdios do capitalismo. A divisão da ordem produtiva dentro desse sistema-mundo corresponde, portanto, à própria ideologia do capitalismo e estabelece um padrão de troca desigual, que nada tem a ver com liberdade e livre-mercado. Conforme Wallerstein:

se descobrirmos, como de fato ocorreu, que o sistema parece conter amplas áreas de trabalho assalariado e não-assalariado, amplas áreas de bens “mercadorificados e não-mercadorificados” e amplas áreas de formas de propriedade e de capital alienáveis e não-alienáveis, então devemos pelo menos perguntar se essa ‘combinação’ ou mistura do chamado livre e do chamado não-livre não é ela própria a característica definidora do capitalismo como sistema histórico. (1999, pp. 463-464)

Tal questionamento vem sendo respondido de múltiplas formas, e desde a seara da psicologia e psicanálise podemos nos dedicar a pensar os efeitos traumáticos específicos desses processos em diferentes camadas do campo social, considerando a violência fundante que está recalcada na história da América Latina e do Brasil, e que retorna estruturando as relações contemporâneas, moldando imaginários, éticas e afetos (KON et al., 2017; SILVA et al., 2018).

Estratégias de desrecalcamento precisam ser criadas para que possamos superar as repetições e tratar o traumático de nossa história, convenientemente escondido, envergonhado e oprimido.

Nos últimos trinta anos, mais de 1 milhão de pessoas foram assassinadas no Brasil. O relatório divulgado no final de 2014 pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública revela uma realidade brutal: neste país: a cada dez minutos um ser humano é reduzido a pó. Foram contabilizadas 53.646 mortes violentas em 2013 e estima-se que no mesmo ano tenham sido praticados 143 mil estupros. (ROSA, 2015, p. 39)

Tais repetições são resultado do assombro do traumático que retorna, mas também de um gozo perverso que não hesita em encenar a barbárie com pompas de civilização, e dia a dia sofisticar seus métodos. Conforme observa Luiz Eduardo Soares:

a ditadura não inventou a tortura e as execuções extrajudiciais ou a ideia de que vivemos uma guerra contra inimigos internos. Tais práticas perversas e as correspondentes concepções, racistas e autoritárias, têm a idade das instituições policiais no Brasil e, até mesmo antes de sua criação, já tinham curso. A ditadura militar e civil de 1964 simplesmente reorganizou os aparatos policiais, intensificou sua tradicional violência, autorizando-a e a adestrando, e expandiu o espectro de sua abrangência, que passou a incluir militantes de classe média. Ainda assim, foi esse regime que instituiu o modelo atualmente em vigência. (SOARES, 2015, p. 28)

Não há como enfrentar a situação de violência patógena na América Latina (MARTIN-BARÓ, 1990) sem um compromisso profissional ético de todas as humanidades, no qual as áreas *psis* deveriam desenvolver o trabalho voltado para a subjetividade considerando a reflexividade desta com a materialidade histórica.

Dado que a responsabilidade social a qual responde o discurso da psicologia acadêmica, o objetivo de suas técnicas e a função do psicólogo, remetem às classes dominantes, essa tomada de consciência, se quer possibilitar uma prática profissional diferente da designada, deve se dar no seio da luta de classes e das ideologias de classe. Por isso, o papel assumido é uma decisão de tipo ideológico. (BENEDITO, 1975, tradução nossa¹¹³)

Uma vez que as propostas ocidentais são tão limitadas quanto seu modelo de humanidade e grande parte dessa violência é resultado da exclusão e opressão inerentes à

¹¹³ “Dado que a responsabilidade social a qual responde o discurso da psicologia acadêmica, o objetivo de suas técnicas e a função do psicólogo, remetem às classes dominantes, essa tomada de consciência, se quer possibilitar uma prática profissional diferente da designada, deve se dar no seio da luta de classes e das ideologias de classe. Por isso, o papel assumido é uma decisão de tipo ideológico”

razão moderna ocidental, cabe ainda o exercício permanente de reconhecer e incluir propostas que respondam a outras racionalidades, experimentando outros caminhos possíveis na busca de soluções liberadoras. O sistema-mundo encena diferentes formas de silenciar e a escolha de desde qual paradigma se pensa é uma decisão de tipo ideológico, é um ato político.

O colombiano Orlando Fals Borda há mais de 40 anos convidava a nos reinventarmos como comunidade “através de um conhecimento emancipatório que habilite os seus membros a resistir ao colonialismo e a construir a solidariedade pelo exercício de novas práticas sociais, que conduzirão a formas novas e mais ricas de cidadania individual e coletiva” (1984). Compreendemos que o trabalho voltado para a subjetividade, atento à materialidade histórica, que culmine na recuperação da memória desde as comunidades e para as comunidades pode produzir um método que nos permite tal reinvenção.

Estabelecer uma nova rota em direção a verdade, à busca pelo verdadeiro, implica uma posição ético-política anticolonial que passa necessariamente pelo reconhecimento do que foi apagado, roubado, e se possível, pela recuperação de memórias, percepções, sentidos. Desrecalcar é buscar pelo esquecido, pelo instrumentalizado, de tudo que são as diversidades de culturas submetidas às lentes, ao julgo, de uma concepção de mundo que se fez hegemônica. Defendo desde a experiência junto às comunidades *mayas* na Guatemala que a imposição deste sistema-mundo precisou ser acompanhada de um manejo perverso da memória a partir da instrumentalização da história.

O futuro pelo qual lutam os indígenas mesoamericanos, como deixou evidente o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), é um futuro em que se preserva e recupera um passado, sem o qual não pode haver futuro. Para os zapatistas, com efeito, “não é possível perder o ontem sem perder também o amanhã”. É por isso que esquecer implica a “desesperança”. A esperança repousa na memória. Os ancestrais dão a seus descendentes a consciência do que são e a força de que precisam para se libertar. (PAVÓN-CUÉLLAR, 2022, p. 53)

“Esquecer implica a desesperança” como afirma David Pavón-Cuéllar no livro “Além da psicologia indígena: Concepções Mesoamericanas da Subjetividade (2022). E é na recuperação da memória coletiva, na memória viva, que reside a resistência dos povos, e se a esperança repousa na memória e são os ancestrais que dão a seus descendentes a consciência de quem são e a força de que precisam para se libertar, podemos afirmar que a reconstituição do vínculo comunitário é o que cura.

O sujeito se constitui relacionalmente como efeito de um enodamento da urdidura comunitária. Os fios da comunidade, ao entrelaçar-se, criam um sujeito que não tem outra substância senão a de tudo que é comunitário que se enreda nele. Por si mesmo, isolado, um homem não é nada, ou é pouco, muito pouco, um “incapaz”, significado etimológico preciso da palavra tlacatl, que significa “homem” em náhuatl. Para ser plenamente o que é, o humano precisa de uma comunidade, mas não apenas para estar nela, e sim para “ser nela” e de alguma forma “ser ela”, como bem ilustra o já mencionado termo maya denominado uinic referindo-se à “pessoa em comunidade” e também à própria comunidade, a “gente”, ao “conjunto de pessoas”. O uinic revela a essência comunitária do indivíduo inessencial. (PAVÓN-CUÉLLAR, 2022, p. 49)

Assim, esta violência que nomeio de violência política, incide no laço produzindo lógicas privativistas, individualizantes e desconfiadas, fenômenos que reflexivamente rompem com o laço comunitário, e nisso, produzem efeitos traumáticos específicos que aleijam os sujeitos da sensibilidade, da criatividade, da capacidade de expressão e autonomia, tanto pela própria violência manifestada em atos e palavras como pelo impedimento do reconhecimento do traumático entre pessoas que já não formam comunidade, apenas um acumulado de pessoas que não partilham de qualquer comum que não seja o comum da igualdade identificatória de classe, raça, gênero, idade, geografia, idioma, etc.

As comunidades, os espaços em que comuns-identidades, reconhecimentos, deveriam co-existir, inclusive em suas diferenças e especificidades, vão sendo descomunizadas através de um perverso e lento processo que inclui desde as violências mais extremas, como tortura, assassinatos, estupros, até as violências sutis que apagam memórias e impõem paradigmas por meio de educação, cultura, meios de comunicação. O vizinho passa a ser o estranho, o perigoso. Os laços vão se rompendo e impera a desconfiança e o esfacelamento dos fios que unem nossas redes. Não há mais comum, e, ao mesmo tempo, tampouco há espaço para o singular. **O que une, mas sem fazer laço, é a repetição de uma vida que não foi escolhida, sem memória**, e a necessidade cotidiana de fazê-la sobreviver aos abusos da polícia, do patrão, do traficante, dos homens, dos donos da rua, dos espaços públicos e dos corpos particulares apropriados por poucos. **Mas essa repetição não é aquela que possibilita elaboração.** É a que anula dia a dia a possibilidade de recordar. É a repetição tal qual a da máquina, anestesiada, sem vida, sem voz, sem dor. (TURRIANI, 2018b, p. 100-101, grifo nosso)

A memória coletiva ao mesmo tempo que permite o reconhecimento de histórias comuns, também dá espaço para as singularidades, pois não se trata de uma narrativa homogênea sobre os acontecimentos, e sim da sustentação das contradições existentes entre narrativas, já que cada um experiencia de seu modo o mesmo acontecimento. É a essa abertura que a memória coletiva “faz função”. A memória coletiva é também resultante da reflexividade entre recordação, fato/acontecimento e narrativa. Ela é a produção coletiva de um saber desde

a essência, o fenômeno e a aparência. Toda narrativa é recordação de um acontecimento, seja este um acontecimento cognitivo, um fenômeno do pensamento que só pode ser pensado a partir da memória estabelecida a partir da relação com o mundo, com os fatos/acontecimentos no mundo. Os fatos/acontecimentos, por sua vez, também são resultados de narrativas e memórias que determinam nosso modo de nos relacionarmos com o mundo, produzindo novas memórias e novas narrativas. Relação dinâmica, cheia de contradição, que podem ser cuidadas no recordar, repetir e elaborar coletivo.

É porque experienciamos o mundo de modos singulares que precisamos recorrer à construção de significados comuns em nossas comunidades de pertencimento, de modo a encontrar histórias particulares do grupo, que podem ser cotidianamente ressignificadas no encontro com as diferenças, mas que buscam enunciar um consenso mínimo quanto a compreensão de determinados acontecimentos. Assim, rompendo a dualidade verdade-mentira, certo-errado, que tem mantido o direito de falar a tão poucas pessoas que narcisicamente se consideram porta-vozes da memória, produzindo, inclusive, os critérios de elegibilidade da normalidade-loucura.

Tecer memórias é resistir; confiar é resistir; confiar é tecer junto. É incidir na subjetividade em reflexividade com a materialidade opondo-se ao espólio subjetivo e material produzido pelos paradigmas do sistema-mundo ocidental capitalista. Tecer memórias é enredar narrativas, ainda que contrárias, formando um tecido comum, como o Yuu (Pavón-Cuéllar, 2022, p. 145), tapete feito de fibras de palmeira entrelaçada que representa também a rede, o entramado, a urdidura comunitária que nos sustenta na relação indivíduo-comunidade. A transversalização da noção de memória coletiva no trabalho territorializado e em minha própria produção de pensamento entendido como construção coletiva desde a memória coletiva foi o que pavimentou o desenvolvimento de minha prática clínica coletiva e comunitária, e o que me faz dizer que essa é uma tese assentamento – uma ocupação coletiva de terras improdutivas do pensamento psicológico e psicanalítico hegemônico; partilha comunitária que lavora o chão empobrecido pela monocultura e composta os restos do ocidente para retornar a terra os nutrientes que lhe foram roubados.

Se na pesquisa de mestrado movia-me a inquietação com as disputas em torno das narrativas oficiais sobre o passado que visavam esclarecer os obscuros períodos de ditaduras e violência de Estado na América Latina ou construir e manter versões que os negassem, reconhecendo que determinadas esferas da sociedade jogam papel preponderante nessa disputa, a entrada no doutorado foi movida pela inquietação quanto à participação da psicanálise e dos saberes *psis* na possibilidade de oferecer cuidado condizente com as feridas

coloniais que carregamos e que ficam impedidas de serem tratadas para a grande maioria da população, diretamente afetada, que segue sem direito a ser escutada e excluída da produção de conhecimento sobre o que seria um possível de reparar simbólica e materialmente.

Inspirada pelos processos comunitários das CPRs que buscam se fortalecer pela memória coletiva – ou resistência dos povos, e pelo “do luta à luta” do Movimento Mães de Maio, a inquietação vem acompanhada de um desejo coletivo de “profanar” a psicanálise e seu modelo de formação – que é também um modelo de produção de conhecimento, encontrando outras modalidades de terapêuticas cujo trabalho subjetivo venha acompanhado de alterações das condições materiais de existência. Para profanar um dispositivo, é necessário estar “em condições de intervir sobre os processos de subjetivação não menos que sobre os dispositivos, para levá-los à luz daquele ingovernável, que é o início e, ao mesmo tempo, o ponto de fuga de toda política” (AGAMBEN, 2005, p. 16). Aqui abro um parêntese para refletir como as coisas dão errado quando pretendemos torná-las governáveis. Todas as vezes que Freud tentou governar a psicanálise, deu ruim. A IPA – Associação Internacional de Psicanálise transformou-se em uma forma de governo sobre a psicanálise. Por essa razão, sustentar modelos cogestionários e autogestionários intervêm sobre os dispositivos de governabilidade, e permite que o ingovernável oriente as ações políticas e ao mesmo tempo seja ponto de fuga para que a política não seja apropriada como poder. Voltaremos a isso no capítulo 5.

Retomando, da compreensão da determinação reflexiva entre capitalismo, colonialismo, racismo e patriarcado e seus efeitos na subjetividade, entende-se que diferentes dispositivos psicológicos, dos quais a psicanálise pode fazer parte, auxiliam na inferiorização dos não brancos (colonialidade do ser); na marginalização e invisibilização de sistemas de conhecimento existentes, através das sustentações de noções psicopatológicas e metapsicológicas que negam e desprezam os saberes dos povos indígenas e afrodiáspóricos (colonialidade do saber); e, na hierarquização dos grupos humanos a partir dos modos de produção (colonialidade do poder), erotização e reprodução, determinando quem é homem e mulher (colonialidade do gênero), reforçando posições de suposta superioridade intelectual, moral, e biológica, com posições econômicas e políticas¹¹⁴.

¹¹⁴ Os conceitos de colonialidade do ser, saber, poder e gênero, foram desenvolvidos pelo grupo Modernidade/Colonialidade, cuja contribuição de Maria Lugones foi fundamental para conceituar colonialidade de gênero. Para saber sobre o grupo Modernidade/Colonialidade e o giro decolonial ver BALLESTRIN, Luciana. América latina e o giro decolonial. Revista. Bras.Ciência.Pol. nº 11. Brasília. May/aug.2013 e JARDIM, Raoni M. M. Educação intercultural e o projeto encontro de saberes: do giro decolonial ao efetivo giro. Brasília: UnB, 2018.

Mas é de um preceito fundamental da psicanálise que se pode estabelecer a ética do que se propõe aqui como fazer: o paciente é o único que sabe verdadeiramente sobre seu sofrimento. Mesmo que ele não saiba que sabe, ninguém sabe mais que ele. Cabe ao analista auxiliar o paciente a se escutar, para que ele possa escutar o que nem sabe que sabe sobre si, sobre aquilo que o determina, para que possa então escolher sobre suas determinações e indeterminações. Não há, ou não deveria haver, governabilidade do analista na relação com o tratamento. No encontro com este outro que oferece uma escuta, não há uma legislação sobre ser, saber, poder, desejar. É possível reconhecer o que se é, se sabe, se pode e se deseja, e romper as correntes da colonialidade que nos obrigam ao não ser, não saber, não poder, não desejar. Paulo Freire também nos ensinar que o educador pode participar das quebras dessas correntes, e a educação popular tem operado como “ferramenta analítica” em vários rincões onde o psicanalista de sapato social e salto alto não se atreverá a pisar. A educação popular emprestou recursos para que psicanálise e psicologia social possam apoiar as comunidades.

Como nas paredes de um consultório, aquilo que não pode ser lembrado, mas ao mesmo tempo não consegue ser esquecido, insiste em se apresentar nas entrelinhas, nos entreditos, nos chistes, atos falhos, sonhos; nas comunidades, se apresenta também como conflito, como cobrança, como ausência, como absurdo, como nostalgia de um tempo que nunca existiu, mas que é sempre lembrado como promessa de futuro.

Se o mal-estar na civilização causa na subjetividade daqueles que estão inscritos no laço social a necessidade de reprimir os desejos mais “incivilizados”, para aqueles que são obrigados a habitar em comunidades do outro lado da linha do “civilizado”, o mal-estar tende a causar a repressão de si próprio, a repressão da potência de ser que só pode existir ao abdicar de si e resultar em total impotência. (TURRIANI, 2018b, p. 100)

A história e a memória, como buscamos argumentar no capítulo 1, são paulatinamente manipuladas de modo a consolidar uma ontologia negativa¹¹⁵, entendida aqui, junto com Márcio Faria, como a construção do outro, diferente do branco, como um não ser, desistoricizado, cujo passado tem espoliado seu valor: “a sua afirmação enquanto escravizado nega sua condição humana no ato de subjugação, mas também em sua historicidade, em sua anterioridade” (FARIAS, 2022, p. 106). É um processo reincidentemente violento. O processo de acumulação primitiva do capital necessitava de uma teoria que negasse ao outro a condição de sujeito para justificar sua exploração, fenômeno que se intensificou de tal modo que culminou no nazismo, o que permite a Aimé Césaire afirmar: “que antes de sofrê-lo; absolveram-no, fecharam seus

¹¹⁵ O campo de debate filosófico sobre o conceito de ontologia negativa foge ao escopo desta pesquisa.

olhos e o legitimaram, porque, até então, havia sido aplicado apenas a povos não europeus; cultivaram esse nazismo, ele é sua responsabilidade” (CÉSAIRE, 1950/2020, p. 18).

O desenvolvimento do pensamento dominante na Europa, a partir do século XVI, esteve obcecado pela concepção do que era o humano, baseando-se unicamente em seu próprio modelo, primeiro teológico e depois racional (uma razão contaminada de teologismos), como ponto central no desenvolvimento dessa ideia. Fanon nos mostra como tudo que está fora da razão dominante europeia não era tomado como humano; todo o restante foi nomeado a partir dessa razão, e assim surgiu o negro e o *índio* como denominações de quem não é, e que assim, “não deve ser”, para ser reduzido à força de trabalho e objeto para a acumulação primitiva de capital. A concepção de raça, a partir de 1500, veio para submeter outros modos de relações de produção ao modo de produção capitalista, e para isso a hierarquia racial era necessária.

Diante dos traumas dessa violência é urgente que o analista abdique ainda mais do que sabe para que o analisando se desloque de uma zona do não ser que é negação de si, para uma zona do não ser que seja a superação das ontologias ocidentais, e isso envolve muitas vezes um conjunto de terapêuticas além do divã. É necessário restituir “ao livre uso dos homens”, das mulheres, dos sem gênero, dos não humanos, o que o sacrifício necessário à consagração do Ocidente separou e dividiu (AGAMBEN, 2005). O método psicanalítico só poderá alcançar a cura e aportar para a libertação se retornar a si, recuperando suas bases. E para isso, há que profaná-lo, restituir seu método ao uso comum, uma vez que:

A clínica não é somente um conjunto de técnicas e competências aliado a um método de investigação das patologias, mas, antes, uma racionalidade que versa sobre os fins do tratamento. E uma racionalização sobre os fins é, acima de tudo, um pensamento político. Dito de outra maneira, o espírito clínico não é marcado apenas por uma sistematização e um ordenamento dos fenômenos clínicos, mas especialmente pela dedução e pela defesa política de uma determinada forma de vida. E a forma de vida privilegiada por esse tipo de racionalidade não é outra senão a vida normalizada pela noção de saúde, pré-orientada segundo os valores típicos de uma determinada sociedade e limitada em suas possibilidades de transformação subjetiva. (NEVES, 2020, p. 22)

Há que convocar psicanalistas e psicólogos críticos para a defesa à diversidade das formas de vida, da diversidade dos modos de tratamento, de cura, que sejam consonantes com a produção de subjetividade a partir da singularidade. Se compreendermos que a causa dos sintomas em um mundo colonial, racista e patriarcal também é coletiva, e não apenas individual, imediatamente entenderemos que a terapêutica não poderá prescindir do coletivo; se entendermos que há causas materiais, deverá tocar também nas condições materiais de existência. E isso altera tanto a forma de intervir do analista, como pode alterar o *setting* em si.

Pensar a partir da sociogênese e da denúncia ao individualismo decorrente da imposição do capitalismo não significa apenas incluir os efeitos das macroestruturas no sofrimento individual, mas repensar a própria ideia de indivíduo como efeito desse paradigma imposto. Um convite para deixar escutar desde a coletividade ou o comunitário, para *pensar bonito*¹¹⁶, desde outras linguagens e cosmovisões de mundo, em uma abertura radical às múltiplas verdades dos múltiplos sujeitos, abrindo-se não apenas para transformar a compreensão da psicanálise acerca de "o que é um sujeito?", como as possibilidades de outras terapêuticas da não supressão do sujeito que já existiam e ainda existem (PARRA-VALENCIA, 2019; PAVÓN-CUÉLLAR, 2022), inclusive auxiliando há séculos às comunidades dos povos em resistências a não sucumbirem aos efeitos deletérios da colonialidade.

3.2 ARCO XV – EPISTEMOLOGIAS E TERRITÓRIOS PARA TERAPÊUTICAS UTÓPICAS

Mesmo o que foi produzido a partir da psicanálise grupal não deixa de pensar ao grupo desde a metapsicologia e como espelho do individual. Na psicologia social comunitária importantes contribuições da psicanálise têm sido negadas por se confundir a apropriação classista que se tem feito, com o método em si; o que muitas vezes empobrece a escuta, acaba romantizando o grupo e a comunidade em oposição ao indivíduo, repetindo os mesmos binarismos. O paradigma do mundo ocidental parece não permitir que se pense o coletivo ou a comunidade como algo em si, uma vez que a lógica ocidental se estrutura pela noção de indivíduo ao mesmo tempo em que é estruturada por ela. E grande parte do que se refere ao coletivo ou à comunidade, ou é entendido como um indivíduo-grupo ou é entendido como massa, como animalesco, não individuado, como se no encontro com o comum não houvesse possibilidade de existir o singular. Superar esse impasse requer outras epistemologias.

Neste sentido, Liliana Parra-Valência, psicóloga, professora e pesquisadora colombiana que trabalha junto às comunidades de Montes de Maria na Colômbia, território afetado pelo conflito armado em seu país, realiza um trabalho que caminha ao lado das comunidades e produz diálogos com outras epistemologias:

A Clínica Psicossocial apresenta-se **crítica às formas de intervencionismo psicossocial moderno/colonial**, e está **comprometida com o acompanhamento comunitário**. Distancia-se e rechaça as lógicas e os projetos intervencionistas, sejam estes psicológicos, sociais, médicos, econômicos e

¹¹⁶ “Para los Mamos [pueblo ancestral de Colombia] el pensamiento bonito expresa la fuerza que conecta lo material, lo sagrado y lo espiritual”. (PARRA-VALENCIA, 2019, p. 166)

armados. Também se opõe e é crítica de todas as violências contrárias a autodeterminação e soberania dos corpos, gêneros, raças e dos territórios latino-americanos afro-indígenas. [...] A Clínica Psicossocial não busca se centrar na/o profissional como única/o experta/o, senão que nas potencialidades, virtudes e anseios das comunidades. [...]

Estuda os saberes comunitários e as práticas cotidianas descolonizadoras. A Clínica Psicossocial como campo de estudo, interessa-se pelos saberes comunitários e práticas cotidianas [...], aquelas que resistem, mesmo em contextos de guerra e violência. Segue o pensamento descolonial andino, em particular a proposta de Rivera-Cusicanqui (2010)¹¹⁷, que nos convida à articulação entre o discurso e a prática descolonizadora, para que as palavras não continuem acobertando sentidos de dominação. (PARRA-VALENCIA, 2020, pp. 117-118, negrito da autora, tradução nossa¹¹⁸)

Assim como a Parra-Valencia, entendo que uma metodologia eticamente orientada pela escuta do sujeito e pelos pressupostos descoloniais precisa ter constante abertura aos atravessamentos do território. A autora ressalta o “caráter criativo e de apropriação das práticas cotidianas, que fazem delas um acontecimento irrepetível” (2020, p. 117). Ainda, que esta característica “potencializa a agência e a autonomia daqueles que incorporam a prática; abre possibilidades à transformação de um sujeito em particular ou grupo social” (2020, p. 118).

Outro elemento convergente e que apresenta um dificultador de sistematizações que possam alimentar a construção de políticas públicas, está na valorização dos contextos locais de cada experiência:

uma alternativa à ciência moderna/colonial com pretensões de universalismo. Distancia-se de leis e princípios, em um sentido essencialista, iguais em todo tempo e lugar, como nas ciências naturais. Pelo contrário, a Clínica Psicossocial convida a que nos centremos nos saberes locais, nas epistemes que emergem

¹¹⁷ RIVERA-CUSICANQUI, Silvia. *Ch'ixinakax utxiwa Una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores*. Buenos Aires: Tinta Limón Editores, 2010.

¹¹⁸ “La Clínica PsicoSocial se presenta **crítica de formas de intervencionismo psicosocial moderno/colonial**, y se apunala en el **compromiso con el acompañamiento comunitario**. Se distancia y rechaza las lógicas y los proyectos intervencionistas, sean estos psicológicos, sociales, médicos, económicos y armados. También se opone y es crítica de todas las violencias en contra de la autodeterminación y la soberanía de los cuerpos, los géneros, las razas y los territorios latinoamericanos afroindígenas. [...] La Clínica PsicoSocial no busca centrarse en la/el profesional como único experto/a, sino más bien en las potencialidades, virtudes y requerimientos de las comunidades. [...]

Estudia los saberes comunitarios y las prácticas cotidianas descolonizadoras. La Clínica PsicoSocial como campo de estudio, se interesa en los saberes comunitarios y las prácticas cotidianas. La unidad de análisis de la Clínica PsicoSocial no es el comportamiento humano, como objeto de estudio susceptible de matematización, según la exigencia kantiana; sino las prácticas cotidianas de las comunidades, aquellas que resisten, aún en contextos de guerra y violencia. Sigue el pensamiento descolonial andino, en particular la propuesta de Rivera-Cusicanqui (2010), quien nos invita a la articulación entre el discurso y la práctica descolonizadora, para que las palabras no continúen encubriendo sentidos de dominación”.

no território e no contexto singular, e situado; aqueles que vão e vêm ao ponto de partida sem repetir-se. (PARRA-VALENCIA, 2020, p. 119, tradução nossa)¹¹⁹

A possibilidade de trabalhar junto às comunidades do interior da Colômbia permite a Parra-Valencia dar giros importantes em direção a uma dimensão psíquica grupal desde as perspectivas comunitárias. Ainda que ela dialogue com autores da psicanálise que se empenharam em pensar sociedade e grupo¹²⁰, vem buscando essa dimensão desde as epistemes próprias das comunidades, reconhecendo que estes saberes foram silenciados e que esse silenciamento incide no próprio “psiquismo do grupo” enquanto tal: “Nesta última, identificamos uma valiosa potencialidade para as estratégias psicossociais de reparação” (2020, p. 119, tradução nossa). O giro dado por Parra-Valencia a trouxe até o Brasil, onde também estudou as epistemes de terreiros de umbanda e candomblé, e desde seu trabalho busca demonstrar outras racionalidades diagnósticas que muito poderiam contribuir com o saber *psi* e com as políticas públicas.

Como no trabalho desenvolvido por Parra-Valencia (2020), nas atividades formativas propostas também visamos metodologias de caráter “participativo, colaborativo e emancipatório” (p. 119) e propomos, antes, compreender os processos próprios das comunidades e acompanhá-los: “para isto, é imprescindível nos posicionarmos como acompanhantes, com uma disposição para caminhar ao lado da comunidade e de suas apostas” (p. 220). No tempo que durou o projeto, foi possível caminhar ao lado da comunidade de trabalhadoras e trabalhadores do SUS e SUAS, reconhecendo seus saberes, auxiliar no trabalho de quem caminha ao lado do MTST, de comunidades rurais, de povos e comunidades tradicionais, apoiando e sendo apoiados, pensando juntos como as epistemes tradicionais

¹¹⁹ “una alternativa a la ciencia moderna/colonial con pretensiones de universalismo. Se distancia de leyes y principios, en un sentido esencialista, iguales en todo tiempo y lugar, como en las ciencias naturales. Por el contrario, la Clínica PsicoSocial invita a centrarnos en los saberes locales, en las epistemes que emergen en el territorio y el contexto singular, y situado; aquellos que van y vienen al punto de partida sin repetirse”. (PARRA-VALENCIA, 2020, p. 119)

¹²⁰ “Son amplios y bastos los aportes del Psicoanálisis a la Psicología Social, y no es nuestra intención agotarlos aquí, sólo enunciar algunos en relación con: 1) la comprensión de los fenómenos sociales, desde vertientes culturalistas como las de Erick Fromm, H. S. Sullivan o Karen Horney; los estudios sobre transmisión generacional de Silvia Gomel; o sobre los malestares de la cultura, como las nuevas enfermedades del alma que aborda Julia Kristeva, las patologías del narcisismo de André Green, la cultura digital de Eduardo Romano, la personalidad neurótica de nuestros tiempos neo-liberales de Enrique Guinsberg, entre otros. 2) También identificamos los aportes de la Teoría de las Relaciones Objetales, como paradigma que profundiza los modelos evolutivos y los procesos del desarrollo; considera las relaciones tempranas centrales en la estructuración y organización del psiquismo, como primordio relacional, con consecuencias en la vida emocional adulta. Algunas/os autores son Karen Horner, Margaret Mahler, Stephen A. Mitchell, y en el caso de Colombia Mónica Schnitter (López y Schnitter, 2010), quien introdujo dicha corriente en el país. 3) Y, las contribuciones del Psicoanálisis de las Configuraciones Vinculares²¹, Psicoanálisis vincular o intersubjetivo; con autoras/os como Janine Puget, Isidoro Berenstein, Diana Kordon, Lucila Edelman, Marcos Bernard, Sonia Cesio, entre otras y otros.” (PARRA-VALENCIA, 2020, p. 98)

compõe/podem compor em conjunto nas práticas de cura e cuidado, no raciocínio diagnóstico. É meu desejo que em breve se consolide um grupo de pesquisa sobre outras racionalidades clínicas e práticas de cura da América Latina, como a apresentada por Parra-Valencia, também por David Pavón-Cuellar em “Além da psicologia indígena: concepções mesoamericanas da subjetividade” (2022) e por Erandi Medina em “P’amenchakua ka sési p’ikuarherani: enfermedad y la cura en la psicología p’urhépecha” (2022), que está desde as concepções de subjetividade *p’urhépecha* buscando estabelecer relações entre doença, cura e o entramado comunitário, dialogando com o modelo de raciocínio diagnóstico da clínica moderna.

Comum a estes trabalhos e ao trabalho que foi realizado nestes 30 meses, está a compreensão do que Parra-Valencia denomina de “grupalidade curadora”:

Não só a Psicologia cura as dores da alma. Isso nos adverte o estudo da grupalidade curadora. A nosso alcance está em um primeiro momento a cura. No cotidiano contamos com saberes e práticas que nos permitem aliviar de imediato as angústias e dores. Nessas práticas identifiquei expressões da grupalidade curadora, **entendida como a capacidade de certos grupos e comunidades que emergem em contextos de guerra para tramitar sua experiência emocional, frente a diferentes situações familiares, sociopolíticas, históricas e espiritual-ancestrais.** Aquela grupalidade com raiz em conhecimentos camponeses, afros e indígenas. [...] Nas práticas de grupalidade curadora que estudei nas comunidades de Montes de Maria (**mobilizar-se como antibiótico, cuidar com plantas, velar os mortos**) emergiram as dimensões que a estruturam, em quanto que, esta capacidade ao mesmo tempo que é terapêutica, também é emancipadora e espiritual-cosmológica, o que nos conta do polifacetada e multidimensional que é. [...] A grupalidade curadora é uma proposta descolonial que amplia e abre as disciplinas *psi*, que escuta e dialoga com saberes silenciados pelo modo moderno/colonial, o qual expus como um grave problema das intervenções *psi*. Segundo minha proposta, a construção teórica da grupalidade curadora se inscreve nos estudos críticos e descoloniais, dado que dialoga com um campo silenciado para os saberes de cura. É dizer, que desde uma perspectiva crítica e descolonial, me interesse por aqueles saberes curadores, excluídos pela ciência moderna/colonial, cujo potencial foi silenciado. (2019, p. 271, tradução nossa¹²¹)

¹²¹ “No sólo la Psicología sana los dolores del alma. Eso nos advierte el estudio de la grupalidad curadora. A nuestro alcance está en un primer momento la cura. En la cotidianidad contamos con saberes y prácticas que nos permiten aliviar en lo inmediato las angustias o dolores. En estas prácticas identifiqué expresiones de la grupalidad curadora, entendida como la capacidad de ciertos grupos y comunidades que emerge en contextos de guerra para tramitar su experiencia emocional, frente a diferentes situaciones familiares, socio-políticas, históricas y espiritual-ancestrales. Aquella grupalidad con raíz en conocimientos campesinos, afros e indígenas. [...] En las prácticas de grupalidad curadora que estudié en las comunidades de Montes de María (**mobilizarse como antibiótico, cuidar con plantas, velar los muertos**) emergieron las dimensiones que la estructuran, en cuanto que, esta capacidad a la vez de ser terapéutica, también es emancipadora y espiritual-cosmológica, lo que nos habla de lo polifacética y multidimensional que es. [...] La grupalidad curadora es una propuesta descolonial que amplía y abre las disciplinas *psi*, que escucha y dialoga con saberes silenciados por el talante moderno/colonial, lo cual expuse como un grave problema de las intervenciones *psi*. Según mi planteamiento, la construcción teórica de la grupalidad curadora se inscribe en los estudios críticos y

A noção de grupalidade curadora acompanhada de “mobilizar-se como antibiótico” remete ao lema do movimento mães de maio, “do luto à luta”, e pode se confirmar na seguinte passagem:

Nosso dia a dia passa por fortalecer a rede de amparo mútuo, de escuta, de proteção; o incentivo para seguir firme; o apoio psicológico; o gingar dos medos e das paranoias - bem coladas à realidade -; o enfrentamento de humilhações diversas; não deixar a autoestima desmoronar; a sede de justiça (misturada de ódio, rancor e desejo de não repetição nem conosco nem com ninguém); a peregrinação por repartições burocráticas; a ajuda material quando faltam os arrimos da família. Enfim, são questões muito duras e concretas, lidadas por nossa rede todo santo dia, sem ajuda de nenhuma instituição. [...]

Somente a resistência em nossos bairros, locais de trabalho, delegacias e prisões frente a cada novo dispositivo de controle, gestão institucional ou espaço de opressão imposto a nós, a busca incessante pela verdade (denunciando/protestando contra cada uma de suas versões oficiais), a reivindicação de formas alternativas de organização social, justiça e reparação e a luta direta nas ruas fazem frente a cada um dos novos episódios semelhantes a [essas chacinas]. Fazem frente ao futuro. (SILVA e DARA, 2015, pp. 87-89)

Luiz Eduardo Soares também aponta para este efeito “curador”¹²² da mobilização:

converter a perda em ação comum repara o trauma e restaura a potência, dissolvendo o ressentimento em desejo de vida e vontade de mudança. A solução para o trauma não é a vingança nem o mimetismo do violador, mas o restabelecimento da confiança no laço social, o engajamento nas coisas da cidade, a corresponsabilização pela esfera pública. (SOARES, 2015, p. 27)

Partir do reconhecimento que o grupo/comunidade tem uma potência curadora que lhe é própria, compõe a estruturação de nossas metodologias. Soares ainda lamenta que seja “episódico o envolvimento da maior parte dos movimentos e das entidades politizadas com a pauta do sofrimento causado pela insegurança pública” (2015, p. 28). Já essa desmobilização apontada por Soares, a consideramos um “sintoma” dos efeitos da colonialidade para os quais buscamos desenvolver atividades específicas de cuidado nas atividades formativas.

descoloniales, dado que dialoga con un campo silenciado para los saberes de cura. Es decir, que desde una perspectiva crítica y descolonial, me intereso por aquellos saberes curadores, excluidos por la ciencia moderna/colonial, cuyo potencial fue silenciado.” (Parra-Valencia, 2019, p.271)

¹²² As diferenciações entre curador, reparador, sanador, terapêutico, envolverão etapas posteriores do trabalho, que talvez fiquem para depois desta tese. Não nos parece possível, ou mesmo profícuo, debruçar sobre as especificidades conceituais de cada um destes termos, sem antes a sistematização da metodologia e a análise do material. Até porque, são conceitos engendrados pela modernidade, e se também se trata de recuperar epistemes silenciadas, pode ser que encontremos em outros saberes termos que nos aproximem muito mais da verdade destes acontecimentos.

Em diferentes passagens das sínteses reflexivas assim como nos espaços de grupão e diálogos deliberativos, a formação como um todo foi considerada um espaço afetivo, produtor de grupalidade, mobilizador de afeto e transformador da escuta. Em oposição a esses sentimentos confortáveis e acolhedores, em outros momentos eram feitas críticas incomodadas sobre lugares acomodados e perguntas importantes para que grupalidade não se confundisse com espaços sem conflito e contradições, com pactos de classe, raça, gênero, ou ainda pior, se transformasse em um aglomerado de pessoas identificadas consigo mesmas, umas com as outras e com o poder institucional, encenando um jogo cínico que nem mesmo se aproxima de agitações psicoterapêuticas.

Nas escolhas sobre os caminhos desta tese, muitas vezes desejei realizar um trabalho de explanação epistemológica a partir do que nos ensinam os pensadores Yanomami, Krenak, Guarani, sobre os sonhos e o comum; os pensadores do movimento negro sobre os quilombos e aquilombamentos; os *mayas* da Guatemala sobre o côncavo das montanhas, o convexo dos vales e suas manifestações no corpo, ou sobre a memória e a contagem do tempo; e as feministas comunitárias de Abya Yala sobre as práticas ancestrais de cuidado. Mas a certeza de que a branquitude ainda está longe de ter palavras para isso sem cair em vícios colonialistas foi o que me fez apostar na sistematização da experiência destas atividades formativas, uma aposta de produção de conhecimento coletivo que busca fazer furo no saber da academia. Saber este que ainda precisa lidar com o estruturante dessas violências nos dispositivos de produção de conhecimento a que está submetido, para se libertar das falsas perguntas que só fazem reforçar, como diz Lacan (1958, p. 601), que “não há outra resistência à análise senão a do próprio analista”.

Felizmente não caminhamos só e há muitas outras vozes empenhadas em fazer essa incursão epistemológica. Nego Bisco, Geni Núñez, Renato Nogueira, Emiliano de Camargo David, Erandi Medina, David Pavón-Cuellar, Jairo Gallo Acosta, Liliana Parra-Valencia, para citar alguns, e vários membros do grupo brasileiro de Estudos Mayas, do qual faço parte, que por exemplo, tem no trabalho de Thiago José Bezerra Cavalcanti uma referência de crítica sobre a apropriação *new age* do calendário maya (CAVALCANTI, 2017). Trabalhos que alimentam os recursos para o pensamento dentro das atividades formativas ao oferecerem outros paradigmas inclusive para o raciocínio diagnóstico, e que apoiam práticas curadoras na medida em que auxiliam a pensar bonito, reintegrando o que a razão ocidental dicotomizou.

Outras cosmovisões – Popol Vuh, os *nahuales*, os Orixás, a Santeria, as epistemologias de terreiro, o *Ch'ixi* – convidam para a tarefa empreendida coletivamente e encorajam a que se jogue outros papéis possíveis na práxis e disputas dentro da psicologia como ciência e da saúde

mental como campo. Pois sim, ciência, psicologia, assistência social, e mesmo a medicina, devem ser disputadas, pois é por meio delas que se consolidam os planos nacionais de saúde mental, as perspectivas sobre a saúde pública, bem como os currículos universitários. Esta tese, mais do que contribuir para a indexação de mais saber à psicologia ou a psicanálise, busca profanar seus dispositivos e convidar a que se assumam o que não se sabe, ou que se sabe quase nada; que o que se conhece desde o berço da modernidade vale de pouco quando se fala do que resiste à colonialidade nas vidas, territórios e corpos. E que este saber, necessário para revolucionar as estruturas da modernidade só será alcançado com uma abertura radical à singularidade de tudo que é vivo em práxis coletivas.

Profanar não significa simplesmente abolir e cancelar as separações, mas aprender a fazer delas um uso novo, a brincar com elas. A sociedade sem classes não é uma sociedade que aboliu e perdeu toda memória das diferenças de classe, mas uma sociedade que soube desativar seus dispositivos, a fim de tornar possível um novo uso, para transformá-las em meios puros¹²³. (AGAMBEN, 2007, p. 75)

A linguagem, quando libertada de seus fins comunicativos, se transformaria em meio puro, aberta a novos usos. Nessa dimensão também reside a profanação freudiana. Falar em análise não é sobre comunicar. Poucos são os acontecimentos tão intensamente “meios puros” da linguagem como o processo analítico. Uso inclusive interrogado pelo paciente novato que chega ao consultório: mas é só falar? Assim, não se trata de cancelar o que foi produzido até o momento pela psicanálise ou de negar, como saberes válidos, tantas contribuições fundamentais inclusive para que possamos sustentar a existência desta tese. Trata-se de desativar aquilo da psicanálise que ficou aprisionado como dispositivo “a fim de tornar possível um novo uso”; “brincar com ela”.

A psicologia acadêmica ganha mais espaço a cada dia, e se continuarmos a comer uns aos outros, disputando glórias e grandes feitos, nos tornaremos alvos mais fáceis de apontar a arma. E com o fabuloso da linguagem, ser alvo, ser branco, colocar a máscara branca, render-se à colonialidade, ao capitalismo racista e patriarcal. Quando aceitamos a máscara branca, quando fazemos um pacto com a hegemonia, com o conservadorismo, quando nos rendemos as formas sociais do capitalismo, enfim, com tudo que leva à supressão do sujeito, estamos legitimando o aniquilamento de sujeitos não hegemônicos: o feminicídio das mulheres, os crimes de homofobia e transfobia, o genocídio de populações indígenas e negras; alvos não alvos,

¹²³ Agamben denomina meios puros aquilo que se pôde desvincular de qualquer finalidade, ou instrumentalidade. A linguagem, libertada de seus fins comunicativos, se transformaria em meio puro, aberta a novos usos.

submetidos à estrutura ideológica do Ocidente e seu pacto de branquitude, com o qual a psicologia foi profundamente fiel e a psicanálise não deixa de flertar e passear de mãos dadas.

O preceito “é o paciente quem sabe de seu sofrimento” ganha outros matizes em lugares em que nem se é possível reconhecer que sofre. Explicações vindas do além buscam justificar o que não tem justificativa. A apatia – ausência de paixão, de afeto, de vontade política – foi a pedra em meu sapato, no que diz respeito à prática profissional em regiões altamente vulnerabilizadas. O saber de quem vem de fora, incorre facilmente no risco de reproduzir as explicações do além, mas agora com nomes técnicos e seguidas de sobrenome e data. As marcas da condição de privilégio se impõem às comunidades, e é difícil propor-se fazer um trabalho em que não se imponha, conscientemente ou não, os padrões civilizatórios que visam levar as comunidades a cruzar a linha para o lado de cá, dos embranquecidos. Dispor-se a permanecer do lado de lá, encarar o reflexo inverso de seus privilégios encarnados no empobrecimento alheio, **escutar onde aparentemente não se fala, mas que em cada detalhe conta uma história desconhecida no mundo civilizado asséptico e branqueado**, além de produzir muita angústia, carrega contradições e paradoxos que sustentam não só o silenciamento dos que não tem legitimação para falar, como o ensurdecimento dos que estão habituados à propriedade sobre as leis e as verdades. (TURRIANI, 2018b, p. 101, grifo nosso)

O furo nesta cena pode ser pensado desde uma contratransferência assentada no compromisso descolonizador, que precisa, necessariamente, dar outro destino à linguagem que não seja o de comunicar algo, de explicar com coerência. Falar coisas com sentido desde as percepções de quem escuta, que em geral, sendo um profissional, ou seja, tendo passado por um processo educacional bastante específico para estar ali, tem as percepções condicionadas pela técnica e a linguagem domesticada pelo cânone ocidental. Furar essa cena requer profanar a técnica profissional e abrir-se a possibilidade de um novo uso para a linguagem frente a este outro, se dispor a brincar junto de quem se escuta. É nesse sentido que a psicanálise apoia o fazer de tantos trabalhadores da ponta no SUS e SUAS. Oferece recursos para experienciar a linguagem para além do seguir protocolos e tecer relatórios, abrindo-se ao que pode surgir de novo no encontro com o território. Onde aparentemente não se fala, ao se oferecer uma escuta disposta a ouvir outra língua que não a da civilização, experienciar outras temporalidades e formas dos sujeitos de ver, sentir, falar, recordar e repetir, permite ao profissional (psicólogo, psicanalista ou outra profissão que se ocupe em escutar) sair da alienação narcísica da branquitude e do capital da qual está refém, uma vez que também é um sujeito determinado pelas estruturas violentas objetificadoras e desumanizantes da colonialidade.

Mas como sustentar essa ética de abertura a uma alteridade quando o estado aparenta ser de emergência? Como o ímpeto de mudança, de transformação, luta e resistência, próprios da militância, não ensurdecem a escuta clínica? E como esta não se eximir da ação ao passo

que o tempo da rua não é como o do consultório? Como já disse em outro momento, o tempo da bala impõe um corte radical, um silêncio real e o real no silêncio!

Desse modo as atividades formativas aqui sistematizadas visavam ser um método que nos permitisse encontrar estratégias de escuta que sustentasse espaços de fala para além dos fins comunicativos. O falar aprisionado aí só reforça as relações de poder intrínsecas dos grupos, e impossibilitam a enunciação da catástrofe sem revitimizar ou espetacularizar o sofrimento. Há que criar espaços para a “experimentação ética do desejo de transformar e redefinir nossas experiências/existências”, “sem supor necessariamente fraqueza ou deficiência do laço com alguém em situação de vulnerabilidade”, como bem aponta Raonna Martins (2021), e para tal, o lúdico pode ser uma tática interessante, auxiliando no reconhecimento do protagonismo da comunidade sem impor o saber de fora como verdade e os caminhos a serem seguidos.

Quando propomos um espaço formativo que intersecciona profissionais do SUS e SUAS e pessoas do território, visamos interromper a dinâmica em que o “trabalhador do social” (GUARIENTO, 2021) chega nas comunidades para repetir o espólio - reforça a negação do outro, mesmo que seja a partir de uma posição imbuída de boas intenções. As pessoas dos territórios abandonados e/ou violentados pelo Estado, carregam a inventividade cotidiana, a “sevirologia”, a ciência de se virar, como dizia Mestre Soró. Como corpos expulsos dos pactos colonialistas e de branquitude e, portanto, destituídos desse saber-poder opressor, devem nada à linguagem colonial, ao cânone, e podem diariamente profanar os dispositivos, a língua, a civilização. A pessoa branca paga altos impostos pelo saber-poder com o qual está pactuada. Ao deboche das pessoas não-brancas à sacralidade e a recusa em pagar impostos, responde-se com a força do Estado e cobra-se juro em sangue.

Reconhecer o território e a comunidade como lugar de protagonismo e inventividade política não pode se confundir com romantização, e nesse ponto há também o trabalhador do social que se cola nas questões da comunidade, reproduzindo discursos, sem favorecer deslocamentos e ressignificações. As dinâmicas do capitalismo colonial se repetem também em territórios não hegemônicos, e o profissional pode operar como um terceiro que faz corte a algumas dinâmicas, permite reconhecimento de relações de opressão e pode contribuir com seu saber para que a comunidade encontre ferramentas para superar problemas, desde que esse saber não seja saber-poder, e só poderá não sucumbir ao poder em um exercício ético cotidiano de escuta, que envolve não supor fraqueza e também não supor franqueza, uma vez que a violência política incide no laço produzindo relações de desconfiança, e não é porque você é um profissional interessado em apoiar que as pessoas sairão dizendo a você o que elas realmente gostariam de dizer.

É aí que a análise das transferências, contratransferências e resistências cumpre papel preponderante na metodologia das atividades formativas. Por não considerarmos aquilo que do outro mobiliza em nós - convoca à militância -, por não trabalharmos na construção de uma memória coletiva da qual o trabalhador social também faz parte – pois aquilo que se diz sobre aquela outra geografia que muitas vezes é o reflexo invertido de sua condição de privilégio, também diz de si – o espaço de fala não consegue alcançar franqueza e tampouco se consolidará um espaço de escuta franco, que escuta honestamente desde um lugar de não saber, aberto ao novo que pode advir do encontro entre duas pessoas que se falam para além do objetivo de se comunicar. O recordar e o repetir ficam impedidos de uma elaboração necessária para que da repetição surja algo novo (trazendo diferença), para que as cenas cotidianas de violência e vulnerabilização sejam furadas e possamos escoar em outros devires.

Parte dessa impossibilidade vem do que é convocado para recordação. Se daquilo que é possível lembrar sobre si, impõe-se a carga de falsas memórias, de memórias impostas, de palavras exteriores vazias de significações próprias, o processo de construção da história também precisa vir acompanhado de um processo de recuperação de memórias que nunca puderam ser recordadas a não ser como uma mancha de um passado que precisa ser superado.

Cada dia mais tenho certeza que é somente através do rememorar coletivamente que essas manchas podem começar a ganhar contorno, inaugurando a possibilidade de inscrever de um outro modo os acontecimentos passados na história individual e coletiva. Rememorar dia a dia, repetir e repetir as tantas histórias silenciadas. Somente quando escaparmos da repetição automática à qual estamos habituados, é que poderemos escutar a diferença no que se repete. (TURRIANI, 2018b, p. 102)

Nestes 30 meses nos emprenhamos em construir estratégias para que possamos escapar das repetições automáticas, o que exige trabalho contínuo e cotidiano sem qualquer garantia de sucesso. Encontrar veículos para a sustentação de espaços de fala coletivo, em que as memórias possam mais que ser compartilhadas, ser recuperadas, como na cartografia social, que empregada aqui além de seus usos de mapeamento, permite uma imersão na relação espaço-temporal com a comunidade que produz falas desde lugares outros que não o de explicar a geografia. Sendo o espaço um dos marcos reguladores de nossas memórias, junto do tempo e da linguagem, a atividade de cartografia coloca em circulação o que ficou estagnado nos muros, nas praças, nas ruas, nos becos, e tem evidenciado efeitos de memória importantes na direção da recuperação de um passado esquecido. Desenhar os mapas é também atividade lúdica e cria uma grupalidade bastante específica que permite que algo novo surja ali. Muitas vezes escutamos de participantes algo como: “nunca imaginei que de fazer um mapinha/desenhinho eu ia dizer tudo isso”. Essência, fenômeno e aparência, lembrança,

fato/acontecimento e narrativa, uma relação reflexiva em que falar do espaço habitado por este corpo que circula, leva a falar das histórias vividas, dos encontros e desencontros. Sustentada a atividade por processos livre associativos, a partir do brincar de fazer mapas, tem o potencial de promover reconhecimentos e de amparar um psiquismo vulnerabilizado pelo excesso de violência.

Uma formação em que possamos nos reconhecer e desreconhecer em dores e alegrias; um espaço de enunciação, onde cada qual possa recorrer a si para, juntos, irem dando sentido a seu sofrimento, não buscando uma determinação impositiva, mas sim uma determinação que possa abrir para novas indeterminações e questionamentos; um espaço de memória, em que aquilo que já foi há tempos esquecido, pela lógica do capital, pela perversidade das mídias, pela insistência da violência, possa ser recuperado, possibilitando que esse espaço de reconhecimento e desconhecimento possa ser continuamente ressignificado. Esse espaço pôde ser operado pela cartografia social, que alimentou com estes diferentes elementos as atividades formativas.

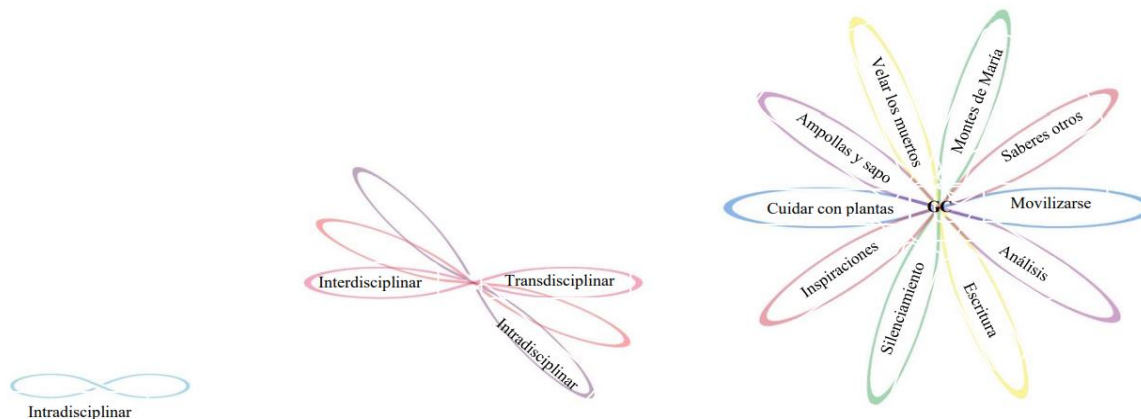
Terapêuticas-utópicas que apontam para ideias-práxis: pensamentos que não se separaram da realidade concreta do mundo; achados analíticos que retornam inevitavelmente em ação anticolonial diante de meu desejo e na relação com o outro. Terapêuticas-utópicas pois também sustentam como horizonte de cura o fim do capitalismo. Ao invés da depressão melancólica frente à ideia de fim do mundo que não nos implica na mudança, uma terapêutica implicada com agir nas causas que produzem nosso sofrimento. Terapêuticas-utópicas enredadas pelo comum, cuja direção do tratamento é orientada por uma ética comunitária.

3.3 ARCO XVI - EXERCÍCIOS SOBRE O MÉTODO

Retornando a Parra-Valencia, a autora diz que o estudo da grupalidade curadora partiu do *psi* e transitou até o transdisciplinar. De modo a dar conta/contorno a esse diálogo entre disciplinas e comunidades, ela buscou uma perspectiva metodológica em espiral, procurando refletir algumas trajetórias e as transições que implicaram o estudo da cura comunitária: visitas de campo, revisão bibliográfica, escrita dos capítulos, em um ritmo de ir e vir, de giros, de correr e re-correr os passos do processo (2020, p. 169). Denominou de espiral metodológica (figura 3) esse processo que lhe permitiu transitar pela inter e transdisciplinaridade, sustentando a inter-relação entre conhecimento e experiência, e voltar-se para outras fontes e formas de conhecer como a construção conjunta de conhecimento (2020, p. 28). Um trabalho de viés qualitativo e

de enfoque participativo, mas que também segue as estratégias “documentais, discursivas e expressivas”.

Figura 3. Espiral Metodológica de Liliana Parra-Valencia



Gráfica 1. *Espiral metodológica: trayectoria hacia el estudio transdisciplinar*
Diagramación: María José Flórez y Andrea Betancur, 2019

Fonte: Parra-Valencia, (2019, p. 167)

Emprestei o modelo de Parra-Valencia para pensar a pluralidade metodológica das atividades formativas propostas, ainda que alertados pela autora que “qualquer tentativa de graficar estes numerosos e infinitos movimentos, é estéril”. Começamos então com a dança interdisciplinar produzida. O diálogo entre a psicanálise, o marxismo, a psicologia social comunitária, a teoria crítica, a educação popular, a saúde coletiva, a cartografia social, o feminismo negro, as teorias *queers*, o pensamento descolonial, o pensamento ameríndio, vão e vem, nesse contínuo movimento que é também representação da ideia de infinito (figura 4).

Figura 4 – Interdisciplinaridade como ir e vir entre diferentes disciplinas



Fonte: elaborado pela própria autora (2023)

Na interdisciplinaridade do ir e vir, cada vez ocuparia uma das extremidades uma outra disciplina ou campos do saber, indo da teoria crítica à educação popular, e depois à saúde coletiva, indo novamente pela psicanálise, vindo até o feminismo negro, indo às teorias *queers*,

e assim por diante, indo, vindo e retornando, entre campos do saber. No entanto, a partir da ideia de determinações de reflexão, rompemos com as fronteiras entre estas teorias e ciências, compreendendo que as diversas áreas do saber se constituíram na retroalimentação umas com as outras, e que a separação disciplinar foi uma imposição da ciência ocidental (WALLERSTEIN, 1999). Buscando frisar que o movimento de ir e vir não é apenas o deslocar-se de um campo a outro passando sempre por uma aduana que nos cobra impostos para atravessar fronteiras, e sim a reflexividade de um campo no outro, propus um modelo moebiano de ir e vir, que rompe com a ideia de dentro e fora de cada disciplina (figura 5).

Figura 5. Interdisciplinaridade como ruptura da perspectiva disciplinar

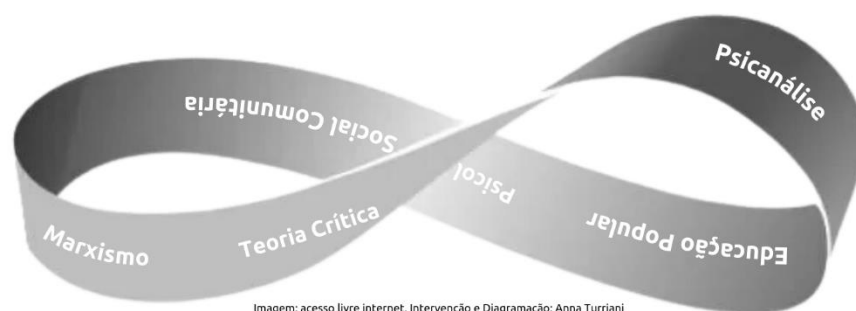


Imagem: acesso livre internet. Intervenção e Diagramação: Anna Turriani

Fonte: elaborado pela própria autora (2023)

As determinações de reflexão estão postas na produção de conhecimento e no fazer analítico, e compreendê-las auxilia a lidarmos com uma série de impasses encontrados em um fazer que se pretende científico, analítico e político. As disciplinas são formadas historicamente e junto delas as categorias que nos forjam, estabelecendo uma intrincada relação entre produção científica, divisão do trabalho nas ciências e a concepção de trabalho no mundo capitalista, o que se reflete em produções de verdade resultantes do trabalho científico, e portanto, na vida política, econômica, sociocultural e subjetiva.

Nas atividades formativas propomos intervir nesse emaranhado de determinação de reflexão restituindo o método ao senso comum. Profanar a ciência requer se abrir a métodos orientados pela experimentação ética do desejo de transformar e redefinir nossas experiências/existências, conforme a proposta de “Fazer-nada como dispositivo clínico de intervenção em territórios”, de Raonna Martins (2021), ou o desnortear e aquilombar como ética antimanicolonial propostas por Emiliano de Carmargo David em “Saúde mental e racismo: saberes e saber-fazer desnorteados na/para a Reforma Psiquiátrica brasileira antimanicolonial” (2022). Um comum a estes trabalhos é que parte dos conceitos empregados foram resultado de palavras surgidas na relação com os usuários dos CAPs ou moradores das ruas de São Paulo que

emprestaram ideias para que Martins e David pudessem pensar bonito. Desnortear ganha sentido descolonial na escuta de David e amplia e o saber-fazer junto aos usuários do CAPs. *Personal parça* reposiciona Martins e o restante da equipe no laço, um nome atribuído pelo território que é junto, apropriado, “no sentido de servir, caber, não sobrar, nem faltar” (MARTINS, 2021, p. 126). Um nome contorno que permite o encontro e o trabalho, que localiza o profissional em sua justa dimensão dentro de toda a montagem colonial, e que também o convoca à responsabilidade e compromisso com seu fazer e com os laços que estabelece com usuário e território.

Na ciência moderna esse laço tem sido o de sujeito-objeto, e objeto aí, colocado na forma mercadoria, valorado apenas por seu valor de troca. Profanar a ciência é abrir-se verdadeiramente ao saber deste outro que participa das pesquisas, incluindo em sua participação a possibilidade de construir conhecimento conjuntamente, e não ser apenas aquele sobre quem se constrói conhecimento. Nesse sentido, também profanar a formação em psicanálise, não apenas sustentando modelos formativos e metodológicos que permitam restituir a psicanálise ao uso comum, resultando em uma prática que alimenta a metapsicologia e comprova o método, alienada em si mesmo, sem permitir o surgimento de um novo dentro da própria psicanálise. Ao fim, impedida de radicalizar a experiência sujeito-sujeito.

É na resistência dos analistas, resistência forjada no pacto da branquitude e no mal-estar da civilização colonialista, que se tem impedido outras leituras de passagens fundamentais em Freud que permitiriam estabelecer modelos formativos distintos da “análise de controle” (*Kontrollanalyse*), inclusive passagens das quais Lacan se apoiou¹²⁴. Mas logo veio a resistência dos analistas lacanianos, e agora temos a resistência dos analistas latino-americanos. Entre o não saber da posição analítica diante do paciente e a necessidade de saber frente à instituição científica, um hiato deu passagem ao pacto, que ao posicionar a luta dentro da academia e fora das ruas, impediu a psicanálise seguir revolucionando a si mesma.

Não à toa é de produções de psicanalistas que habitaram a luta popular, os hospitais, os serviços públicos, as ruas, que algum vislumbre de caminhos permitiu a tantas pessoas seguirem apoiando-se na psicanálise como método. Nas últimas décadas a chegada de pessoas transgênero e negras a espaços de transmissão de psicanálise tem convocado a um reposicionamento radical que esperamos, seja sem volta. Sem romantizar esse alcance que muitas vezes vem enfeitado de glamour que produz pactos e silenciamento, e sem deixar de

¹²⁴ Para um recorrido sobre a função da supervisão em Freud e Lacan e o que podemos aproveitar desse dispositivo para apoiar as políticas públicas de assistência social, ver PENNA, Paula Dias Moreira. A equivocidade e as ressonâncias do significante na supervisão clínico-institucional. Belo Horizonte: UFMG, 2022

criticar o que disso recai em conflitos identitários que aprisionam em outras armadilhas narcísicas, há que reconhecer que esses corpos são cotidianamente agredidos pela montagem colonial encenada nas escolas de formação. A chegada da classe trabalhadora aos espaços de transmissão segue sendo impedida. Seja pelos altos valores cobrados, seja pela exaustão da jornada de trabalho.

Freud nos convoca a não nos gabarmos “da completude ou inteireza de nosso saber e de nossa capacidade”, pois devemos “admitir as imperfeições de nosso conhecimento, aprender novas coisas e mudar em nossos procedimentos o que puder ser melhorado” (1919/2010, p. 280). A tarefa para o trabalho do psicanalista é “levar o doente neurótico ao conhecimento dos impulsos inconscientes, reprimidos, que nele existem, e para esse fim descobrir as resistências que nele se opõem a tal ampliação do conhecimento de si” (1919/2010, p. 280), trazer ao consciente os conteúdos inconscientes por meio da linguagem. O trabalho de síntese, de reorganização daquilo que pode submergir por meio da decomposição dos sintomas e elucidação das resistências, é o trabalho a cargo do paciente (1919/2010, p. 284), que escolhe qual síntese cumpre melhor função a partir do reconhecimento de seu desejo, que antes estava reprimido. É disso que se trata uma análise - entre tantas outras coisas!

Um trabalho complexo de decomposição e sínteses que visa a implicação do sujeito com o seu sintoma e com o seu desejo. Fundamentalmente, um trabalho que está a cargo do paciente. Mas tem ficado nas mãos do analista fazer sínteses metapsicológicas e produzir conhecimento nos espaços fechados das instituições, protegidos pela desculpa de estarem produzindo ciência. Sim, há que a produzir, mas não de modo a se alimentar o aparato ideológico científico que retorna na sociedade mantendo privilégios. Talvez esteja na hora de psicanalistas darem uma pausa em suas produções científicas e irem às ruas lutar por outro modelo de ciência, sociedade e Estado.

Freud compreendeu bem o papel da cultura na composição das neuroses e nas limitações da escuta do analista, e nesse mesmo texto adverte: “o desenvolvimento de nossa terapia tomará provavelmente outros caminhos” (1919/2010, p. 284). Além de refletir sobre as possibilidades de uma “atividade” mais direta por parte do analista e questionar sobre quais as condições em que devemos deixar “o doente lidar sozinho com as resistências” (1919/2010, p. 285) ou “ajudá-lo também de outra forma, colocando-o na situação psíquica mais favorável para a desejada solução do conflito” (1919/2010, p. 285), Freud diz que o que o paciente pode alcançar “depende igualmente de uma série de circunstâncias externas” e “uma **tal atividade** do médico que analisa é inatacável e inteiramente justificada” (1919/2010, p. 285, **negrito** nosso).

A experiência contemporânea de “clínicas públicas” permite-nos afirmar que há momentos em que é necessário trazer elementos que enriqueçam o repertório da análise do paciente: explicações históricas, fatos sociais, códigos da lei, fluxo de serviços, para que o paciente possa ampliar as condições de sua análise. O que Freud já havia afirmado:

Não podemos deixar de acolher também pacientes tão desorientados e ineptos para a vida que será preciso aliar, em seu tratamento, a influência educativa com a analítica, e também, para a maioria dos outros haverá ocasião em que o médico é obrigado a atuar como educador e conselheiro. Mas isso deve ocorrer com grande cuidado, e o doente não deve ser educado para se assemelhar a nós, mas para liberar e consumir sua própria natureza. (1919/2010, p. 289)

No entanto Freud não imaginou o tipo de aderência colonial que a expressão o “puro ouro da análise” em contraposição ao “cobre da sugestão” produziria em terra de garimpo. Aquilo que Freud alertara que precisaria acontecer para uma ampliação do acesso à psicanálise, fundir sua preciosa técnica para que ela fosse acessível às classes menos abastadas, não equivoca em desvelar os efeitos do classismo em suas produções. Passagens como: “impressionará os incultos” e “os pobres se acham ainda menos dispostos a renunciar a suas neuroses do que os ricos, porque a difícil vida que os espera não os atrai, e a doença significa, para eles, **mais um título à assistência social**” (1919/2010, p. 292, grifo nosso), apenas para falar de “Caminhos da terapia psicanalítica”, permitiu que abundassem às “resistências do lado do analista” quanto à popularização da psicanálise, uma vez que no Brasil, ela entrou pela porta da frente (ALVES LIMA, 2022), servindo à casa grande e aos barões do eugenismo, do embranquecimento e do mito da democracia racial em prol do desenvolvimentismo.

O grande cuidado alertado por Freud virou pretexto para não ir às ruas e lutar ao lado dos analisandos. O que o analista de sapato social e salto alto tem tanto medo de que o paciente veja que atrapalhará a transferência? O que não dará conta de ser manejado? Pois bem, mais que ironizar, cutucar ou provocar, essas perguntas são para localizar uma abertura necessária ao não saber, qual seja: não sabemos como manejar os efeitos de tanta violência de nosso passado colonial. E temos medo. Nosso narcisismo constituído pela colonialidade responderá ao medo e a angústia tentando se salvar. Ao se salvar sozinho alguém será abandonado a morte, a bala da polícia. A clínica nos ensina que o medo não ajuda a pensar e a angústia pode buscar caminhos muito equivocados se o sujeito fica abandonado a própria condição.

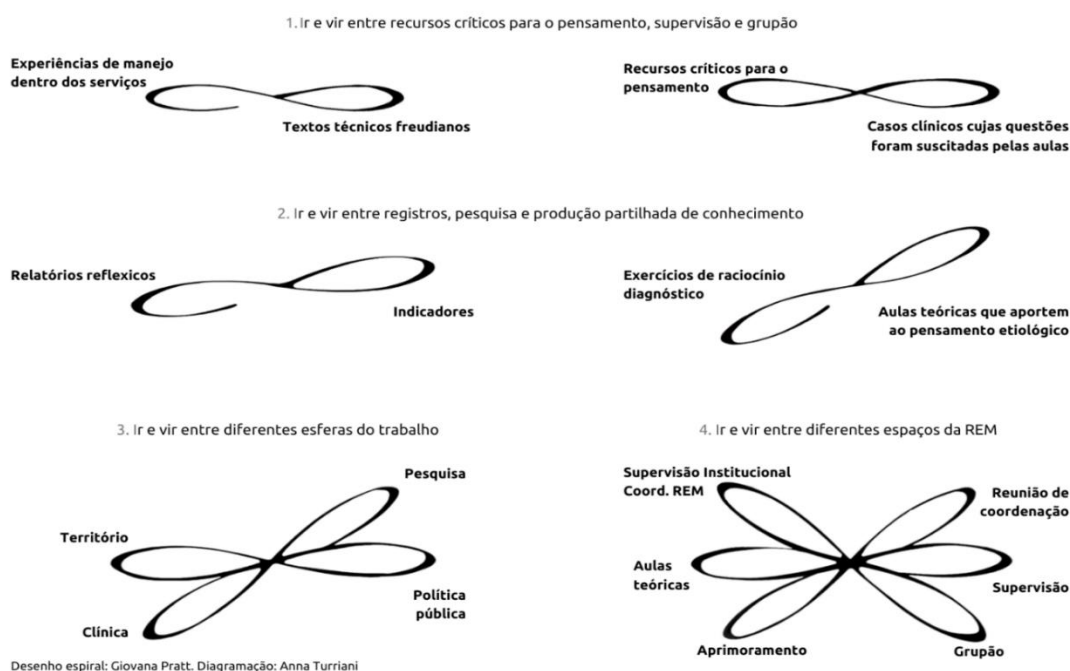
Qualquer pessoa que diga ter encontrado a resposta para tais perguntas, que diga que saber manejar o que está impedido pela colonialidade, recairá em cinismo e aderência ao saber-poder, respondendo apenas ao próprio narcisismo, e portanto, a estrutura de violência. Não

sabemos como reparar o irreparável de nossas feridas. Há que assumir! Mas podemos encontrar métodos coletivos que nos auxiliem a buscar caminhos e construir saberes comuns orientados para a reparação, para o reparar na ação.

Além do diálogo disciplinar dentro do campo da saúde mental em sua reflexividade com os condicionantes históricos e sociais que constituíram o campo *psi* e do diálogo interdisciplinar desde as determinações de reflexão que rompem fronteiras entre ciências sociais e humanidades, o giro metodológico que sustentamos nas atividades formativas é o de profanar o método científico e restituir ao comum esses diálogos. O transdisciplinar arreganha (LEAL, 2023) o saber disciplinar e interdisciplinar, produzindo novas formas de conceitualizar e permitindo novos usos aos conceitos. Usos diários, cotidianos, a serviço do comum e da vida. Pesquisa, cuidado, enfrentamento e cooperativa, determinados reflexivamente, em um método no qual as contradições podem surgir, cujos conflitos podem ter passagem, pois constituído um espaço de vínculo que permite a angústia do não dar conta, não saber manejar, não saber, sem o medo de ser exterminado.

Na chegada das pessoas participantes para as atividades formativas este ir e vir ser dará de modo mecânico, não se entendendo muito bem as relações entre os espaços, as disciplinas, os professores, a relação entre a política pública e a psicanálise etc. Baseada no modelo apresentado na figura 3, grafei essa etapa do seguinte modo (figura 6):

Figura 6. Ir e vir mecânico - início dos ciclos formativos



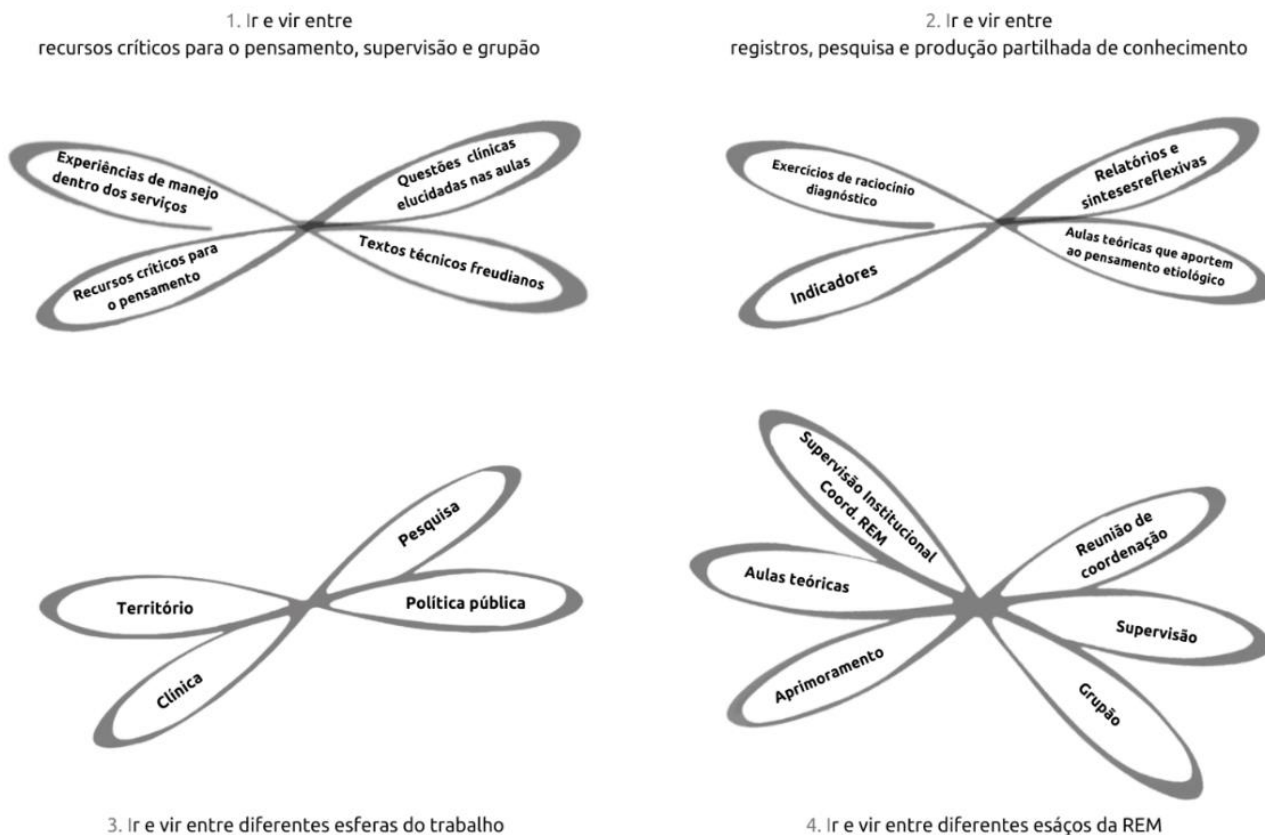
Fonte: elaborado pela própria autora (2023)

Alguns participantes relataram desconfiar da formação, das pessoas coordenadoras, dos porquês de se estar ali quando há tantas pendências para fazer na vida. Mas o convite para a construção comum, para pensar com o corpo, a experiência da cartografia, a montagem que às vezes encena a coisa colonial, mas que convida para a implicação e desloca lugares comuns, produziu interesse e curiosidade e quem permaneceu começou a compreender sensivelmente a reflexividade. Os deslocamentos começaram a se dar na escolha de calar para escutar a experiência de outro corpo com o qual ainda nem se estava vinculado. Mas também vieram as resistências e angústias frente às histórias tão familiarmente desconhecidas que nos fizeram querer voltar aos livros, aos conceitos, à mestria de um saber que pudesse ocupar um lugar central e dar respostas do que deveríamos fazer. E foram muitas as vezes que escorreguei para esse lugar, já adiantando do que falaremos no capítulo 5.

Na estrutura do método, a composição em trios tinha justamente função de dar contenção quando alguém da equipe escorregasse; estar lá para dar as mãos e ajudar a levantar. Análise institucional, revisitar a metodologia, pensar nas transferências, contratransferências e resistências, reconhecer a montagem colonial, ir e vir, entre coordenação e participantes, buscando partilhar os achados com todos em forma de método que nos auxiliem a não acabar “repetindo os mesmos caminhos para as relações”, como disse um dos coordenadores resgatando a todos de um escorregão. “Se deixar no espontaneísmo vai reproduzir as formas sociais”, refletiu um participante, homem branco cis, que pode reconhecer em si os impulsos dessa reprodução. O método não precisa ser militar, impedindo que coisas espontâneas aconteçam, pelo contrário. A livre associação convoca ao espontâneo. Mas para livre associar precisa de método. E para livre associar coletivamente o método precisa estar atendo aos marcadores que impedem a livre associação, uma vez que tantas pessoas se calam frente o falar daqueles que carregam as marcas da hegemonia em seus corpos.

No decorrer das semanas este ir vir que de início é mecânico, começa a ser compreendido sensivelmente, rompendo pouco a pouco a fronteira e permitindo novas formas de posicionar-se. Retomando a ideia apresentada na figura 4, diria que a reflexividade se torna mais orgânica com o passar do tempo, e essa representação grafiei conforme figura 7:

Figura 7. Compreensão da reflexividade de modo orgânico – meio do percurso



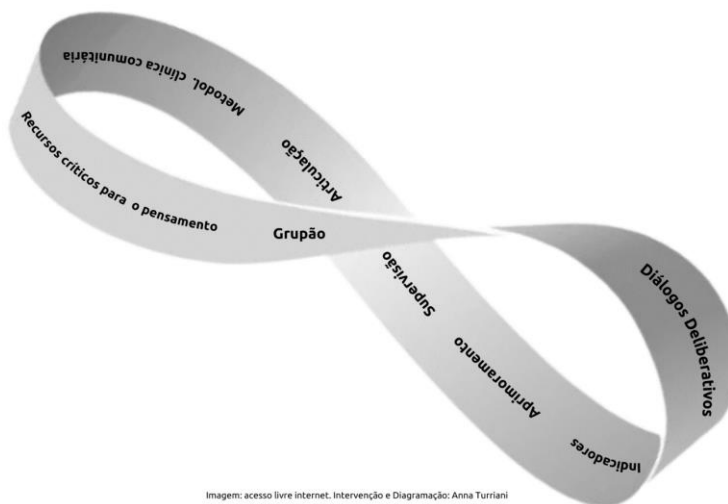
Desenho espiral: Giovana Pratt. Diagramação: Anna Turriani

Fonte: elaborado pela própria autora

Do ponto de vista metodológico, espera-se que ao final do processo a reflexividade esteja incorporada, razão, emoção e corpo não mais cindidos, assim como o pensar e o agir, o falar e o escutar, e tantas oposições feitas para destituir o sujeito de si mesmo, do laço social e da pertença comunitária. Propomos, assim, que as separações iniciais das dinâmicas internas das atividades formativas sejam apenas das funções e não mais das relações. Tal ou qual pessoa se ocuparia de tal ou qual processo apenas porque lhe é de desejo, porque as condições de possibilidade do momento lhe permitem fazê-lo, ou porque as próprias atividades do momento requerem uma ação para a qual tal pessoa está disponível.

Chegaríamos assim, a integração dos processos metodológicos em uma retroalimentação permanente que possibilitaria o desenvolvimento de pesquisas e práticas clínicas comunitárias arreganhadas, incorporadas, deslocadas do lugar de saber-poder, e atentas ao cuidado de quem pesquisa, cuida, luta e coopera (figura 8):

Figura 8. Reflexividade incorporada pelo processo formativo



Fonte: elaborado pela própria autora (2023)

Passados os 30 meses das atividades formativas, e interrompido o projeto, ficamos nos havendo com os impedimentos de ordem estrutural, das reproduções de formas sociais do capitalismo, das encenações da colonialidade. Ainda que cada experiência tenha sido particular, a partir da subjetividade de cada um naquilo que esta produziu de sentimentos de paranoia, complexo de inferioridade, medo de ser exterminado, aderência e pactuação ao poder, entre tantos sintomas dos quais diversas pessoas puderam dar testemunho, elas são, antes de realidades psíquicas, fatos sociais que reatualizam os modos de operação da barbárie.

Esperamos poder seguir os passos dos mais velhos que na área da saúde mental se dedicaram a estudar com seriedade tais sintomas como efeitos do mal-estar colonial (FAUSTINO, 2019), como Frantz Fanon, Lélia Gonzales, Neuza Santos Souza, Isildinha Batista, Grada Kilomba. Pesquisas sustentadas pelo “como”, pelo método. Esta tese também compõe um aporte a tal campo, uma vez que como mulher branca que pôde acessar a Universidade de São Paulo, dentro dos espaços formativos pude experienciar os horrores da colonialidade em mim, e espero poder contribuir para que a brancura entenda a urgência de retirar-se do lugar de saber, pois ele inevitavelmente performa poder e tenta salvar narcisicamente um passado sustentando em histórias parciais e/ou privilégios – o que retroalimenta a branquitude. Voltaremos a isso no capítulo 5. Não era em si o objetivo da tese, mas acabou sendo. Sigo apostando que a memória coletiva é um meio para esse movimento descolonial, ainda que apenas ela não garanta nada. Ela precisa vir acompanhada de método. O convite para habitarmos a contradição de modo implicado, permite o trabalho enquanto método para pesquisar, cuidar, mobilizar e cooperar. A reflexividade entre as quatro esferas de ação convoca

que uma acompanhe a outra. Estando impossibilitadas qualquer uma delas, as outras dificilmente conseguirão escapar da montagem colonial.

Por essa razão o método também trabalha a cooperação e esperava-se que as atividades formativas pudessem vir a ser autogestionárias. Esperava-se que as pessoas participantes dos ciclos formativos, principalmente as pessoas aprimorandas, pudessem compor na estrutura organizativa, contribuindo para um funcionamento horizontal entre coordenação, grupo, supervisão, recursos críticos para o pensamento, laboratório de pesquisa, incubadora, grupos de estudo, grupos de trabalho, e o que mais pudesse surgir dentre as ações que aqui nomeio de terapêuticas-utópicas. Pois cada um desses espaços requer ser sustentado com garras por oferecer a alguns cuidado e pertencimento. E disso a supervisão ser fundamental, e também a supervisão institucional da própria equipe que se organiza para sustentar cada espaço. Em um trabalho cheio de paixão e garra, muitas vezes ficamos cegos e surdos. Há que confiar na grupalidade para resgatar os sentidos. Se o acontecer das atividades fica na responsabilidade de umas poucas pessoas, a engrenagem corre o risco de ficar viciada e perder sua capacidade de reflexividade, ficando refém de um lugar suposto saber.

Além de participar da gestão do conjunto das atividades, esse aprendizado possibilita sua replicação, podendo esse ato em si consagrar-se como uma metodologia clínica comunitária, a ser realizada nos territórios, serviços, movimentos sociais das pessoas participantes. As atividades podem ser desdobradas em outros núcleos, inclusive vinculados às universidades públicas, apoiando em formações continuadas de todos que desejem fazer bom uso delas, orientados pelos princípios éticos e metodológicos que as orientam.

Como em um átomo, somos todos coordenadores e participantes, indo e vindo, orbitando ao redor do núcleo em razão da força de atração. A atração é o desejo de causar junto derrubando os alicerces carcomidos do edifício capitalista colonial racista e patriarcal (figura 9):

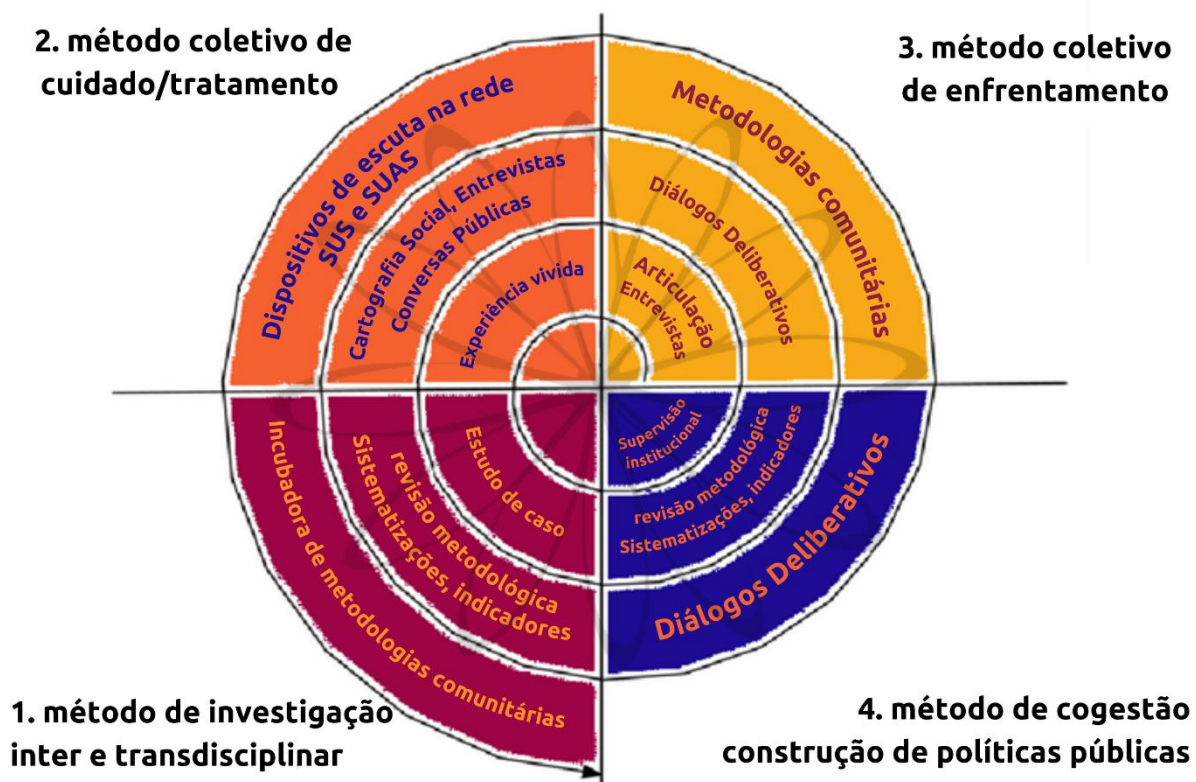
Figura 9. Corpo-átomo da materialidade subjetiva do processo



Fonte: elaborado pela própria autora (2023)

Des-autocentrar e des-autoderminar. Incorporar. Buscar a construção de outras formas de produção de conhecimento, de subjetividade e de laço, que não fique fixada em um ponto central, em que o centro possa circular, assim como a palavra. Corpo cuja coluna vertebral seja a práxis, as bases, nas articulações de suas pernas estejam a psicanálise, o marxismo, a psicologia social comunitária, a saúde coletiva, a cartografia social, o feminismo negro, as teorias *queers*, os pressupostos ético-políticos das teorias anticoloniais e descoloniais, a educação popular e outras práticas libertadoras. Que os braços sejam a ação junto ao território. E sua cabeça, de onde parte o sistema nervoso central, o organizador de todo seu funcionamento, seja a escuta e a práxis clínica orientada pela memória coletiva. De braços estendidos esse corpo gira e gira, qual criança brincando de ficar tonto, *desnorteando*, como propõe David (2022). Gira, dança e corre. Pensemos na movimentação interna do corpo (cada participante), na rotação do corpo sobre o próprio eixo (os eixos formativos) e translação no espaço (a circulação por outros espaços, metodologias, dispositivos). Gira e dança. Gira e corre. Dentro de si, em torno de si, em torno do mundo, desenhando uma espiral no espaço (figura 10), como a apresentada no capítulo anterior. Dessa espiral foi feito o convite para causar junto.

Figura 10. Espiral em gira metodológica



Fonte: elaborado pela própria autora (2023)

3.4 ARCO XVII – GIRA METODOLÓGICA ENTRE MARXISMO, PSICANÁLISE E LETRAMENTO

No espaço analítico o tempo do paciente é soberano
(Anotações de uma aluna sobre o que eu disse certa vez).

Neste capítulo busquei trazer elucidações para a profanação do método científico disciplinar, convocando a superação das dualidades constitutivas da ciência moderna e constituintes dos binarismos que têm nos separado de nós mesmos e uns dos outros. Pensar pela via das determinações de reflexão nos empresta método para superarmos as separações colonialistas e nos autorizar a fazer frente ao saber-poder científico. O compromisso ético político das humanidades estaria em romper com o pacto científico disciplinar e buscar “um valor heurístico da via média entre generalizações trans-históricas e narrações particularistas”, que auxiliem a ‘desvendar’ o problema que demanda o método, sendo o problema, também, a superação desse sistema-mundo (WALLERSTEIN, 1999, p. 455). Esse valor heurístico de via média requer necessariamente do apoio em outras áreas do saber que possibilitem ampliar o escopo das generalizações trans-históricas e a diversidade de narrações particularistas.

Na dança entre modelos heurísticos e exatos, entre marxismo e psicanálise, materialismo histórico e inconsciente, fica patente que a vacinação na pandemia teve efeitos diretos na vida psíquica consciente e inconsciente de todas as pessoas, o que pudemos tanto experimentar corporal e subjetivamente, como escutar dos pacientes e usuários. Este exemplo recente e radicalmente comum permite-nos compreender como há algo da materialidade que empresta condições à subjetividade, e vice-versa. E, como os marcadores de raça, classe e gênero compõe a materialidade. Além desse movimento entre o fato social e a vida psíquica, a análise, ela mesma, poderia se orientar pela dialética entre particularidades e generalizações, métodos ideográficos e nomotéticos¹²⁵, uma vez que um processo analítico deve estar atento ao sociodiagnóstico, à relação entre materialidade histórica e realidade psíquica. Como já dito, com Fanon, o complexo de inferioridade é resultado de um processo econômico e de um processo de interiorização/epidermização dessa inferioridade.

A recuperação dos escritos de Frantz Fanon pelos movimentos anticoloniais da América Latina nas últimas duas décadas, permitiu-nos vislumbrar outras vias de enfrentamento desde

¹²⁵ Os modelos heurísticos são frequentemente utilizados nos métodos ideográficos, pensando no caso a caso a solução adequada àquela situação específica. Já os modelos exatos servem aos métodos nomotéticos, pois permitem quantificações precisas que apoiam as generalizações e melhor eficiência na análise dos resultados e emprego de recursos. As disputas científicas que opõe ambos métodos e modelos respondem a binarismos e dicotomias próprias da racionalidade ocidental, que hierarquiza tudo que é dual, como nos demonstrou Geni Núñez em suas aulas na REM. Para uma proposição dialética entre os dois métodos, ver Wallerstein, 1999.

as ciências sociais e as humanidades ao problema do capitalismo e à compreensão da colonialidade e sua violência de raça e gênero como estruturantes das sociedades modernas. Exemplo de intelectual que pensa na interdisciplinaridade, Fanon entende que a “divisão entre 'mundo psíquico, subjetivo interior' e 'mundo estrutural objetivo exterior' constitui [...] um falso dilema que se reproduz nas ciências sociais eurocêntricas” (GROSFOGUEL, 2009, p. 263, tradução nossa¹²⁶). Recorremos a ele para pensar as relações entre colonialidade e subjetividade, justamente pela reflexividade de suas análises:

Quando se percebe na sua imediatez o contexto colonial, é patente de que aquilo que fragmenta o mundo é primeiro o fato de pertencer ou não a tal espécie, a tal raça. Nas colônias, a infraestrutura econômica é também uma superestrutura. A causa é consequência: alguém é rico porque é branco, alguém é branco porque é rico. É por isso que as análises marxistas devem ser ligeiramente estendidas, a cada vez que se aborda o problema colonial. (FANON, 1968, apud FAUSTINO, 2018, pp. 151-152)¹²⁷

A reflexividade entre capitalismo, colonialismo, racismo e patriarcado já estava em Karl Marx, no capítulo 24 do livro 1(um) d’ *O capital*, “A assim chamada acumulação primitiva”:

Vimos como o dinheiro é transformado em capital, como por meio do capital é produzido mais-valor e do mais-valor se obtém mais capital. Porém, a acumulação do capital pressupõe o mais-valor, o mais-valor, a produção capitalista, e esta, por sua vez, a existência de massas relativamente grandes de capital e de força de trabalho nas mãos de produtores de mercadorias. Todo esse movimento parece, portanto, girar num círculo vicioso, do qual só podemos escapar supondo uma acumulação “primitiva” (“*previous accumulation*”, em Adam Smith), prévia à acumulação capitalista, uma acumulação que não é resultado do modo de produção capitalista, mas seu ponto de partida. [...]

A descoberta das terras auríferas e argentíferas na América, o extermínio, a escravização e o soterramento da população nativa nas minas, o começo da conquista e o saqueio das Índias Orientais, a transformação da África numa reserva para a caça comercial de peles-negras caracterizam a aurora da produção capitalista. Esses processos idílicos constituem momentos fundamentais da acumulação primitiva. (MARX, 1867/2017, pp. 785-821)

Alguns trechos parecem ter passado despercebido entre aqueles que colocam apenas a luta de classes na luta por libertação. Foi sobretudo na forma trabalho escravo, trabalho doméstico e do roubo de riquezas de outros continentes que a Europa pode se desenvolver.

¹²⁶ “Esta división entre «mundo psíquico, subjetivo interior», y «mundo estructural objetivo exterior» constituye para Fanón un falso dilema que se reproduce en las ciencias sociales eurocentradas” (GROSFOGUEL, 2009, p. 263)

¹²⁷ FANON, Frantz. Os condenados da terra (1961). Tradução de José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

Essa compreensão nos leva ao reposicionamento em nossos territórios de disputa, nossa reflexão e práxis, para além das rivalidades ideológicas nas humanidades e nas ciências sociais. Marx prossegue: “Tais métodos [de acumulação primitiva], como, por exemplo, o sistema colonial, baseiam-se, em parte, na violência mais brutal. Todos eles, porém, lançaram mão do poder do Estado, da violência concentrada e organizada da sociedade” (1867/2017, p. 821). Associa, ainda, o sistema colonial ao cristianismo e cita:

As barbaridades e as iníquas crueldades perpetradas pelas assim chamadas raças cristãs, em todas as regiões do mundo e contra todos os povos que conseguiram subjugar, não encontram paralelo em nenhuma era da história universal e em nenhuma raça, por mais selvagem e inculta, por mais desapiadada e inescrupulosa que fosse. (HOWITT¹²⁸, 1838 apud MARX, 1867/2017, p. 821)

Na nota referente a essa citação, Marx afirma: “É preciso estudar essa questão em detalhe, para ver o que o burguês faz de si mesmo e do trabalhador lá onde tem plena liberdade para moldar o mundo segundo sua própria imagem” (1867/2017, p. 821). Fanon dedicou-se a analisar a questão em detalhe e demonstrou, por meio de sua aguçada escuta, os efeitos subjetivos do racismo colonial, tanto para os colonizados, como para os colonizadores. Com isso, nos deu subsídios tanto para uma nova virada na racionalidade e na prática clínica, como fez Freud em sua época e com seus limites, quanto para uma virada nas organizações dos movimentos de base para a luta de classes, como pretendia Marx, incluindo também seus pares “luta anticolonial” e “antirracismo” - ou, dito a partir do descolonial, as lutas contra a colonialidade do ser, do saber, do poder e do gênero.

O caráter constitucionalista e filogenético da psicologia é precisamente o que tem sido questionado desde a psicologia crítica, a psicanálise e o freud-marxismo. Já temos uma longa tradição crítica ao que esta perspectiva esconde, adapta e como contribui para a supressão do sujeito (BRAUNSTEIN et al., 1975/1982). De como toma partido de uma noção particularizada para tentar chegar a uma pretensa universalidade, negando, enfim, qualquer singularidade ao nos transformar em objetos de pesquisa e números transponíveis e intercambiáveis. O giro ontogenético feito por Freud reconhece aquele que sofre como sujeito, e, portanto, se vale de interpretações e sentidos do próprio sujeito para pensar seus sintomas, causas e sustentar uma terapêutica.

¹²⁸ HOWITT, Willian. *Colonization and Christianity: A popular history of the treatment of the natives by the Europeans in all their colonies*. Londres, 1838.

Apesar das leituras críticas de Freud apontarem para a permanente influência dos fatores “sociais” na constituição subjetiva, leitura com lentes de justiça social, como propõe Elizabeth Ann Danto (2019), o reconhecimento da psicanálise como ciência parece ter produzido certo ensurdecimento do movimento de institucionalização dela. Ou talvez tenham sido os limites de sua própria geografia e tempo histórico; e ainda, a impossibilidade escapar às formas sociais.

A história de cada sujeito, o caso clínico, ao invés de levar os psicanalistas à abertura radical diante do outro que nos conduz a uma permanente reinvenção, passou a alimentar uma suposta diagnóstica psicanalítica e a servir de comprovação às metapsicologias desenvolvidas entre pares. Fatores da macroestrutura determinaram que a psicanálise sucumbisse às formas sociais e se transformasse gradualmente em mais um dispositivo psicológico, a serviço do capitalismo, que, como diz Agamben (2005), captura, orienta, determina, intercepta, modela, controla e assegura os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres vivos.

A psicanálise foi deixando de ser um método de cura - que pela linguagem em associação livre e em transferência realiza uma experiência singular que nunca será idêntica a nada - para se tornar uma linguagem própria, fechada, metafísica - esotérica, como diz Marie Langer (1975) - onde os analisandos acabam sendo idênticos aos analistas. Freud profanou a ciência e o dispositivo clínico de sua época. Agora cabe a nós, os outros, os colonizados, profanar o dispositivo psicanalítico aprisionado pela metapsicologia e confinado nas associações e consultórios privados, e restituí-la ao uso comum, recuperá-la como método de rua, marginal, periférico, componente das lutas de libertação:

A articulação implicada e clínico-política que apresentamos ressalta o lugar do psicanalista e sua prática clínica nos conflitos da pólis. O deslocamento do psicanalista ao território dos conflitos sociais permite a escuta do sofrimento e do modo como produz ou aprisiona o sujeito que por vezes não chega aos consultórios, clínicas, hospitais. (DEBIEUX ROSA, 2016, p. 187)

A violência da colonialidade visa controlar o que deve ser dito, pensado, escrito, lembrado, extrapola os limites da autonomia e da dignidade. A epidermização da inferioridade determina o que pode ou não ser, negando tudo e a quem não se transmute, não transfigure o próprio rosto em uma “máscara branca”, como demonstrou Fanon (1952/2020). Ela extrapola o campo da política para aniquilar a existência de sujeitos políticos. Compreender esse ponto é compreender a própria ideia de sociogênese e como ela afeta a possibilidade de uma ontogênese, uma vez que pensar em ontogênese, história individual, não é apenas pensar a narrativa de uma história de vida, mas a história do desejo de um sujeito. A dimensão desejante,

erótica, é o que posiciona os sujeitos diante da vida. E a violência do capitalismo, colonialista, racista e patriarcal visa demolir exatamente esta instância desejante, como Herbert Marcuse (1955) já alertava há mais de meio século.

A construção de ideologias de raça e gênero foram imprescindíveis para a execução do projeto capitalista e a consolidação da burguesia como classe dominante. Em paralelo, a negação dos saberes locais, a instrumentalização das memórias, assim como seu apagamento, foram fundamentais para essa construção ideológica. Epistemicídio e genocídio são pares nas estratégias colonialistas.

Além da dessubjetivação produzida por tudo o que se retira com a colonialidade, a subjetividade também se produz com o que se acrescenta:

Alicia descreve o olhar do sujeito branco como perturbador, pois ele reflete uma autoimagem assustadoramente deformada que ela não consegue reconhecer como sendo ela: "O que eles/elas vêem?" A perturbação provocada pela mirada branca deriva não de algo ausente ou de algo que o sujeito branco não vê em Alicia, mas sim da adição de algo indesejável que o sujeito branco quer ver. Em outras palavras, racismo não é a falta de informação sobre a/o "*Outra/o*" - como acredita o senso comum -, mas sim a projeção branca de informação indesejável na/o "*Outra/o*". [...]

Alicia pode experienciar essa contradição como uma cisão interior dolorosa. Por um lado, ela não pode reconhecer a si mesma na imagem que elas/eles veem, por outro lado, o que elas/eles veem separa Alicia de qualquer identidade que ela possa realmente ter. Ela explica: "Essas formas de racismo me perturbam ainda mais". (KILOMBA, 2019, p. 117, *itálico da autora*)

Este fenômeno de agregar informações indesejáveis ocorre "cotidianamente", como descreve Grada Kilomba, conformando "uma constelação de experiências de vida", "um padrão contínuo de abuso" que se "repete incessantemente ao longo da biografia de alguém" (2019, p. 80). Essa repetição produz cadeias significantes preestabelecidas, de modo que, quando alguém chama alguém de preto ou índio, não se refere apenas à cor da pele ou ao local de origem:

mas também à cadeia de termos associadas à palavra em si: primitiva - animalidade - ignorância - preguiça - sujeira - caos etc. Essa cadeia de equivalências define o racismo. Nós nos tornamos a corporificação de cada um desses termos, não porque eles estão inscritos fisicamente na superfície de nossas peles e não porque eles são reais, mas por causa do racismo, que, como mencionei anteriormente, é discursivo e não biológico; funciona através do discurso, através de uma cadeia de palavras e imagens que se tornam associativamente equivalentes, mantendo identidades em seu lugar. (KILOMBA, 2019, p. 156-157)

Esse ponto é fundamental para localizar a importância da memória coletiva e do letramento em um trabalho analítico junto aos territórios. Fanon e Kilomba demonstram como a epidermização, a corporificação desses termos não é apenas individual. Ressaltam o elemento “nós”, o efeito que tem sobre todo grupo, submetido a esse encadeamento significativo - no caso, pessoas negras. Modela afetos, mas também memórias. Memórias individuais, que já não conseguem recordar sem a interposição dos encadeamentos significantes, e memórias coletivas - lembranças partilhadas por todo grupo que estão contaminadas desses encadeamentos. É necessário que intervenhamos diretamente sobre essas cadeias incrustadas em nossos imaginários e reforçadas através de falsas memórias. Intervenhamos com letramento. Por falsas memórias denominamos tanto histórias contadas com uma única versão, a do colonizador, invisibilizando outras narrativas e personagens, como as experiências frente a situações de preconceito e discriminação que “perturbam”, “que adicionam algo indesejável”, “que projetam significados exteriores nos acontecimentos”, calcando no corpo discriminado uma série de sentidos alheios que não saem nem com banho de sal grosso.

A colonialidade fez uso do manejo seletivo da história para criar as zonas do não ser onde devem ser depositados os corpos não-brancos: criou marcos temporais e espaciais que exaltam o homem branco como herói, seja com estátuas, pinturas, nomes de locais públicos ou festas e datas comemorativas; manipulou narrativas e contos locais dos territórios colonizados, transfigurando seus personagens como exemplos do mau, do perigoso ou do ingênuo e do tolo que precisa ser guiado pelo benfeitor; impôs suas linguagens e tudo o que nelas se estrutura; criou justificativas para sua violência baseadas em fatos infundados sobre os povos colonizados, mas que de tanto serem repetidas, ascenderam à verdade; e, sobretudo, estupraram milhares de mulheres marcando a ferro em seus ventres as máscaras brancas.

São inúmeras as cisões resultantes da violência colonial, tanto na subjetividade como no laço social. Além de um trabalho analítico, é necessário recontar a história, reposicionar os sentidos das palavras. Trabalhar clinicamente desde a memória coletiva é ir além das ressignificações pessoais e poder agir diretamente no laço, nas cadeias significantes partilhadas, as mais difíceis de serem desfeitas. São diversas as narrativas de mulheres negras que junto a outras mulheres negras, em roda, puderam dar-se conta de violências cotidianas que na análise não havia podido reconhecer. Narrativas partilhadas que vão incidindo nas cadeias significantes e transformando a relação entre as palavras, permitindo que compreendam a relação desses significantes com a manutenção de uma posição de inferioridade, que como diz Kilomba, é discursiva e não biológica. Essa compreensão é profundamente libertadora!

Fanon contribuiu para uma teoria modelo, que nos permite buscar outras explicações para o que nos tornamos, abrindo-se a epistemologias diferentes daquelas em que fomos gestados. Grada Kilomba seguiu com brilhantismo seus passos, sem deixar de reconhecer aquilo no que foi falho, uma vez que não tratou das particularidades da colonialidade na mulher negra. Ambos tomaram referenciais psicanalíticos para o desenvolvimento de suas elaborações críticas - nos permitindo compreender que o propósito dessa ontologia negativa e subjetivação essencializadora dos negros e indígenas como maus, impuros, irracionais, é resultado da denegação das contradições decorrentes da racionalidade ocidental moderna, que, como exemplificado, via princípio de prazer, acabam sendo transferidas para as sociedades colonizadas. Auxiliam-nos a estabelecer diagnósticos mais precisos do que somos, desnaturalizar as estruturas e entender o sofrimento psíquico como ferramenta da dominação.

O sujeito negro torna-se então tela de projeção daquilo que o sujeito branco teme reconhecer sobre si mesmo, neste caso: a ladra ou o ladrão violenta/o, a/o bandida/o indolente e maliciosa/o. Tais aspectos desonrosos, cuja intensidade causa extrema ansiedade, culpa e vergonha, são projetados para o exterior como um meio de escapar dos mesmos.

Em termos psicanalíticos, isso permite que os sentimentos positivos em relação a si mesma/o permaneçam intactos - branquitude como a parte "boa" do ego - enquanto as manifestações da parte "má" são projetadas para o exterior e vistas como objetos externos e "ruins". No mundo conceitual branco, o sujeito negro é identificado como o objeto "ruim", incorporando os aspectos que a sociedade branca tem reprimido e transformado em tabu, isto é, agressividade e sexualidade. Por conseguinte, acabamos por coincidir com a ameaça, o perigo, o violento, o excitante e também o sujo, mas desejável - permitindo à branquitude olhar para si como moralmente ideal, decente, civilizada e majestosamente generosa, em controle total e livre da inquietude que sua história causa. (KILOMBA, 2019, p. 37)

Esse sociodiagnóstico coloca em xeque a neutralidade e nos convida a também buscar as causas dos sintomas nas estruturas sociais, macroestruturas econômicas, sem ignorar os efeitos particulares em um dado grupo e os singulares em cada um. Atentando ao fato de que "o homem é aquilo que faz com que a sociedade exista", Fanon vincula a ontogênese à sociogênese:

O prognóstico está nas mãos daqueles que anseiam abalar as carcomidas fundações do edifício.

O negro deve travar a luta nos dois níveis: visto que eles, em termos históricos, se condicionam mutuamente, qualquer liberação unilateral será imperfeita, e o pior erro seria acreditar numa interdependência mecânica entre ambos. Além disso, os fatos resistem a uma inclinação sistemática desse tipo, como mostraremos.

A realidade, ao menos dessa vez, exige compreensão total. Uma solução deve ser apresentada tanto no nível objetivo quanto no subjetivo.

E não adianta vir proclamar com ares de “caranguejo-violinista” que o que é necessário é salvar a alma.

Somente haverá desalienação genuína na medida em que as coisas, no sentido mais materialista possível, tiverem voltado ao seu lugar. (FANON, 1952/2020, pp. 25-26)

A ciência, principalmente a psicologia, operam por dispositivos que impõe a imagem e semelhança da Europa, a imagem e semelhança do “*cogito, ergo sum*”¹²⁹ - penso dos moldes europeus, logo existo dos mesmos moldes. Porém, uma existência parcial, ou um sujeito incompleto, como diz Grada Kilomba (2019), que não é o mesmo que um sujeito não todo, como alguns tendem a romantizar:

Nas dinâmicas do racismo, nós nos tornamos *sujeitos* incompletos. *Sujeitos* incompletos não são iguais a *sujeitos* completos; os últimos ‘mantêm o poder [...] para pôr em prática suas próprias ideias de superioridade e a sensação de ser mais merecedores de certos direitos e privilégios’ (ESSED, 1990, p. 10)¹³⁰. O racismo, portanto, funciona para justificar e legitimar a exclusão de “*Outras/os*” raciais de certos direitos. (KILOMBA, 2019, 80-81, *itálico da autora*)

Em princípio, era porque gente sem alma, porque selvagem, porque primitiva. Em seguida, o predomínio do método procurou exterminar qualquer forma de conhecimento que não partisse do mesmo modo de observação e análise “racional”. Feitiçaria, magia, charlatanismo, bruxaria, foram alguns dos nomes usados para silenciar o conhecimento não-europeu, primeiro durante a Santa Inquisição, nos séculos XVII e XVIII, e depois nas universidades, até hoje. Incalculáveis são todos os genocídios e epistemicídios cometidos em nome da civilização ocidental. As cosmovisões não ocidentais presentes neste vasto território, que poderiam contribuir para a psicanálise, a psicologia crítica, para as ciências sociais e as

¹²⁹ “Penso, logo existo” ou ainda, “penso, logo sou” é a expressão que consagra o método de René Descartes, no qual, seria pelo pensamento, e unicamente por ele, que alcançaríamos a certeza e a verdade. A consagração desse modelo de “método” marca a entrada na modernidade, e a exclusão do debate sobre a verdade àqueles que não pensam desde este método, impossibilitados, portanto, de certificar suas verdades e certezas, nem sua existência em si. Importante frisar que as discussões no campo da filosofia da ciência vão muito além de um reducionismo de “O Discurso do Método” (1637), reducionismo este, que tem mais relação com os usos ideológicos da ciência que propriamente com o rigor científico de tal ou qual experimento que possa se valer deste método. O que se critica aqui é a apropriação ideológica feita, que inclusive, não diz respeito ao próprio Descartes. Para um aprofundamento contemporâneo nos debates sobre psicanálise e ciência Cf. BEER, Paulo. *Psicanálise e ciência: um debate necessário*. São Paulo: Blucher, 2017.

¹³⁰ ESSED, Philomena. *Everday Racism. Reports from Women of Two Cultures*. Alameda: Hunter House Publishers, 1990.

humanidades implicadas com uma práxis libertadora e revolucionária, são deixadas de lado pelo racismo e cegueira produzidos pelo cientificismo ocidental. Deixa-se de olhar, e quando se olha, é com olhos de colonizador, para se apropriar, para reduzir a objeto-ornamento e aplicá-lo em "dinâmicas de grupo para índios", aos moldes do mais terrível da psicologia:

O pensamento crítico e descolonial de Abya Yala e do Caribe permitiu-me compreender que a ciência colonial se expressa no desprezo por saberes outros, opera sob uma forma de gestão que perpassa as instituições do Estado e a universidade e se mantém graças a uns mecanismos de reprodução que garantem a continuidade colonial de longa duração e sua reatualização. Esta colonialidade epistêmica se expressa ainda hoje, na "intervenção" psicossocial moderna e colonial. (PARRA-VALENCIA, 2019, p. 99)

A psicologia constitucionista, com base filogenética, passou a interpretar qualidades, caráter, inteligências a partir de características físicas, formas do corpo, cor da pele, reforçando ideologias raciais e de gênero a favor do homem branco. Desde a sua origem, ao serviço do capitalismo (BRAUNSTEIN et al., 1975/1982), tem os seus alicerces assentados no racismo, seja epistêmico, seja metodológico. Se alguém contesta tal tese, em geral, é porque está filiado às matrizes ideológicas do capitalismo e está interessado em salvar a psicologia, bem como a razão em detrimento da emoção, a mente em detrimento do corpo, o modelo de família burguesa, seus modos de produção, organização social e, portanto, as explicações geneticistas, cognitivistas e neurológicas que colocam e mantêm a maioria dos seres não "homens brancos" baixo opressão e a serviço da exploração de seu modelo de sociedade. Interessado em salvar a própria pele.

Para que possamos assumir um papel crítico e libertário da psicologia, parafraseamos Martín-Baró (1990) ao afirmar que nossa análise deve se estender às raízes dos traumas do racismo, do machismo, da homofobia e da transfobia, da mercantilização da vida pelo capital "e, portanto, da guerra mesma, como uma situação social patógena" (p. 1). É preciso compreender quais os efeitos traumáticos específicos dessa violência colonial que se impôs a esse território e como ela afeta as diferentes esferas da sociedade. O que foi recalcado "não cessa de se inscrever" estruturando as relações contemporâneas, modelando imaginários, éticas e afetos, ou mesmo impedindo-os. Se à psicologia é atribuída a tarefa de "obter como produto o homem adaptado e integrado à estrutura em que tem atribuído um lugar", ou ainda, a função de produzir "todas as mudanças necessárias no homem para que nada mude, para que não mude o essencial, a estrutura, o determinante em última instância, o modo e as relações de produção imperantes", quais são os papéis possíveis do profissional *psi* perante a violência colonial? E

como sustentar a posição de "crise, ruptura, fracasso ou fissura" da psicanálise diante da modernidade de forma que seja possível discernir os "usos anticoloniais da herança freudiana em um contexto pós-colonial ou neocolonial", como nos questiona Pavón-Cuéllar (2020).

Enquanto a barbárie impera nas ruas atingindo corpos com determinados marcadores sociais, em prédios fechados com psicanalistas portadores de marcadores opostos debate-se uma metapsicologia importada, sem materialidade; recorrem à teoria para justificar porque uma sessão de análise custa um terço ou a metade do salário-mínimo, ainda que Freud tenha dito cem anos atrás que um dia o tratamento seria gratuito (1919/2010, p. 291). Comentam de forma desimplicada a resistência à análise das camadas populares atendidas nas "clínicas sociais" das escolas de formação. Falando "uma linguagem cada vez mais esotérica enquanto suas associações transformavam-se em sociedades secretas" – como já denunciava Marie Langer em 1975, antes mesmo que o lacanismo estivesse na moda – as sociedades psicanalíticas demonstram o privilégio de classe da branquitude que pode se dedicar ao "rigor intelectual" com os restos metonímicos, à medida que uma mulher não branca faxina a materialidade dos "restos" deixados em suas casas.

Portanto, esta tese também se escreve a partir da crise ética que vivemos no campo *psi*, ou talvez, pior, da ausência de crise diante do desengajamento da formação de psicólogos e de psicanalistas com o passado colonial e a violência estrutural. Audre Lorde (1984/2012) já nos advertiu: "As ferramentas do mestre nunca vão dismantelar a casa-grande". Portanto, temos que *hackeá-las* ao mesmo tempo que recuperamos as ferramentas de luta dos "outros" do Ocidente, para demolir a razão ocidental. A psicanálise, parece-me, é ao mesmo tempo uma área do saber ocidental a ser *hackeada* e um método de hackeamento, sempre e quando for além de um reformismo burguês das neuroses e localize a psicanálise no plano político e econômico:

A luta descolonizadora dos negros efetua-se simultaneamente contra dois níveis: o nível psíquico individual e o nível macroestrutural dos processos sociais. O ponto é ver como que historicamente constituem-se ou fundem-se um com o outro. Isto tem implicações fundamentais no plano político. Qualquer libertação unilateral que privilegie somente um dos níveis é incompleta, e o erro mais grave é crer em sua automática interdependência, quer dizer, crer que resolvendo um nível automaticamente resolve-se o outro (materialismo reducionista de certos marxistas ou psicologismo reducionista de certos psicanalistas). (GROSFOGUEL, 2009, p. 264, tradução nossa¹³¹)

¹³¹ "La lucha decolonizadora de los negros se efectúa simultáneamente contra dos niveles: el nivel psíquico individual y el nivel macro estructural de los procesos sociales. El asunto es ver cómo históricamente se constituyen o fusionan uno con el otro. Esto tiene implicaciones fundamentales en el plano político. Cualquier liberación unilateral que privilegie solamente uno de los niveles es incompleta, y el error más grave es creer en su automática

A semiologia, a compreensão dos sintomas e a busca de suas causas, ao invés de se ampliar diante das narrativas singulares e da amplitude de sentidos e linguagens do mundo, enrijeceu-se em uma etiologia de viés metapsicológico correspondente à verdade europeia do mundo. O Édipo, o aparelho psíquico, a dinâmica pulsional, o seio materno, os mitos, impuseram-se como etiologia para interpretações reducionistas dos sintomas, sem que os psicanalistas percebessem que cada uma dessas elaborações metapsicológicas é um espelho da macroestrutura de sua geografia e tempo histórico. Diagnósticos fechados obstruíram o ouvido e a terapêutica ficou presa em quatro paredes, reduzida ao divã e à vida privada. O mal-estar impôs-se como necessário ao desenvolvimento social sem que se reconhecesse que aquele modelo de civilização era uma escolha política e não um destino inevitável.

Até recentemente, quando interpelados por questões raciais, os psicanalistas no Brasil respondiam com um apelo metapsicológico que "o inconsciente não tem cor". A obra de Fanon pode ser entendida como uma leitura sintomal¹³² desse tipo de afirmação. Ao dizer que o inconsciente não tem cor, revela-se:

- que os brancos não se entendem como seres racializados e que sua particularidade tem pretensões universais - a estrutura mesma de difusão e implementação do capitalismo e da colonialidade;
- "não ter cor" vela a "cor branca", assim como na sociedade moderna "sujeito" é uma condição da "cor branca". Só o branco pode querer ser o que quiser, não ser idêntico a nada, nem mesmo ao branco, e ao não branco não lhe resta outra coisa que ser não branco, idêntico a todos os outros não brancos, que seria o mesmo que não-ser desde a ótica do branco. Ou então ser idêntico ao branco, colocar a máscara branca, e poder "admirar-se" desejando o que o branco deseja;
- o inconsciente, assim, determinado pela macroestrutura, está submetido ao funcionamento da branquitude, do capitalismo, do racismo e as metapsicologias servem de reforço à colonialidade.

Quando entendida como espaço para recuperação de memória coletiva, a psicanálise pode incidir nesse conjunto de lógicas e montagens coloniais, isso se o "divã" for espaço em que o sujeito fica defronte de sua própria história e de um outro que está ali para escutar o

interdependencia, es decir, creer que resolviendo un nivel automáticamente se resuelve el otro (materialismo reduccionista de ciertos marxistas o psicologismo reduccionista de ciertos psicoanalistas)". Grosfoguel, 2009, p.264)

¹³² Conforme PAVÓN-CUÉLLAR "Althusser define su lectura sintomal, en suma, como aquella que lee el silencio, lo no-dicho por un discurso, leyéndolo a través de otros discursos, otras obras y/o una teoría, que permiten reconstituir lo que el discurso leído sintomalmente dice de manera sintomática, diciéndolo sin decirlo" (2019).

impossível de dizer. Na história de uma pessoa que decide narrar para um outrem as suspeitas sobre as causas de seu mal-estar, encontram-se fatos sociais, realidades psíquicas, elementos socioeconômicos, geográficos, artísticos, arquitetônicos. Livre associação que é rap e poesia. Sequências que correspondem a análises históricas misturadas com os pequenos universos do qual o paciente forma parte, ou os pequenos universos dos quais é impedido de formar parte. A análise é um método heurístico por excelência, e o paciente, um cientista social, que toma sua experiência pessoal para elaborar sobre o mundo, e que toma os fatos do mundo para pensar sobre sua experiência.

No entanto, há algo em certo modo trabalhar-se as ideias de “realidade psíquica”, “verdade do sujeito”, “saber do sujeito”, que pode facilmente recair no pior da filosofia ocidental, ou seja, o “sujeito autodeterminado” (FERREIRA DA SILVA, 2019). Se partilharmos da máxima “é o sujeito que sabe sobre si” e se compreendemos que é através da livre-associação na relação transferencial que esse saber pode advir, e o não saber também, necessariamente essa máxima não implica “autodeterminação”. Saber sobre si não é igual a autodeterminar-se, assim como singularidade não é contrário à identidade. A dificuldade de psicanalistas compreenderem o operador memória coletiva em um processo analítico, operador que aponta para a multideterminação do sujeito, tem impedido à categoria de compor na luta direta e institucional no campo da saúde mental. Memória coletiva é partilha de singularidades e não um todo amalgamador de pessoas. Lutar por políticas destinadas a determinados grupos, não é favorecer identitarismos que anulam a singularidade; é compreender que há que investir mais recursos em prol de grupos específicos uma vez que suas histórias são marcadas pelo espólio.

Membras do Instituto AMMA Psique e Negritude, como Jussara Dias e Maria Lúcia da Silva, que estiveram desde o início das discussões de saúde mental da população negra no âmbito público e coletivo, destacam que a resistência no campo da saúde mental em discutir e implementar a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) é ancorada na essencialização de outro princípio, dessa vez não mais a universalidade, mas a singularidade, afastando-se da compreensão de singularidade como construção psicossocial.

No âmbito da saúde mental, em especial no campo “psi” (psicologia, psicanálise e psiquiatria), o primado da singularidade por vezes dificulta as discussões raciais, como se as particularidades e identidades não fossem atributo desse campo e, pior, fossem gerar identitarismos.

Contestando essa lógica, Faustino (2021) aponta que é necessário compreender universal, particular e singular como relacionais e não antagonistas. E assevera que, para isso, torna-se essencial a revisão de três aspectos: 1º Um diálogo interdisciplinar que ultrapasse as fronteiras das especificidades. 2º A necessária revisão crítica da história do Brasil, que não secundarize a discussão racial (tarefa para a saúde mental, pois assim irá encontrar a manicomialização da população negra e seus atributos coloniais). 3º Reconhecer o papel do racismo como Determinante Social de Saúde (DSS). (DAVID, 2022, p. 81)

Nesse sentido, pode-se desviar da ineficaz discussão identitarista e basear-se na análise de componentes “exatos” para a elaboração de políticas públicas. Componentes que são determinantes sociais do sujeito, como a história, a compreensão sobre capitalismo, colonialismo, racismo e patriarcado. Isso não deve implicar necessariamente um saber exterior sobre o sujeito que impossibilitará sua singularidade, que o obrigará a uma identificação que o anula enquanto sujeito, uma vez que os elementos externos (exatos/históricos/identitários) são vividos de modos singulares. Sem embargo, é libertador para o paciente poder compreender que “aquele entendimento de si” está relacionado com uma estrutura, e não com seu fracasso como sujeito.

Voltando ao “divã”, é possível observar que a capacidade do paciente de “apropriar-se” de sua análise corresponde ao repertório que ele tem sobre o mundo. Quando Miriam Debieux (2016) fala de desamparo simbólico, alerta para uma clínica que precisa se reposicionar frente à ausência ou pobreza de repertório sobre o mundo, entendendo que essa ausência ou pobreza não estão relacionadas com aptidões cognitivas, nem mesmo com um repertório específico, e sim com o efeitos traumáticos que aleijam os sujeitos da sensibilidade, da criatividade, da capacidade de expressão e autonomia, resultado tanto de violências atrozess diretas como condições de miséria, violência cotidiana, precariedade, privação e abandono. Nesses casos, é necessária uma outra posição do analista. Não outra como substituta, mas como paralela.

A perspectiva educativa ou pedagógica que considera a materialidade da vida e os efeitos sociais na vida subjetiva e na capacidade/qualidade de entendimento foi erroneamente entendida como tutelar. Hoje a noção de letramento auxilia nessa tomada de posição ética que consiste na ampliação da capacidade de leitura de mundo, e não no fechamento, o que em nada atrapalha uma análise ou funde a análise com coisa alguma. Trazer informações relevante para que o sujeito possa se reposicionar frente a seu sofrimento não é colar-se na posição de saber-poder. Muito pelo contrário. O tradicional semblante silencioso frente a uma história de horror pode ser muito mais deletério para uma análise; além de deixar o paciente abandonado às violências estruturais do mundo que em nada são resultado de seu mundo subjetivo ou sua realidade psíquica. O sujeito da psicanálise pensado, escutado, interpretado e acolhido em sua dimensão interseccional, interdisciplinar e transdisciplinar exige malemolência do fazer científico, analítico e político.

Como já dito, Freud deixa o alerta de que novidades no âmbito da técnica “demandará esforço aprofundado”, uma vez que não devemos negar a “tarefa de atuar como educador e conselheiro”, não de modo a tentar educar o doente a que se assemelhe a nós, e sim com a intenção de “libertar e consumir sua própria natureza” (1919/2010, p. 285-289).

As semelhanças com os pressupostos da educação popular não são mera coincidência. Paulo Freire não foi apenas leitor de Freud, mas também de Fanon. Não é à toa que “Pedagogia do Oprimido” é um dos livros de cabeceira dos psicólogos sociais comunitários da América Latina. No entanto, os “psicanalistas de escola” quando interpelados por estas “tais atividades”, seguem questionando “mas isso é psicanálise?”. Já havia previsto Freud (1919/2010): “quero abordar uma situação que pertence ao futuro, que para muitos dos senhores parecerá fantástica” (p. 290), considerando ainda que “as condições de nossa existência nos limitam às camadas superiores da sociedade” (p. 291). Só que o futuro é agora e algumas velhas perguntas já não cabem, não seja para implicar a todos em um esforço aprofundado, de grande cuidado e de afinação do método; e quando dizemos todos, dizemos todos. Que a psicanálise, em todas as suas instâncias, possa ser acessível a todos que queiram nela pensar.

Esses tratamentos serão gratuitos. Talvez demore muito até que o Estado sinta como urgentes esses deveres. [...] Então haverá para nós a tarefa de adaptar nossa técnica às novas condições [...]. É possível que só consigamos realizar algo se pudermos juntar auxílio psíquico e apoio material. (FREUD, 1919/2010, pp. 291-292)

O que se propõe é deslocar tanto o raciocínio e a terapêutica da clínica, como a tática e estratégia da política, do tabuleiro de xadrez para a roda de capoeira, jogo que é mais ginga que raciocínio, que é dança, luta e brincadeira; jogo que não se joga só, que dois se relacionam no centro e em relação também à roda, que envolve, dá contorno, ritmo e melodia; jogo que não tem quem ganha, tem quem cai e levanta, ir do chão ao alto, e vice versa, diversos planos e perspectivas, jogo pluridimensional. Um deslocamento que convoca outros saberes, epistemologias, temporalidades, corporalidades. Além do giro decolonial¹³³, a gira epistemológica (CALUNDU, 2020) e metodológica. Convidar as experiências e saberes outros para girar e girar, uma a uma. Desnorteadas, como propõe David (2022)¹³⁴. Saberes e

¹³³ Cf. CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón (Comp.). El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre, Universidad Central, IESCO - Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos, Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

¹³⁴ Conforme a ideia-conceito trabalhada pelo autor: “desnortear como saída não fixa (sair do norte em direção ao sul, ou mesmo da loucura como psicopatologização em direção a uma loucura de vida – vida desnorteadas). Desnortear se faz na passagem, no deslocamento, no entre, e esse caminhar fez-se nas diásporas negras africanas (não apenas as forçadas, frutos de escravidão), em uma cultura de mobilidade e mobilização que africanos exercitam historicamente, conforme dito anteriormente, uma dinâmica pré-colonial dessas sociedades” (p. 53). Portanto “faz-se necessário descolonizar a Reforma Psiquiátrica a partir do desnorteamto na/da desrazão; a orientação que até então nós do campo antimanicomial temos seguido não radicaliza a desrazão. Por isso, propomos que essa radicalização passa pelo rompimento com as dimensões patriarcais/machistas e coloniais/racistas que

experiências para serem incorporados, sentipensados, escutados desde as múltiplas contingências de cada pessoa dentro da gira. Saberes-experiências¹³⁵! Mas para que isso seja possível há que saber começar e encerrar os processos. É preciso ritual, contorno, corpo, cuidado – licença para chegar e para sair. A ciência chama de método.

Perguntamos, então, como estabelecer outras técnicas de manejo para uma análise quando determinados conteúdos, mais do que dizerem da posição subjetiva, dos sintomas individuais, dizem dos fatos sociais estruturantes de uma sociedade racista, transfóbica, feminicida? Como o conhecimento adquirido a partir do estudo de caso destas análises podem apoiar políticas públicas que precisam equilibrar-se entre métodos exatos e métodos heurísticos que culminem em práticas generalizáveis? Como sustentar o generalizável sem prescindir do singular?

É esse jogo que buscamos sustentar quando pensamos nas atividades formativas como um espaço analítico e de letramento. Como já dito, letramento não é alfabetização. É apresentar recursos diversos do conhecimento sobre o mundo para que o indivíduo se torne apto a compreender e organizar subjetivamente discursos, interpretações e compreensões dos subtextos sociais e a refletir por si só sobre razões/causas/consequências. E conhecimento, aí, não desatrelado da ideia de experiência. O letramento racial, de gênero, de classe, ao explicitar formas de racionalizar/agir naturalizadas e normalizadas socialmente, em diálogo com as experiências vividas das pessoas, empresta materialidade para que possamos “descer ao inferno” na análise de nossos complexos mais profundos para deixar de viver no inferno no mundo concreto. A rede empresta cabos de segurança subjetiva para descermos e abraços de segurança física para celebrarmos a vida. O letramento também precisa ser corporal. Libertar os gestos aprisionados na encenação colonial. Habitar o corpo além da palavra e profanar o dispositivo analítico convocando não só outras línguas, mas outras linguagens.

Se me delongo neste capítulo sobre método é porque os passos que assentaram as atividades formativas vieram de longe, e são muitas as contribuições que trouxeram entendimento para a compreensão da complexidade de temas e arranjos que compõem a estrutura formativa aqui sistematizada. De certo modo, passamos o tempo todo dançando entre generalizações e particularidades, entre letramento e realidade psíquica, em um

ancoram a razão ocidental, que não reconhece as diferenças, logo não acolhe a loucura e psicopatologiza a sociedade, em especial negras(os), LGBTQIA+ e mulheres” (p. 59); “Nesse convite ao desnorreamento, a saúde mental brasileira não deve temer afirmar a loucura e a raça, uma vez que essa afirmação colabora com a desabilitação do caráter eurocêntrico e racista da manicomialidade” (p. 148).

¹³⁵ “A experiência é pluralidade continua e unitária do conhecimento” (BENJAMIN, 1970, p. 8, tradução nossa)

movimento dialético em busca da diferença do comum e do comum na e da diferença. Um letramento que permite reconhecer que há outros caminhos para o mal-estar que não seja a neurose e o mais de repressão a serviço do capitalismo. Letramento e análise para dançar a pesquisa, o cuidado, a mobilização e a cooperação.

4. ENGENDRAR SONHOS

- *"Oi, Meu nome é X. Sou professor e estou cansado"*
- *"Eu não sei se é útil, não sei se vai contribuir, não sei se está certo, tenho medo de falar algo errado..."*
- *"Antes, era garantia de direitos. Hoje, é a defesa do que ainda nos resta"*
- *"No trabalho do CREAS, a gente invade a casa das pessoas e depois espera que elas apareçam".*
- *"Acho que estou sendo expulsa do território justamente pela articulação que me fez chegar nele"*
- *"Como se sustenta o trabalho e não o protocolo?"*
- *"Eu sou educadora, não preciso de um Conselho para ter ética".*
- *"A gente fala de violência do Estado, violência policial, e parece que aqui a gente não vive, mas é que é de outro jeito... Então tem que desvelar, enxergar o que está operando... E como não se anestesiaria? Como conseguir manter a escuta aberta a partir da sensibilidade?"*
- *"Um dos maiores medos é não poder contar nem trocar com ninguém. E essa formação de certa forma não deixa isso acontecer".*
- *"Faço um estágio supervisionado e, por causa da pandemia, comecei a sentir muito a instituição, e participar deste curso de formação me ajudou muito em escutar a equipe e ajudar com atos pequenos".*
- *"Quando a gente leva as coisas com o formato que essa formação propõe, as coisas mudam, muda como a equipe vê e atua. Mudou a estratégia. Discutir e elaborar, para que seja algo construído e compartilhado pela equipe. Se algo é moral? Então coloca todo mundo para se rever e rever o olhar. Se haver com a miséria, a fome, a fome de afeto... é o que mais deu vontade de sair da assistência. O que eu vejo hoje no meu território de atuação é o que eu vi no lugar onde eu cresci. E eu sou assim, eu só vou, vou no caminho, e depois volto pensando no que eu fiz... O que eu tenho mais medo é de ficar anestesiada, olhar a cena e dizer 'mas é assim mesmo'".*
- *"Espaço de resistência e força nesses tempos tão sombrios"¹³⁶.*

Certamente frustrarei expectativas pois infelizmente não será possível transmitir o cabedal de coisas que aconteceram ao longo destes 30 meses. Inscrever os brilhos nos olhos e as risadas das parcerias construídas frente às soluções possíveis, e tampouco as angústias, dores e lágrimas que desaguam o impossível de reparar, o choque diante do espelho flagrando-se nas encenações da colonialidade. Mesmo após o que se decanta nesta tese, não sabemos ao certo explicar o que funcionava nos encontros que fez com que *"nos animássemos a seguir"*, ou como foi possível sustentar *"um espaço de intimidade no virtual"*, coisa que tantos desconfiavam, inclusive a coordenação. As atividades formativas foram, antes de tudo, a sustentação de uma

¹³⁶ Comentários de pessoas participantes do Ciclo I. Serão grafadas em itálico todas as passagens que se referirem a falas das pessoas participantes dos Ciclos I e II.

aposta. O que sabemos é que algo funcionou, e que supomos que isso se deva à eficácia do método. Sabemos também o que não funcionou, e seguimos empenhados em transformar as engrenagens do método que se viciaram, que desgastaram, que perderam função.

O copilado de frases trazido acima traz um breve panorama de como as percepções avançaram ao longo dos ciclos de atividades formativas e de como houve deslocamentos para posições menos exaustas e desesperançadas e mais resilientes, analíticas e organizadas. O que podemos afirmar a partir do que observamos e apoiados em falas de participantes, é que ao longo de 30 meses vimos as incertezas deixarem de produzir paralisia, o desconforto ser tomado como ponto de partida e combustível para a ação e o incômodo ser passagem para a politização, uma vez que, juntos, pudemos dar condições para que *"culpa e vergonha se transformem em ação política"*.

Como demonstrado no fluxograma do capítulo 2, propôs-se uma interligação entre cada uma das atividades, de modo que elas se retroalimentassem, criando um comum que permitisse recolher achados úteis a todas as pessoas, impulsionando tanto pesquisas teóricas como ações práticas, dando destinos aos desejos e decisões coletivas, construídas no tecer do comum e em consonâncias com o desejo das próprias pessoas usuárias atendidas nos serviços. Uma vez que muitas pessoas participantes da formação, sobretudo no Ciclo II, eram moradoras dos territórios em que os mesmos serviços operavam, e em muitos casos atuantes junto aos movimentos sociais e/ou de cultura da região, foi possível a construção de alguns elos fortes de trabalho que permitiram estabelecer correlações entre território, clínica, saber acadêmico, movimento social, movimentos de cultura e de mobilização local. O caso do serviço do menino Theo é um dos exemplos.

De uma convivência rodeada de personagens silenciados, estigmatizados, muitos carregavam o peso de lutos que poderiam ter sido evitados, e as atividades também foram espaço para que esses lutos pudessem encontrar caminhos de elaboração. Narrativas que foram testemunho do terror vivido durante a pandemia, que contaram dos descasos do Estado, das dores frente a tantas perdas, da angústia frente ao medo e preocupação pela própria vida e pela vida dos familiares, e partilha da culpa frente ao próprio mal-estar quando os usuários se encontravam em situações ainda piores e era necessário seguir acolhendo, trabalhando, em um cenário de completo sucateamento e desamparo por parte do poder público. Mas foi também testemunho de tantas experiências que marcaram a capacidade de organização e enfrentamento do território, a riqueza cultural, suas lutas e resistências.

Em contraste, as pessoas que vinham de bairros cênicos, a maioria vinda das escolas de psicanálise e universidade, traziam narrativas e memórias muito distintas, e apenas por essa

partilha de um espaço comum com narrativas tão diferentes, já eram convidadas a transformar o olhar e a escuta. Uma mudança de perspectiva radical, na qual nem mesmo os objetos da casa seguiam sendo vistos do mesmo modo, como narrou uma pessoa. Diversos participantes conheciam pouco ou nada de como funcionava o SUS e o SUAS e menos ainda podiam imaginar o que era a realidade e o cotidiano de um trabalhador da linha de frente: *“Não faço parte do SUS/SUAS, e também não tinha ideia de como é o dia a dia desses trabalhadores. Esse combustível que vem de dentro, em relação à luta pela justiça, nos ensina muito. Parabéns por compartilhar e por botar essa força na gente também. Porque às vezes a gente tá fazendo nosso projetinho, e percebe que não tá fazendo o suficiente. Eu olho às vezes e falo: parece que a gente tá cavando o fundo do poço. Tem melhoras se a gente olha pra história, mas quando a gente olha a realidade a gente percebe que tá sim no fundo do poço, e fica se perguntando quando as coisas vão mudar”*.

Ao mesmo tempo, esse trabalhador que era visto por uns como linha de frente, falava coisas sobre o território em determinados momentos, que incomodava o ouvido daqueles que eram moradores destes territórios, e que viam naquelas falas trabalhadores do SUS e SUAS pouco implicados com a luta, reproduzindo estigmas e demonstrando desconhecimento sobre o território de atuação. Frente aos conflitos, pudemos olhar para as contradições e decidir permanecer pela aposta no comum, apesar dos incômodos, desconfortos e até mesmo apesar das violências que se reproduziam nas relações e formas de se posicionar nas atividades.

É aos achados resultantes destes encontros conflituosos, afetuosos, acolhedores, incomodativos e perturbadores, que este capítulo se dedicará. Em diálogo e retroalimentação, trarei algumas ferramentas usadas no manejo dos grupos que produziram encontros muito ricos e transformadores, trechos de casos trabalhados nas supervisões, e encaminhamentos possíveis para quem está na linha de frente, assim como algumas colheitas dos Diálogos Deliberativos (DD) a partir de comentários das pessoas participantes que dão notícias dos efeitos do trabalho.

4.1 ARCO XVIII – DESLOCAMENTOS

Alguns deslocamentos importantes ocorreram ao longo de cada ciclo. Talvez o mais importante deles no que diz respeito aos objetivos das atividades formativas diz da possibilidade de sair da posição de sentir-se ignorante e considerar que o saber está apenas no outro, para pouco a pouco reconhecer-se também como detentor de saber, e reconhecer ao grupo como detentor de um saber coletivo, que tem mais força que saberes individuais. Para isso, a noção de escuta foi fundamental e foi a partir de dar tempo-espço para escutar os outros colegas e os usuários dos serviços e aprender a escutar a si próprio, que foi possível caminhar

rumo a construção de conhecimento coletivo. As pessoas que participavam de coletivos já chegaram carregando essas experiências encarnadas e compreendiam esse modo de organização como *“luz no fim do túnel”*. Expressões como essa foram ditas ao longo destes 30 meses, apontando para a importância da organização em rede, da participação popular, da construção em conjunto, com trocas e diálogos, mirando um horizonte ético comum. Com isso foi possível reafirmar o que são os próprios princípios do SUS e SUAS e reconhecer a inteligência por traz de sua proposta de construção coletiva via conselhos regionais com intensa participação popular. Foi então possível questionar por que isso não funciona, por que a população não participa e que responsabilidade os trabalhadores do SUS e SUAS tem nessa *“falência”* da construção de políticas públicas.

Também pudemos reforçar que o que tratamos durante a formação não envolve inventar a roda. Muito do que foi dito ao longo das atividades era resultado de um processo histórico de luta que começara décadas atrás e nunca havia parado. Isso também ajudava a sair da impotência e da paralisia, reconectando as pessoas com suas próprias histórias e com redes de ação e enfrentamento além daquela que se encontrava semanalmente nas atividades. Algumas pessoas retomaram vínculo com as reuniões de conselho de seus serviços, enquanto outras passaram a procurar informações sobre as Conferências Municipais e Estaduais. Algumas pessoas participantes já tinham vasta experiências nestes espaços deliberativos oficiais das políticas públicas de saúde e assistência social e seus relatos ensinaram muito aos outros colegas.

Voltando ao tema do luto, as discussões da formação – principalmente durante o primeiro ciclo que ainda vivia intensamente a pandemia –, possibilitaram que se reconhecesse a importância de desenvolvermos estratégias de elaborações coletivas para o luto, em oposição às perspectivas mais individualistas. Apontou-se para o fato de que as próprias formas de elaboração da morte são modos de enfrentar os mecanismos de produção de mortes. *“Tem um luto que passa pelo fato de que temos certeza de que poderíamos não ter perdido tanto, quantas vidas foram perdidas em vão? Tem uma dimensão política envolvida nesse luto, que é a do genocídio, muito louca e irrepresentável. Perdemos vidas para o vírus mortal, mas temos consciência de que perdemos muito mais por conta de uma lógica de (des)governo. Isso tem um impacto sensível e pode ser experienciado, inclusive na constatação do desmonte das políticas públicas que afetam diretamente a vida (e a morte) das pessoas”*.

O racismo foi um tema transversal, que cada eixo viveu de um modo. Em alguns grupos o assunto chegou com o abrir das câmeras, trazendo de entrada um colorido que era acolhedor e já marcava a particularidade da proposta formativa. Se sentindo acolhidas, as pessoas negras

puderam dizer das tantas vezes que se sentiram desacreditadas de sua competência, por outros ou por si próprias, e puderam falar dos adoecimentos produzidos pelas violências raciais e dos modos como essas experiências afetavam suas possibilidades de intervenção, temendo muitas vezes que houvesse repetição destas violências com os usuários. Nestes grupos foi mais fácil para pessoas que se sentiam costumeiramente silenciadas em espaços de formação tomar a palavra, se posicionar, e inclusive interpelar a coordenação naquilo que ela reproduzia colonialidade.

Já em grupos cujo excesso de brancura saltava aos olhos, preponderavam as discussões teóricas, e se repetiram falas de pessoas negras que diziam *"tenho um nó na garganta"*, *"não me sinto à vontade para falar"*; isso em contraste a pessoas brancas bastante eloquentes, que falavam do racismo sempre como se tratasse de algo que afeta ao corpo não branco. *"Olhar para questões raciais é ver a si mesmo dentro da cultura brasileira, é mexer na ferida aberta para conseguir enxergar a do outro e acompanhá-lo em sua jornada de cuidado"*. Demorou um tempo para que pessoas brancas entendessem que o racismo também dizia sobre elas, e isso nunca chegou sem que se necessitasse de um tanto de manejo da coordenação, inclusive frente a angústia que se gerava em diversos corpos diante da falta de noção que essas pessoas demonstravam. Isso se refletia na relação das pessoas com seus serviços, reverberando reflexões sobre os modos como elas mesmas reproduziam racismos em seus serviços, como eram afetadas pelas estruturas racistas destes serviços e atentas aos modos como isso interferia na relação e estratégias de atuação com os usuários. Como já apontado no capítulo 2, a coordenação não escapou de reproduzir conflitos raciais. Retornarei a isso no capítulo 5.

Outro elemento preponderante e transversal a todos os eixos apontou para os modos como os conflitos vividos internamente dentro dos serviços e as demandas vindas com preenchimento de protocolos e alcances de metas, impediam que se dedicassem aos casos e a pensar estratégias efetivas de resolução para os conflitos trazidos pelos usuários. As demandas dos serviços pareciam consumir toda energia, além de produzir adoecimento, físico e mental. Essa mesma dinâmica os afastava dos territórios e inclusive dos próprios saberes e experiências que muitos deles tinham, impedindo que compartilhassem metodologias e estratégias entre si que poderiam ser úteis. Eram raros os momentos em que se falava dos usuários desde uma perspectiva sujeito-sujeito, apresentando ali uma voz, uma ideia, uma percepção singular de mundo. Quase sempre os usuários eram nomeados apenas pelos problemas que apresentavam e que precisava ser resolvido pelo serviço; nunca com o serviço, em parceria. Aos poucos, como no caso de Theo, as pessoas do território passaram a ter voz, nome, cor, gênero, laços, histórias. Deixaram de ser um caso e passaram a ser um sujeito.

Assim, falta de tempo e recursos, excesso de trabalho, possibilidades e impossibilidades de elaborações de luto, dificuldade de integrar o território na escuta e se relacionar com ele, e as experiências de racismo e discriminação junto à equipe que se reproduzem na relação com os usuários, sobretudo quando a equipe não está racializada, foram alguns dos temas discutidos e trabalhados ao longo dos ciclos.

A presença de artistas favoreceu reflexões importantes sobre a função da arte como recurso de intervenção que permitiam fazer furos nas demandas e protocolos dos serviços. *“Escuta como arte e arte como forma de revolução, escuta de resistência, como aposta e acolhimento”*. De modo geral, educadores e artistas tiveram muito mais mobilidade para agir e intervir em seus serviços do que psicólogos e assistentes sociais, o que aponta para a importância do trabalho interdisciplinar e multisetorial em rede. Isso vale para os saberes periféricos e a necessidade de um trabalho interseccionado com o território, com lideranças locais e movimentos sociais. O próprio ato de escutar a voz do território personificada em cada usuário, em oposição “as verdades” silenciadoras impostas por protocolos, já marca uma desobediência que abre horizontes de rupturas com o sistema e esboça caminhos para a revolução. Pudemos falar em diversos momentos da importância de entendermos os relatórios tecidos pelos trabalhadores dos serviços como armas de luta. Cada frase que se escreve ali, compõe as estatísticas e tem poder de determinar as verdades oficiais. Colocar-se ao lado dos territórios e usuários é parar para pensar “como isso que eu vou escrever aqui pode ajudar o usuário, ao invés de atrapalhá-lo?”, “como esse relatório pode realmente lhe favorecer e favorecer transformações efetivas no território?”.

No caso da zona leste de São Paulo, mesmo com todos os sentimentos de falta em relação à história do território e participação direta, muitos participantes profissionais dos serviços eram membros de coletivo e movimentos populares, e essa diferença trouxe uma qualidade de trabalho específica dos serviços desta região. A zona leste foi conformada pela luta popular obreira e pela ocupação de terras, inclusive em alguns territórios como consequência da “higienização” e expulsão produzida nas zonas centrais como Bom Retiro, Luz, Sé, Braz, Moóca. Muitas pessoas que chegaram na cidade para trabalhar nas fábricas do centro foram sendo expulsas para vilas operárias em territórios mais distantes. A força dos moradores da zona leste, principalmente das mulheres, cheia de histórias de mutirão de bairro, luta por creches e escolas, serviços de saúde e assistência social, retornou em diferentes momentos dos Ciclos I e II, anunciando um grande diferencial dessa região e elucidando a importância da luta popular para a transformação efetiva de nossa realidade psico-social-econômica.

Foi possível partilhar da importância *"dos movimentos culturais e sociais do território"*, dos quais muitos eram próximos, e apontar *"como a história de alguns bairros é uma história atravessada pelo RAP e pelo samba, um berço"*; *"frequento o circuito do RAP desde os anos 90"*. Aparece ainda a presença do grafite e o alcance internacional de muitos artistas. Alinhavando a rede, afirmou-se *"acho que é obrigação dos serviços públicos se aproximarem destes movimentos e fortalecê-los"*. De certo modo, os artistas da região compõem uma equipe invisível e informal de trabalhadores da saúde mental e da assistência social. E com isso, conseguem habitar uma outra relação com a palavra, com o livre associar, que o escutar, que os protocolos dos serviços impedem. Junto aos educadores e artistas, os sentidos podem se ampliar e novas significações aparecem: *"Eu tô com sentimento de fofinho"*, disse uma criança para a educadora. Uma nomeação que emprestou sentido para muitos de nós; uma nova expressão que dava conta de representar o afeto que vinha brotando ao partilharmos daquele espaço.

Já as particularidades da zona sul de São Paulo, região fruto de ocupações nas décadas de 80 e 90, permitiu refletir sobre a resiliência das pessoas trabalhadoras e moradoras dali, cujos embates entre Estado e territórios ocupados culminaram no chamado *"triângulo da morte"* na década de 90. Também é nessa região que estão as disputas pelas áreas de mananciais, que não podem ser ocupadas por pessoas humildes com pretexto de preservação ambiental, mas são facilmente vendidas para virarem condomínios luxuosos. Uma região extensa, cheia de contrastes e disputas, com várias áreas sem comunicação umas com as outras, mas cheia de pessoas aguerridas na luta por melhores condições.

Algo preponderante nesta região e que também apareceu em todos os eixos, foram os relatos que apontavam para a violência física e simbólica contra adolescentes e jovens negros, e como o judiciário participava de uma política de negação de direitos a essas pessoas. Tanto jovens que estavam passando por medida socioeducativa, como jovens adolescentes grávidas, eram permanentemente violentados por pareceres técnicos e decisões de juízes que reforçavam condutas discriminatórias e racistas. A angústia dos trabalhadores transbordava quando se viam completamente silenciados diante do poder do juiz, impedidos de argumentar ou defender os usuários a partir de qualquer razoabilidade. Em casos de abrigo de crianças, falas como *"ficarão muito melhor com uma família decente"* apontam para o modo como a moral permeia a política pública. Em cidades do interior de São Paulo soma-se ainda a arbitrariedade completa dos conselhos tutelares, que tomados por moralismo religioso, chegam ao cúmulo de invadir casas e terem condutas coercitivas diante da família, caso não sigam às ordens dos conselheiros.

Um caso que foi particularmente difícil de trabalhar contava de uma jovem de 13 anos que estava grávida e teve a família e o namorado judicializado pelo conselho tutelar. O namoro era de livre vontade e logo no início da relação o conselho tutelar ameaçou a família, dizendo que eles deveriam “prender a garota em casa”, que se pegassem ela namorando iam mandar para o acolhimento. Poucos meses depois a garota ficou grávida, de relações sexuais consentidas com o namorado que tinha idade aproximada. Deixemos de lado nesse momento às discussões sobre prevenção à gravidez juvenil, que sim deve ser evitada, porém de modo educativo e não coercitivo, e menos ainda por razões morais de cunho religioso. O conselho tutelar entendeu que a situação era culpa da família e abriu processo alegando estupro. A garota, que seguiu com a gravidez, foi obrigada a depor sendo constrangida pelo conselho tutelar a dizer que havia sido violada pelo namorado.

Cenas como essa são comuns pelos interiores do Brasil e recaem principalmente sobre mulheres empobrecidas. As parcerias público-privado que tem participado do acelerado processo de sucateamento do SUS e SUAS, agravam ainda mais a situação. Como bem disse uma participante “a ética da política pública fica refém da moral da instituição”. E nos interiores do Brasil este problema conta ainda com a moral da própria população que apoia políticas de limpeza social, higienização, coerção, coronelismo e recrudescimento policial.

Apesar das histórias intragáveis, para às quais muitas vezes parecia impossível encontrar manejo, pudemos colher muita riqueza entre as experiências partilhadas. Há muitas particularidades em cada território e em cada pessoa que chega até as atividades formativas. E há também muitas coisas em comum trazidas em uma partilha bonita que permitiu esperar sonhos. De modo geral, nos quatro diálogos deliberativos realizados, os grupos concordaram com as sínteses que foram apresentadas, podendo trazer algumas críticas extras, incluir memórias e afetos, além de apontar para elementos que precisavam melhoras por parte da coordenação e da estrutura das atividades. Pudemos concordar, no entanto, que aquele se apresentava como um espaço em que podíamos pensar estratégias para enfrentar o descaso do Estado e suas formas de gerir a morte. Já no final do primeiro DD, pudemos concluir – *“se a gente quer acabar com tudo isso, não vai ser pelo Estado”*. Mas daí a pergunta, como lutar por água, asfalto, saneamento básico, sem o Estado? Deixemo-la reverberar.

Também pudemos dizer de quanto a discussão avança e nos deslocamos de lugar quando estamos em rede. O quanto foi importante e movimentou cada atividade e encontro. A memória foi nomeada como relevante – e nesse sentido as sínteses em si foram objetos de memória de todo processo, que permitiram registrar o que fomos construindo. O território apareceu de forma diversa - presente, ausente, hostil – como perigo e como fortaleza. Mas houve certo

consenso de que a maioria das pessoas, trabalhadores e usuários, pouco conhece o território. O que dá notícias das políticas de esvaziamento dos espaços públicos. Foram poucos os que cresceram em roda de samba, fazendo rap, brincando nas praças do bairro. Proporcionalmente, principalmente no Ciclo I, apenas alguns compuseram coletivos ou movimentos sociais.

E o que é escutar o território? Quais as dimensões que isso abarca dentro e fora dos serviços? Em que medida escutar o território diz sobre produzi-lo e ser atravessado e produzido por ele. O medo apareceu repetidas vezes. Sobretudo quando não se é branco e a represália não é só perder o emprego. Ela pode incidir sobre a própria vida. “*As pessoas brancas compreendem isso?*”. Uma interpelação necessária. Podemos nos questionar se todos estavam se racializando nesse processo e entendendo que há diferenças concretas nas formas de viver, elaborar e resistir. Muitas vezes as redes não se sustentam justamente por essas sutilezas. Como pensar compreendendo os binarismos e os efeitos que eles têm em nossa constituição?

A partir da escuta que se tece em rede, e partindo de cada corpo com suas histórias individuais e coletivas, pudemos tomar o território e a tarefa fora da lógica sujeito-objeto, repensando as dualidades profissional x pessoal, e o ‘pensar a partir de casos’ x ‘pensar a partir da equipe dos serviços’. Como juntar água e óleo, borrar fronteiras, construir comum com as diferenças? Como construir uma separação necessária para nossa preservação subjetiva, que nos permita pensar, falar, escutar, desde as nossas histórias pessoais, implicados na história da pessoa que atendemos, sem sermos arrastados por sua dor e sofrimento?

4.2 ARCO XIX – DDs: *QUANDO TEM ESCUTA E TROCA, TEM RESULTADO*

No segundo semestre de 2021 foi realizado o primeiro diálogo deliberativo. O encontro teve duração de 6 horas, no final do mês de outubro, e contou com a participação de 83 participantes, incluindo coordenadores e aprimorandos. A primeira parte do encontro foi dividida entre 6 regiões focais e para cada região nos dividimos entre coordenadores e aprimorandos, com estes últimos apresentando a síntese reflexiva do que haviam escutado e sistematizado ao longo dos 5 meses de trabalho. A síntese foi validada coletivamente pelos participantes de cada região focal, acrescentando-se novos pontos, críticas e elogios. Na sequência, fizemos perguntas disparadoras para reflexões ali e em atividades vindouras:

- As pessoas participantes possuem uma história com o território onde trabalham?
- Conhecem o histórico de atuação no território dos serviços em que trabalham?
- Existe uma participação de movimentos sociais nos serviços?

- Considera-se que o território participou das ações recentes no equipamento em que trabalha?
- Como estão sendo as relações com os usuários?
- Como o usuário é visto e ouvido pelo equipamento? E como se compreende este processo?
- Caberia mudanças quanto ao modo como o usuário vivencia e participa deste processo?

Na parte da tarde, nos dividimos em 6 salas temáticas, conforme interesse de cada participante, para discutirmos os seguintes temas:

- a) Como mapear e estabelecer articulação com os territórios e comunidades?
- b) Como desenvolver estratégias para os problemas de “porta de entrada”?
- c) Como colocar os estudos na prática? Como criar estratégias de ação antirracistas, classistas e patriarcais dentro dos serviços?
- d) Como *hackear*, subverter os fluxos dos serviços, de modo a não ficarmos presos nas burocracias?
- e) Quais caminhos para políticas públicas fora do Estado, ou, é possível políticas públicas libertadoras em um Estado genocida?
- f) Compartilhamento de atividades “de subversão” que já vinham se desenvolvendo a partir de ações realizadas pelos participantes da formação.

O objetivo era uma troca livre, que seguisse reverberando nos grupões após Diálogos Deliberativos. Quanto à dinâmica das pessoas participantes dentro das atividades, tanto nos DDs como em grupões e supervisão, salvo as singularidades, esperava-se que às pessoas trabalhadoras das políticas públicas caberia a função de trazer a experiência cotidiana dentro dos serviços, junto às pessoas usuárias, e em alguns poucos casos, junto aos territórios. A participação delas seria o que traria materialidade ao trabalho. O conjunto das atividades foi pensado de modo que elas se sentissem confortáveis para contar sobre os problemas enfrentados, a relação com os usuários, os problemas com a gestão ou internos à equipe.

As pessoas autônomas (psicanalistas, psicólogas, professoras, educadoras, artistas etc. interessadas na atuação em rede e territorializadas) operariam diversas funções, desde a de quem traz um olhar mais arejado ao problema, por estar “de fora” dos serviços e auxiliar os profissionais SUS e SUAS, como quem pode performar “branquitude” por passar diariamente longe das problemáticas trazidas e não reconhecer a correlação entre os problemas tratados e sua condição de privilégio. Permitiria que sustentássemos as contradições em ato. Tal dinâmica foi pensada a partir do reconhecimento de que há um grau de enriquecimento grande no grupo quando essas diferenças podem emergir em espaços seguros e encontrar caminhos de diálogo.

Como já dito, consideramos este tensionamento um dos pontos fortes do trabalho. Ao longo dos meses os participantes foram aprendendo a nomear tensões, tanto dentro dos espaços formativos como em relação aos seus serviços, encontrando discernimento para as divergências que precisavam ser respeitadas e aquelas que precisariam ser questionadas, mesmo que para isso fosse necessário sustentar conflitos: *"Agora eu estou armada de argumentos"; "Eu consegui enfrentar a polícia porque vocês estavam ali comigo"*. Mesmo as pessoas que não trabalhavam nos serviços do SUS e SUAS puderam relatar essa transformação em sua postura, passando a ter mais condições de sustentar uma postura crítica, fosse em espaços acadêmicos, em reuniões entre amigos e familiares, ou mesmo nos espaços formativos de psicanálise que frequentavam. Deixavam de apenas se incomodar com absurdos proferidos por outras pessoas e passavam a poder questionar e contrapor, alimentados e acompanhados pela grupalidade constituída.

Em 3 de junho de 2022 realizou-se o segundo DD, com uma nova distribuição de tempo em respeito a reflexões de que a modalidade virtual não permitia permanência tão prolongada diante da tela, levando a exaustão e estados corporais limites para algumas pessoas. As sínteses reflexivas foram lidas para as 30 pessoas participantes, que foram então divididas desde os seus eixos de trabalho para a devolutiva. Após o intervalo estivemos todos reunidos para que Laudelina e Tito pudessem apresentar o caso de Theo, e o modo como haviam conseguir operar uma intervisão dentro da equipe e pôr em curso os aprendizados.

Nos relataram nesse encontro as inúmeras façanhas de Theo. Como ele deixou de ser um garoto agressivo e passou a apoiar inclusive na resolução de conflitos e o momento em que a gestão precisou falar com familiares, encontrar famílias que pudessem receber o excedente de cestas básicas que sobraram para além das famílias das crianças que estão inseridas no serviço. Theo acompanhou uma pessoa da equipe andando pelas ruas e indicando famílias que não deveriam ficar sem o apoio e auxiliou para que a equipe pudesse se vincular com outras famílias, indicando que eles são pessoas de confiança. E nada disso com subserviência. Theo seguia pensando pela própria cabeça e falando o que pensa. Por sua vez, a partir da confiança de Theo, a equipe foi convocada a se reposicionar dentro da rede, criando estratégias para não trair a confiança que vai se estabelecendo com a comunidade, uma vez que a rede muitas vezes atua de forma autoritária e destrói *"em um dia o que levamos anos para construir"*.

Começaram a entender que nem tudo se coloca no relatório e nem toda situação de aparente vulnerabilidade aos olhos da assistência social deve ser imediatamente comunicada à

Rede. A forma como essa atua, muitas vezes, mina as poucas possibilidades que a família tem de recompor seus vínculos e transformar as relações.

O primeiro caso contado por Laudelina em uma supervisão tratava-se de uma garota de 11/12 anos, cuja rede determinou o acolhimento. Laudelina estava sentada na praça em frente ao serviço quando a criança chegou com uns papéis na mão dizendo para Laudelina e todo mundo do serviço se preparar que a mãe dela tinha mandado avisar que ia descer metralhando o equipamento. Era o início de Laudelina nessa instituição, que está lá há mais de 9 anos. Nesse tempo era sempre bate-boca com a equipe, principalmente com psicólogos e assistentes sociais. É dessa época o *"sou educadora e não preciso de Conselho para ter ética"* em resposta a uma psicóloga que convocava o saber do conselho de ética da psicologia para lhe interpelar sobre uma intervenção feita.

Pois bem, Laudelina estava lá sentada quando a criança chegou trazendo a ameaça. Imediatamente ela pediu para a criança deixá-la ver aqueles papéis, entendendo que eles eram potencialmente mais perigosos que a metralhadora, ao menos para aquela família: ali constava que a criança seria acolhida em 48 horas. Uma decisão arbitrária que não havia considerado a opinião do serviço de atenção básica, que era quem estava vinculado com a família. Vínculo difícil, porém possível, graças à disposição de Laudelina de andar pelas ruas do bairro para conversar com a mãe da criança, que chamarei de Telma. Difícil, pois Telma estava sempre no bar, bebendo. E lá, vez ou outra, chegava Laudelina para conversar com essa mãe, mesmo que estivesse bêbada. Reconhecendo que a mãe passava por dificuldades e que também precisava ser cuidada, Laudelina escutou e auxiliou em pensar formas de apoio pela Rede. Mas o que escutava mesmo era que, apesar da mãe ter problemas com álcool, a criança era acolhida e cuidada pela comunidade. A criança não estava desvinculada e tampouco era maltratada.

Ao ler aquele documento ela olhou com seriedade para a criança e disse-lhe: *"- vá à sua casa e pergunte para sua mãe se eu posso ir lá conversar com ela. O que está escrito aqui é muito sério e preciso saber se ela entendeu"*. A criança voltou depois de algum tempo e conduziu Laudelina até a casa. A mãe não havia entendido, ou melhor, havia considerado que o Estado não poderia fazer isso e ela garantiria pela força a permanência da filha. Depois de uma calma explicação, lendo pedaço por pedaço do documento e de Laudelina explicando-lhe a gravidade, a mãe se acalmou e aceitou ajuda. Bolaram um plano emergencial de levantar todas as pessoas que compunham essa rede de cuidado e ver se alguém poderia assumir a guarda. Era o único jeito de evitar o acolhimento da criança. Feita a lista Laudelina saiu pelas ruas para conversar com essas pessoas. Um pastor cuja filha era muito amiga da criança entendeu a gravidade e

depois de muito pensar, aceitou a responsabilidade. Agora era voltar para o serviço e acionar a Rede para evitar isso, que para o universo dessa criança seria uma catástrofe.

“Ela não foi acolhida. A família que estava cuidando assumiu a guarda no último momento, quando a execução do acolhimento estava nas mãos do oficial de justiça. A mãe teve um mal súbito e faleceu 3 meses depois de encerrar o processo na vara da infância. Ela está com 19 ou 20 anos, trabalha, namora com um jovem que cresceu com ela no bairro e está morando na casa que foi da mãe. Na verdade, o casal que assumiu a guarda construiu três cômodos no quintal que ela cresceu e ela mora lá, o irmão mora na casa que era da mãe.”

Essa é uma entre tantas histórias de uma equipe profundamente comprometida e que caminha ao lado do território. Equipe composta de muitas Laudelinas e Titos que frente às ameaças de famílias desesperadas frente à violência do Estado, conseguem dar à angústia destinos possíveis para que o trabalho junto das famílias aconteça, a favor da comunidade e não do Estado. Conseguem compreender a dureza com que chegam mães, tios, avós para brigar, reivindicar e ameaçar quando o que precisam é de um abraço para chorar – ainda que nem sempre compreendam de imediato. A intervenção passou a ser método para essa compreensão e deslocamento, que já eram próprios da equipe e apenas ganharam um método de apoio nas horas que a cabeça já não conseguia pensar e o coração estava transbordando de raiva e/ou tristeza. Um método que auxiliava a romper com as repetições, pois possível de reconhecê-las. Que permitia profanar as estruturas do Estado e da Assistência Social. Pontos de fuga nos dispositivos de controle de corpos.

O trabalho realizado pela equipe de Laudelina e Tito teve tantos desdobramentos dentro do serviço que o equipamento acabou inserindo supervisão mensal no orçamento e cronograma de trabalho, e desde abril de 2022 tenho podido acompanhar as pessoas trabalhadoras do serviço constantemente. Um espaço de muita reflexão e acolhimento, que tem transformado a relação do serviço com a rede, fortalecer o laço com o território e organizar um plano de trabalho conectado entre educadores, assistentes sociais e psicólogos, o que tem se refletido nos laços entre as crianças. A relação com este serviço foi um ponto alto para pensarmos os alcances das atividades formativas. Deles tivemos muitas notícias de retornos positivos, sobretudo em relação à eficácia do método que toma o raciocínio diagnóstico como central. Desde essa experiência, o exercício realizado no espaço de grupão sobre raciocínio

diagnóstico foi entendido como estrutura organizadora do trabalho dentro das atividades formativas e por isso o sistematizo abaixo.

A partir da aula aberta sobre “Racionalidade Clínica e Decolonialidade”, propusemos no espaço de grupão um exercício de raciocínio sobre semiologia, etiologia e terapêutica. Começamos pedindo que em uma folha escrevessem três dos principais sintomas ou problemáticas com os quais lidavam em suas práticas profissionais. *“O que mais se repete? Ou o que te chama mais a atenção?”* Ainda, *“qual sua maior dificuldade e/ou impasse? O que te faz questão?”* São várias as formas de perguntar e recomendamos fortemente fazer a partir de um leque amplo de perguntas.

Muitas vezes um tipo de pergunta não produz nada em quem escuta, tanto porque a pessoa pode não entender cognitivamente por não partilhar do mesmo universo simbólico de quem fala, como porque a resistência pode impedir de escutar. “Jogar” uma série de perguntas é um modo de dialogar com a pluralidade dos entendimentos e uma forma de driblar as resistências. Esse é um manejo que faço há muito tempo, seja facilitando processos em dança e educação somática seja realizando atividades de cartografia social. Provavelmente uma “mania” que herdei das atividades de educação popular em que participei.

Convidamos então as pessoas a correlacionarem cada um dos sintomas/problemáticas anotadas com uma causa. *“A partir do que tem ouvido dos usuários, de sua relação com eles, quais são as razões pelas quais você crê que esses sintomas/problemáticas se deem? O que os causam? Pode pensar em mais de uma causa. Quais os aspectos subjetivos que podem estar relacionados? Quais os aspectos sociais que podem estar causando tais sintomas/problemáticas? Há aspectos históricos e econômicos que poderiam ser pensados?”*.

Por fim, indicamos às pessoas que olhassem para o par causa-sintoma/problemática e pensassem quais destinos de tratamento poderiam ser dados se considerássemos que a terapêutica deve incidir nas causas? Divididos posteriormente em grupos pequenos, as pessoas compartilharam seus exercícios e debateram sobre causas que parecem sintomas, sintomas que parecem causas, *“seria o racismo a causa, o sintoma ou o diagnóstico?”*. Em um dos eixos do Ciclo II duas participantes se inquietaram frente a atividade: *“não sei como fazer uma análise psicanalítica da violência”; “vulnerabilidade/violência é etiologia ou semiologia, é causa ou consequência?”*.

Pudemos elucubrar juntos, que, se apostamos na escuta como terapêutica talvez seja porque compreendemos que a causa incide no campo da palavra. E se reconhecemos que a coletivização é terapêutica, talvez seja porque apostamos que algo do sofrimento que se repete não se reduz ao sujeito, é da ordem social e requer intervenção nas formas de vínculo.

4.3 ARCO XX – RECURSOS CRÍTICOS PARA O PENSAMENTO

Depois de introduzido o tema do raciocínio diagnóstico passamos às aulas dos outros professores que, além de trazerem uma pluralidade de temas e conceitos, davam elementos para que seguíssemos pensando causa, sintoma e terapêutica. Trarei na sequência as aulas que foram trabalhadas ao longo das atividades formativas e alguns dos manejos que foram feitos nos espaços de grupão e supervisão, a fim de dar recursos para que se compreenda a materialidade do trabalho.

A primeira videoaula indicada era a de Deivison Faustino¹³⁷, com o tema “Colonialismo, racismo e sofrimento psíquico”. Suas aulas traziam conceitos como filogênese, ontogênese e sociogênese, epidermização da inferioridade, universal, particular e singular, eurocentrismo, racialização, dupla consciência e monstificação, entre outros, em uma riqueza de transmissão que permitia profundo debate sobre raça, racismo, branquitude, colonialidade e ocidentalização.

Uma das atividades realizada a partir da aula de Faustino consistia em convocar a memória das pessoas participantes para uma cena em que tivessem sido discriminadas ou tivessem discriminado alguém. A convocatória veio acompanhada de um exercício de perceber o corpo e feitas às perguntas, escrever em um papel sobre as cenas que viessem na cabeça. Após alguns minutos e divididas em pequenos grupos, abriu-se para que as pessoas pudessem partilhar os seus “achados de memórias”. Foi um modo de facilitar às pessoas reconhecerem suas diferenças e como os marcadores as afetavam de modo particular. Pôde-se reconhecer como as pessoas não brancas precisam de cuidados específicos quando estão em lugares públicos, com uma delas afirmando que *“a parte boa da pandemia foi poder comprar tudo online e não precisar mais andar nos comércios com os braços sempre afastados”*. Outra participante, uma mulher branca, conseguiu contar, com certo constrangimento, que havia se impressionado ao entrar em um consultório médico e deparar-se com um médico negro.

Muitas outras cenas foram narradas e pudemos tanto partilhar de reconhecimento entre quem vive tais situações como pessoas que sofrem discriminação, preconceito e racismo, como dar direções políticas para a culpa e a vergonha de quem até então achava que estava fora deste circuito. Cenas cotidianas de violência relacionadas não apenas à raça, mas também a classe e gênero. Em outro grupo foi possível perceber durante o debate sobre essa mesma aula como há maior facilidade para pessoas brancas falarem sobre a escravidão e a violência que pessoas

¹³⁷ <http://lattes.cnpq.br/1381425552378145>

negras sofreram e sofrem, em contraposição às pessoas negras, que ficaram mais caladas e tendo dificuldade para articular o pensamento. Veio daí o “nó na garganta”.

Um ponto crítico discutido nos grupões em relação a estas aulas, referiu-se às imagens de filmes que foram utilizadas para ilustrar os argumentos de Faustino. A equipe que fez a edição das primeiras aulas, mesclando as falas dos professores com imagens e cenas de filmes, era composta apenas por pessoas brancas. Houve cuidado por parte da equipe de edição em selecionar cenas de filmes cujos diretores, montadores, roteiristas, fossem pessoas negras. Ainda assim, as cenas produziram desconforto e foram fortemente criticadas pelas pessoas negras participantes. Consideradas tais cenas como “didáticas” por uma maioria de pessoas brancas, causavam horror e sofrimento em uma maioria de pessoas negras, que relataram não conseguir assistir àquelas cenas e não entenderem por que elas haviam sido escolhidas. Pudemos discutir então sobre imagem e representação, e a importância de atrelarmos outros tipos de experiências a pessoas não brancas, que não as de sofrimento e exploração.

A segunda videoaula era de Marcio Farias¹³⁸, sobre “Escravidão, ontologia negativa e a metamorfoses da consciência negra”. Farias convidou a pensar nas relações entre escravidão e ontologia negativa, cultura, estética e emancipação política, e nas metamorfoses da consciência negra, convocando a pergunta de como se dá a construção do ser pela negação do ser partindo principalmente do pensamento de Clóvis Moura. Apresentou a noção do negro como não-ser e a sociedade constituída pela negação do negro. Pensando a dimensão cultural e as possibilidades de (re)existência como o quilombo, sua aula trouxe aportes importantes para sustentarmos o letramento junto às estratégias clínicas.

A aula de Suellen Guariento¹³⁹ “Trabalhadores ‘do social’ na sociedade de classes” foi a 5ª aula no Ciclo I e no Ciclo II decidimos que ela seria a 3ª aula. Essa decisão se deu a partir da crítica/angústia de alguns participantes que diziam não entender bem o que estavam fazendo ali: *“é que eu não sou psi, não estou entendendo como isso me ajuda”*. Guariento nos deu condições de compreender o papel da escuta para os profissionais da área de assistência social. O modo como enlaçava as dimensões determinantes da escravidão para formação do Estado brasileiro e o surgimento do serviço social fez com que a decisão de antecipar suas aulas no Ciclo II tenha sido muito acertada, dando bastante acolhimento para as pessoas da assistência social além de contribuir para todos os profissionais atuantes do SUS e SUAS. Uma das atividades possíveis a partir das contribuições de Guariento foi convidar as pessoas a pensar a escuta como

¹³⁸ <http://lattes.cnpq.br/9144214632871327>

¹³⁹ <http://lattes.cnpq.br/3321123579378354>

“intervenção” a partir de duas reflexões: “quando sentiram que estavam escutando alguém e quando sentiram que foram escutadas?” Também, foi possível pensar cenas em que não se sentiram escutadas e em que puderam reconhecer que não escutaram, e quais os efeitos que podiam perceber a partir dessas lembranças. É um exercício doloroso de reconhecer tantas quantas vezes fomos surdos, mas também de apreender a relevância da escuta em nosso cotidiano, nas relações de trabalho, com equipe, usuários, e em situações familiares e de amizade.

A partir destas três primeiras aulas que foram debatidas quinzenalmente nos espaços de grupão, cada grupão uma videoaula, realizamos um encontro de decantação em que nos dividimos em pequenos grupos para elaborar coletivamente o que havíamos vivido até ali. Isso que está descrito realizou-se apenas no Ciclo II, já como efeito de avaliações metodológicas feitas no Ciclo I, que apontavam para a importância dos primeiros encontros serem mais coordenado entre cada um dos eixos, permitindo que nós enquanto coordenadores também tivéssemos um comum para partilhar.

A partir daí, cada eixo seguiu seu caminho escolhendo as aulas conforme as necessidades do grupo. Vale lembrar, como já exposto, que antes de iniciarmos as aulas, grupões e supervisões, passamos por um ciclo de cartografias no Ciclo II, sendo inclusive a aula sobre raciocínio diagnóstico trabalhada como uma cartografia da diagnóstica para cada participante.

Partilhando da Unidade I “Colonialidade, Racismo e Capitalismo” esteve também Priscilla Santos de Souza¹⁴⁰, com a aula “Escuta e sofrimento sociopolítico”. Com suas contribuições passamos pela clínica psicanalítica e sua relação com o sofrimento sociopolítico, aprendemos sobre constituição subjetiva e a neurose *à lá brasileira*, e fomos convidados a pensar sobre alienação e liberdade, posicionando a clínica política na prática. Desamparo simbólico foi uma reflexão que marcou as pessoas participantes, convocando-as a um deslocamento importante frente ao que é possível de ser dito por aquele que nos dispomos a atender e escutar. Na toada da aula de Guerinto podemos refletir sobre dimensões de ensurdecimento ao mesmo tempo que traçamos estratégias para tirar a cera colonial dos ouvidos.

Na Unidade II “Saúde Coletiva e Luta de Classes”, Guerinto foi acompanhada de Emiliano de Camargo David¹⁴¹, com a aula “Desconstrução do crioulo doido e da negra maluca na saúde coletiva: perspectiva do comum” e de José Alexandre Buso Weiller¹⁴² com a aula “Capitalismo, Crises e Seguridade Social: o SUS no caminho do lucro”. Com David pudemos

¹⁴⁰ <http://lattes.cnpq.br/2017035898422232>

¹⁴¹ <http://lattes.cnpq.br/3380759523384213>

¹⁴² <http://lattes.cnpq.br/7224376347275485>

abordar a ideia de saúde mental contra o racismo em uma reforma psiquiátrica aquilombada, e as relação do racismo com o proibicionismo. O autor também nos trouxe elementos para pensar a instituição e a relação com o sofrimento nos/dos serviços. Suas aulas foram “encomendadas” pela coordenação ao reconhecermos na escuta do Ciclo I a dificuldade das pessoas de separar-se da instituição e o alto grau de sofrimento vivido pelas violências institucionais. Assim, além de falar de saúde mental, aquilombamento e proibicionismo, de alertar para o par racista macumba-maconha, ele nos ensinou sobre ilusão institucional e tarefas primárias como ferramenta de transformação.

Estas aulas permitiram diversos exercícios ao redor do reconhecimento da ilusão institucional e deu ferramentas para que as pessoas participantes pudessem dialogar com a equipe saindo da chave “culpado-inocente”. Puderam se implicar naquilo que “se alienam” na ilusão institucional e nas próprias ilusões que os vinculam às políticas públicas, podendo tirar disso o que é proveitoso e apoia a luta, e o que cega e ensurdece. Conseguiram organizar o pensamento a partir da ideia de tarefa primaria e reconhecer como iam se afastando do que deveria ser o propósito dos serviços.

Já José Alexandre Buso Weiller, partiu da crítica da economia política para pensar a crise estrutural do SUS e de toda política social (educação, renda, moradia, trabalho). Crise estrutural porque sempre há falta, e para compreendermos essa dimensão é necessário compreender a relação entre capitalismo, crise e seguridade social. Da economia política da saúde, passando pela política econômica brasileira e a compreensão sobre o fundo Público, pudemos pensar o desfinanciamento do SUS e sua relação com o mercado de saúde no Brasil.

Em suas aulas recordamos que na base da atividade econômica está o trabalho, e é a partir dele que se estabelecem as relações sociais próprias à atividade econômica, incluindo os processos que envolvem a produção e a distribuição dos bens que satisfazem as necessidades individuais e coletivas dos membros de uma sociedade. O trabalho é o que torna possível a produção de qualquer bem, criando os valores que constituem a riqueza social. Dentro do capitalismo os bens produzidos são transformados em mercadoria e o trabalho confundido com força de trabalho, reduzido a capacidade de produzir riqueza material, produtos que podem ser comprados e vendidos. O capitalismo regula a forma de organização da grande maioria dos Estados modernos, que, por sua vez, têm como princípio regulador a Declaração do Homem e do Cidadão de 1789, cujo elemento “propriedade privada como direito inviolável e sagrado” é central.

Assim, no Brasil, a constituição de 1988, no artigo 170, “sobre a ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, [que] tem por fim assegurar a

todos a existência digna, conforme os ditames da justiça social”, coloca como três primeiros princípios: a propriedade privada, a livre concorrência e a defesa do consumidor. Nessa mesma constituição está o Sistema Único de Saúde, para o qual estes princípios não fazem qualquer sentido. O SUS não parte da propriedade privada, não parte da livre concorrência e tampouco busca estabelecer-se como mercadoria.

As aulas de Weiller seguem nos informando dos modos como o fundo público, resultado dos impostos pagos por nosso trabalho, e que deveria retornar como política pública em promoção do bem social, como saúde, educação, assistência social, moradia, lazer, é utilizado para beneficiar a economia liberal, usado para pagar os juros da dívida pública, sobre os quais investidores lucram e lucram, em consequência do sucateamento das políticas públicas.

Nos relembra também que a existência do SUS é resultado da luta popular e que estar dentro de um Estado capitalista produz ruídos constantes e obriga o tensionamento de seus princípios econômicos, incidindo permanentemente sobre o próprio funcionamento do SUS. A contradição entre este Estado que regula a propriedade privada e compreende trabalho como força de trabalho e que regula o SUS, termina por colocar as políticas públicas em função de manter o usuário em condição de força de trabalho, e não de trabalhador como produtor de riqueza social. Os serviços terminam por ficarem cooptados como aparatos ideológicos de Estado, como bem nomeou Althusser (1970/2022), funcionarem como transmissores da ideologia liberal do Estado capitalista e ver o usuário pela chave do trabalhador x não trabalhador, a partir de critérios de produção de mercadoria, e não pela chave do usuário como trabalhador, mesmo que desempregado formalmente, pela via do trabalho como transformação do mundo e produção de riqueza social.

As aulas de Weiller apoiaram uma reflexão que costumo levar aos espaços de formação, que aponta para a inversão perversa que ocorre, na qual o SUS e SUAS passam a ser exigidores de deveres que confirmem a condição de trabalhador e não garantidores de direitos. Termina por reforçar o lugar do usuário como força de trabalho, reduzindo-o a mercadoria em seu próprio trabalho como profissional de saúde e/ou assistência social, ao invés de atuar para a transformação dessa condição.

Por seu espírito incendiário, rigor conceitual e conhecimento das estruturas estatais, convidamos Weiller para estar conosco no IV Diálogos Deliberativos, que em suas últimas duas edições teve 6h de duração distribuídas na noite de sexta-feira (2h30 de duração) e na manhã de sábado (3h30 de duração). No último DD, realizado dias 16 e 17 de junho de 2023, Weiller foi convidado para apresentar na sexta-feira um panorama das formas de participação popular dentro das políticas públicas: fóruns, audiências, conferências. Fundamentalmente,

corroborando com o que pretendíamos nas atividades formativas, reforçou que a luta não deveria se dar apenas dentro do Estado. Ela deveria se dar nas ruas, junto às comunidades. É essa a luta que tem real poder de transformação das estruturas. Mas enquanto ela não vence, sim, é importante garantir direitos básicos.

Essa mesma orientação nos levou a organizar no primeiro dia do III Diálogo Deliberativo (realizado em 25 e 26 de novembro de 2022) um encontro entre práticas e coletivos cujos participantes frequentavam as atividades formativas. Fizeram parte desse momento de partilha realizado na noite de sexta-feira onze coletivos: Fios Coletivo; Psicanálise e Anticolonialidade; Projeto Coyote Vive!; Havana Futebol Clube Popular; Clínica Periférica de Psicanálise; Coletivo Livre Redução De Danos; Coletiva Raízes do Parto; Kilombrasa; Biblioteca Terra Livre; Coletivo Ação Libertária; e Cursinho Livre Norte. Divididos todos os 11 coletivos em cinco salas, os participantes se dirigiram de modo espontâneo para a sala cuja temática ou coletivo mais lhe interessasse. Chamou a atenção que a divisão foi muito equilibrada, comparecendo ao redor de 10 pessoas por sala.

No sábado, 26/11, nos reunimos para apresentar as sínteses de cada eixo e, divididos por salas, escutar das pessoas participantes as devolutivas e tirar encaminhamentos. Das sínteses lidas, em um dos eixos apareceu a surpresa das pessoas participantes com a função do aprimoramento. Disseram não saber que aquilo existia e estavam muito contentes de saber, ainda que quisessem entender melhor. Pudemos falar um pouco mais do que se pretendia nas atividades formativas, o que ajudou algumas pessoas a se localizarem melhor dentro da quantidade de atividades.

Do ponto de vista do trabalho de coordenação foi interessante notar as diferenças entre as primeiras sínteses dos eixos nos Ciclos I e II, assim como a compreensão da existência das pessoas em aprimoramento, permitindo pensar as diferenças metodológicas do trabalho realizado com os relatórios reflexivos em ambos os ciclos. O ritmo eleitoral e a abertura do Ciclo II 2º semestre de 2022 produziu uma sobrecarga que impediu de cuidarmos metodologicamente dos relatórios reflexivos como havíamos feito no Ciclo I. No início do Ciclo I os aprimorandos foram divididos em duplas ou trios, a partir dos territórios a que pertenciam, com a tarefa de lerem uns os relatórios dos outros ao longo dos encontros. Desse modo, partilhavam permanentemente o que escutavam e decantavam no papel. Também a equipe de coordenação pode estar mais presente na leitura mensal dos relatórios e devolutivas dadas a eles sobre o que estavam escutando e o que mais poderiam escutar. Considerando a dimensão da transferência-resistência, esse exercício se apresenta como necessário, pois permite que reconheçamos os vínculos que vão se estabelecendo ou não, e como a escuta pode operar a

partir disso. Passados dois Ciclos realizados e a tecitura dessa tese, avaliamos com propriedade e distância a importância das sínteses reflexivas e sustentamos a importância de elas comporem um método permanente de partilha e construção coletiva.

Retomando uma das sínteses do Ciclo II, foi deliberada a criação de um espaço presencial de supervisão em uma das regiões. Ele ocorreu mensalmente ao longo de 2023, na casa de uma das coordenadoras, e mesmo com o fim das atividades formativas, os encontros seguiram. Esse espaço também inaugurou um espaço de supervisão interciclos, pois incluiu participantes dos Ciclos I e II, trabalhadores da mesma região e/ou pessoas interessadas em pensar junto a região.

4.4 ARCO XXI – RECURSOS CRÍTICOS E AFETIVOS PARA OS SENTIMENTOS

Como já dito, as aulas no Ciclo II não foram trabalhadas seguindo ordens pré-estabelecidas, e sim foram escolhidas a partir do que estava emergindo em cada eixo, com exceção das aulas novas que foram gravadas ao vivo, com a participação das pessoas dentro da sala (o que permitiu que todos os eixos partilhassem um mesmo espaço). Isso foi possível pois ao iniciar o Ciclo II contávamos com um leque maior de videoaulas já gravadas, que haviam sido produzidas no decorrer do Ciclo I. No primeiro ciclo estávamos iniciando o projeto, entendendo a aplicabilidade real de muitas ideias, sentindo como as videoaulas e os temas reverberariam nas pessoas. Por escassez de recursos e erros de planejamento, no Ciclo I não conseguimos manter um ritmo adequado de pré-produção e produção de aulas – que estavam programadas para serem gravadas e editadas antes de serem disponibilizadas –, o que nos levou a realizar as gravações ao vivo, a partir da Unidade III, testando esse modelo de estarem todos os eixos juntos em sala de aula, para então depois editá-las, de modo a que fossem utilizadas em ciclos posteriores ou mesmo reassistidas por quem quisesse. Assim, algumas aulas que tivemos no Ciclo II ainda não existiam no Ciclo I.

As aulas relacionadas a gênero foram introduzidas depois de 10 meses de atividades formativas do Ciclo I, e isso serviu como um analisador importante do ensurdecimento frente aos pactos de masculinidade. Tal ensurdecimento produziu fissuras na equipe de coordenação do Ciclo I, que reverberaram no Ciclo II. Aprendendo com os tropeços e as quedas, introduzimos as aulas sobre gênero ainda nos primeiros meses de trabalho do Ciclo II e assumimos o compromisso de olhar e escutar as montagens coloniais e patriarcais que reproduziam lógicas violentas. Atenção que não garantiu que superássemos a tensão produzida por encenações falocêntricas na relação com o saber-poder. Seguimos até o final permanentemente implicados em reparar e fazer parar.

Abrindo a Unidade III “Gêneros, feminismos e clínica”, Geni Núñez¹⁴³ falou da descatequização como um processo descolonial. Nos trouxe reflexões importantes sobre a diferença entre o decolonial, o descolonial e o contra colonial. A partir de uma correlação entre monoteísmo, monocultura e monogamia, apresentou os diversos modos como opera a colonialidade chamando central atenção para a binarização de tudo que é dual no mundo, operando hierarquias que definem o par dual como melhor-pior, bonito-feio, bom-mau, superior-inferior. Atentando para a barbárie que há séculos assola os povos indígenas, criticou os movimentos humanistas que igualmente não conseguem deixar de binarizar com a natureza e nos convocou a olhar para as “*pedras de estimação e os bichos preciosos*”.

A partir de sua partilha pudemos pensar no Ciclo I pela primeira vez o papel do cânone e da linguagem como necessariamente colonizadores, na medida em que é justamente aí que reside o senso de superioridade do “homem” em relação à natureza. “No início era o verbo” dá notícias do pacto das religiões cristãs e o papel da primazia da linguagem falada, culta, como sustentáculo de lógicas de opressão. Pudemos nos reconhecer enquanto espaço de formação demasiado aprisionado à linguagem verbal dentro do trabalho, efeitos colaterais da partilha em “mundo virtual”. Também, foi aí o primeiro tensionamento vivenciado frente à minha posição dentro da coordenação, que pela velocidade de pensamento, eloquência e articulação entre conceitos e experiência, terminava por reproduzir lógicas de silenciamento e impossibilitando que se explorassem outras formas de linguagem. Voltaremos a isso no próximo capítulo.

Maria Ribeiro¹⁴⁴ abordou gêneros, feminismos e racismo, trazendo contribuições ao pensamento clínico e às políticas públicas. A partir de uma contextualização sócio-histórica e da apresentação dos feminismos como cronograma para a Liberdade, Ribeiro apoiou-se na semiótica para demonstrar como a linguagem antecipa o sujeito, mesmo antes dele sair do útero. O corpo que nasce, nasce já sendo/tendo em seu corpo cravadas uma série de significações. O corpo com útero que pari é tratado desde as significações que o antecipam: mulher, mulher-negra, mulher-mãe, mãe-usuária, e todas essas antecipações modelam as formas de cuidado ou a ausência dele, o que foi nomeado na aula como efeito remoto, retomando Fanon. Desde sua pesquisa sobre o nascimento e morte de pessoas negras denunciou a violência obstétrica como modo primeiro de violência capitalista colonial racista patriarcal. Em contraposição, falou do “para além da tragédia” e das inúmeras estratégias de resistência.

¹⁴³ <http://lattes.cnpq.br/4910196334397346>

¹⁴⁴ <http://lattes.cnpq.br/4001560889612017>

Desta aula muitas mulheres compartilharam de dores e angústias frente às violências obstétricas que viveram e mesmo as pessoas não-mães relataram sentimentos desconfortáveis, uma vez que todos fomos corpos paridos, que carregam essa experiência muitas vezes violenta. Difícil de falar e alcançar *“esse lugar que toca em uma experiência inenarrável”*, uma vez que *“ninguém recorda do momento do próprio nascimento”*. Buscando modos de elaborar e dar passagem à angústia, tomamos o “para além da tragédia” como um convite à reflexão, convocando os participantes a se pensarem desde aí. Foram encontros muito marcantes em todos os eixos, em que pudemos pensar que apesar da tragédia há o para além dela, há o que sobrevive a ela, que não se deixa morrer e matar, a resistência ancestral que nos acompanha e nos fortalece a seguir. Todos pudemos encontrar um para além da tragédia a que se apegar.

Sofia Favero¹⁴⁵ foi a terceira professora desta Unidade. Apresentou como os marcadores sociais compõem a prática *Psi*, partindo de sua experiência com a clínica e o que tem escutado ao longo de anos de trabalho junto a pessoas fora da cisnormatividade. Deslocando a escuta para o público e o político, convidou-nos a pensar a construção social do sexo e seus efeitos nas normatividades sexuais, raciais e familiares; também convocou a que nos “dessolidarizássemos” da norma: da cisnorma, da heteronorma, da crononorma. Trouxe o conceito de crononormatividade para falar do modo como há uma relação com o tempo e como o desenvolvimento que é regido por um tempo exterior a si, que impõe desejos e formas de vida (hora de constituir família, casar, ter filhos, aposentar). E apontou desde o afropessimismo para o não lugar como um lugar de reconhecimento político.

Das aulas de Favero desenvolvemos uma cartografia dos marcadores sociais, buscando levar as pessoas participantes do Ciclo II a reconhecerem os diferentes modos como estes marcadores estavam impregnados em suas cotidianidades, fosse através de símbolos e signos, fosse através da organização do espaço. Pensando nos espaços pelos quais circulam, os caminhos pelos quais passam, lhes foi perguntado o que nesses percursos e lugares informaria raça, classe e gênero. Também pudemos lhes perguntar se conseguiriam lembrar qual a primeira vez que tiveram consciência de ser um gênero, uma raça, uma classe.

Cláudia Adão¹⁴⁶ compôs a Unidade “Território e Memória Coletiva”, que contou apenas com sua aula. Falou sobre os processos históricos e sociais de exclusão no espaço da cidade de São Paulo. Por meio do mapeamento dos territórios ela buscou articular as memórias coletivas negras que foram invisibilizadas ao longo do tempo. Com uma doçura que foi em si intervenção,

¹⁴⁵ <http://lattes.cnpq.br/5329968418889075>

¹⁴⁶ <http://lattes.cnpq.br/2251877198454214>

Adão deslocou-nos do currículo culto para o currículo oculto, trazendo suas mais velhas e as experiências cotidianas de afeto como parte do que a constituíram como pesquisadora. Apresentou-nos como desenvolveu estratégias de resistência e re-existência da população negra a partir de estudos de caso sobre territórios Negros. Considerando São Paulo do pré e pós-abolição, levou-nos a pensar a partir da ótica dos territórios de vida, apontando metodologias para o mapeamento das periferias como espaços de potência.

Na Unidade V “Clínicas e Sofrimento Psíquico”, tivemos a aula de Paulo Bueno¹⁴⁷: “Necropolítica, Trauma Coletivo e Clínica Ampliada”. Bueno atuou muito tempo na rede o que lhe permitiu articulações excelentes entre clínica, psicanálise e políticas públicas. A partir de conceitos como Estado, estado de exceção e necropolítica, argumentou sobre o impasse vivido pelos profissionais do campo socioassistencial que, ao pensarem estar garantindo direitos, frequentemente estão reforçando a exceção necropolítica. Apresentou-nos a ideia de trauma coletivo e apontou que a intersectorialidade entre campos psicanalítico e socioassistencial é uma importante estratégia no enfrentamento dessas repetições. Nos trouxe elementos para compreender como o psicanalista pode contribuir com a política pública, não apenas pela atuação com a clínica ampliada, mas também pela função de produzir giros e intervenções nos discursos e narrativas reprodutores das relações sociais no Estado necropolítico.

A Unidade VI “Sintoma Social” foi inaugurada em abril de 2023 por Pedro Costa¹⁴⁸. Apresentando o tema da Redução de Danos como intervenção clínica e política, Costa introduziu o tema “drogas e sociedade”, aprofundando reflexões sobre as políticas de drogas no Brasil e os moinhos de gastar gente. Demonstrou como o tratamento dado a pessoas usuárias de substâncias tem sido refém da psicopatologização medicalizante, da guerra às drogas e de argumento para manutenção de lógicas racistas dentro das políticas públicas de atenção psicossocial em álcool e outras drogas. No entanto, também nos apresentou caminhos possíveis e necessários.

Reconhecer-se como usuário de substâncias, seja essa substância o açúcar ou o café, produziu um exercício curioso dentro do grupão. Muitas pessoas puderam compreender os estigmas com que olhavam para usuários das chamadas drogas e refletir sobre as razões morais reais por trás desses olhares. Pudemos falar do tabu sobre o tema, que impede que poucas pessoas assumam suas verdadeiras relações com substâncias e vícios em geral e o tema ser sempre tratado como segredo ou algo destinado a grupos íntimos. Se continuarmos a nos

¹⁴⁷ <http://lattes.cnpq.br/9892457078649055>

¹⁴⁸ <http://lattes.cnpq.br/6035950598297383>

posicionar assim, “fingindo que não somos drogados”, será impossível transformar a consciência das pessoas quanto à criminalização/descriminalização de determinadas substâncias, e seguiremos reféns das drogas lícitas, “*as drogas com CNPJ*” impostas pelos médicos de planos de saúde pactuados com a indústria farmacêutica, que capitaneia e controla o mercado da saúde, como pudemos aprender com Weiller.

Dodi Leal¹⁴⁹ deu uma aula cujo nome não foi possível dizer pois sem palavras para nomear o que foi aquela travessia, que inaugurou a Unidade VII “Metodologias Clínicas Comunitárias”. Dodi é em si um ato analítico. Travesti educadora performer pesquisadora, os deslocamentos linguísticos e jogos de palavras são práxis permanente junto da provocação a nos havermos com as armadilhas da linguagem colonial.

A linguagem é emblemática para o estudo do fim. Pois, aparentemente, uma oposição superficial à cisnormatividade da língua portuguesa reduz-se a pôr fim a um suposto binarismo, dando vazão a uma todesficação da linguagem — pressupondo, no razo (sic), que a nomeação “todes” é representativa e totalizante aos conjuntos populacionais humanos (sem com isso reaver a humanidade jamais conferida a muitas existências). Ora, a simplificação ou reducionismo de uso de artigo neutro (como se houvesse neutralidade em linguagem) não põe fim a nenhum colonialismo e, por outro lado, muitas vezes é fuga do jogo de gênero da linguagem. A expressão “todes” nem sequer se compromete com suas foraclosões, nem também com a temporalização do luto de gênero na linguagem. (LEAL, 2021, p. 3)

A partir dos curtas-metragens “Tenho receio de teorias que não dançam” (2021) e “Nós somos a neblina” (2021) ela se posicionou como traficante de saberes e falou da marginalidade travesti. Convidou a outras formas de pensar a partir da ideia de performatividade transgênera e falou de reconhecimento recíproco, CISTema, OCISdente, CISvilização, língua pajubá, pretuguês, árvore cisgênero-lógica, árvore transgênero-alógica, necapolítica, capitaliCISmo, curadoria encantravada e tantos outros deslizamentos criadores e curadores linguísticos, embalados pelo texto “Fabulações travestis sobre o fim” (2021). O modo rápido e lúdico como pensa, maneja e intervém é ensino prático sobre método, sobre o como. Desde a educação popular, a teatral da oprimida e os estudos sobre luz a partir de seus ensinamentos sobre iluminação cênica, convidou-nos para causar junto. Afirmou que ela era a tecnologia e provocava a pensarmos em um *fimturo*:

Dos finais para os fim-mais. O fim-mais é o após-Calypso travesti. O fim, seja transitivo ou intransitivo, é sempre trans. A curadoria de arte só pode ser temporal se guardar consigo o feitiço do tempo. Fabular a cura é encantrar o

¹⁴⁹ <http://lattes.cnpq.br/0796146302257664>

tempo. Depois do pó da colonialidade, depois do pó do projeto moderno e depois do pó do capitalismo restam padês poderosos onde as feitiçarias cênicas da teatra são fundamento para o melhoramento e amulheramento do mundo. Fins siderais são curatoriais. E ela, a elite, que lute! (2021, p. 17-18)

Partilhando com Dodi Leal a Unidade “Metodologias Clínicas Comunitárias”, tivemos as aulas de Raonna Martins¹⁵⁰ e Daniel Souza¹⁵¹ no segundo semestre de 2023. Raonna Martins abordou a clínica territorializada como um interstício a ser ocupado. A partir de sua militância como redutora de danos e da experiência de escuta junto a moradores de rua da região da Cracolândia, no centro de São Paulo, trouxe cenas clínicas para contar de suas intervenções, que se davam desde um fazer lúdico, interseccionado com a clínica, porém não aprisionado a ela. Partilhou também da dificuldade que colegas acadêmicos e psicanalistas tinham de entender algumas de suas intervenções, julgando precipitadamente suas falas desde uma perspectiva protocolar do que seria a conduta adequada de um psicanalista. Caminhando pelas ruas e metrô junto das pessoas que acompanhava, e relação passava um tanto por uma transferência que requeria não apenas manejo do que era dito, mas também honestidade frente a realidade subjetiva e socioeconômica. Em alguns casos, a necessidade de delimitar, marcar realidades, falar francamente de problemas e conflitos, deixava de lado o que poderia se entender como uma posição analítica estrito senso. Nomeada de *Personal parça*, ela e toda a equipe foram reposicionados no laço, a partir de um trabalho que considerava em sua radicalidade o território e seus “moradores”.

Daniel Souza encerrou as aulas do Ciclo II partilhando sua experiência junto ao observatório popular de seu território. Contou como de algumas conversas com um outro morador, passaram a se organizar para acompanhar os espaços de deliberação dos serviços do bairro, podendo perceber como esses espaços operavam de fachada por estarem esvaziados de participação popular. Assim, as reuniões de conselho de cada serviço eram apenas proforma, com a gerência desimplicada das necessidades locais, sem nenhum empenho em solucionar problemas que afetavam toda a população do bairro. Em uma UBS, por exemplo, deveria haver três equipes de trabalho e havia apenas uma, o que se refletia diretamente em longas filas de espera, atendimentos mal-feitos, falta de recursos.

A partir dessas observações e análises que foram sendo tecidas coletivamente por ele e outros companheiros do território que se somaram, foi possível organizar modos de

¹⁵⁰ <http://lattes.cnpq.br/3063005894885856>

¹⁵¹ Daniel Souza é educador popular e psicólogo. Participa ativamente em movimentos populares voltados para permacultura, parto humanizado, saúde mental, entre outros.

participarem ativamente destas reuniões, pautando as necessidades locais e convocando para o compromisso da gestão. Contou de uma série de estratégias para incentivar a participação das pessoas nas reuniões de conselho, sobretudo a partir de escutá-las e conhecer suas necessidades, podendo dar orientações a cada uma conforme seus desejos de comporem mais ou menos ativamente na luta. Falou sobre a necessidade da população encontrar meios de se proteger ao enfrentar diretamente o poder público, o que trouxe meios de luta e possibilidades concretas de ação às pessoas participantes, que muitas vezes deixam de agir por medo a represálias e perseguições dentro dos serviços. Partilhou diversos avanços que já tiveram em seu território, demonstrando como a luta é diária e um tanto anônima, através de passos lentos e constantes. “Firmeza permanente”, como nos lembrava com frequência o mestre Soró, através do lema dos queixadas no território de Perus (SP).

Encerrando o Ciclo II com essa aula, pudemos retomar o tema das terapêuticas, refletindo como a organização para a luta também cura, objetiva e subjetivamente. Metodologias clínicas comunitárias que são também organização política. Terapêuticas utópicas que podem se dar a partir da coragem de olhar e escutar as causas de nossos sintomas e empenhar estratégias de enfrentamento para tratar multidimensionalmente o problema, mesmo que isso signifique ganhar consciência de nossos próprios complexos de colonialidade, dos modos como reproduzimos as formas sociais do capitalismo, como deslizamos para encenações coloniais violentas, como somos capturados pelos sentimentos de exaustão e desesperança, e como temos dificuldade de lidar com todas essas contrições nos espaços coletivos e nos movimentos sociais e populares.

Tratar da violência de nossos amigos, como disse Soró. E isso passa antes por poder reconhecer que essa violência existe e sustentar espaços em que elas possam emergir, com bordas, com cuidado, possibilitando que encontremos outros destinos para ela que não o rompimento, a destruição, o cancelamento: formas de extermínio, físico e/ou simbólico, que reencenam a violência colonial e dão lugar a narrativas totalitárias e posições de ruptura e aniquilação que remontam às estruturas do fascismo.

4.5 ARCO XXII – O CORPO, UNIDADE QUE NUNCA VEIO

O corpo... a última Unidade, a VIII, era para ser sobre corpo! Estava prevista desde os primeiros planejamentos entre março e maio de 2021. Mas nunca conseguimos chegar nela. É incrível como aquilo que demorou em vir nos recursos críticos e afetivos para pensamentos e

sentimentos retornou como questão. É possível falar de racismo e gênero sem falar de corpo? Sem habitar um corpo? E como habitar o corpo em um espaço virtual?

As atividades de cartografia convidavam a chegar no corpo antes de chegar na sala [virtual]. Sentir-se, sentir como chegava, perceber as sensações depois de uma jornada de trabalho. Olhar para as marcas, as dores no corpo. Perceber a temperatura, a umidade, os ruídos. Em que lugar estou? Quais as condições concretas de participação? Estou em uma sala? Um quarto? Tenho uma mesa para trabalhar? Estou jogada na cama? Como meu corpo experiência esses dois lugares, o concreto e o virtual?

Mas paramos de fazer isso. Por quê? Por narrarem muita angústia ao se perceberem depois de um dia de atropelos e excessos? Ou por medo de despertar resistências que levassem as pessoas a se afastar, baixo o pretexto de “isso parece dinâmica de grupos”? É difícil estar presente em nossos corpos tão doídos na luta diária por cuidar de um mundo despedaçado.

Ainda assim, mesmo sem o corpo, ou com corpos cansados e anestesiados, chegamos até onde chegamos, sendo um corpo. Um corpo de corpos implicados com outros corpos. Uma soma de outros que tem seus próprios outros com seus outros também. Pudemos falar desse Outro, dessa Lei que aprisiona, que impede, que silencia, que dilacera o corpo. Às vezes também não se falava porque as atividades formativas viravam, mesmo que momentaneamente, o Outro de algum participante. “*Vou abrir a boca só quando tiver certeza*”, reconheceu uma pessoa ao se perguntar por que às vezes queria falar e não falava. Por que as atividades não se consolidaram como um espaço para partilhar incertezas? Para construir conceitos a partir da experiência?

A aderência à teoria e os conceitos em oposição ao corpo que foi sendo deixado de lado, deu notícias daquilo que foi cindido pela devastação capitalista colonial. E ainda que tenhamos consciência do processo, inevitavelmente somos reconduzidos às formas sociais de relação cujo corpo está pareado com coisa pouca e o pensamento e a razão representam os grandes valores de uma civilização. Tenhamos receio de teorias que não dançam, nos disse Dodi Leal. Teorias sem corpo. E busquemos o corpo-teoria possível para esta formação. Algumas mulheres relataram se sentir intimidadas pelo modo como os homens (brancos e não brancos) do grupo falavam e articulavam teoria. Outras relataram sentir o mesmo, ou algo como isso, em relação a mim. Já outras pessoas disseram o contrário, que escutar essas articulações quando eram feitas por um homem negro, por uma mulher ou mesmo por um homem branco que o fazia de modo cuidadoso, dava vislumbres de caminhos e ajudava a superar o medo de que aquele lugar não fosse para elas.

Pudemos questionar então este “aquele lugar”. Ao que queremos nos referir? Que fantasias estavam em jogo no desejo de ocupar “aquele lugar”? A luta é que todos possamos

ocupar “aquele lugar” ou que “aquele lugar” deixe de existir enquanto forma pois necessariamente está refém da colonialidade ocidental? A pergunta é ruim. O método nos permite sair de falsas perguntas e trabalhar dialeticamente os impasses. Independente de fantasias e projeções, falava-se de um lugar que estava interditado para uma parcela da população, que comungava majoritariamente de marcadores sociais iguais ou parecidos. Como desinterditar o que está interditado? E algumas pessoas nos contavam que para elas havia algo que seguia interditado. As atividades formativas precisavam voltar seu corpo para isso. Concordamos que muita coisa foi desinterditada durante o processo, mas algumas não conseguimos, e o auto apaixonamento demonstrava reprodução de pactos, que são antes, acordos sobre a interdição. Buscamos passar do interdito para os entreditos. Fortalecer os espaços para os ditos entre nós, não ditos entre nós e os ditos nas entrelinhas. Se não cuidarmos do método para podermos todos entre dizer, inevitavelmente a estrutura violenta dirá nas entrelinhas.

Ao propor um diálogo com alguns homens para convidá-los a pensar como eles consideravam que seria possível lidar com a teoria e os conceitos sem que isso operasse silenciamento em mulheres, sobretudo mulheres negras, um deles espantou-se com a pergunta e disse *“parando pra pensar, eu não sei se a pessoa se incomoda ou não, eu não vejo a cara dela. Não sei se saiu da formação ou não, porque tem gente que nunca vi o rosto. Sei que é mulher pelo nome, mas só isso. E tem gente que nem sei se ficou ou foi embora”*. Ele se referia às diversas câmeras fechadas nas salas virtuais, que foram quase nunca abertas.

Essa colocação foi fundamental para retomarmos a discussão da presença do corpo dentro das atividades e olharmos para como cuidar e se implicar de fato com o espaço online, pois ele pode facilmente virar um espaço de aula e deixar de ser espaço de partilha. No nosso último encontro do eixo São Paulo antes das férias de Julho, pudemos provocar: por que razão nos interessamos em escutar algumas pessoas falando e quando outras se dispõem a partilhar abrem-se abas da internet, fecha-se a câmera? Que relação os marcadores têm com essa possibilidade ou impossibilidade de interlocução? Inspiradas por Dodi Leal estamos falando de trocar casamento por causamento. Mas será que não temos alguns casamentos aqui? Vocês querem causar com a REM? Ou querem causar comigo? Com quem é a transferência? Querem causar com todas as pessoas dessa sala ou vêm aqui apenas por conta de algumas? Ou por conta de um nome?

Apesar do virtual ter impedido algumas pessoas de perceberem umas às outras, outras tantas marcaram presença mesmo que por uma tela e sua ausência não passou despercebida. Na toada de cuidarmos do espaço, nessa mesma semana pudemos pensar sobre as pessoas que

não conseguiram mais vir, que não estavam podendo estar e nas que deixaram as atividades por sentirem que fazia mais sentido estar em outros espaços. Pudemos falar dos afetos e pensamentos que permaneciam a cada vez que uma pessoa ia embora: não ditos que gostariam de ter sido ditos, frases que marcaram e reverberam, contribuições que perseveraram na cabeça apoiando as ações cotidianas. Escrevemos cartas para essas pessoas, cada um podendo dizer que presença permanecia em cada uma das ausências sentidas. Escrever cartas era o que uma das companheiras fazia com pessoas encarceradas. Criou uma rede para receber e responder cartas enviadas pelas pessoas presas no sistema prisional do Estado de São Paulo. Metodologias clínicas comunitárias. Terapêuticas utópicas.

4.6 ARCO XXIII - QUER CAUSAR COM A GENTE?

Mesmo frente aos impasses e contradições, as pessoas que permaneceram entendiam as atividades formativas como um espaço de esperança. E foi com esse sentimento que no mês de junho mais de 70 pessoas compareceram na quarta de noite para assistir a aula de Dodi Leal, 55 pessoas compareceram dois dias depois, numa sexta-feira de noite (!!!) para a fala de José Alexandre Buso Weiller na abertura do IV Diálogo Deliberativo, e 50 pessoas chegaram-se no sábado de manhã para escutar as sínteses e se dispor a pensar e avaliar os espaços de grupo, supervisão, recursos críticos para o pensamento e grupos de trabalho.

Tivemos ao longo desses meses pessoas que puderam se organizar para as ações em coletivo ou aprimorar o trabalho do coletivo, como o caso do Coletivo Livre de Redução de Danos da cidade de São Carlos, que tem podido organizar quinzenalmente o Sarau da Kalunga, espaço de poesia, arte e hip-hop que recebe os moradores de rua e usuários de substância nas noites de segunda-feira em um ambiente acolhedor. Os integrantes do coletivo também participam de audiências públicas em seu município e escrevem projetos de redução de danos buscando verbas públicas. Outras pessoas participaram de fóruns populares, frequentando conferências municipais de saúde e apoiando sua rede com informações mais consistentes sobre legislação, direitos e deveres do Estado. Um dos participantes nos relatou que apesar de não ter podido garantir o aborto para uma jovem pois a família interveio, a partir de tudo o que aprendeu e da rede jurídica e feminista que conheceu, pôde dar bom encaminhamento para outros três casos desde então.

Na zona leste de São Paulo, a partir de trabalhadoras de um Caps que estavam articuladas com seu território, organizou-se uma estratégia de Kilombo voltada para a saúde mental da população, interseccionando assistência social, psicanálise, marxismo, cosmo

percepção, feminismo negro, saberes ancestrais, cuidado com ervas, e outros aprendizados que emergiam no exercício de ser/fazer Kilombo. Apenas alguns casos.

Voltando ao IV DD, uma vez lidas as sínteses – dessa vez com a novidade de que todas as três sínteses foram lidas uma atrás da outra para todas as pessoas dos três eixos juntas, como uma grande composição coletiva dos aprimorandos – dividimo-nos em 8 salas para uma troca sobre os afetos que reverberavam. Houve uma clara-claríssima diferenciação de como as pessoas brancas contaram dessas reverberações (apontando para a potência e inovação do que o espaço das atividades formativas representava, *"como elas impedem a gente de se conformar ao frequentar espaços da branquitude, como a Universidade"*), e como pessoas negras falavam de ser um lugar de esperanças, porém um lugar de tensões, em que a branquitude também se manifestava. Espaço de esperança porque permitia lidarmos com as contradições de forma cuidadosa, lidar com as tensões que estavam sempre presentes nos encontros e também nos serviços das pessoas.

Em relação aos recursos críticos para o pensamento, que compunha no grupão a partir de pessoas apresentando um resumo no início do encontro, avaliou-se que havia uma repetição no modo das pessoas apresentarem. Pouco a pouco as apresentações foram ficando mais "sofisticadas", como se as pessoas comessem querer "mostrar serviço", em alguns casos repetindo muitas coisas que o professor falava. Isso foi gerando angústias em quem não conseguia trazer as aulas de jeito tão elaborado, e pouco a pouco passaram a ser as mesmas pessoas a trazerem os resumos das aulas.

Também, esse excesso de sofisticação foi ocupando muito espaço do encontro, sobrando pouco tempo para fazemos o que realmente deveríamos fazer, que era partilhar das experiências à luz do conteúdo das aulas. Somava-se que eu fazia muitas articulações durante os encontros, ocupando o pouco do espaço que restava. Ainda, algumas pessoas pararam de assistir as aulas da plataforma pois "já ia ser falado" no resumo dos colegas, e o grupão deixou de ser um espaço sobretudo de troca para ser mais um espaço de repetir o formato aula. Esse conjunto de coisas destoava do que eram os objetivos principais do grupão: partilhar experiências, circular a palavra e produzir conhecimento coletivamente. Nas reuniões de revisão metodológica reconhecemos que fomos deixando de lado as estratégias de dividir as pessoas em pequenos grupos, com atividades guiadas por metodologias específicas para "fazer circular a palavra". No eixo Brasil especificamente isso já tinha aparecido como queixa várias vezes, considerando que, diferente de São Paulo, em que as pessoas podiam se conhecer

pessoalmente e trocar intimidades ao vivo e a cores, as pessoas do eixo Brasil só tinham aquele espaço de partilha comum e sentiam falta de poder criar mais intimidade com o grupo.

Foi inevitável não falar do grupão ao tentar falar das aulas teóricas. Além de considerarem os temas ótimos, apontaram também que foi muito bom o modelo de aula ao vivo, como o de Dodi e José: *"trouxe outra dinâmica que animou"*. Propuseram ainda que abordássemos teoria *queer*.

As aulas de Introdução à Psicanálise, que foram ministradas por Rafael Alves Lima, eram entendidas por cada pessoa de um modo, a partir da afinidade e interesse que tinham pela psicanálise em si. Foi importante escutar como determinadas passagens metapsicológicas dos textos freudianos produziram profundo incômodo em algumas pessoas, sobretudo mulheres negras e pessoas transgênero, que as vezes saíam da aula com a sensação de que a culpa pelo seu sofrimento era delas mesmas, se levado a cabo o que Freud falara.

Ainda sobre a psicanálise, houve certo consenso entre trabalhadores não *psis*, sobretudo das redes socioassistenciais, de que era difícil relacionar "aqueles" conteúdos com a prática. Propusemos pensar em um módulo de psicanálise dedicado a estudos de caso dentro da rede SUS e SUAS, de modo a dar materialidade para os conceitos e para as técnicas estudadas nos últimos semestres, mas isso não chegou a ser efetivado.

No espaço para discutir grupão também foi impossível que não se falasse das aulas teóricas. *"Será que não existe outro jeito de levar a apresentação da aula?"*. Concordaram com o grupo anterior que deveria ter mais minigrupos para que as pessoas pudessem se conhecer melhor e discutir o conceito. Para que as pessoas pudessem falar e se aprofundar. Também comentaram que auxiliava ter mais estrutura, pois às vezes se chegava atrasado e não sabiam o que estava acontecendo. Algumas pessoas inclusive disseram não saber reconhecer o que era grupão e supervisão. No Ciclo I tínhamos um calendário. Isso se perdeu no Ciclo II.

Novamente, questionamentos sobre o lugar de mestre apareceu. Apesar de alguns dizerem que ali os silêncios eram confortáveis, falarem de um saber que convoca outros saberes, do silêncio como elaboração, silêncio como espera, silêncio como ausência, outras pessoas apontaram que às vezes ficavam desconfortáveis de levar coisas para o grupão. Havia também questionamento se os silêncios não eram como uma espera pela palavra do mestre. Perguntou-se então qual o papel do "aluno" nas atividades formativas? Seria o de aprimorar o mestre, questionar o mestre? Falou-se de desafiar/peitar, convocar ao lugar do não saber, pois havia reproduções de violências que mesmo se entendendo que eram estruturais, incomodavam, e precisavam ser transformadas. Ao que pudemos apontar sobre a importância

de diferenciar o lugar do mestre do lugar de poder. Porque o lugar do mestre pode ser de nortear/desnortear, já o lugar de poder, necessariamente aprisiona e reproduz violência.

Observamos que os homens da sala estavam bem confortáveis de ter mais conceitos na apresentação do grupão, ter escala/rodízio para que todo mundo apresentasse a aula, enquanto algumas mulheres puderam contrapor com – *“eu não sei falar a partir dos conceitos, falo a partir da experiência”*. Essa separação foi algo que não vencemos: o conceito como elaboração sobre a experiência, e não como algo exterior que impõe sentidos. Algumas mulheres disseram que se fossem obrigadas a ter de apresentar uma aula, provavelmente deixariam de frequentar as atividades. Sobre circular quem apresenta, compreendemos que usar sistemas como ordem alfabética poderia ser útil, desde que ninguém fosse obrigado, compreendendo desde o acordo grupal que cada pessoa tem um tempo, um desejo e um compromisso com estar ali.

Foi dito também do sentimento de responsabilidade em apresentar as aulas de professores que eram muito importantes para o que se ensinava ali. Ao que concluímos que precisávamos deixar explícito que o objetivo era informar o básico para quem não tivesse assistido, falar da experiência e não performar saber. Consideramos que seria importante elaborar um breve roteiro para a apresentação das aulas no grupão, de modo a apenas trazer qual tema principal da aula? Quais os conceitos principais? Como a teoria se relaciona com a prática do professor? Como a teoria se relaciona com a própria prática de quem está apresentando? Esperava-se poder estruturar um modo de funcionamento em que os primeiros 15 minutos dessem conta desse resumo e depois pudéssemos nos dividir em pequenos grupos para seguir trabalhando desde as experiências vividas de cada um, naquilo que a teoria nos auxiliava a olhar nossa história e experiências a contrapelo; em que pudéssemos sustentar um espaço em que as pessoas se sentissem confortáveis em não saber, em saber desde a prática pois isso interessava. Recuperar as atividades formativas como espaço para o testemunho e a memória coletiva.

Inspirados por Dodi Leal pensamos naquilo que podíamos produzir considerando os indicadores, e nos ocorreu a ideia de organizar minigrupos para trabalharem juntos durante um conjunto de aulas, de modo a que se aprofundassem na relação entre conceitos e experiências, produzindo conceitos próprios do espaço. Poderiam ser minigrupos fixos em cada módulo e quando mudasse para o próximo módulo, mudariam os minigrupos. Objetivo: estabelecer relação de mais confiança e vínculo, assim como aprofundar na pesquisa coletiva.

O desejo por mais troca e ida aos territórios pulsou, e apesar dos GTs não terem avançado muito, seguiram sendo uma aposta. A partir da partilha feita pelo GT destinado a fazer um documentário sobre territórios negros no interior de São Paulo, pôde-se avaliar que apenas

aquele GT avançou pois: tinha um projeto em comum; tinha um território em comum; esse trabalho era no próprio território em que se vivia; havia a possibilidade de financiamento por editais de cultura; e nasceu a partir de um encontro físico entre participantes do eixo interior.

Considerando que talvez a tarefa tivesse se perdido para os outros GTs e partindo da ideia de que GT teria que ser um grupo, perguntaram-se: como conseguir viabilidade econômica? Como organizar um propósito nos GTs? Por mais que se busque fortalecer uma rede, como que eu posso construir isso que tenho aqui nesse espaço lá no território que estou? Temos alguns temas definidos, mas não seria melhor a gente partir do que já se estava fazendo nos territórios? Seria necessário vínculo entre os participantes dos GT inclusive para acolher as possibilidades de trabalho futuras. Quem conseguiria puxar a “galera” para botar a mão na massa? Essa última questão abriu uma pergunta para a coordenação, que tentou trilhar caminhos para respostas no 2º semestre: a liderança era uma função necessária? Em que condições e para que trabalhos? Como estabelecer uma liderança que não seja fixada em um lugar, que não seja posta ou que se coloque na posição de mestre? E como não ficar refém do medo de ocupar essa posição quando for necessário, impedindo o grupo de levar a tarefa adiante? Jô Freeman (1970) alerta às práticas autogestionárias que há riscos de tirania nas organizações sem estrutura. Trabalhar desde a verticalidade das funções e a horizontalidade das relações era o que pretendíamos dali em diante.

No espaço de supervisão pudemos falar da importância de se estabelecerem dinâmicas diferentes. Coerente com o que apareceu nas outras avaliações, uma participante comentou que teve dificuldade de falar porque sentia que não sabia articular as coisas como os homens do grupo. Uma pessoa falou do espaço estar sendo tão importante, que falar nele era como assumir um compromisso, então não dava para falar qualquer coisa. Outra pessoa lembrou a fala de Weiller na noite anterior, “quando a gente escuta a gente tem que fazer alguma coisa”, e questionou “*o que fazer com o que escutamos dentro dos serviços?*”. Uma participante trabalhadora da assistência social disse sentir culpa e insuficiência; outra disse não ter muito engajamento, “*se eu trazer o caso é como se eu tiver que assumir uma responsabilidade que não sei se estou pronta*”. Pudemos retomar a importância do raciocínio diagnóstico no espaço de supervisão como um lugar para pensar junto nos impasses e não para demonstrar capacidade de manejo e resolução de conflitos.

Pudemos lembrar de exercícios que foram feitos no Ciclo I, em que a partir de uma aula específica a supervisão conduzia todas as pessoas a pensarem em situações e cenas junto aos usuários. Recuperamos a ideia de cena clínica, ao invés de caso clínico, como uma forma mais fácil de pensar e poder falar. “*O caso parece que precisa vir elaborado demais.*” Também nos

recordamos que no Ciclo I as pessoas não se inscreviam previamente para trazer o caso, como ocorria no Ciclo II – o que estava gerando ansiedades que impediam alguns de se inscrever para trazer o caso – e sim na hora da supervisão perguntávamos quem estava com alguma questão.

Há exercícios interessantes para orientar uma supervisão com muitas pessoas, como por exemplo, a partir de um tema específico, que pode ser uma aula, pedir às pessoas que lembrem de um caso ou cena que tenha relação com o tema. Ao encontrarem o caso/cena, que pensem uma palavra e digam no grupo. O supervisor então recolhe todas elas e as repete, pedindo às pessoas participantes que digam qual palavra chama mais atenção naquele momento, qual desperta curiosidade? A que tiver mais votos, será o caso/cena escolhido para a supervisão. A partir do que for narrado e trabalhado, conforme o tempo que levar, o supervisor pode perguntar se aquele caso/cena relembra alguém de algum outro, ou então, conforme for, votar em uma segunda palavra para escutarem um outro caso/cena.

Ferramentas muitas que foram ficando de lado diante da vontade de causar e frente às urgências de fazer acontecer.

5. IMPASSES, ANGÚSTIAS E CONCLUSÕES

O Theo hoje frequenta menos o serviço. A mãe abriu um bar na esquina da casa que moram, durou três meses, nesse período ele ajudou no bar e nos cuidados dos irmãos. Como participava das atividades no período da manhã, não acordava para ir e tinha que participar da rotina da casa com os irmãos menores. Vai no serviço para conversar, falar de alguma criança que ele acredita que precisa de algum apoio, sobre a escola, dos sonhos, agora tem falado que quer ser MC. Ainda gosta de uma briga, mas não provoca mais, entra nas desavenças dos amigos.

Continua fora da escola, perdeu a vaga e tem solicitado ajuda para retornar, oscila entre querer voltar por causa dos benefícios sociais, mas não quer frequentar por ainda não dominar a leitura e a escrita. Às vezes pede para imprimir exercícios para treinar a escrita para, segundo ele, não esquecer do que aprendeu. Nos procura sempre que precisa de algum suporte, alimentos para a família e para os vizinhos, quando acontecem mortes ou prisão de pessoas que ele conhece, quer falar sobre o que vê e escuta pelo bairro. Nós o procuramos quando precisamos de ajuda sobre alguma festa ou ação com a comunidade.

Por um período ele fez uma circularidade de rua importante com um grupo de crianças. Os relatos que chegaram a nós é de que estavam furtando e fazendo bagunça nos comércios, pulando nas casas para pegar frutas nas árvores. O grupo se desarticulou porque uma das crianças, que exercia liderança, a família recebeu um aviso do crime para que ele não ficasse na rua. Quase todos os outros começaram a trabalhar. O Theo buscou um comerciante local que vende produtos de limpeza para vender o “kit vassoura” (balde, rodo e vassoura) ou panos de prato, uma ocupação muito comum entre os adolescentes de lá, a diferença é que os mais velhos são distribuídos pela cidade. Ele venceu pela persistência e esse comerciante organizou os kits para que ele e os amigos vendessem, ao final das tardes e aos finais de semana. Ele ajuda os amigos que desejam entrar, não vai todos os dias, diz que aos finais de semana vende mais, eles vão até a feira do rolo e conseguem abordar pessoas de todos os bairros da região.

Nessas andanças eles frequentaram algumas lagoas da região, todas com condições insalubres, umas mais que outras. Pessoas que cresceram no bairro diziam que uma delas não era frequentada por ser a mais poluída. Quem entrou naquela lagoa apareceu com feridas pelo corpo e o Theo foi uma delas. Na segunda semana de maio, próximo do dia 18, ele apareceu com um machucado com característica de inflamação. No dia 18 teve cortejo pelo bairro sobre o combate ao abuso e exploração sexual de criança e adolescente, ele participou da caminhada, que foi longa, ao retornar não conseguia firmar a perna e fomos buscá-lo de carro. Levamos para casa e ele pediu para dizer à mãe das dificuldades que tinha de andar.

Nos outros dias encontramos ele pelo bairro, nos relatou que estava melhorando; quando aparecia se queixava de dor, mas o aspecto do machucado era seco e parecia cicatrizar bem. Depois de uma longa ausência ele foi participar de uma atividade extra do futebol, que é uma das oficinas que ele gosta de ir e tem boa frequência. Pouco mais de um mês de quando apareceu a ferida, ela parecia agravada e tinha um cheiro forte de pus e de algo em decomposição. A coordenadora o levou à UBS para ser avaliado. O acolhimento foi feito por um agente de saúde que prontamente mobilizou a unidade para garantir o atendimento da criança.

Passou pela enfermeira que avaliou que era caso de emergência, que precisaria levar ao pronto socorro, e o Theo imediatamente diz “minha mãe vai brigar comigo e não vai me levar. Tia, como eu vou ficar internado? Minha mãe não pode ficar comigo”. O agente de saúde acionou a coordenação da UBS e disse que ele precisava ser cuidado lá mesmo na unidade e que precisava passar pela pediatra. A médica o recebeu de uma forma estúpida, questionando onde estaria a mãe e se ela poderia levar aquela criança para um atendimento médico. Então o Theo olha para a coordenadora e diz “minha mãe é uma irresponsável!”. A coordenadora responde à profissional que o que ela não pode é deixar a criança continuar com dor. Quando a médica vai examinar a criança os olhares deles se cruzam e ela muda a postura, passa a tratá-lo com respeito. A médica receitou uma medicação que precisava ficar na geladeira e que retornasse com a mãe, na semana seguinte, para avaliação e troca do curativo. Quando foi buscar o remédio o agente perguntou se tinha esse eletrodoméstico na casa, e com a resposta negativa ele procurou novamente a coordenação da UBS para que fosse trocado e assim foi feito. Ao final, Theo novamente diz “minha mãe é uma irresponsável”, mas o agente olha para ele e diz: “não fala assim da sua mãe, não. Você não sabe a história dela, quando crescer vai entender. Faz assim, segunda me procura que eu vou te atender e trocar o seu curativo”. Ele sai aliviado e dizendo que ele mesmo consegue cuidar, que pedirá ajuda para a mãe, tios e vizinhos para preparar a medicação, e que organizaria os horários.

O aniversário dele é dia 03/07, procurou o serviço porque queria comemorar com a família e junto com a coordenadora fizeram uma lista do que ele queria para a festa. Colocaram bolo, cachorro-quente, refrigerante e uma decoração do Corinthians, com algo grande para colocar na parede e tirar foto.

(Relato de Laudelina, em 02/07/23)

Mas nem tudo são flores. E assim como Theo, os machucados voltam, persistem, inflamam. Que diferença faz ter alguém que acolha e que não responsabilize a mãe/a mulher/a periférica. Num mundo despedaçado, às vezes, o que nos resta é entrar em lagos insalubres e tratar dos machucados que se abrirão. Ter uma rede com que contar é o que transforma o destino da história. Uma rede para contar com, para contar para e para sermos ouvidos por.

Escrever essa tese foi uma dança entre encantar-se com o tanto de coisa que pudemos experimentar – o que está descrito nos capítulos anteriores – e habitar o inferno. Primeiro porque nesse processo também olhamos para muita tragédia e escombros. Principalmente, por reconhecer em meus próprios escritos as descrições de encenações da colonialidade que acabei repetindo em alguns momentos das atividades formativas, assim como a descrição de suas sofisticadas formas de se justificar. O que não me permite, diante de meus equívocos, qualquer movimento narcísico de me proteger ou dizer que não foi bem assim. Pode não ter sido bem assim, “podem ter sido repetições inevitáveis quando é necessário estar numa posição de liderança”, “as pessoas podem ter projetado em você”, “cada outro tem seu próprio Outro”,

“pessoas vivem a experiência de modos singulares e transferem com você de modos diferentes”, foram argumentos que ouvi frente ao consolo de amigos e amigas (negros, pardos, brancos...). Porém, contudo, e sem embargo, considerando tudo que estudei e elaborei em meu percurso, sei bem que qualquer tentativa de buscar apenas na “veracidade” dos fatos o que possa me proteger, reencenaria novamente a montagem colonial pois a verdade e a história têm estado ao lado das pessoas brancas.

Fato é que minha condução no Ciclo II reproduziu encenações da colonialidade que levaram pessoas a se afastarem, sobretudo mulheres negras. E por mais que possamos dizer “conflitos existem”, “somos pessoas imperfeitas lidando com pessoas imperfeitas”, na hora que o fio arrebenta frente ao excesso de tensionamento, são sempre os mesmos corpos que arcam com as piores consequências. Ainda que nesse percurso os corpos de ambos lados das cordas estejam implicados, sofram, sintam dores e efeitos do tensionamento, não sentem as mesmas dores e nem do mesmo modo. Os efeitos são bem diferentes para pessoas não brancas e mulheres. Incluindo entre os efeitos nefastos a angústia frente a dúvida de “se está exagerando”, “se em realidade sou eu que não dou conta” ou ainda de que “talvez não tenha sido bem assim, eu que devo estar imaginando coisa”. Afetos/pensamentos/angústias que dentro e fora das atividades formativas impedem cotidianamente muitas pessoas de se manifestarem frente a situações que desconfiam estarem reproduzindo montagens coloniais; impedidas por desconfiarem antes de si e acharem que “é coisa da própria cabeça”.

Desse modo, a relação entre realidade psíquica e materialismo histórico nas mãos do narcisismo capturado pela branquitude pode recair em lugares perversos como “não foi isso que eu disse, foi isso que você escutou”. Recordo-me certa vez em uma palestra da USP que uma mulher negra, exemplo e referência de muitos de nós, comentou sobre alguns problemas da fala de uma das palestrantes, sobretudo no que se referia à performance do saber do psicanalista dentro dos hospitais, e a mulher (branca professora da USP que apresentara na ocasião um artigo sobre sua prática) ao invés de se implicar com os apontamentos que para muitos de nós eram absolutamente pertinentes, respondeu à pergunta: “não foi isso que eu falei, mas cada um é responsável pelo que escuta”. Que revolta senti. A materialidade da fala velada por uma suposta posição subjetiva.

Essa mesma montagem reproduziu-se em alguma medida dentro das atividades formativas. Não com intenções de silenciamento ou de não implicação e sim buscando atentar para os entendimentos contraditórios entre os fatos e os entendimentos. De todos os modos sem capacidade de entender que o entendimento também é contingenciado pela estrutura. E disso as pessoas brancas que caminham ao lado na luta precisam se responsabilizar, ou

permanentemente se beneficiarão do racismo, do machismo, da misoginia, da cisnormatividade, do capacitismo e a ideia de realidade psíquica ao invés de apontar para a existência de um sujeito singular, terminará por ser capital e lucro investido nas “bolsas dos valores” brancos.

É dizer, se alguém me diz que entendeu algo do que eu disse, mesmo que eu possa em meu mundo interno dizer “não foi isso que falei”, ou no melhor dos casos dizer “não foi isso que eu quis dizer, desculpe se me expressei mal”, implicar-se com a radicalidade anticolonial implica no exercício de pensar: por que o que eu digo, sendo a pessoa que sou dentro dos marcadores sociais que me antecipam, é entendido repetidas vezes desta forma mesmo quando eu estou tentando dizer outra coisa? Assim todos avançamos e podemos caminhar juntos para fora da cena. Se avançar implica seguir cegamente, deixando para trás pessoas e escombros, não é avanço, é barbárie.

Outro assombro infernal que me acompanhou na escrita foi reconhecer os machucados inflamados em meu próprio corpo de tanto nadar em lagos insalubres. É bastante paradoxal que em uma construção de rede bonita como essa, eu possa reconhecer com tanta intensidade o sentimento de solidão e desamparo que há muitos anos me acompanha, mas sempre seguido por uma resiliência que finge não se importar com a ausência do outro. Essa resiliência muitas vezes produz uma postura de excessiva aceitação, que toma para si o que se apresenta como falta no outro e não deixa emergir, nem a falta do outro, nem a sua própria. Ainda, isso produz uma posição de sustentar mais do que pode que resulta em um “falar por”, “falar em nome de”, para que a ausência do outro não se perceba (como se fosse possível).

Entre a tutela e a tentativa de tamponar as faltas, eu termino por deslizar permanentemente para formas sociais do capitalismo, seja a forma Estado, seja a forma direito, reduzindo-me à forma mercadoria. É dizer, ou eu viro a representante do que está constituído (de legislar sobre o que é/não é, foi/será, está certo/errado) e me colo no lugar de poder executivo a partir do que foi/é/será, ou me coloco no lugar de “estar no direito de”, “ser sujeito de direito” frente a esta história vivida por mim junto ao grupo, frente à minha propriedade sobre fatos, pensamentos e coisas (estar apropriada de/ter propriedade sobre), uma vez que na hora do “vamo vê” foi eu quem segurou as pontas e eu que estava lá para contar a história.

Uma forma de valorização de si e das relações que opera pelo valor de troca e não pelo valor de uso; opera pelo valor que poderemos gerar com os produtos de nosso trabalho, e de nós mesmos como produtos, e não pela partilha de construir juntos no aqui e agora. Equivalências começam a surgir que justificam a exploração: tudo bem isso aqui, porque aquilo ali, como se essas equivalências fossem possíveis quando falamos de experiência vivida e relações humanas. Nesse segurar as pontas apoiado pela resiliência construída na luta, me

coloco permanentemente em condições de ser explorada. Se trago isto nesta conclusão é por reconhecer que estes mesmos funcionamentos operam em muitas outras pessoas no campo da luta, sobretudo em mulheres e em mulheres negras que fazem tripla jornada e ainda são criticadas por sua dureza. Mesmo no campo revolucionário, a reprodução do machismo reincide e sobrecarrega as mulheres que não tem como escolher fugir da luta. Partilho aqui como parte do que pôde ser concluído neste processo por entender que pensar as formas trabalho é urgente para o campo revolucionário, pois confundimos facilmente implicação com exploração, e o modo como tantos militantes se posicionam sem reconhecer a reprodução das formas de exploração capitalista tem produzido muito sofrimento e repetições de encenações da colonialidade que poderiam ser evitadas se conseguíssemos nos enlaçar de outras formas. Enredar-se pelo não saber, pela falta, pelo desejo. Não é esse o vínculo que faz a transferência em uma análise?

Que está tese não reproduza mais uma forma e me coloque na posição de porta-voz da memória coletiva do que foram 30 meses de partilha entre centenas de pessoas. Retomando Benjamin (1940), o que está descrito e sistematizado aqui não tem qualquer pretensão de determinismo ideológico a partir de uma falsa noção de progresso, ou ainda uma pretensão historicista de descrever uma história linear e universal. Entendam este texto como uma imagem do passado, minhas memórias frente à realidades fáticas, com potencial a provocar outras memórias, elas juntas entendidas como conceito político e instrumento de crítica, evidenciando cotidianamente as injustiças esquecidas ou justificadas engendradas em nossas narrativas e em nossos costumes.

Ainda que eu possa carregar em mim um acúmulo maior de acontecimentos, uma vez que além de ter participado na coordenação de 4 dos 6 eixos, estive também na coordenação do espaço de aprimoramento, na coordenação geral de todo processo, e na construção anterior que culminou na proposta de formação, a REM foi um espaço de multiplicidades narrativas e o objetivo aqui foi o de partilhar métodos e caminhos trilhados que possam dar passagem a outros tantos desejos de construção coletiva, que culminarão em outras tantas narrativas. A tese escreve-se a partir de consensos mínimos, não absolutos. A memória coletiva não busca narrativas únicas ou totalitárias. O dissenso é parte estruturante de políticas libertárias (RANCIERE, 1996). As atividades formativas foram em si produto do dissenso em relação aos espaços formativos tradicionais, e sustentaram que o dissenso fizesse parte das atividades – construir comum na e da diferença. Desse modo, outras narrativas sobre o que foi, o que vivemos, são bem-vindas e necessárias, inclusive para evitarmos cair em idealizações. O que se espera é que o que está aqui sistematiza possa dar subsídios à construção de atividades

formativas voltadas para as redes SUS e SUAS, interseccionadas com território, movimentos sociais, lutas populares.

A sistematização das atividades nesta tese também auxiliou a coordenação a rever funções, sobrecargas, a minha hiper presença, e encaminhar no método as mudanças que eram necessárias. Uma delas foi em relação à função coordenação geral, que não poderia seguir nas mãos de uma pessoa ou de uma dupla. Era muito trabalho. No esboço das atividades formativas, a coordenação geral também foi pensada para acontecer em trio, mas por razões de falta de orçamento, indisponibilidade de agendas/falta de interesse de outras pessoas do coletivo Margens Clínicas e minha resiliência, que acha que dá conta de tudo, ela ocorreu em dupla. Além do excesso de trabalho, o par produziu casamento e encantamentos que impediram a gente de reconhecer problemas. Ainda, a posição de quem estava escrevendo uma tese forjou um lugar “saber científico” – de quem sabe mais que os outros, de quem tem o saber técnico sobre o que de fato está ocorrendo ou deve ocorrer - que operou relações de heterogestão ali onde deveria operar a cogestão.

Também, ainda sobre os trios, pudemos pensar a partir da experiência do Ciclo II que: se um é pouco, dois da conta, três é ótimo e de quatro para cima talvez seja excesso. Excesso de desejo, de fantasia, de coisas a serem elaboradas que podem facilmente confundir o que é de um, o que é do outro, o que é das relações e o que é do trabalho, excesso de conflitos. Em um trabalho que já tende ao excessivo da experiência, há que se evitar excessos desnecessários. Não temos tempo de jornada para poder afirmar que mais de três realmente seja excesso, no entanto, a partir da experiência, tomamos essa premissa quando estávamos organizando o que seria o Ciclo III.

A supervisão institucional, lugar para olharmos com rigor e amor para os lapsos, deslizes, reproduções, alienações, acabou ficando de escanteio também por problemas de agenda e um sentimento partilhado de “damos conta”. Ao longo de 27 meses de projeto (de março de 2021 a junho de 2023) tivemos ao redor de 10 supervisões agrupadas em blocos de 3 a 4 meses. Logo que as fissuras e problemas resolviam-se e uma incompatibilidade de agenda aparecia, a supervisão ia ficando para depois. Com o trabalho que precisa ser realizado e toda a carga escutada, não se deve abrir mão da supervisão institucional mensal. Se tivéssemos sustentado permanentemente esse espaço, talvez os excessos apontados poderiam ter sido cuidados e não retornariam nas relações de trabalho, culminando com o encerramento das atividades. Nos últimos meses do Ciclo II passamos a ter supervisão quinzenal, espaço necessário para que pudéssemos elaborar, dar contorno e acolhida para tantas dores que emergiam no encerramento da REM.

É curioso que as maiores fissuras foram em sua maioria em corpos de pessoas nascidas com vagina. As pessoas nascidas com pênis sentiram de um jeito bem diferente, com raras exceções. No corpo, os sintomas do impossível de cuidar se manifestaram. Dois tópicos que demoraram a chegar: gênero e corpo. Por quê tendo me formado desde o corpo, no samba, no teatro, na dança, da educação somática, fui deixando o corpo de lado? E fui deixando meu corpo de lado também. Cada vez mais sem tempo de me cuidar, de fazer atividades físicas que gosto, de dançar, de sair a caminhar no mato. Computador, *whatsapp*, aula, aula, reunião, relatório, texto, aula, reunião, síntese, supervisão. Adquiri uma cara sisuda que foi nomeada de “cara de *whatsapp*” pelos mais próximos. Quase nem sobrou tempo para ler. As instituições padecem do que tentam tratar, diz a máxima da psicologia institucional. Eu padeci. Inclusive por me colar à instituição. O ritmo acelerado, os excessos frente ao desgoverno e os efeitos da pandemia precarizaram nossas existências ainda mais. Nesse processo, quase me fundi com o trabalho e me perdi do meu próprio corpo. Curiosamente escrever a tese possibilitou uma separação.

Essa cisão do corpo é patente dentro da universidade e é parte do processo capitalista de espoliar nossa força de trabalho. Sempre deixei o corpo de lado dentro da universidade, como se o corpo não coubesse dentro do pensamento crítico. Era como se a parte do corpo fosse uma outra coisa que eu fazia num outro lugar lá longe. Um entretenimento, uma diversão. Entrei na disputa fálica com a masculinidade e deixei o corpo de fora ao invés de contaminar o pensamento crítico de dança, de incorporar, de fazer do pensar diversão e movimento. Podia ter circulado em rodopios como o conjunto de espirais e giras propostos aqui. Agora é recuperar o que foi deixado de lado e caminhar para que essas espirais cheguem no corpo! Sonhar, caminhar e dançar.

As assombrações vieram repetidas manhãs perguntar-me por que algumas coisas foram sendo deixadas de lado. Curiosamente, muitas “não insistências” com o método eram por não querer estar na posição de mestre; respeitar o tempo-espço do grupo de coordenadores, de modo a que pudessem se autorizar e não estar apenas “reproduzindo um método exterior”. Deixar o grupo no espontaneísmo embalado pelo “autoriza-te a ti mesmo” levou-nos a reproduzir as formas sociais. O método dá passagem à autorização, todo o contrário de impedi-la, como bem experienciamos em nossas análises pessoais. Reconhecer-me como excessiva, como alguém que “banca demais”, levou-me à posição “ninguém é obrigado a escolher o que eu escolho”, como se fosse ali somente o meu desejo em jogo e não um compromisso com a luta, com a coletividade, com a coisa pública. Há um tanto disso que precisa ser pensado pelo modo como o individualismo neoliberal tem contaminado a luta popular, hoje capturada pelo pensamento pequeno burguês, mas isso fica para outro momento. Entre o trabalho e a

militância, não querer pedir mais trabalho além do tempo combinado fez-me tomar a responsabilidade sobre os excessos que colocar a REM no mundo começou a produzir.

Pois bem, diante desses primeiros problemas apresentados que me implicam diretamente como sujeito, há três aspectos que gostaria de trazer para pensarmos os impasses, violências e conflitos vividos, buscando tecer as conclusões possíveis de um trabalho que é infinidade de relações e um tanto de trocar a roda com o carro andando. Ainda que siga trazendo elementos pessoais de minhas transferências e atravessamentos no processo, o que busquei foi fazer uma análise mais institucional que pessoal, ainda que a colagem que operou não me permitisse separar completamente as coisas. Vale dizer, também, que este capítulo foi o mais solitário. Ainda que ele incluía conclusões coletivas, ele foi menos uma conclusão sobre as atividades formativas e mais uma conclusão sobre meu processo. Assim que, primeiro, trago pensamentos sobre como o racismo beneficia a branquitude e o papel do que nomeei de amor canônico nesse processo. Segundo, apoiar-me-ei na relação entre gestão e produção de sujeitos para pensar como formas heterogestionárias advindas de certa “gerência científica” impediram ou atrapalharam alguns processos. Terceiro, falarei de aspectos práticos que dimensionam o tanto de trabalho que foi realizado para fazer as atividades formativas acontecerem, para então, por fim, poder concluir sobre sua viabilidade e contribuições.

5.1 ARCO XXIV – BRANQUITUDE, CADEIAS SIGNIFICANTES E AMOR CANÔNICO

Como cenário onde essas dinâmicas se efetivam, tomo por referência a ideia de uma colonialidade colapsante (Lima, 2018a) para assinalar a persistência e as reatualizações cotidianas de elementos de colonialidade através da hierarquização, categorização, subjugação e possibilidade de desumanização de um conjunto de outras/os que não estão inseridas/os na hegemonia branca. Como nos coloca Kilomba (2019a; 2019b), o cubo branco ou a branquitude é o lugar da violência que, através da linguagem e das práticas sociais, produz feridas coloniais que sangram a todo instante através de inúmeras reencenações coloniais que assolam os modos de vidas negras. Há, nesse sentido, um passado que não está morto e, se morreram algumas de suas dimensões, não foram enterradas devidamente. Um passado-presente e uma dívida alta. (LIMA, 2020)

Como apresentado, há falhas e tropeços que dizem da não sustentação de premissas fundamentais do método, principalmente no que diz respeito ao trabalho de uma coordenação que se pretende cogestionária, que podem nos auxiliar a pensar alguns problemas vividos e compreender por que recaímos em encenações das colonialidade. Mas aqui, o que interessa, é

pensar como o racismo beneficia pessoas brancas, alimentando a branquitude, e como isso impediu que alguns processos pudessem ter caminhos emancipadores.

Como muitas falhas e tropeços foram meus e os vínculos eram fortes, muita coisa pôde ser dita a mim diretamente, o que me permitiu elaborações importantes. Ainda que muita coisa também não tenha sido dita, ou tenham demorado a dizer, o que também diz da demora para entendermos algumas coisas frente à permanente sensação “deve ser coisa da minha cabeça”. *“Sinto que a Anna não me deixa coordenar”, “me senti inconveniente a partir do manejo que você fez”, “as vezes sua fala retifica o que a outra pessoa disse” e “me sinto silenciada pela presença da Anna”*, foram algumas falas dirigidas a mim por pessoas não brancas que saíram da coordenação. Uma delas, através de Grada Kilomba (2019), convoca-nos a olhar para “uma velha ordem colonial”, da qual não podemos simplesmente escapar porque desejamos ou porque estamos dizendo fazê-lo, pois como bem estudamos e ensinamos, ela é estrutural. E nessa velha ordem colonial há uma “violenta hierarquia”, que define “quem pode falar, como pode falar”.

Houve várias cenas e com pessoas distintas em que, quando eu falava considerando que estava manifestando apoio ao que a pessoa havia acabado de falar, essa pessoa sentia que eu estava discordando dela ou mesmo anulando o que acabava de dizer. Inicialmente fiquei pasma com essa dissonância e considerei que apenas deixar manifestada minha posição de apoio resolveria, mas não resolveu. Também, pessoas disseram-me que às vezes eu aparentava estar irritada durante a condução da atividade, ao passo que eu estava me sentindo muito diferente disto, leve e alegre e de modo algum achando que alguém estava incomodado.

Uma coisa que pude perceber no segundo semestre de 2022 e que aqui na escrita da tese confirmou-se é que eu uso muito a conjunção *mas* em momentos que quero concordar com alguém. Porém, sendo uma conjunção adversativa, que faz oposição, termino sempre por discordar. O *mas* no início da frase é sempre adversativo e eu uso para iniciar minha fala. Cacoetes como “mas assim”, “mas então”, “mas também”, usados por mim como se o *mas* fosse e, “e assim”, “e então”, “e também”, estavam presentes em meus modos de articular pensamento e isso teve impacto direto em quem me escutava, que muitas vezes me percebia como alguém que respondia reativamente.

Outra coisa que foi percebida é como quando falo logo após outra pessoa, ainda que esteja concordando, sendo eu uma mulher branca entendida como acadêmica, a minha voz barra o eco que a fala da outra pessoa poderia produzir, ao invés de reverberar o eco como eu supunha estar fazendo. Os anos de luta tendo de falar como representante de grupos e movimentos em lugares públicos consolidaram uma função “amplificador”: meu corpo e minha voz como caixa amplificadora do que as pessoas ao meu redor querem dizer. Mas isso só pode funcionar se for

uma tarefa designada pelo grupo, caso contrário, pode recair em posições tutelarias de falar em nome de outrem. Ao invés de amplificar outras vozes, impeço que haja qualquer caixa de ressonância para outras vozes. Ainda, em um espaço de troca e partilha para pensar junto, partilhar experiências e construir comum entre corpos com múltiplos marcadores, ao colocar-me na posição de amplificador da fala anterior, enceno uma excessiva protagonização e produzo uma centralização da interlocução, levando todas as pessoas a dialogarem necessariamente comigo. Assim, me torno a única pessoa/posição com quem necessariamente se dialoga, a posição de mestre, de quem realmente sabe, colando-se na de saber-poder inevitavelmente.

Entre as urgências de tarefas e tarefas – e quem sabe “fazer melhor” é Anna, *“aprendemos com a Anna”*, a *“cabeça derrete com a Anna”*, é *“da hora demais escutar a Anna”*, e vamos que vamos, porque afinal, muito aprendemos aqui com Anna e as pessoas também estão aprendendo, e temos que fazer a REM acontecer – demoramos para perceber que aí se estabelecia uma hierarquia violenta, que reproduzia quem podia falar e como podia falar.

Falhei com os objetivos das atividades formativas ao buscar todo o tempo dar respostas sozinha aos problemas trazidos ao invés de convocar mais pensamento das próprias pessoas que escutamos. Diferente do “- fale mais sobre isso” do consultório, deixei minha livre associação sobrepor-se à do grupo. Em um grupão no final do 1º semestre de 2023, pude ser resgatada: um participante trouxe uma cena de dentro do serviço e perguntou como lidar; eu desembestei a falar, articular pensamentos, teoria e a cena, e os conteúdos que já tínhamos visto etc... Após terminada “minha aula”, outra coordenadora cuidadosamente abriu o microfone e disse “fulano, fiquei curiosa de como você manejou a cena. O que você fez?”. Ele nos contou então do manejo que havia feito, de partilhar com as trabalhadoras de seu equipamento sobre a história do SUS, resgatar a memória e afirmar a importância de valorizar aquele espaço, ainda que pudéssemos criticá-lo. Eles me deram uma aula.

Os últimos anos de golpe impingiram-me de uma voracidade de fazer chegar todos os achados de um percurso que se deu entre a luta e a academia. E ver esses achados ganhando sentido em diálogo com outras pessoas nos espaços das atividades formativas, vê-los servirem para que outras pessoas pudessem pensar, foram me fazendo recair em uma dimensão de “dar tudo de mim”, e esse movimento, inevitavelmente, transformou-se em posição, uma posição ansiosa, cujo saber próprio se antecipa, e não escuta.

O problema não foi que o que eu dissesse não fosse tão “da hora” assim porque no fundo eu nem sei nada. Não é sobre isso o não saber. O ponto nevrálgico é que sim, pela forma e conteúdo produzi silenciamento e ele se manifestou ao menos de dois modos: pelo teor da ideia, que muitas vezes caía como pedra destituindo outros pensantes de seu próprio

pensamento, que parecia se apresentar como errado, ultrapassado, mal-entendido, e que impedia de pensar não apenas por que o pensamento congelava, mas porque a ideia trazida ganhava dimensão de “verdade verdadeira” e obrigava a pensar somente ali, onde nem se sabia se queria pensar. E, pelo silenciamento, que também operou dado o espaço que ocupei, que ao tomar grandes tempos de fala impossibilitava que outras pessoas pudessem falar. As duas coisas somaram-se, uma vez que nesse abuso do espaço eu ocupava os pensamentos de muita gente e “expulsava” as pessoas de pensarem por si. Sim, os encontros não foram todos assim, houve eixos que funcionaram de modo bem diferente disso, mas isso não me isenta da insistente repetição de deslizar para este lugar. A necessidade de deslocar-me produziu movimentos importantes e como já disse, a escrita da tese trouxe outros tantos elementos para pensar, elaborar e esvaziar.

Mas além da forma-silenciamento que pude descrever acima, deparei-me com o horror de certo conteúdo-branquitude nas estrelinhas da transmissão. Olhemos então para a branquitude, as cadeias significantes e o amor dentro do cânone. Quando nomeadas as encenações das colonialidades, sobretudo pela voz de mulheres negras, busquei elaboração junto a pessoas que pudessem me auxiliar a escutar o que não estava conseguindo. E foi no me deparar com uma repetição do sentimento de “eu achava que estava apoiando”, “sempre estive ao lado para ajudar a dar passagem” e de elucubrar junto a essas pessoas (de diversos marcadores) se as coisas estavam sendo tiradas de contexto, que pude concluir: o contexto é o cânone.

Pude compreender um tanto da gravidade das coisas que ocorreram na REM e dos efeitos da branquitude no meu modo inclusive de “apoiar as pessoas”. Meu modo duro e brigão, ao mesmo tempo que se faz no tamponamento das faltas, aponta excessivamente para a falta, para o que não estamos conseguindo fazer e “devemos fazer”, uma excessiva convocatória de radicalidade que, como apontado no final do capítulo anterior leva algumas pessoas a sentirem culpa e insuficiência, que não têm muito engajamento, que ali não dá para falar qualquer coisa. Algumas pessoas conseguiram deslocar o problema para mim e dizer “a gente começa a ter medo de falar na sua frente”. Ocupei um lugar de saber e poder que determinou um único modelo possível de pensar/fazer.

Pude reconhecer nesse habitar o inferno que isso, que muitas vezes é incendiário em certos ambientes (sobretudo naqueles ocupados pela hegemonia branca), pode queimar as pessoas que estão caminhando ao lado em outros ambientes (não hegemônicos), ainda mais se essas pessoas têm trilhado um caminho no qual desconfiam de si, no qual se sentem incapazes, sem força, tendo dificuldades de reconhecer como suas especificidades contribuem na luta.

Recaímos na própria aposta do método: precisamos nos organizar, ao mesmo tempo que precisamos nos cuidar, e isso também vale para a coordenação.

Ainda, buscar um caminho que provoque as pessoas cutucando egos operará coisas diferentes em corpos brancos, cujos egos tendem a ser mais inflados, e corpos não brancos, que de modo geral narram sentir-se inseguros e com o ego apequenado ocupando pela primeira vez lugares que antes lhes eram impedidos. Ainda que tenham chegado a este lugar são permanentemente assombrados pelo sentimento de farsa, impotência, questionam se são merecedores de fato, se deveriam estar ali. Eu convocar insistentemente estas pessoas ao engajamento é não reconhecer que o engajamento pode ser o próprio reunir forças para estar ali, num espaço no qual se sente desconfortável e desconfia ser mesmo um lugar seguro e possível de habitar¹⁵².

Para dizer que convocar uma pessoa não branca para a falta a partir dos referenciais de uma pessoa branca é profundamente violento. Se para uma pessoa branca, reconhecer-se impotente e olhar para a falta pode operar nas cadeias significantes algo que a desloca e permite algum esvaziamento, a falta e a impotência entram de outro modo nas cadeias significantes de pessoas não brancas. Convocar a falta é violento na medida em que devolve estas pessoas para o lugar do qual estão tentando sair, no caso, o lugar permanente de falta imposto às pessoas não brancas dentro do cânone e da ordem colonial¹⁵³.

Isso fica ainda mais grave se eu estou o tempo todo ocupando um lugar de saber e a outra pessoa está sendo impedida de colocar ali o saber dela pela minha performance. O caminho de humanização da pessoa branca não é o caminho de humanização das pessoas não-brancas. Se o "eu não consigo" pode humanizar pessoas em determinados marcadores sociais, ele pode produzir efeitos nefastos a pessoas de outros marcadores. Tratar de modo descuidado diferentes dimensões do que as outras pessoas "não conseguem" é retroalimentar o racismo e uma narrativa que, sim, me favorece, e que favorece a branquitude, mesmo que eu esteja dizendo que também não consegui. Ainda que se diga "nós aqui somos/fazemos/pensamos, isso e aquilo", esse isso ou aquilo se somam de modos diferentes nas trajetórias de cada pessoa, nas nossas cadeias significantes próprias e naquelas que nos antecipam ao olhar dos outros. Não

¹⁵² Me recordo aqui do tanto que já dissemos na última década frente à falsa questão da necessidade de pagamento na análise, que o pagamento da pessoa moradora da periferia que pega horas de transporte público para chegar no consultório do analista nas regiões centrais é investimento, libidinal e financeiro.

¹⁵³ Não estou dizendo que não haja falta do ponto de vista subjetivo e que cada um não tenha que lidar com a angústia frente a ela. Se você se pegou nessa reação ao ler o que foi dito anteriormente, recordo a você que a resistência está do lado do analista. Não subvertamos os fatos que apontam para que a falta subjetiva em pessoas não brancas é resultado de duplo processo, e ele é econômico em primeiro lugar.

adianta papagaia a REM, a REM, a REM. Os mesmos pensamentos feitos culminâncias e impossibilidades, não são os mesmos para cada corpo na relação com seus marcadores sociais e não se escutam do mesmo modo por outras pessoas. Todo o tempo as pessoas da REM dizem isso: saber se a paciente/usuária é negra ou branca muda a forma como significamos a escuta do caso. Está no Fanon, está na Grada Kilomba; significantes colados à pele que se antecipam ao sujeito.

Destarte, as ruínas deste mundo findo como conhecemos têm na racialidade um dos pontos nevralgicos. Esse fato lacera as cenas contemporâneas através do terror e do contra-terror, do fardo da raça, de sua neurose fóbica, suas fantasmagorias e assombros, "[...] um complexo perverso, gerador de temores e tormentos, de perturbações do pensamento e de terror, mas sobretudo de infinitos sofrimentos e, eventualmente, de catástrofes" (Mbembe, 2018, p. 27). A constatação desses elementos rasga as dinâmicas brasileiras contemporâneas nas quais os regimes de visibilidade e dizibilidade da racialidade explodem em diferentes contextos, interpelando os domínios de saberes, as epistemologias canônicas e eurocentradas, a literatura, as artes, os saberes e práticas psi, [...] centralizados numa noção de subjetividade que se estabelece e opera a partir de modelos universais, insuficientes para perceber e tomar as experiências de negritude. Assim, a noção de sujeito/subjetividade - operador conceitual e clínico -, é produzida e sustentada na/pela violência do pensamento moderno e, conseqüentemente, sustenta-se, também, na subjugação racial. (LIMA, 2020)

Fatima Lima convoca-nos ao exame rigoroso sobre o conceito de sujeito/subjetividade, operador conceitual e clínico que, uma vez produzido e sustentado na/pela violência do pensamento moderno, sustenta-se também na subjugação racial. Não entraremos nesse debate aqui. Mas vide todo o exposto e vivido, temos que olhar com atenção para tal afirmação e poder revisitar os operadores conceituais que nos orientam.

Habitando o inferno pude reviver as tantas cenas em que o que eu disse, como disse, foram violentas com outras pessoas, mesmo que eu achasse que estava apoiando, mesmo que achasse que estava "partilhando pensamento crítico". E isso se deu não apenas comigo. Pessoas do aprimoramento e da coordenação com frequência relatavam como as falas de algumas participantes eram agressivas, violentas, silenciadoras, incluindo nisso pessoas não brancas, ainda que com menor frequência. Frente aos conflitos que culminaram com o fim da REM, pessoas negras da coordenação foram silenciadas pelas mesmas pessoas que acusavam a coordenação disso ou daquilo. A incapacidade das pessoas se implicarem radicalmente com os problemas e conflitos, reconhecendo parcelas de participação, mesmo que menores ou ínfimas, de se reconhecerem como sujeitos cindidos, saltou aos olhos e ouvidos nos últimos meses, chocando e produzindo muito sofrimento em pessoas que estavam implicadas em transformar

as estruturas produtoras de conflitos e violências, apostando em caminhos geradores de vida, e não de morte.

Segui no inferno por um bom tempo e posso afirmar que o saber de qualquer pessoa em um mundo colonial, a depender das condições sociais, pode ser ruidoso, pois suas palavras operam efeitos específicos nas cadeias significantes de quem escuta. Quando estas pessoas são brancas, é quase inevitável que essas palavras não carreguem o peso do cânone, mesmo que elas venham com nome de amor. Amor canônico!

Consigo compreender que algo muito doloroso disso tudo, é que sim, estávamos consolidando um espaço de abertura e confiança, em que as pessoas se entregavam considerando condições seguras. Então, minha performance entrou num lugar de resistências baixas, podendo, assim, produzir fissuras graves. Estou trabalhando para não mais repeti-las, para sair das condições de vínculo que as favorecem, e ao mesmo tempo, tratando de ir cuidar das fissuras possíveis de serem cuidadas, incluindo as do meu próprio corpo.

Com a escrita da tese voltei às bases, às origens, ao texto, à memória e à história do processo. O que me encheu de coragem de olhar fundo o que estava emperrado em mim. O compromisso ético político resgatou-me de mim mesma e das dores que produzi nesses últimos anos de urgências. As versões hegemônicas, a violência sutil que descrevo na tese, ajudaram-me a compreender o que outros coordenadores foram dizendo nesse percurso sobre a engrenagem, sobre a performance, sobre o silenciamento, o racismo, o machismo, o classismo, o academicismo. Permitiu-me reinvestimento do desejo e responsabilização por transformar o que me cabe.

Pude retornar à coordenação para elaborações coletivas e nos últimos meses nos escutamos com muito cuidado envolvido. Pudemos avançar e operar coisas novas nos espaços formativos, ainda que reconheçamos que no meio de tudo isso tenha muita coisa que é para além das atividades, de minha história e da relação comigo. Também um exercício de se deslocar da posição narcísica de achar que sou/somos o maior problema ou a solução da vida de alguém.

Os “regimes de visibilidade e dizibilidade da racialidade” têm explodido “diferentes contextos, interpelando os domínios de saberes”, e a REM esteve comprometida com esta interpelação. Avançamos nas compreensões das coisas que poderiam desorganizar os domínios de saber e a ordem colonial, compreensões advindas do pensamento negro ameríndio feminista periférico. Mas tivemos de lidar com mecanismos de defesa que ao mesmo tempo que nos protegeram de angústias excessivas importantes, também reagiram querendo nos proteger da angústia frente à queda do edifício colonial.

Um amigo disse-me que nos últimos meses viu-me segurando edifícios em queda com as próprias mãos, e perguntou “- quão violento não é carregar em si o peso do mundo? Ainda mais de um mundo que, em si, já se apresenta despedaçado”. A conversa pegou-me de dois jeitos: primeiro, eu perguntar-me por que algumas pessoas tomam para si carregar o peso do mundo? É um fardo, uma função ou um desejo? E segundo, quão violento é segurar edifícios que foram construídos nas bases carcomidas da colonialidade. Devemos segurá-los ou deixá-los ruir?

Frente à necessidade de transformar a velha ordem colonial e a partir de lentes que nos permitem reconhecer lacunas e privilégios, que reposicionam histórias do passado que eram entendidas como ótimas e como resultantes de esforço e mérito, como olhar para estes escombros sem querer ruir tudo que foi e apagar esse passado, no que também seria um movimento narcísico de querer garantir um lugar no futuro, nem tentar salvá-lo narcisicamente? Voltamos ao início, ao passado e à memória. Poder pensar desde os hiatos e as contradições. Como ressignificar as histórias uma vez caído o véu da colonialidade de modo que todos possamos caber dentro dela? Os anos passaram e apesar das questões seguirem as mesmas, muitas respostas foram encontradas no caminho.

O que ensinamos nas atividades formativas e pudemos com ela aprender é que se fizemos diferente de apenas seguir, seguir, seguir avançando e deixando os escombros para traz (se os trabalhadores parassem para supervisão dentro dos serviços, se eu me deslocasse do lugar que estava colada) será melhor para todos. Permitirá a nós esvaziamento e abertura ao devir que todos temos o direito de habitar. Eu reincidentemente reproduzi formas da colonialidade que impediam o devir. O que dá provas que o método de trabalho é bom, uma vez que foi por sua eficácia que pudemos perceber, criticar, elaborar e aprimorar. Então sim, precisamos retornar ao método, pois ele salva a todos de permanecer aprisionados pelo lugar de saber.

No inferno, pude perceber diversos movimentos de preservação narcísicos, em conversas que me peguei tentando dar encaminhamentos que me protegiam. A tese, as atividades formativas, e os laços de cuidado, sobretudo os laços, todo este recorrido coletivo permite-me não seguir tentando me proteger, sobretudo porque não preciso mais ter medo da angústia disruptiva. Estou enredada com muitas pessoas que caminham ao lado, tocam no meu ombro e avisam-me que agora o que eu tenho a dizer interessa pouco. O não saber é o caminho que quero seguir trilhando, buscando a produção de respostas coletivas e temporárias, em um *continuum* de produção de conhecimento do qual a REM formou parte (ainda que aos tropeços), através de experiências vividas com, junto, para. Memória coletiva e resistência dos povos.

5.2 ARCO XXV - DA COGESTÃO A CONGESTÃO

Esperançar o comunismo é supor um desenvolvimento coletivo e individual em que estejamos aptos a dividir o trabalho necessário a ser realizado e partilhar dos recursos com coerência, a partir do que se necessita. Um equilíbrio razoável entre compromisso com a construção do comum, recursos disponíveis, necessidades básicas e desejos individuais. Um esperar cujo alcance tem sido barrado pelo capitalismo, colonialismo, racismo e patriarcado.

Isso significa reconhecer que dimensões de poder têm tornado inalcançável sonhos possíveis. Toda a luta que aponte para o horizonte do comum precisará estar atenta ao poder. Por essa razão, pensar os modos de organização da luta é de suma importância, pois justamente nesses modos de organização que o poder retorna, reencenando colonialidade e frustrando esperanças. Um dos efeitos da colonialidade é separar corpos e atribuir-lhes funções específicas, designadas por critérios de capacidade, inteligência, aptidão, mérito. Sabemos que estes critérios estão balizados racialmente e biologicamente pelo "sexo".

Assim, os modos de organização precisam estabelecer estratégias ativas de ruptura com os critérios que respondem aos poderes que sustentam a colonialidade. Qualquer reprodução da lógica cúpula-base, que sabe e quem executa, reincidirá em poder.

Um sistema de cogestão depende da construção ampliada de "capacidade de direção" entre o conjunto das pessoas de um Coletivo e não somente entre sua cúpula. Capacidade de direção é a habilidade e a potência para compor consensos, alianças e implementar projetos, conforme a definiu Gramsci (1978)¹⁵⁴. A "capacidade de governo", no sentido mais operacional com que a conceituou o planejamento (Matus; 1993)¹⁵⁵, é também uma aptidão a ser socialmente construída, já que cogovernar é tarefa inerente a todos os membros de uma equipe de trabalho. (CAMPOS, 2000/2013, p. 34)

A partir do trabalho desenvolvido pelo médico e professor Gastão Wagner Campos foi possível compreender alguns impasses dos processos institucionais da REM, que se refletiram na impossibilidade de consolidar um modelo cogestionário. O que se pretende aqui não é uma análise institucional ampla e aprofundada, apenas um diálogo com alguns elementos importantes que Campos trabalhou no livro "Um método para análise e cogestão de coletivos: constituição do sujeito, a produção de valor de uso e a democracia em instituições - o método da roda" (2000/2013).

¹⁵⁴ Gramsci, A; 1978 - *Concepção Dialética da História*, tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, segunda edição.

¹⁵⁵ Matus, Carlos; 1993. *Política, planejamento e governo*, tomo I. Brasília, edições IPEA.

Campos dedicou-se a construir um método “anti-Taylorista”, compreendendo que “são o fortalecimento dos Sujeitos e a construção de democracia institucional” que devem nos interessar. Ele propõe “organizar uma vida material que estimule a lógica da cogestão e não a outra da dominação” e que caminhe na “construção da capacidade de instituir compromissos”:

Tomar a assunção de compromissos e a autonomia do Sujeito como uma relação dialética, uma relação indissociável do modo com que se opera a relação entre democracia e instituição. Isto como um modo sistemático de análise do Método da Roda. Ressaltar a dimensão Sujeito implica em democratizar o Poder. Democratizar o Poder em todas suas dimensões: na política, na micropolítica, entre os saberes, entre sexos, entre fortes e fracos, etc. E aqui idealismos não ajudam: **o Poder haveria que ser compartilhado, cada vez mais profundamente, cada vez com mais precisão e sem que com isto adviesse o caos.** Sem que com este movimento se perdesse a capacidade de se atender às necessidades sociais. (CAMPOS, 2000/2013, p. 35)

Para tal, há que estar atendo aos métodos administrativos, reprodutores de lógicas tayloristas, cujos dispositivos e técnicas de controle consolidam instituições totais: “O pensamento administrativo sempre esteve à procura de técnicas úteis para produzir dominação e consenso” (p. 18). Ao apresentar a racionalidade gerencial hegemônica, Campos dá ferramentas para rever nossos processos à contrapelo. Não porque tenhamos querido nos estabelecer desde métodos administrativos ou gerenciamentos hegemônicos, mas porque ao identificar efeitos no trabalho próximos ao que ele descreve nesses casos, pudemos nos perguntar se/onde/de que forma tais métodos foram performados.

O primeiro ponto que me provocou foi quando apontou que esses métodos visam assegurar eficiência à produção (p. 19), seguido da passagem que Taylor recomendou explicitamente que “houvesse a instituição de uma ‘gerência científica’; ou seja, ele sugeriu um método de gestão que realizava uma nítida separação entre o ‘planejamento, concepção e direção’ dos processos de trabalho, daquilo que ele chamava de ‘tarefas de execução’(Taylor,1960).” (p. 19-20). Isso me levou a pensar no efeito “gerência científica” que operou na coordenação do trabalho uma vez que o projeto foi resultado da “expertise” do coletivo Margens Clínicas, e, no entanto, foi coordenado por pessoas de dentro e de fora do coletivo. Esse dentro e fora se refletiu na coordenação produzindo diversos ruídos entre as pessoas que não eram do coletivo. Já nos primeiros meses tentamos trabalhar “essa dimensão esquizo, sem neurotizar”, conforme o manejo feito pela pessoa supervisora naquele momento. A palavra neurose aí produziu silenciamentos e incômodo na pessoa “de fora” que tentava apontar os problemas dessa relação. Não por coincidência, uma pessoa que outrora havia

trabalhado no chão da fábrica e aprendido a reconhecer formas não cogestionárias e autogestionárias de funcionamento.

O efeito “gerência científica” também operou por eu estar fazendo uma tese e com isso darem grande relevância às minhas opiniões. Ainda, uma vez que a coordenação geral foi constituída por uma dupla de pessoas pertencentes ao coletivo Margens Clínicas, além de conversarmos muitas coisas apenas entre a dupla, era comum que levássemos questões mais reflexivas e impasses ao coletivo, em detrimento dos outros coordenadores. Não conseguimos horizontalizar as relações com a coordenação do projeto, deixando as reuniões com eles focadas excessivamente no fazer, sem espaço para elaborações de outras ordens, análises de conflitos e busca de soluções. Chegávamos com várias coisas já elaboradas que se antecipavam ao tempo de elaboração da equipe e impunham um ritmo de trabalho. Não estivemos à altura de compreender o problema por longo tempo e disso muitos não-ditos foram reverberando. Passado um ano do trabalho e retomando o cuidado das fissuras em análise institucional, ao a supervisora falar de processos cogestionários uma das coordenadoras que também era de “fora” escutou processos congestionários. Pudemos reconhecer então que alguma congestão, algo difícil de digerir, estava impedindo a cogestão.

Ainda assim, demoramos muito para resolver esses impasses de montagens heterogestionárias, a ponto dos conflitos mais graves do Ciclo II (como já exposto, relacionados aos silenciamentos produzidos por mim) não serem levados inicialmente às pessoas coordenadoras, e sim ao coletivo, como se eles tivessem mais condições ou poder de solucionar tais conflitos. Ainda que enquanto coordenação tenhamos dedicado todas as seguintes reuniões a pensar sobre silenciamentos, revisar o método, construir coletivamente atividades para os encontros seguintes que problematizassem as relações raciais, de gênero e de classe dentro da formação, cuidar dos efeitos do academicismos, essa relação constitutiva do projeto com o coletivo impediu que conseguíssemos encontrar saídas efetivas, ainda mais quando estávamos ocupados em não expor ou reviolentar pessoas que saíram escolhendo não falar dos conflitos naquele espaço. Compreendíamos que seguir com as atividades, implicados em transformá-las, era a forma possível de cuidar, uma vez que considerávamos que elas sim, davam suporte para que conflitos dessa ordem pudessem aparecer e serem tratados coletivamente.

Ainda em relação a “gerência científica”, uma coordenadora disse no último semestre do Ciclo II que se sentiu desrespeitada, “tratada como uma criança, imatura, que não daria conta de resolver problemas complexos, como se não confiassem em mim”, confirmando as teses de Campos. Nessa etapa do trabalho propusemos entre a coordenação uma reflexão sobre a verticalidade das funções e a horizontalidade das relações. Nosso objetivo, a médio prazo, era

que pudéssemos alcançar formas autogestionárias, transformando-se em uma cooperativa. No entanto, reconhecemos a “insuficiente formação democrática” (SINGER, 2002, p. 21) de nossa geração, e também, por isso, que buscamos defender a continuidade das atividades, uma vez que elas permitiam esse aprendizado e nos orientava cada vez mais para a tomada de decisões efetivamente coletivas.

Felizmente, tomadas as distâncias e ajustadas as proporções, o trabalho de Campos permitiu olhar durante a escrita desta tese para o que ficou impedido. Não se tratou de lobo em pele de cordeiro, uma heterogestão fingindo cogestão. Faltaram-nos recursos técnicos e críticos para perceber que algumas montagens poderiam reproduzir coisas indesejadas e contraproducentes. Entre elas “um campo de saber - fundado em tipos ideais, uma ontologia dos processos de trabalho - que indicaria sempre ‘a melhor maneira de se executar uma operação’” (p. 20). Este ponto levou-me a pensar nas repetidas vezes que dissemos “é a Anna quem sabe”, “é ela quem faz melhor”. Um dos efeitos da “gerência científica” é a visão de que o trabalhador “não sabe sobre o essencial a ser sabido” (p. 15). E ainda, que o que sabe em realidade atrapalha o fazer dos “sábios detentores do único saber a ser considerado: aquele produzido pela ‘administração científica’” (p. 15). De formas diferentes esse entendimento de si como alguém que não sabe o suficiente ou atrapalhará se abrir a boca apareceu nos próprios eixos das atividades formativas, ao que o trabalho de Campos permite pensar não apenas nos cuidados com a gestão, para que ela possa realmente ser horizontal, como também reconhecer que os corpos que chegaram nas atividades chegaram de relações heterogestionárias que geralmente os obriga a um lugar de “mão na massa” em oposição a um lugar de saber/pensar os processos. Encontramos outra importância para o espaço de supervisão, que seria deslocar o participante do lugar de quem apenas faz, para o lugar de quem pensa e é detentor de saber.

A organização vertical, comum à maioria das Organizações, exerce uma função castradora. Por meio de inúmeros mecanismos, mas particularmente por meio desta interdição - filhos que nunca serão pais; executores que nunca aprenderiam a pensar, já que impossibilitados de se educar tomando decisões que digam respeito ao Coletivo -, são produzidos Sujeitos Seriais, seres desestimulados até de desejar participar da gestão de onde trabalham. (CAMPOS, 2000/2013, p. 15)

Como diz Campos, pessoas que “nem sequer imaginam a possibilidade de uma vida organizada de outra forma” (p. 16). Projetar grandes transformações sociais requereria alterar a relação de poder concreta entre as pessoas. Compartilho com o Método da Roda que a luta contra o Estado capitalista requer “modificação imediata das relações autoritárias entre as

pessoas” e “nos modos de gerir os Coletivos Organizados”. Seu método é o que busquei sistematizar aqui, trabalham para criar espaços coletivos democráticos “onde de fato se tomem decisões, se negociem conflitos e se projetem reformas estruturais e funcionais de caráter democrático”:

A democracia depende da reformulação do papel de controle dos micropoderes. Analisar os caminhos sociais e institucionais por onde se consolidam a dominação e a libertação. Gramsci (1978) e a ideia dos blocos históricos, e da construção de consenso e hegemonia; Foucault (1985)¹⁵⁶ e a microfísica do poder; Guattari & Deleuze (1976)¹⁵⁷ com a produção de subjetividade e a micropolítica; Basaglia (1985)¹⁵⁸ com a desinstitucionalização; foram legião que apontaram a importância de se ampliar o conceito clássico de democracia e também do que se considerava como sendo práxis transformadora. Repensar e transformar o estado, as relações econômicas e sociais, mas também as relações familiares, entre os gêneros, os sistemas de saúde, de educação, as igrejas, partidos, movimentos; alterar, enfim, o modo de gestão das instituições. Tudo passível de crítica e de mudança. Uma ampliação do espaço tradicional da política e, ao mesmo tempo, uma reconstrução dos modos de se fazer política. O Método da Roda pretende-se herdeiro desta tradição. Aposta na democracia institucional não somente como um meio para impulsionar mudanças sociais, mas como um fim em si mesmo. Adotando como diretriz metodológica a instalação deliberada de processos que objetivem a construção de Espaços Coletivos. Entendendo-se por Espaços Coletivos arranjos concretos de tempo e lugar, em que o poder esteja em jogo; e onde, de fato, se analisem problemas e se tomem deliberações. (CAMPOS, 2000/2013, p. 33)

Apesar dos efeitos congestionários produzidos por uma certa “gerência científica” da qual estávamos desavisados, os dois anos de trabalho e herança de nossos mais velhos permitiu consolidar um quantum significativo de democracia institucional, que pôde impulsionar mudanças sociais e mudanças na estrutura de gestão das atividades formativas. Ao final, vínhamos adotando como diretriz metodológica processos que permitissem a construção de espaços efetivamente coletivos: “arranjos concretos de tempo e lugar, em que o poder esteja em jogo; e onde, de fato, se analisem problemas e se tomem deliberações”. No entanto, depois de todo o vivido, posso afirmar junto a Henrique Gonzáles Rojo (1995), que a autogestão é resultado de um trabalho profundo de letramento político e tratamento das neuroses, que apenas um trabalho de longo prazo pode alcançar.

¹⁵⁶ Foucault, Michel. O sujeito e o poder. In: (Orgs. Rabinow & Dreyfus) Foucault uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense, 1985.

¹⁵⁷ Deleuze, Gilles & Guattari, Félix. O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia; tradução de Geroge Lamazière. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

¹⁵⁸ Basaglia, Franco. 1985. A Instituição Negada: relato de um hospital psiquiatra, tradução de Heloísa Jan. Rio de Janeiro, Graal, 1985.

5.3 ARCO XXVI – CONDIÇÕES MATERIAIS DE EXISTÊNCIA

Antes de passarmos às considerações finais, algumas questões práticas são importantes para a avaliação do trabalho. Primeiro, foi preciso muito tempo e dedicação para poder se dar. Foram necessários 2 meses de reuniões semanais para pensar os cuidados com o espaço online e com a formação. De março a maio de 2021 estivemos às voltas com escolher o nome, plataforma, formato, professores, abrir o processo seletivo, divulgar o processo seletivo, ler respostas dos formulários, fazer entrevista, entre tantas coisas. Todo início de ciclo requereu dedicação específica para cuidar do processo seletivo.

Quanto ao Ciclo I, as pessoas coordenadoras dos eixos assumiram um compromisso de 12h mensais (3h na semana) que se distribuiriam entre 1h30 de grupão, quinzenalmente, 3h de supervisão, mensalmente, 4h de reunião de equipe, mensalmente e 2 h para assistir às aulas que seriam trabalhadas no grupão. De coordenação geral, foram previstas 30h de trabalho semanal divididas de formas diferentes entre duas pessoas. Eram algumas das tarefas: fazer reunião com aprimorandos, ler relatórios, cuidar da comunicação com participantes, fazer contabilidade, falar com professores que dariam as aulas, falar com equipe de edição das aulas. As 12h inicialmente previstas para coordenação de eixos precisaram ser estendidas para 16h pois faziam falta reuniões entre os coordenadores de cada eixo e às vezes reuniões entre coordenadores de eixo e os respectivos aprimorandos. Ainda, as 2h mensais para supervisão institucional, que muitas vezes não puderam acontecer, pois entrava num a mais impossível de caber na agenda. Quanto à coordenação geral, houve semanas que trabalhei muito mais que 30 horas.

Estruturado o trabalho a partir do Ciclo I, compreendeu-se que para alcançarmos um modelo cogestionário era necessário maior tempo de dedicação ao projeto por parte das pessoas que quisessem coordenar os eixos. Estabeleceu-se, então, 2h quinzenais de reunião de coordenação geral, 2h quinzenal para as aulas teóricas, 6h mensais para estudos específicos que apoiassem o coordenador no trabalho e 2 h de supervisão institucional, somando 16h no mês apenas para compor na coordenação geral. Além disso, mais 2h quinzenais de grupão, 2h quinzenais de supervisão no eixo e 1h semanal de reunião com coordenadores do eixo, 12h mensais ao todo. Somando os dois, 28h mensais foram estabelecidas como tempo mínimo para que o trabalho fosse feito com qualidade e investimento suficiente. A importância de balizar o tempo teve relação direta com a remuneração justa de todas as pessoas coordenadoras.

No que concerne à coordenação geral, entre reunião com o aprimoramento, contabilidade/financeiro, orientação de pesquisa e prática, coordenação pedagógica e

comunicação, elaboração e preparação de atividades, acompanhamento de participantes, articulação e outros trabalhos gerais como responder *whatsapp*, *e-mail*, ler relatórios, ir a encontros, palestras etc., consideramos que atividades formativas como essas requerem de 80 a 100 horas de trabalho mensal que devem ser distribuídos entre ao menos 3 pessoas. Não está incluído nessa contagem o tempo de escrita da tese. O que posso dizer é que nesses 30 meses dediquei mais de 40 horas semanais de trabalho à REM, e parte deste excesso foi porque colocá-la em curso e mantê-la de pé nos estágios iniciais requereu muito trabalho, considerando, ainda, que além da proposta formativa apresentada, ela também era pensada para ser um modo de captação de recursos financeiros e de adequada remuneração aos coordenadores, professores, supervisores.

Foram ao menos 9 pessoas por ciclo empenhando uma média de 20h mensais de trabalho, em alguns semestres até 4 supervisores clínicos em espaços quinzenais de supervisão para casos de consultório, e todos os professores apresentados. Isso foi possível da forma como foi, porque tivemos apoio financeiro que permitiu iniciar os trabalhos, e parte das vagas eram direcionadas a pessoas dispostas a pagar pelas atividades formativas, gerando assim um fluxo interno de caixa que, não apensar permitiria seguir mantendo a estrutura dos próximos ciclos, como permitiu remunerar cada vez de forma mais justa às pessoas coordenadoras.

Em um modelo autogestionário, em que as atividades de coordenação geral possam ser divididas entre todas as pessoas que compõem as coordenadorias de eixo, seria possível sustentar atividades formativas como essa sem mediação de dinheiro, oferecendo uma formação 100% gratuita. Seriam necessárias 9 pessoas dispostas e dedicar 8 horas semanais de trabalho, professores dispostos a contribuir com as aulas, psicanalistas dispostos a oferecer supervisão, plataformas gratuitas para o funcionamento da estrutura¹⁵⁹. Ainda que exista meios de fazê-la acontecer sem mediação de dinheiro, remunerar o trabalho tem sido uma pauta que consideramos fundamental sustentar, se queremos que uma diversidade de corpos possa ocupar o espaço de coordenação. Esperançar o comunismo não é supor trabalho não remunerado, é pensar outras formas de remuneração, equitativas, e principalmente, o fim da acumulação. Também, não seria possível apoiar financeiramente os jovens no aprimoramento, apoio que se mostrou fundamental para que pessoas recém formadas, sobretudo de territórios não cêtricos, pudessem continuar seus estudos, organizarem-se politicamente e aprimorarem-se profissionalmente.

¹⁵⁹ A plataforma que usamos para abarcar as aulas já é gratuita, de código aberto, e tem funcionado muito bem para os propósitos do trabalho. Já as salas de aula precisaram de Meet e Zoom, duas plataformas pagas.

Este conjunto de atividades formativas teve suas origens em um projeto governamental (Clínicas do Testemunho), que culminou em outro projeto realizado em parceria com a Faculdade de Saúde Pública e o Instituto de Psicologia da USP (CERP), que se aprimorou a partir da escrita de um projeto a ser enviado para a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), e concretizou-se a partir do auxílio financeiro da Fundação Tide Setubal, auxílio que é resultado de políticas públicas de isenção fiscal a partir do apoio direto à sociedade civil. Portanto, foi financiada em partes por aquilo que seriam impostos no fundo público. A outra parte veio do auxílio de seus participantes, que implicados com as transformações estruturais aportam financeiramente ao processo, permitindo que mais de 50% das pessoas participem das atividades formativas de modo gratuito. Seu vínculo com a universidade e com a coisa pública está posto desde o início, e ainda que não tenha havido qualquer financiamento universitário para sua realização, consideramos a Universidade um lugar de destino possível (para além desta tese), por ser um articulador importante entre a ciência, a política pública, os movimentos sociais, os territórios e o poder público.

Se pude me dedicar a estas atividades formativas foi porque passei pela universidade e, reconhecendo seus graves problemas, pude pensar em soluções. Também porque a própria universidade me ofereceu recursos críticos e ferramentas para poder criticá-la e pensar método e estratégias. Ter participado do Laboratório de Estudos sobre o Preconceito (LAEP/USP) coordenado por José Leon Crochík, possibilitou-me integrar a equipe do PAIR¹⁶⁰ e aprender muitas coisas sobre construção de políticas públicas de modo participativo. Participar como coordenadora da Rede Clínica do Laboratório Jacques Lacan do Instituto de Psicologia (USP), de 2011 a 2013, ensinou-me sobre rede, sobre cooperação, sobre formas outras de vínculos em espaços formativos. Ser da primeira turma de pós-graduação do DIVERSITAS/USP (2012) e acompanhar os esforços dos professores de construir uma nova forma de ensinar dentro da Universidade, com enfoque interdisciplinar, com três professores sempre em sala de aula partilhando ideias, mas também as opondo conceitualmente a partir de suas áreas disciplinares, ensinou-me sobre um outro modo de produzir conhecimento, auxiliou-me a questionar o estatuto de verdade científica, e a entender a importância de que ocupemos a ciência e tomemos os meios de produção do conhecimento. Sem a universidade eu não teria chegado em outros países, sendo acolhida por comunidades de estudantes interessados em pensar junto e

¹⁶⁰ Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil. Cf. CROCHIK, José Leon. MOSSMANN FERNANDES, Aline (Org.) Violência sexual contra crianças e adolescentes na cidade de São Paulo: enfrentamento e crítica. Campo Grande: Ed. UFMS, 2011. <https://editora.ufms.br/files/2018/12/Viol%C3%Aancia-sexual-contra-crian%C3%A7as-e-adolescentes.jpg>

partilhar afetos. Não poderia ter chegado na Guatemala, lugar que me possibilitou assumir o compromisso com os saberes transdisciplinares e encontrar outras respostas que o saber ocidental era incapaz de dar. Pela universidade pude me juntar com outros amigos inquietos e organizar-me em coletivo. Com a universidade pudemos realizar o CERP. Espero que o que aqui se sistematiza, possa contribuir com a Universidade, seja como modelo para aprimoramento em saúde mental e políticas públicas, seja auxiliando professores na construção de práticas sustentadas pelo tripé universitário pesquisa-ensino-extensão. E que ela possa incentivar escolas de psicanálise a transformar o tripé análise-teoria-supervisão.

Dos objetivos da tese:

a. o conjunto das atividades formativas está sistematizado, ainda que não no todo de suas experiências vividas;

b. enquanto método de pesquisa, pôde se dar na construção coletiva e na inter e transdisciplinaridade, reconhecendo alguns dos processos psicossociais que nos levam ao adoecimento, mas reconheceu a necessidade de haver um espaço específico, um laboratório de pesquisa, para que se alcance esse objetivo como desejado;

c. enquanto método de cuidado para o tratamento dos “complexos psicoexistenciais”, demonstrou-se que foi possível alcançar um espaço “clínico”, com capacidades de produzir deslocamentos subjetivos, reconhecer encenações da colonialidade e encontrar caminhos de transformação para elas, assim como nos amparar, uns aos outros, entendendo que há contradições constitutivas do processo que também precisam ser cuidadas;

d. enquanto método de mobilização política, demonstrou capacidade de articular pessoas para a produção coletiva de planos de intervenção e ação coletiva junto aos territórios;

e. enquanto método cooperativo, não alcançou o desejado. Teve dificuldades de organizar a própria gestão desse modo, ainda que tenha conseguido produzir o interesse por outras formas de organização e gestão que puderam refletir em outros espaços.

f. demonstrou possível e necessário colocar em diálogo os estudos interdisciplinares de diferentes pesquisadores e intelectuais com a psicanálise e o trabalho de viés clínico realizado dentro das atividades formativas;

g. pode pensar táticas, estratégias e terapêuticas de ação junto com os saberes transdisciplinares trazidos pelas experiências vividas por alguns participantes, seja junto às lutas populares, os usuários, os pacientes, resultando em enfrentamento de conflitos a partir de orientações ético políticas;

h. pode analisar as dificuldades enfrentadas e produzir novas perguntas que permitam à rede seguir crescendo e se fortalecendo, sem se transformar em uma rede de arraste que trata a todos como cardume.

Quando iniciávamos as reuniões para organizar o que seriam tais atividades, um dos coordenadores falou de estabelecermos acordos com os grupos e um deles apontou para o que ele nomeou de “economia solidária das palavras”. “*Não precisamos dizer tudo*”. Podemos confiar que um outro ali pode aportar com um recurso que me falta ou que, mesmo que eu tenha, podemos ora partilhar do meu e ora partilhar do dele. Reencontrar essas anotações reposicionou-me e apoiou os horizontes ético políticos do trabalho. Desde a economia solidária, partilhemos a palavra e, também, o trabalho. Não preciso dizer tudo, mas precisei dizer um bocado de coisa. Talvez a escrita desta tese pudesse ter sido mais solidária com o leitor, mas ela é uma mistura de história, sistematização e memória. É meu testemunho dessa trajetória, sendo quem eu sou, passando pelo que passo e travando as lutas que luto. Emprestei meu corpo para dar passagem a um desejo coletivo e para um desejo que também é meu. Emprestei minha posição no mundo para inscrever esse conjunto de atividades formativas em um doutorado em Ciências na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas dentro da Universidade de São Paulo. Cumpri uma função que infelizmente ainda não encontrou modos solidários de produção. Nas conclusões do mestrado eu disse “por uma academia menos solitária e mais solidária”. As políticas de cotas têm podido deixar a ciência e a academia menos solitárias, ainda que algumas tarefas precisem ser feitas em silêncio.

Solidariedade eu encontrei mesmo foi nessa rede tecida durante 30 meses, este conjunto de ideias-práxis para terapêuticas utópicas que deu recursos críticos, afago e mutirão na construção de outros alicerces para o mundo.

E é com grande alegria que entrego esta tese ao mundo. Que ela possa devir conhecimento partilhado, cooperativa, coletividade. Que quem queira possa se valer de seus métodos para criar suas próprias terapêuticas utópicas. Ela é em coletivo, resultado de processos coletivos, cujas memórias e experiências transcendem as narrativas de uma única pessoa.

Encerrei a primeira versão deste tese-ensaio-ato no dia 03/07/2023, dia do aniversário de Theo Macumba. Encerro a versão corrigida, no dia 08/03/2024, dia Internacional da Mulher.

Vida longa às casualidades tornadas causalidades por via do desejo.

REFERÊNCIAS¹⁶¹

ABRÃO, Paulo. Prefácio. In: **Clínicas do testemunho** – Reparação psíquica e construção de memórias. Sigmund Freud Associação Psicanalítica. Porto Alegre: Criação Humana, 2014.

ABRÃO, Paulo; GENRO, Tarso. **Os direitos da transição e a democracia no Brasil**. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer: O Poder Soberano e a Vida Nua**. (1995). Trad. de Henrique Burigo, Belo Horizonte: UFMG, 2ª reimpressão, 2007 [1995].

AGAMBEN, Giorgio. Que é um dispositivo?. **Outra Travessia**. Florianópolis: UFCS, n. 5, 2005, pp. 9-16.

ALMEIDA, Daniela Tonizza de; BARROS, Vanessa Andrade. **O caso do sequestro do bebê: a violência do estado e as possibilidades de resistir**. Cadernos Brasileiros de Saúde Mental/Brazilian Journal of Mental Health, [S. l.], v. 9, n. 24, p. 148–176, 2017. DOI: 10.5007/cbsm.v9i24.69627. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/cbsm/article/view/69627>. Acesso em: 18 jun. 2023

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2022[1970].

ALVES LIMA, Rafael. Análise Reparável e Irreparável: o Conceito Psicanalítico de Reparação na Agenda da Transição Brasileira. In: **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 37, 2017, pp. 116-132. Disponível em: doi.org/10.1590/1982-3703090002017

ALVES LIMA, Rafael; OBLIZINER, Pedro; TURRIANI, Anna. Margens Clínicas. In: BROIDE, Emília; KATZ, Ilana (Orgs.) **Psicanálise nos espaços públicos**. São Paulo: IP/USP, 2019. ISBN: 978-85-86736-87-2 Disponível em: <https://www.latesfip.com.br/psicanalise-nos-espacos-publicos>. Acesso em 26 jun 2023.

APELO. Realização: Clara Ianni e Débora Maria da Silva. Produção: Massa real. São Paulo, 2014. Vídeo (13 min). Disponível em: <http://claraiaianni.com/>.

ARNS, Paulo Evaristo et al (Org). BNM. **Brasil Nunca Mais**. São Paulo: Vozes, 1985. Disponível em: bnmdigital.mpf.mp.br. Acesso em 23 jun 2023.

AVENDAÑO, Anelí Villa. **La Construcción De La Memoria Histórica Del Conflicto Armado Interno De Guatemala**: Debates Y Perspectivas. Dissertação de Mestrado. Universidad Nacional Autónoma de México, 2014.

BALLESTRIN, Luciana. América latina e o giro decolonial. **Revista. Bras.Ciência.Pol.** nº 11. Brasília. May/aug.2013

BARTLETT, Frederico Charles. **Remembering: A study in experimental and social psychology**. Cambridge: Cambridge University Press, 1932.

¹⁶¹ De acordo com a ABNT NBR 6023 (2018).

BEER, Paulo Antonio de Campos; OBLIZINER, Pedro Oliveira. Movimentos sociais, sofrimento e conflito: por uma escuta que potencialize a luta. **Revista Desenvolvimento Social**. v. 26, n. 2(2020). Disponível em:

<https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/rds/issue/view/269>. Acesso 30 jun. 2023

BEER, Paulo Antonio de Campos. **Psicanálise e ciência: um debate necessário**. São Paulo: Blucher, 2017

BENJAMIN, Walter. Experiência e pobreza. In: **Magia e técnica, arte e política** (pp. 115-119). São Paulo: Brasiliense, 1993 [1933].

BENJAMIN, Walter. Sobre a linguagem em geral e sobre a linguagem humana. In: **Escritos sobre mito e linguagem**. São Paulo: Editora 34, 2011[1916].

BENJAMIN, W. **Sobre o programa da filosofia por vir**. Rio de Janeiro: Editora 7 Letras, 2019 [1917]. ISBN: 978-8542107975

BENJAMIN, W. Sobre el programa de la filosofía venidera. In Benjamin, W. **Sobre el programa de la filosofía venidera y otros ensayos**. (R. J. Vernejo, trad. espanhol, pp. 8-15). Caracas: Monte Avila, 1970.

BENJAMIN, Walter. **Teses sobre o conceito de história**. São Paulo: Brasiliense, 1987 [1940].

BERTA, Sandra Letícia. **Escrever o Trauma, de Freud a Lacan**. São Paulo: Annablume, 2015.

BETHELL, Leslie Michael. **História da América Latina: A América Latina após 1930: Estado e Política**. São Paulo: EDUSP, 2009.

BEZERRA Jr, Benilton. Prefácio: Tecendo a rede. In: VIEIRA, Maria Claudia Tedeschi.; VICENTIN, Cristina Gonçalves; FERNANDES, Maria Inês Assunção. (Orgs.) **Tecendo a rede: Trajetórias da saúde mental em São Paulo**. São Paulo: Cabral Universitária, 1999.

BORDA, Orlando Fals. **Ciencia Propia y Colonialismo Intelectual, Los Nuevos Rumbos**. Bogotá: Carlos Valencia, 1987.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS**. Gestão participativa e cogestão / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS. – Brasília : Ministério da Saúde, 2009. 56 p. : il. color. – (Série B. Textos Básicos de Saúde). Disponível em https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/gestao_participativa_cogestao.pdf Acesso 28 jun 2023

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de Humanização. Formação e intervenção** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Política Nacional de Humanização. – Brasília : Ministério da Saúde, 2010. 242 p. – (Série B. Textos Básicos de Saúde) (Cadernos HumanizaSUS ; v. 1)

BRASIL. Senado Federal. Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012. Lei de Cotas de Ingresso nas Universidades. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de

ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. 30.08.2012, p.1 col.3.

BRAUNSTEIN, Nestor; PASTERNAK, Marcelo; BENEDITO, Glória; SAAL, Frida. **Psicología: Ideología y Ciencia**. México: Siglo XXI, 1982 [1975].

BRODSKY, Graciela. "La eficacia del Psicanálisis". **Bitácora Lacaniana – El psicoanálisis hoy**. N.1, mayo de 2006. Disponível on line em <https://felipe.lavin.blog/app/uploads/2007/01/q-brodsky-la-eficacia-del-psicoanalisis.pdf>/ Acesso em 16/02/2024.

CAMINHOS em Saúde Mental. S. Paulo: Instituto Cactus, Junho 2021. Disponível on line em <https://institutocactus.org.br/projeto/caminhos-em-saude-mental/> Acesso em 28 jun 2023.

CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa. **Um método para análise e cogestão de coletivos: constituição do sujeito, a produção de valor de uso e a democracia em instituições - o método da roda**. São Paulo: Hucitec, 2013 [2000].

CANDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito**. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2010 [1964].

CARNEIRO, Sueli. Dispositivo de racialidade: a construção do Outro como não ser e como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Editora ZAHAR, 2023.

CASANOVA, Pablo Gonzalez. Colonialismo interno (una redefinición). In: BORON, Atilio, AMADEO, Javier e GONZÁLEZ, Sabrina (Orgs.). **La teoría marxista hoy**. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGUÉL, Ramón (Comp.). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre, Universidad Central, IESCO - Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos, Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

CAVALCANTI, Thiago J. B. **Entre mayas, mayanistas e o Estado: a invenção dos mayas, o movimento maya e a Academia de Linguas Mayas de Guatemala**. Dissertação (Mestrado) Sociologia. Universidade Federal Fluminense. 9 mai. 2017.

CERP Margens Clínicas. **A escuta do sofrimento psíquico provocado pela violência de estado nas redes SUS e SUAS**. Relatório Final. Curso de Capacitação. Arquivo Interno Margens Clínicas, 2019.

CÉSAIRE, Aimé **Discurso sobre o colonialismo**. São Paulo: Veneta, 2020 [1950].

CHIMAMANDA NGOZI, Adichie. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Cia das Letras, 2019. 64p.

COARACY NETO, Augusto; GUIMARÃES, Thessa. A experiência brasileira da psicanálise de rua. In: **Teoria y Crítica de la Psicología**. Vol.12(2019). Disponível em: <http://teocripsi.com/ojs/index.php/TCP/issue/view/15> Acesso 25 jun 2023.

CODPI - Coordinación por los Derechos de los Pueblos Indígenas. In: **El camino de las Palabras de los Pueblos**. Ciudad de Guatemala: Magna Terra, 2013.

COSTA, Pedro Henrique Antunes; MENDES, Kíssila Teixeira. Colonização, escravidão e racismo: contribuições a uma psicologia brasileira antirracista. In: **Teoría y Crítica de la Psicología**. 2022. V.18. p44-64. Disponível em <http://teocripsi.com/ojs/index.php/TCP/article/view/372/357>. ISSN: 2116-3480

CUSICANQUI, Silvia Rivera. **Ch'ixinakax utxiwa: uma reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores**. Buenos Aires: Editora Tinta Limón, 2010.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. Violencias (re)encubiertas en Bolivia. La Paz: Editora Piedra Rota, 2012

DANTAS, Sylvia; FERREIRA, Ligia; VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. Um intérprete africano do Brasil: Kabenge Munanga. **Revista USP**, [S. l.], n. 114, p. 31-44, 2017. DOI: 10.11606/issn.2316-9036.v0i114p31-44. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/142366>. Acesso em: 24 jun. 2023.

DANTO, Elizabeth Ann. **As Clínicas Públicas de Freud** (1995). São Paulo: Perspectiva, 2019 [1995]. 464p. ISBN: 9788527311601

DAVID, Emiliano de Camargo; ASSUAR, Gisele. Apresentação. In: DAVID, Emiliano de Camargo; ASSUAR, Gisele (org.). **A psicanálise na encruzilhada: desafios e paradoxos perante o racismo no Brasil**. São Paulo: Hucitec; Porto Alegre: Grupo de pesquisa Egbé: Projeto Canela Preta & Sedes Sapientiae, 2021. p. 17-26.

DAVID, Emiliano de Camargo et al (Orgs). **Racismo, Subjetividade e Saúde Mental: O** Pioneirismo Negro. São Paulo: Hucitec, 2021.

DAVID, Emiliano de Camargo. **Saúde Mental e Racismo: saberes e saber – fazer desnortado na/para a Reforma Psiquiátrica brasileira antimanicomial**. Tese (doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo:[s.n], 2022. 207p. Disponível: <https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/30911/1/Emiliano%20de%20Camargo%20David.pdf>. Acesso em 30 jun 2023.

DEBIEUX ROSA, Miriam. **A clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento**. São Paulo: Escuta, 2016.

DOBLES, Ignacio. **Memorias del Dolor**. San Jose: Arlekin, 2009.

DUNKER, Christian I.L. **Estrutura e Constituição da Clínica Psicanalítica: Uma Arqueologia das Práticas de Cura, Psicoterapia e Tratamento**. São Paulo: Annablume, 2011. 660p. ISBN 978-6586711219

DUNKER, Christian I. L. **Mal-estar, sofrimento e sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros**. São Paulo, SP: Boitempo, 2015.

DUNKER, Christian I.L; SILVA JUNIOR, Nelson, SAFATLE, Vladimir (Orgs.). **Patologias do Social: Arqueologias do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

FANON, Frantz. A síndrome norte-africana [1952]. In: FANON, Frantz. **Por uma revolução africana**. Textos Políticos. Trad.Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

FANON, Frantz. **Os condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Zahar, 2022 [1961].

FANON, Frantz. **Peles Negras, Máscaras Brancas**. São Paulo: UBU, 2020 [1952].

FARIAS, Márcio. **Clóvis Moura e o Brasil**. São Paulo, Dandara Editora, 2021. 149p.

FARIAS, Márcio. **O Hércules Quasímodo da Psicologia Sócio-Histórica: Ontologia Negativa, Lutas Políticas e Dimensão Subjetiva do Racismo** Doutorado em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2022. Disponível em <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/26513>. Acesso 30 jun 2023.

FAUSTINO, Deivison M. Frantz Fanon: capitalismo, racismo e a sociogênese do colonialismo. **SER Social**. Brasília, v. 20, n. 42, p. 148-163, jan./jun., 2018.

FAUSTINO, Deivison M. **A disputa em torno de Frantz Fanon: a teoria e a política dos fanonismos contemporâneos**. São Paulo: Intermeios, 2020.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Ed. Elefante, 2019 [2004].

FERNANDEZ RETAMAR, Roberto. F. Nuestra América y el Occidente. In: **Cuaderno de Cultura Latinoamericana**. México: UNAM, 1976.

FERREIRA DA SILVA, Denise. **A dívida impagável**. São Paulo: OIP, 2019. ISBN 978-85-77156-15-3

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. 7. ed. Trad. Luis Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008 [1969]. ISBN 978-85-218-0344-7.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1971.

FOUCAULT, Michel. Conversa com Michel Foucault. In: MOTTA, Manuel da Barros (org.). **Repensar a Política: ditos e escritos VI**. Tradução Ana Lúcia Paranhos Pessoa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. p.289-347

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 5. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017 [1978]. ISBN 978-85-7753-296-4

FRANÇOZO, Olívia. (Org.) **Clínica Política: A experiência do Centro de Estudos em Reparação Psíquica: lá em Acari**. Rio de Janeiro: ISER, 2018. Disponível em: https://www.iser.org.br/wp-content/uploads/2020/08/clinicapolitica_livro_20set.pdf Acesso em 20 jun. 2023 ISBN 978-85-85273-01-9

FREEMAN, Jo. **A tirania das organizações sem estrutura**. 1970. Disponível em <https://www.nodo50.org/insurgentes/textos/autonomia/21tirania.htm> Acesso em 01 jun 2023.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2019 [1967].

FREUD, Sigmund. Caminhos da terapia psicanalítica. In: *Obras Completas Volume XIV*. São Paulo: Cia das Letras, pp. 279-292, 2010 [1919].

FREUD, Sigmund. A história do movimento psicanalítico. In **Obras Completas**. Volume XI Totem e tabu, Contribuição à história do movimento psicanalítico e outros textos. São Paulo: Cia das Letras, 2012 [1914].

FREUD, Sigmund. **Obras completas**, volume 2 : estudos sobre a histeria (1893-1895) em coautoria com Josef Breuer / Sigmund Freud ; trad. Laura Barreto ; revisão da tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

FREUD, Sigmund. Recordar, repetir e elaborar[1914]. In: **Obras Completas** Volume X. Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia relatado em autobiografia: ("O caso Schreber"), artigos sobre técnica e outros textos (1911-1913). 2010.

GONZALES, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Orgs. Flavia Rios, Marcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GONZÁLES ROJO, Enrique. **Hacia um psicoanálisis autogestionario**. 1995. *E-book*. Disponível em <https://enriquegonzalezrojo.com/pdf/psicoanalisis.pdf> Acesso 30 jun 2023

GRANDIN, Greg. **A revolução guatemalteca**. Trad. Luiz Antônio de Araújo. São Paulo: UNESP, 2004

GRØNVAD, Jonas; JOHANSSON, Lasse Gøler. Estilos de pesquisa e engajamento extremo-acadêmico de pesquisadores em humanidades. DINIZ, Julio Cesar Valladão; SCHØLLAMMER, Karl Erik (Orgs.). In: **Humanidades em questão: abordagens e discussões**. E-book. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2021. Disponível on line <http://www.editora.puc-rio.br/media/Humanidade-ebook.pdf>. Acesso 24 jun 2023.

GROSFOGUEL, Ramon. Apuntes hacia una metodología fanoniana para la decolonización de las ciencias sociales. In: Fanon, Frantz. **Piel Negras, Máscaras Blancas**. Madrid: Ediciones Akal, pp.261-284, 2009.

GUARIENTO, Suellen. **Trabalhadores "do social" na sociedade de classes**. Videoaula Unidade II. Rede Para Escutas Marginais. 2021. (arquivo interno)

HALBWACHS, Maurice. A Memória Coletiva e Memória Histórica. In: **A Memória Coletiva** (1968). Trad. Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice, Revista dos Tribunais, 1990 [1968]. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4005834/mod_resource/content/1/48811146-Maurice-Halbwachs-A-Memoria-Coletiva.pdf Acesso em 20 jun 2023.

HALBWACHS, Maurice. **Les cadres sociaux de la mémoire**. Paris: Albin Michel, 1994 [1925].

hooks, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017

INSTITUTO APOOA. Por que uma clínica do testemunho? **Clínicas do Testemunho RS e SC**. Porto Alegre: APOOA, 2018. Disponível em

http://www.apboa.org.br/uploads/arquivos/1437_livro_2.pdf

JARDIM, Raoni Machado Moraes. **Educação intercultural e o projeto encontro de saberes: do giro decolonial ao efetivo giro**. Brasília: UnB, 2018.

JELIN, Elisabeth; LANGLAND, Victoria. (Comp.). **Monumentos, memoriales y marcas territoriales** (2003). Madrid: Siglo Veintiuno, 2014.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação** - Episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro, Cobogó, 2019.

KOLTAI, Caterina. **Entre psicanálise e história: o testemunho**. Dossiês. Psicol (USP) 29(1). JaKn Apr 2016 p.24-30 Disponível em <https://doi.org/10.1590/0103-6564D20150009>. Acesso em 20 jun. 2023

KON, Noemi; ABUD, Cristina; DA SILVA, Maria Lucia. (Org.) **O Racismo e o Negro no Brasil: questões para a psicanálise**. São Paulo: Perspectiva, 2017.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce; PERRONE-MOISÉS, Beatriz. **A queda do céu**. São Paulo: Cia das Letras, 2015. 768p. ISBN 978-8535926200

KRENAK, Ailton. **Ailton Krenak e a ideia do antropoceno**. Selvagem: ciclo de estudos sobre a vida, 2018. <https://www.youtube.com/watch?v=ZnuUlWA0I24>

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Cia das Letras, 2020. 104 p. ISBN: 978-85-3593-358-1.

KUNSCH, Graziela. Uma sala de museu tornada creche. Texto preparado para a revista **Infâncias e Territórios**, da Divisão de Educação Infantil da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo. Publicação prevista para julho de 2023.

KUPERMANN, Daniel. A “desautorização” em Ferenczi: do trauma sexual ao trauma social. In: **Formação Freudiana**. Originalmente publicado na Revista Cult, 2015. <https://www.freudiana.com.br/novidades/desautorizacao-em-ferenczi-trauma-sexual-ao-trauma-social-por-daniel-kupermann-2.html> Acesso 30 jun 2023

Kupermann, Daniel. **Estilos do cuidado: a psicanálise e o traumático**. São Paulo, SP: Zagodoni, 2017.

LACAN, Jacques . O Tempo lógico e a asserção da certeza antecipada. In: **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998 [1945].

LACAN, Jacques. A direção do tratamento e os princípios de seu poder. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, pp 591-652, 1998 [1958].

LAGATTA, Pedro. **Uma experiência de escuta de familiares vítimas da letalidade policial na cidade de São Paulo**. 2017. Dissertação de Mestrado - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. doi:10.11606/D.47.2017.tde-01092017-104250. Acesso em 27 mai. 2023.

LANGER, Marie. Prefácio. In BRAUNSTEIN, Nestor A; PASTERMAC, Marcelo; BENEDITO, Glória; SAAL, Frida. **Psicología: Ideología Y Ciencia**. México: Siglo XXI Editores, 1975.

LEAL, Dodi. **Fabulações travestis sobre o fim**, 2021 Conceição | Conception, Campinas, SP, v.10, e021002,2021 DOI: 10.20396/conce.v10i00.8664035

LENKERSDOF, Carlos. **Filosofar em clave tojobal**. 2002. Disponível em: <http://elzenzontle.org/archivo/lenkendorf.pdf> Acesso em 21 jun. 2023

LESPIRAL cat **Moverse em Libertad** Emmi Pikler Instituto Loczy. 1999. Video 24 '. Produzido pela Associação Pikler Lóczy, Hungria, 1995. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=-13bXDwjZMI> Acesso 29 jun 2023.

LIMA, Fátima. Trauma, colonialidade e a sociogenia em Frantz Fanon: os estudos da subjetividade na encruzilhada. **Arq. bras. psicol.**, Rio de Janeiro , v. 72, n. spe, p. 80-93, 2020 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672020000300007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em em 29 jun. 2023. <http://dx.doi.org/10.36482/1809-5267.arbp2020v72s1p.80-93>.

LIMA, Rafael Alves. Análise Reparável e Irreparável: o Conceito Psicanalítico de Reparação na Agenda da Transição Brasileira. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 37, n. spe, p. 116–132, 2017. <https://dx.doi.org/10.1590/1982-3703090002017>

LIMA, Rafael Alves. **A psicanálise na ditadura civil-militar brasileira (1964-1985): história, clínica e política**. 2021. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. Doi:10.11606/T.47.2021.tde-12082021-220350. Acesso em 22 jun.2023.

LOPEDOTE, Maria Luiza Galle et al (Org.). **Corpos que sofrem: como lidar com os efeitos psicossociais da violência?** São Paulo: Elefante, 2019. 392p.

LORDE, Audre. **As ferramentas do mestre nunca vão dismantelar a casa-grande**. Tradução de Tatiana Nascimento de "The Master's Tools Will Never Dismantle the Master's House", in: Lorde, Audre. Sister outsider: essays and speeches. New York: The Crossing Press Feminist Series, 1984. p. 110-113

LUKÁCS, Georg. **Prolegômenos para a ontologia do ser social** : obras de Georg Lukács volume 13 / Georg Lukács. Trad. Sérgio Lessa. Rev. Mariana Andrade. Maceió : Coletivo Veredas, 2018 [1976].

JARDIM, Raoni Machado Moraes. **Educação Intercultural e o Projeto Encontro de Saberes do Giro Decolonial ao efetivo Giro epistêmico**. Tese (doutorado). Universidade de Brasília. Instituto de Ciências Sociais. Orientador Martin-Léon-Jacques Ibáñez de Novion . -- Brasília, 2018. 350 p.

MÃES. Realização: Clara Ianni. Colaboração: Mães de Maio; Margens Clínicas. Edição: Clara Ianni; Nina Senra. Mixagem: Caio Gonçalves. Cor: Marcos Yoshi. São Paulo: 2013. Vídeo (23 min). Disponível em: <http://claraianni.com/>

MARGENS Clínicas. Grupo condena proposta de homenagear a Rota.16 abr.2013. In: Viomundo: Diário da Resistência. Disponível em <https://www.viomundo.com.br/denuncias/grupo-condena-proposta-de-homenagear-a-rota-ditadura-continuada.html>. Acesso em 21 jun 2023

MARGENS CLÍNICAS. Marcas psíquicas da violência policial precisam ser cuidadas 15 jul 2013. In: **Viomundo: Diário da Resistência**. Disponível em: <https://www.viomundo.com.br/voce-escreve/violencia-policial.html>. Acesso em 25 jun 2023.

MARGENS CLÍNICAS. **Clínicas do Testemunho nas Margens**. Org. Anna Turriani. São Paulo: ISER, 2017. Disponível em: margensclinicas.org/images/publicacoes/clinicas-do-testemunho-nas-margens.pdf. Acesso em 20 jun 2023

MARGENS CLÍNICAS. **Margens Clínicas: dispositivos de escuta e desformação**. Organização Anna Turriani e Laura Lanari. São Paulo: ISER, 2018. Disponível em: margensclinicas.org/images/publicacoes/dispositivos-de-escuta-e-desformacao.pdf Acesso em 20 jun. 2023.

MARCUSE, Herbert. Prefácio da edição de 1966. In: **Eros e Civilização**. São Paulo: Zahar, 1975[1953]

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. **Psicología social de la guerra: trauma y terapia**. San Salvador: UCA editores, 1990.

MARTINS, Raonna Caroline Ronchi. **"Fazer nada" como dispositivo de intervenção clínica e política em territórios**. 2021. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. doi:10.11606/T.47.2021.tde-12082021-175646. Acesso em: 28 jun.2023.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2017 [1867].

MASCARO, Alysson Leandro. **Formas sociais, derivação e conformação**. Revista Debates. Porto Alegre, v. 13, n. 1, p.05-16, jan.-abr. 2019.

MASCARO, Alysson Leandro. Dinâmica das formas sociais: uma apresentação. **IREE Instituto para Reforma das Relações entre Estado e Empresa**. 31 ago. 2021. Disponível em <https://iree.org.br/dinamica-das-formas-sociais-uma-apresentacao/> Acesso 25 jun. 2023.

MASCARO, Alysson Leandro. Formas sociais: uma apresentação. **IREE Instituto para Reforma das Relações entre Estado e Empresa**. 28 jul 2021. Disponível em <https://iree.org.br/formas-sociais-uma-apresentacao/> Acesso 25 jun. 2023.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. São Paulo: N-1 Edições, 2018 [2013]

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: N-1, 2018.

MEDINA, Erandi. P'amenchakua ka sési p'ikuarherani: enfermedad y la cura en la psicología p'urhépecha. 2022. In: **Teoría y Crítica de la Psicología**. V. 18. 2022. 151–160 (ISSN: 2116-3480)

151 . Disponível <https://www.teocripsi.com/ojs/index.php/TCP/article/view/399/366> Acesso 26 jun 2023.

MORRISON, Toni. **A fonte da autoestima**: Ensaios, discursos e reflexões. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2020.

MOVIMENTO MÃES DE MAIO. Petição Pública (fev.2012,2013). Disponível em: <https://peticaopublica.com.br/?pi=maesmaio> e <http://maesdemaio.blogspot.com/2013/10/por-que-e-necessaria-urgentemente-uma.html>

MUNAGA, Kabengele. **Nosso racismo é um crime perfeito**. Entrevista. 8 set. 2010. Disponível on line <https://fpabramo.org.br/2010/09/08/nosso-racismo-e-um-crime-perfeito-entrevista-com-kabengele-munanga/> Acesso 24 jun 2023.

NESTROVSKI, Arthur; SELIGMANN-SILVA, Marcio.(Orgs.) **Catástrofe e Representação**. São Paulo: Escuta, 2000.

NEVES, Tiago Iwasawa. (2020) O Universalismo da Cura e Freud. **Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica**. Rio de Janeiro, v. XXIII, n.1, jan./abr., 2020.

NPV. **Linha de Cuidado para a Atenção Integral à Saúde Pessoal em Situação de Violência**. AGUIAR, Breno de Souza (Org.). São Paulo: Prefeitura de São Paulo, 2015. Disponível em: [prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/saude/baixacartilhaviolencia\(1\).pdf](http://prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/saude/baixacartilhaviolencia(1).pdf)

OBLIZINER, Pedro Oliveira. A Periferia da Periferia: Testemunhos em Perus. In: MARGENS CLÍNICAS. **Clínicas do Testemunho nas Margens**. Org. Anna Turriani. São Paulo: ISER, pp. 65-76, 2017.

OBLIZINER, Pedro Oliveira. **O sujeito entre o ser e o não-ser**: uma teoria do reconhecimento em psicanálise. 2018. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. doi:10.11606/D.47.2018.tde-13122018-160054. Acesso em: 27 mar. 2023.

OCARIZ, Maria Cristina. **Violência de Estado na ditadura civil-militar brasileira (1964-1985): Efeitos psíquicos e Testemunhos clínicos** (2015). São Paulo: Escuta. Disponível em <http://www.justica.gov.br/central-de-conteudo/anistia/violencia-de-estado-sedes-1.pdf/view>;

OLIVEIRA, Dennis. Contra o genocídio da população negra: subsídios técnicos e teóricos para a Psicologia. **Caderno Temático CRP SP**. São Paulo: CRPSP, No. 14, 2014. Disponível em: https://www.crpssp.org/uploads/impresso/92/xsFDFAqZNL_vTkQr9eOjCbGI5CM83muC.pdf

PARRA-VALENCIA, Liliana. **Clínica PsicoSocial**: Una propuesta crítica y alternativa para América Latina. Bogotá: Ediciones Cátedra Libre, 2020.

PARRA-VALENCIA, Liliana. **Grupalidad curadora**: Descolonialidad de saberes-prácticas campesinas y afroindígenas, en Montes de María (Caribe colombiano). Tesis doctoral. Colombia: Pontificia Universidad Javeriana, 2019.

PAVÓN-CUÉLLAR, David. **A psicanálise como arma da revolução**. Comunicación Oral. São Paulo: Instituto de Psicologia/USP, 2018.

PAVÓN-CUÉLLAR, David. **Além da psicologia indígena: concepções mesoamericanas da subjetividade**. Trad. Anna Turriani. São Paulo: Perspectiva, 2022. 184p.

PAVÓN-CUÉLLAR, David. Medio siglo de lectura sintomal: el método althusseriano, su vigencia y sus extravíos en el tiempo. In: **Demarcaciones**. Chile, revista online, v. 4, Sep., 2019. Disponível em:
revistademarcaciones.cl/wp-content/uploads/2019/04/14_Articulos_Pavon-Cuellar.pdf

PAVÓN-CUÉLLAR, David. **¿Morir antes o después de vivir? Sacrificios humanos aztecas y capitalistas**. 15 mar. 2023. Disponível em <https://davidpavoncuellar.wordpress.com/> Acesso em 26 jun 2023.

PAVÓN-CUÉLLAR, David. **¿Qué puede el psicoanálisis?** Comunicación Oral. Seminario de la Red Interamericana de Investigación en Psicología y Política. Online: FACSO UChile, 2020.

PAVÓN-CUÉLLAR, David. Por qué preocuparse por el manifiesto europeo de Slavoj Zizek? In: **Intervención y Coyuntura**. 24 de maio, 2021. Disponível em:
https://intervencionycoyuntura.org/por-que-preocuparse-por-el-manifiesto-europeo-de-slavoj-zizek/?fbclid=IwAR09o-NZEWjhBucq1pPSL61TgCmeq-BrNoHgHuyDnlkjIOizs-P0QQb4a_Q

PENNA, Paula Dias Moreira. **A equivocidade e as ressonâncias do significante na supervisão clínico-institucional** Tese (Doutorado em Programa de Pós-Graduação em Psicologia) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Orientadora: Profa. Dra. Andréa Máris Campos Guerra. Belo Horizonte, 2022

PEREZ, Daniel O. (Org.). **A eficácia da cura em psicanálise: Freud –Winnicott – Lacan**. Curitiba: CRV, 2009.

PIKLER, Emmi. **Moverse en libertad**: Desarrollo de la psicomotricidad global. Narcea Editores, 1984.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro**, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

QUIJANO, Anibal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo. (Org.) **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

REM. Aprimoramento. **Síntese Reflexiva eixo interior**. Arquivo Interno REM. Outubro de 2021.

REM. Aprimoramento. **Síntese Reflexiva eixo interior**. Arquivo Interno REM. Novembro de 2022.

REM. Aprimoramento. **Síntese Reflexiva eixo S.Paulo**. Arquivo Interno REM. Novembro de 2022

REM. **Relatório Parcial abril a dezembro de 2021**. Arquivo Interno REM. Fevereiro de 2022.

GIRA epistemológica: ciências das macumbas e outras encantarias. REVISTA CALUNDU. Volume 4, Número 2, Jul-Dez 2020. DOI: <https://doi.org/10.26512/revistacalundu.v4i2> Acesso 30 jun 2023.

RODNEY, Walter. **Como a Europa subdesenvolveu a África**. São Paulo: Ubu, 2020 [1972]

ROSA, João G. Os lírios não nascem da lei. In: KUCINSKI, Bernardo. **Bala Perdida: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação**. São Paulo: Boitempo, pp. 39-44, 2015.

SAFOUAN, Moustapha; JULIEN, Philippe; HOFFMAN, Christian. **O mal-estar na psicanálise: o terceiro na instituição e a análise do controle**. Trad. Leda Mariza F. Bernardino. Campinas: Papirus, 1996.

SALAZAR, Luis S. Madre. **América: Un Siglo De Violencia Y Dolor (1898-1998)**. 2a.ed. Ciudad De La Habana: Editorial De Ciencias Sociales, 2006.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica e tempo. Razão e emoção**. 4. ed. 9 reimp. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2017 [1996]. ISBN 978 85 314 0713 0

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **Memória coletiva e teoria social**. São Paulo: Annablume, 2ª edição, 2012.

SARLO, Beatriz. **Tiempo pasado: cultura de la memoria y primera persona**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2005.

SEMINÁRIO Final de Integração. Apresentação Clínicas do Testemunho. Porto Alegre, 17/03/2018. Gravação. Projeto Fundo Newton RS. Porto Alegre. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=O8_72ykuX1o. (175 min). Acesso 21 jun. 2023

SILVA, Ana Carolina Barros; CARNEIRO, Sueli. "Dispositivo de racialidade e saúde mental da população negra: algumas reflexões políticas e psicanalíticas". **Psicologia & Sociedade**. v. 35, p. e276440, 2023. doi.org/10.1590/1807-0310/2023v35e276440. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/QMQyLMRkTJJkwtqQhmTDBpM/?lang=pt&format=pdf>

SILVA, Débora Maria; DARA, Danilo. Mães e familiares de vítimas do Estado: a luta autônoma de quem sente na pele a violência policial. In: Kucinski, Bernardo. **Bala Perdida: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação**. São Paulo: Boitempo, pp. 83-90, 2015.

SILVA, Maria Lucia; FARIAS, Marcio; OCARIZ, Maria Cristina; STIEL NETO, Augusto. (Orgs). **Violência e sociedade: o racismo como estruturante da sociedade e da subjetividade do povo brasileiro**. São Paulo: Escuta, 2018.

SILVA JUNIOR, Moises Rodrigues; MERCADANTE, Issa Fernandes Sarraf (Coords.) **Travessia do silêncio, testemunho e reparação**. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Instituto Projetos Terapêuticos, São Paulo, 2015. Disponível em: <http://anistiapolitica.org.br/abap3/wp-content/uploads/2016/02/travessia-do-silencio-testemunho-e-reparacao.pdf>

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002. ISBN 85-86469-51-3

SOARES, Luiz Eduardo. Por que tem sido tão difícil mudar as polícias?. Em: Kucinski, Bernardo. **Bala Perdida**: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação. São Paulo: Boitempo, pp. 27-32, 2015.

SOTO, Graciela Rubio. **Memoria y Pasado reciente en la Experiencia Chilena**: hacia una pedagogía de la memoria. Tesis Doctoral. Universidad de Granada, España. Enero de 2010.

SOUSA Santos, Boaventura. **A Crítica da Razão Indolente**: Contra o Desperdício da Experiência. São Paulo: Cortez, 2000.

SOUZA, Isadora Simões de. **Mulheres usuárias de drogas e o sequestro de seus filhos**: interrogar a violência de estado numa perspectiva feminista. 2022. Tese (Doutorado em Psicologia: Psicologia Social) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia: Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2022.

SPIVAK, Guayatri. Chakravorty. **Pode falar o sujeito subalterno?** Belo Horizonte: UFMG, 2010.

TOLEDO, B'alam Mateo. "Lenguas Mayas, herencia viva en un mundo global". **El Universal**. Entrevista de Antonio Gerardo Martínez para el Confabulario, ago/2021. Disponível em: <https://confabulario.eluniversal.com.mx/lenguas-mayas-balam-mateo-toledo/> Acesso em 24 jun 2023.

TURRIANI SIQUEIRA, Anna Lucia Marques. **Os processos de recuperação e reconstrução de memória histórica na Guatemala**: um recorte a partir das memórias das resistências. 2015. Dissertação (Mestrado em Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo 2015. Doi:10.11606/D.8.2016.tde-11012-16-133626. Acesso em 18 jun 2023

TURRIANI, Anna. Questões subjacentes às margens da clínica e da transmissão psicanalítica em territórios vulnerabilizados pela violência política. 19 mar. 2019. In: **Teoría y Crítica de la Psicología**. V.12. Disponível em: <https://www.teocripsi.com/ojs/index.php/TCP/article/view/293> Acesso 26 jun 2023.

TURRIANI, Anna. Violência Política e o que resta da Ditadura. MARGENS CLÍNICAS. **Margens Clínicas: dispositivos de escuta e deformação**. Organização Anna Turriani e Laura Lanari. São Paulo: ISER, 2018a. Disponível em: margensclinicas.org/images/publicacoes/dispositivos-de-escuta-e-desformacao.pdf Acesso em 20 jun. 2023.

TURRIANI, Anna. Desproposições para recuperação e reconstrução de memória coletiva: cartografia social como dispositivo clínico. In: MARGENS CLÍNICAS. **Margens Clínicas: dispositivos de escuta e deformação**. Organização Anna Turriani e Laura Lanari. São Paulo: ISER, 2018b. Disponível em: margensclinicas.org/images/publicacoes/dispositivos-de-escuta-e-desformacao.pdf Acesso em 20 jun. 2023.

TURRIANI, Anna. Civilização e Violência de Estado como Agentes do Mal-estar na Cultura. In:

PERON, Paula; AMBRA, Pedro. **Provocações Para a Psicanálise no Brasil**. São Paulo: Zagadoni, 2021. 180 p. ISBN-13 9786586711455.

TURRIANI, Anna. Memória Coletiva (Verbetes). Em: PARÍS, E. R.; HUR, D. U. & LACERDA Jr., F. (orgs.) **Dicionário de Psicologia Política Latino-americana**. Campinas: Ed. Alínea, 2023, pp. 226-230.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Diretrizes para apresentação de dissertações e teses da USP: parte 1/ABNT**. Agência USP da Gestão da Informação Acadêmica. Vania Maria Martins et al. 4.ed. São Paulo: Águia, 2020. 75p. ISBN 978 85 7314 065 1 DOI: 10.11606/9788573140651 Acesso 30 jun 2023

VASQUEZ, Felix. **La memoria como acción social** (2001). Barcelona: Paidós, 2021

VAZ, Anita. Reparar(na)ção. In: MARGENS CLÍNICAS. **Clínicas do Testemunho nas Margens**. Org. Anna Turriani. São Paulo: ISER, pp. 29-46, 2017. Disponível em: margensclinicas.org/images/publicacoes/clinicas-do-testemunho-nas-margens.pdf. Acesso em 20 jun 2023

VAZ, Anita; TURRIANI, Anna; URBANO, Gabriela; LEMOS, Isabela; VILALTA, Lucas. (Orgs.) **Cartografias da Memória**, São Paulo, 2016. Disponível em: margensclinicas.org/images/publicacoes/cartografias-da-memoria.pdf

VIEIRA, Victor Barão Freira. A Espuma dos Anjos. MARGENS CLÍNICAS. **Clínicas do Testemunho nas Margens**. Org. Anna Turriani. São Paulo: ISER, pp. 57-64, 2017. Disponível em: margensclinicas.org/images/publicacoes/clinicas-do-testemunho-nas-margens.pdf

VIEIRA, Victor Barão Freira. Do Consultório ao Território. MARGENS CLÍNICAS. **Clínicas do Testemunho nas Margens**. Org. Anna Turriani. São Paulo: ISER, pp. 77-90, 2017b.

VIEIRA, Victor Barão Freire. A Justiça como Saúde. In: MARGENS CLÍNICAS. **Margens Clínicas: dispositivos de escuta e desformação**. Organização Anna Turriani e Laura Lanari. São Paulo: ISER, pp. 49-68, 2018. Disponível em: margensclinicas.org/images/publicacoes/dispositivos-de-escuta-e-desformacao.pdf Acesso em 20 jun. 2023.

VIEIRA, Victor Barão Freire; OBLIZINER, Pedro Oliveira; VAZ, Anita. Abrindo brechas: A construção de formas alternativas de justiça em diálogo com a saúde mental. **Revista Desenvolvimento Social**, [S. l.], v. 26, n. 2, p. 11-30, 2021. DOI: 10.46551/issn2179-6807v26n2p11-30. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/rds/article/view/3642>. Acesso em: 28 maio. 2023.

VIÑAR. Marcelo. Violencia Política (1989). In: VIÑAR, M. **Fracturas de Memoria**. Montevideo: Trilce, 1993 [1989].

VITAL BRASIL. Vera [et.al]. (Org.). **Uma perspectiva clínico-política na reparação simbólica: Clínica do Testemunho do Rio de Janeiro**. 1ed.Brasília: Ministério da Justiça, 2015.

WALLERSTEIN, Immanuel. Análise dos sistemas mundiais. In. GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan. (Orgs). **Teoria Social Hoje**. São Paulo: Unesp, 1999.

ZAPATERO, Javier. La cultura de la memoria. In: **Pliegosdeyuste, Revista de cultura, ciencia y pensamiento europeos**. Fundación Academia Europea Yuste, n. 11-12, pp. 25-30, 2010. Disponível em: <http://www.pliegosdeyuste.eu/n1112pliegos/Pliegos11-12.pdf> Acesso 25 jun 2023

ZIZEK, Slavoj. **Sobre la violencia**: seis reflexiones marginales. Buenos Aires: Paidós, 2009.

ZIZEK, Slavoj. Um manifesto Europeo. In: **Intervención y Coyuntura**: Revista de Crítica Política. 21 mai.2021. Disponível em <https://intervencionycoyuntura.org/un-manifiesto-europeo/> Acesso em 29 jun 2023.